

Carlos Manuel de Freitas Almeida Nunes



Figueira da Foz (1930-1960).

Apontamentos sobre o Turismo Balnear

**Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade
de Coimbra 2009**

Carlos Manuel de Freitas Almeida Nunes

**Figueira da Foz (1930-1960).
Apontamentos sobre Turismo Balnear**

**Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade
de Coimbra
2009**

ÍNDICE

Agradecimentos	4
Nota Prévia	5
Introdução	7
Metodologia e recursos	13
 Capítulo I Turismo e História	
1.1. “Invenção” de um arquétipo	16
1.2. Conceitos: Turismo/Turista	22
 Capítulo II Análise breve sobre o turismo português	
2.1. Historiografia portuguesa e turismo	28
2.2. Institucionalização do turismo nacional	36
2.2.1. Estado Novo: Turismo e ideologia	41
2.2.2. A “frívola e pequena indústria”	44
2.2.3. Traços a lápis do país turístico	50
2.2.4. Evolução do país turístico	56
 Capítulo III Figueira da Foz. Entre a emergência e a cristalização do paradigma balnear	
3.1. Da vilegiatura ao turismo balnear	60
3.1.2. Causas para a “invenção” da praia	75
3.1.3. “Cidade-Praia”: a nova geografia do lazer	87
3.1.4. Progresso e Turismo	97
3.1.5. “Bairro Novo”: Pólo de atracção. Problemas e Crescimento	109
3.1.6. Aliados inseparáveis: turismo balnear e casino	117
3.1.7. Equipamentos turísticos da “Praia da Claridade	126
3.1.8. Propaganda e Turismo	133
 Capítulo IV Férias na Figueira da Foz	
4.1. Memórias e relatos	144
4.2. Forasteiros e Autóctones: da resistência à tolerância	149
4.3. “Rainha das Praias de Portugal”: a cristalização do modelo	166
 Conclusão	172
 Bibliografia	180
 Anexos	186

Agradecimentos

Ao Dr. Rui Cascão, em primeiro lugar ao Mestre e amigo, de alto gabarito e profundos conhecimentos, em segundo lugar, como orientador pela liberdade que permitiu na construção deste trabalho aqui lhe deixo expresso o mais profundo agradecimento.

Ao meu Pai que soube insinuar, embora sem o saber, o “espírito” da história. Algo que não se consegue explicar, mas que se vive e sente. À minha Mãe, pela transmissão de valores humanos que estão a cair em desuso. Ao Diogo, como exemplo.

A reconhecida gratidão aos funcionários da “Sala Figueirense” da Biblioteca Pedro Fernandes Tomás, na Figueira da Foz, Guilhermina Ferreira, Emília Calisto e Regina Simões, pela forma diligente como trabalham e desempenham, com elevado nível profissional, a sua missão.

Por último uma homenagem muito especial a Ana Borges. Por todo o carinho e papel fundamental que desempenhou no suporte e apoio nesta longa viagem. Nunca permitindo a existência da palavra abandono. Antes cultivando atitude e querer, mesmo perante adversidades aparentemente insanáveis, riscando do meu próprio vocabulário a palavra desistir. A ela, companheira e esposa, o meu sentido Obrigado.

Nota prévia

Seja-me permitido fazer breve referência sobre o trabalho agora apresentado. A própria cidade a que cheguei em 1987 apresenta já grandes transformações em relação à que inicialmente conheci. Esta progressão a que assisti tendo arrastado algumas memórias identitárias, tem por outro lado e nos últimos tempos assumido a necessidade de preservar a “alma” de uma dos primeiros locais a emergir enquanto local de vilegiatura em Portugal.

Sobre o trabalho de investigação feito gostava de referir em primeiro lugar a riqueza iconográfica encontrada no Arquivo Fotográfico Municipal da Figueira da Foz, que constitui para o historiador uma fonte insubstituível, na abordagem do século XX figueirense.

Sobre a colecção fotográfica existente no referido arquivo fotográfico local, em fase de catalogação e organização, que permite desvendar parte importante da memória visual da Figueira da Foz em épocas mais recuadas é para o historiador uma fonte de inusitado valor.

Com todas as condicionantes que o suporte encerra, é contudo de vital importância para uma leitura histórica, seja ela sobre o turismo ou qualquer outra faceta. Esperemos que todo o labor actual não venha a ser descurado e que o trabalho ali desenvolvido seja acarinhado e devidamente acompanhado e apoiado por quem de direito.

Sem este espólio, que permitiu visualizar a praia e a cidade ao longo da época abordada, teria sido impossível perceber e entender alguns dos contextos abordados.

Por outro lado a referência incontornável à denominada “Sala Figueirense” bem como ao Arquivo da Biblioteca Pedro Fernandes Tomás, designado neste trabalho pelas siglas A.H.M.F.F, um vasto repositório documental da história e memória figueirenses, proporcionado pelas inúmeras fontes ali existentes e que permitem um leque de abordagens historiográficas de grande amplitude sobre a cidade.

Em termos de grafia procurámos preservar as palavras e os termos da época encontrados nas fontes, porque deste modo se preserva igualmente a riqueza e o contexto histórico dos textos que fomos seleccionando.

Nas referências feitas a partir de autores franceses ou francófonos optou-se

maioritariamente pela sua referência na língua original em que foram escritos. Embora sabendo da supremacia actual anglo-saxónica, e por esta via do inglês, enquanto língua de comunicação global ou globalizada, as nossas grandes referências historiográficas sobre o turismo provém na sua grande maioria de autores que se expressam e escrevem em francês. Dai a preferência pessoal em mantê-las na língua em que foram pensadas e escritas, opção que se assume e assinala sem acanhamento.

Nas páginas de anexos optámos por incluir alguma documentação que não se incorpora apenas na cronologia do título, adicionando, pela riqueza iconográfica apresentada e testemunho indelével das práticas da vilegiatura na Figueira da Foz, alguns testemunhos fotográficos anteriores.

Em primeiro lugar, porque num trabalho histórico o enquadramento temporal se apresenta como elemento insubstituível para a compreensão da análise. Sendo a abordagem histórica sobre o turismo um campo recente, preferimos que fosse acompanhado de breves notas sobre alguns factos históricos que estiveram na origem da “invenção” do turismo, facto que Marc Boyer detecta de forma magistral quando aborda o desabrochar de um novo tipo de sociabilidade entre as elites.

Daí nasceu a nossa preferência pela tentativa de enquadramento de uma breve referência a esses pressupostos, dando preferência ao desvendar, tanto no plano iconográfico, como no plano histórico, de alguns dos precedentes que estão na origem da estruturação de algumas das práticas iniciáticas da vilegiatura que geraram posteriormente as práticas turísticas na Figueira da Foz e, através delas, guardar memória para as gerações futuras.

“Ao mar devo muito do que sou.
Ter nascido à beira - mar
é como ter nascido debruçado sobre a vida.”
João Gaspar Simões (1950)

Introdução

Esta dissertação inscreve-se numa abordagem ao campo de investigação da história do turismo, enquadrado pelo estudo das mentalidades e da sociabilidade ou representações sociais, tendo como propósito a análise de alguns desses pressupostos e aspectos que materializaram o turismo figueirense no decurso os anos de 1930 a 1960.

Encontra-se dividido em três partes. A primeira inclui uma breve abordagem sobre a difusão das práticas de vilegiatura, ao longo do século XIX e inícios do século seguinte. Sinais que corporizam, segundo Marc Boyer, a chamada “revolução turística”¹ verificada na orla marítima, origem do aparecimento de uma nova tipologia urbana: a estância balnear. Factores, como veremos adiante, que condicionaram a génese da estância balnear da Figueira da Foz.

Gesto social e cultural orientado em função de uma nova utilização das zonas confluentes com o mar: as praias. Locais onde esta prática de sociabilidade implicou o aparecimento de novos núcleos urbanos, que destinados inicialmente a uma população em busca das qualidades hélió-marítimas, posteriormente foram sendo orientados para actividades de ócio e lazer, que coadjuvam as actividades balneares.

Procedimento que emerge dessa convergência entre o “novo” comportamento do indivíduo face ao mar, gerador de um novo cenário social magistralmente descortinado por Alain Corbin² e os estímulos provocados pela novidade emanada por um “novo” tempo, um “tempo para o corpo” que André

¹ Boyer, Marc, *Histoire de l'Invention du Tourisme. XVIe – XIXe siècles*, Paris, L'Aube, 2000.

² Corbin, Alain, *Le Territoire du Vide. L'Occident et le désir du rivage. 1750-1840*, Paris, Aubier, 1988.

Rauch³ irá distinguir no seio das novas práticas que se associam posteriormente à prática da vilegiatura.

A noção de sociabilidade que propomos é historicamente enquadrada pelos estudos pioneiros de Maurice Agulhon⁴, que envolvendo “margens de ambiguidade, suscitando controvérsias”⁵, permitiram, desde 1960, a abertura de novas perspectivas sobre comportamentos sociais, promotores de mutações na “vida de relação” entre os indivíduos, privilegiando a multiplicidade e diversidade dessas associações, criadoras de diferentes espaços com “diferentes motivações”⁶.

Comportamento social iniciático restrito às “elites culturais”⁷, que se apropriam da natureza, enquanto fórmula de manutenção do “poder e status elevado”⁸, confrontadas com a necessidade de criar uma nova “marca de distinção social”⁹, que deste modo é desencadeada por este novo comportamento face à natureza. Manifestações onde se incluem a nova prática social associada aos banhos de mar, origem das estâncias de veraneio que, de forma lenta, se vão disseminando, entre o dealbar e os finais do século XIX, junto do litoral.

O “turismo de massas” contemporâneo, considerado por Marc Boyer, como uma das “invenções”¹⁰ do século XX, herdeiro e sucessor das práticas sociais elitistas vislumbradas desde meados do século XVIII, cujo lento processo de difusão entre as diferentes classes sociais acabará por eclodir, com a pujança conhecida, após o fim da Segunda Guerra Mundial, como um produto da rápida evolução sociocultural¹¹ das sociedades modernas.

Matérias estudadas e analisadas no decurso do seminário “Turismo e Desenvolvimento” incluído no Mestrado de História Económica e Social 2004/2006, promovido pelo Instituto de História Económica e Social e orientado pelo Professor Doutor Rui Cascão, que esteve na origem do trabalho aqui

³ Rauch, André, “As férias e a natureza revisitada (1830-1939)”, *História dos Tempos Livres*, coord. Alain Corbin, Lisboa, Editorial Teorema, 2001, p. 93-135.

⁴ Agulhon, Maurice, *Le cercle dans la France bourgeoise, 1810-1848. Étude d'une mutation de sociabilité*, Paris, Armand Colin, 1977.

⁵ Roque, João Lourenço, “Coimbra de meados do séc. XIX a inícios do séc. XX. Imagens de sociabilidade urbana”, *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Instituto da História das Ideias, vol 12, 1990, p. 301.

⁶ Arriscado, José Augusto, “Sociabilidade burguesa em Viana do Castelo na Segunda metade do século XIX: a Assembleia Vianense”, *História*, Revista da Faculdade de Letras, III Série, vol. 6, Porto, 2005, p. 271.

⁷ Machado, Helena Cristina Ferreira, *A construção social da praia*, Guimarães, Ideal-Artes Gráficas, 1996, p. 27.

⁸ Idem, *ibidem*.

⁹ Mukerji, Chandra, *apud* Helena Cristina Ferreira Machado, obra citada, p. 27.

¹⁰ Boyer, Marc, *Histoire de L'Invention du Tourisme ...*, p. 7.

¹¹ Boyer, Marc, *Histoire de L'Invention du Tourisme ...*, p. 6.

apresentado.

Sem a necessária interiorização, compreensão e análise desses traços e vestígios, que o tempo e a memória relevam, para um melhor entendimento dos modernos caminhos do desenvolvimento do turismo balnear, poderia parecer que o fenómeno teria eclodido ontem, o que não é o caso. São dois séculos onde se conjuga um processo evolutivo que não pode ser condensado num trabalho deste âmbito, não devendo contudo ser esquecido numa abordagem histórica do turismo.

Foi nosso entendimento, dado partilharmos a percepção de que a emergência e difusão da vilegiatura e do turismo assentam em fundamentos com “base histórico-sociológica”¹², que metodologicamente a análise de estudo figueirense seria enquadrada pelos intentos da história social, cultural e de mentalidades, como propõe, por exemplo, o historiador espanhol Carlos Barros¹³, conjugadas pelas concepções aprendidas com o Professor Doutor Rui Cascão.

Na segunda parte pretendemos enquadrar esse mesmo estudo ao nível interno do país, em que nos inserimos, contextualizado na Figueira da Foz.

Procuramos materializar e destrinçar o caminho percorrido pelo turismo interno e suas intercessões com a realidade social e económica da época.

São estes os aspectos que circunscrevem e superintendem a análise no período que decorre entre a institucionalização do Estado Novo, em Portugal e o aparecimento do denominado «turismo de massas»¹⁴ na Europa.

O tempo político, associado ao período do Estado Novo, actualmente, na ordem do dia, quer na investigação histórica¹⁵, nos “media” tradicionais, na edição bibliográfica e na internet, suscitando interesse, debate e polémica.

¹² Joffre Dumazedier, em carta enviada M. Boucoiran, director do Turismo francês e citada por Boyer, Marc, *Histoire de L'Invention du Tourisme...*, p. 5.

¹³ Barros, Carlos, “La Historia mixta como una Historia global”, *VII Curso de Verano, “Medievalisme: novas perspectives*, Càtedra d’Estudis Medievals Comtat d’Urgell, 2002.

¹⁴ Marc Boyer associa a massificação do turismo aos regimes totalitários europeus da primeira metade do século XX. Segundo o historiador, diversos organismos foram criados com o intuito de enquadrar os tempos de lazer dos trabalhadores e jovens, utilizados para impregnar os conceitos ideológicos do regime. Em Portugal, a criação de organizações como a F.N.A.T., Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina, encarregar-se-ão igualmente do trabalho de enquadramento ideológico através da disseminação de campos de férias e do turismo social.

¹⁵ Torgal, Luís Reis, *Estados Novos. Estado Novo. Ensaio de História Política e Cultural*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. Rosas, Fernando, *O Estado Novo nos Anos Trinta (1928-1938)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996. Rosas, Fernando, Brito, J.M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Bertrand Editora, 1996, 2 vols., Patriarca, Fátima, *A Questão Social no Salazarismo (1930-1947)*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995, 2 vols. Lucena, Manuel de, *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 2 vol., 1976.

Não foi fácil isentarmo-nos deste momento durante o qual decorre boa parte da escrita deste trabalho (entre 2007 e 2009), tendo em conta o relançamento da discussão sobre o Estado Novo na sociedade portuguesa.

Esta ambiência, estimulante, do ponto de vista do historiador, apontou para a particular necessidade de aprofundar e reflectir sobre algumas das leituras propostas sobre o anterior regime político¹⁶ pela actual conjuntura portuguesa.

Analizando algumas das consequências que o Estado Novo acabaria por projectar no imaginário e no comportamento das elites e das classes populares¹⁷, pressentidas trinta e dois anos após a consumação da Revolução de 1974, que pôs fim ao regime totalitário, ressuma, que entre finais da década de Trinta e Cinquenta, a sociedade, embora enquadrada por pressupostos de propaganda, com diversas componentes de autoritarismo, apresentava manchas de modernização e reestruturação funcional do aparelho do Estado e do país. Pressupostos estes que, no entanto, apenas beneficiam as elites sociais e económicas.

No âmbito do desenvolvimento turístico, o enquadramento que nos interessa sobretudo acontece a partir do momento em que este sector passa a ser controlado pelo Secretariado de Propaganda Nacional tutelado por António Ferro, cujo processo evolutivo nos parece profundamente afectado e enquadrado por dois momentos antagónicos e contraditórios.

Entre um primeiro momento, de certo fulgor, sugerido pela integração no S.N.P., caracterizado pela introdução de uma dinâmica cultural, cuja pretensão fundamental é a de criar “uma imagem [...] no exterior”¹⁸ do país.

Pressuposto marcado e contrariado pelo segundo momento, que consideramos em certa medida como um retrocesso dessa pretensão, que se detecta na extraordinária e extrema cautela demonstrada pelo Presidente do Conselho, face a uma entrada massiva de estrangeiros e viajantes no país.

Segundo relata Marcelo Caetano, para Oliveira Salazar, o turismo era encarado como “um pouco da alma do povo que se vendia”¹⁹. Fenómeno

¹⁶ A incapacidade demonstrada pelo regime em encontrar uma solução política para a guerra colonial acabará por ditar o seu fim. Ver Graça, Laura Larcher *Propriedade e Agricultura: Evolução do modelo dominante de sindicalismo agrário em Portugal*, Conselho Económico e Social, Série Estudos e Documentos, 1999.

¹⁷ Cunha, Luís Manuel de Jesus, “A Nação nas malhas da sua Identidade: O Estado Novo e a construção da identidade Nacional”, *Cadernos do Nordeste*, vol. IV, nº 6 – 7, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1991.

¹⁸ Melo, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001, p. 250.

¹⁹ *90 Anos de Turismo em Portugal. Conhecer o Passado Investir no Futuro*, Catálogo da

susceptível, na visão particular de António de Oliveira Salazar, de colocar em causa os denominados “valores nacionais” difundidos pela propaganda do regime. Um procedimento que, de certo modo, condiciona a difusão do turismo além fronteiras, muito por culpa da política restritiva do acesso ao país de turistas estrangeiros, persistente entre nós até aos anos Sessenta.

Pese embora a perspectiva do modelo proposto para o turismo se ter eternizado em redor de valores e expressões genuinamente populares, a política de turismo está envolta por diversos aspectos recuperados ou refeitos, agora de acordo com os pressupostos culturais do Estado Novo numa estranha mescla entre o modernismo de António Ferro e o nacionalismo enquanto conceito enformador do Estado, uma opinião exposta recentemente pelo historiador Luís Trindade²⁰.

Surgem, de forma conjugada, pressupostos de matriz ou âmbito popular (folclore, ruralismo), políticos (regionalismo) e eruditos (pitoresco, nacionalismo), uma mescla que pretende corporizar “a invenção do rosto cultural moderno do regime”²¹ que determina algumas das marcas impressivas que perduraram no turismo nacional e na sociedade, de modo geral, até finais do século XX.

O turismo, em Portugal, no decurso das décadas de Trinta a Cinquenta aprimora a tendência propagandística conjugada entre meados dos anos Trinta e as décadas seguintes pelo Estado Novo, muito mais do que a vertente económica, sendo que esta conjugação e resultado provêm, em grande parte, da conjuntura social e económica existente quer a nível interno, quer a nível externo.

Recorde-se sumariamente que, entre 1936 e 1945, a Europa será varrida por dois conflitos que marcaram o século XX. Situação que interrompe o fluxo de turistas externos, nomeadamente o proveniente da vizinha Espanha, facto que teve igualmente consequências dramáticas na estância balnear da Figueira da Foz. Situação que embora parcialmente colmatada pelos nacionais, impedidos pelas condições externas e internas de viajar e pela chegada dos refugiados a Portugal por via da generalização do conflito militar.

A terceira parte do trabalho incorpora a sua principal motivação, a abordagem histórica do turismo figueirense, delimitado cronologicamente no

Exposição, org. Conselho Sectorial do Turismo, coord. Flávio Lopes, Teresa Gamboa, Lisboa, 2001, p. 20.

²⁰ Trindade, Luís, *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O salazarismo entre a literatura e a política*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

²¹ Portela, Artur, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987, p. 59.

período que medeia entre 1930 e finais da década de 1950.

Não procuramos proporcionar respostas absolutas, mas a individualização de alguns dos vestígios subjacentes à origem do turismo balnear local, do seu estabelecimento e desenvolvimento. Pretendemos entender, dentro das possibilidades de que dispusemos, esse processo de maturação, que no seu decurso causou alterações económicas, sociais, demográficas e ambientais na cidade da Figueira da Foz.

Em termos pessoais e em relação à Figueira da Foz, estamos na posição do forasteiro, porque vindo de fora, aqui tendo chegado pela via profissional e não pela via das “férias de Verão”.

Contudo este contacto, estabelecido nestas duas últimas décadas, implicou e ampliou esta necessidade de procurar conhecer a urbe para além do presente, do imediato e do visível, incorporando essa necessidade na tentativa de estudo de uma das suas principais componentes, o processo que, de forma comum, é definido como turismo balnear e que ajudou a estruturar, nos últimos cem anos, a actual urbe.

Como fim último desta dissertação é nosso desejo contribuir para ampliar, na medida do possível, o conhecimento histórico sobre a cidade da Figueira da Foz.

Metodologia e recursos.

A concretização desta investigação recorreu a diversa tipologia de materiais (monografias, jornais, revistas, cartazes, postais, fotografias, roteiros e guias turísticos, visionamento de documentários cinematográficos) de autores figueirenses, quer de outros que, alheios ao meio, sobre o fenómeno turístico foram produzindo e publicando obra sobre estas questões.

A investigação acabaria por balizar conjunturalmente o estudo entre o irromper da crise bolsista norte-americana em 1929 e os primórdios da massificação do turismo, período que, em Portugal, integra o início e a estabilização do Estado Novo e o da sua própria cristalização, enquanto regime político.

Grande parte do trabalho de investigação decorreu na “Sala Figueirense” da Biblioteca Municipal Pedro Fernandes Tomás, na Figueira da Foz, instituição onde encontramos quer ao nível de documentação avulsa, monográfica e fotográfica, valioso espólio, variado e, de certo modo, abundante. Facto que permite sugerir a possibilidade de novos domínios de investigação e novas abordagens sobre o turismo figueirense.

Um trabalho de pesquisa histórica seja ele de cariz local ou nacional carece de “fontes primárias” sem as quais seria impossível destrinçar os vestígios, descortinar pistas, caminhos, atrasos ou progressos, opções e estratégias, seguidas ou evitadas sobre o tema abordado.

O Arquivo Municipal da Figueira da Foz possui boa parte das fontes (Comissão de Iniciativa de Turismo da Figueira da Foz²², posteriormente denominada Comissão Municipal de Turismo, aquando da integração do sector no Secretariado de Propaganda Nacional, que permitiram estabelecer algumas das prioridades inerentes a esta investigação.

António Manuel Hespanha refere que “o primeiro cuidado do historiador deve ser o de não se deixar encantar pela aparente evidência do sentido que elas manifestam”²³. Daí que as fontes, embora importantes, sejam apenas ponto de

²² Santos, Manuel Barroso dos, *Subsídios para o estudo do turismo na Figueira da Foz, A Comissão de Iniciativa de Turismo 1922.08.03 a 1937. 01. 08*, Figueira da Foz, Câmara Municipal da Figueira da Foz, Biblioteca Municipal da Figueira da Foz, [s. d.], policopiado.

²³ Hespanha, António Manuel, “O projecto institucional do tradicionalismo reformista: um projecto de Constituição de Francisco Manuel Trigoso Morato (1823)” em *O liberalismo na Península Ibérica na 1ª Metade do século XIX*, coord. Miriam Halpern Pereira et al., Lisboa, Sá da

partida para a reflexão crítica a desenvolver.

Reconhecer que, num trabalho sobre turismo, o contributo da história é, presentemente, condição para a percepção do fenómeno, enquanto fragmento social, cultural ou económico de uma sociedade, não é mais que reconhecer que o carácter multifacetado do turismo ficará amputado, sem o seu contributo.

Não poderíamos deixar, enquanto historiadores, de metodologicamente recorrermos a outras áreas do saber científico, tal como reconhecemos essa impossibilidade da amputação do histórico, facultando diferentes perspectivas de abordagem ao historiador.

“Je partage leur quête de pluridisciplinarité, en me plaçant dans une perspective historique”²⁴, refere Marc Boyer, explicando que a abordagem possa e deva ser pluridisciplinar, embora a nossa perspectiva deva ser histórica, surgindo como o seu elemento enformador e orientador.

O recurso a abordagens provenientes da História de Arte, da Geografia, da Sociologia, da Antropologia, até da Arquitectura, permitiu a necessária amplitude na compreensão de um fenómeno que é, em si mesmo, pluridisciplinar.

A interdisciplinaridade pareceu-nos, e de facto é, um recurso necessário na abordagem histórica do turismo, actividade, ela própria, atravessada por diversos ângulos, como acima referimos, onde o económico, o cultural e social, o histórico, o geográfico, o antropológico, o sociológico, o urbanismo e arquitectura se interligam e se entrecruzam a todo o momento.

O Turismo é, na actualidade, uma área “multidimensional, multifacetada e complexa”²⁵, implicando que o seu enquadramento seja organizado através das diferentes leituras sectoriais, que, se apreendidas isoladamente, apenas fornecem uma imagem, se bem que importante, parcial sobre o fenómeno.

Sucintamente, as questões que tentaremos interpretar no trabalho proposto, tendo em conta os nossos interesses e pontos de vista, partem dessa aceitação do pluralismo das interpretações, enunciadas por François Dosse, quando afirma que “cada autor cria, então o seu próprio itinerário, inscreve a sua própria singularidade e, assim o seu próprio ser, a sua própria existência, a sua própria

Costa, 1982, p. 64-69.

²⁴ Boyer, Marc, “Comment étudier le tourisme?”, *Ethnologie française*, 2002/2, Tomo XXXVII, p. 393-404.

²⁵ Henriques, Cláudia, *Turismo Cidade e Cultura. Planeamento e gestão sustentável*, Lisboa, Edições Sílabo, 2003, p. 21.

presença no interior mesmo dos sistemas coercivos”²⁶.

Defendo que um “historiador, ao ler determinadas fontes as venha a usar necessariamente de uma forma diferente que os seus criadores”²⁷, resultando deste pressuposto que, um certo número de escolhas, quer ao nível das fontes utilizadas, quer das diversas leituras, quer do papel da crítica individual, quer dos resultados que se procuram atingir, derivem de um ponto de vista pessoal sobre a questão abordada e que se reflectem no trabalho desenvolvido.

O debate sobre a objectividade do historiador é uma “longa história” como refere Arlette Farge, acrescentando que a sua propalada “persistência mostra claramente que a tensão que se instala entre a necessidade de verdade, de resultados seguros, e a elaboração de pontos de vista que interessam a comunidade social faz parte da própria essência da história”²⁸.

Deste modo, um outro historiador teria feito de outro modo, mas isso não impede, como afirma Collingwood, que “a memória como tal é apenas o pensamento presente da experiência passada como tal”²⁹.

²⁶ Rodrigues, Helenice, “O tempo reflectido: Helenice Rodrigues entrevista François Dosse”, Revista *Diálogos*, Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, Volume 5, Nº 1, 2001.

²⁷ Arnold, John H., *A História*, Vila Nova de Famalicão, Quasi Edições, 2006, p. 103.

²⁸ Farge, Arlette, *Lugares para a História*, Lisboa, Editorial Teorema, 1999, pp. 6-7.

²⁹ Collingwood, R. G., *A Ideia de História*, Lisboa, Editorial Presença, 1989, p. 356.

Capítulo I. – Turismo e História

1.1. “Invenção” de um arquétipo

Relevante para a compreensão da conjuntura evolutiva é a de tecermos algumas reflexões, do ponto de vista histórico, sobre do “novo facto social”³⁰ que esteve na origem do turismo contemporâneo.

Importante igualmente examinar algumas posições sobre esta matéria que, ainda hoje, geram definições redutoras e pouco consentâneas quer sobre o conceito, quer sobre as práticas que lhe foram sendo associadas ao longo do processo.

O conceito de turismo emerge da definição antevista por alguns historiadores e sociólogos de que o acto de viajar, a viagem, passou a ser encarado como uma actividade de recreio, actividade de índole lúdica, sem intenção definida.

Marc Boyer contradiz a ideia, vulgarizada, sobretudo entre os “não-historiadores”³¹, que “pretendem que o turismo sempre existiu”³² e que, ao tentarem provar a antiguidade do conceito, citam, de forma desordenada, alguns factos, como o termalismo ou a vilegiatura campestre do mundo romano, as peregrinações medievais, apenas para dar nota de alguns exemplos, tentando demonstrar a antiguidade do conceito, uma evidência, cuja natureza, não pode ser associada pelos historiadores aos novos comportamentos sociais surgidos em finais do século XVIII.

O turismo enquanto “conceito contemporâneo”, como nos revela o historiador francês, advém das “grandes revoluções que marcaram o século XVIII”³³, donde emerge uma nova intenção face ao acto de viajar agora conotada com o diletantismo. Esta viagem já não possui um carácter imposto e o seu objectivo final passa a estar indeterminado.

O homem transforma-se no amador da viagem, transformando-a na coisa amada, adoptando, se tal nos é permitido, as palavras sugeridas por Luís de

³⁰ Joffre Dumazedier, *apud* Marc Boyer, *Histoire de l’Invention du Tourisme XVIème – XIXème siècles*, Paris, Editions de l’Aube, 2000, p. 5.

³¹ Citando Boyer, Marc, *Histoire de l’Invention du Tourisme...*, idem.

³² Idem, p. 5-6.

³³ Idem, ibidem.

Camões. A viagem transforma-se num prazer. No prazer diletante em percorrer locais desconhecidos, singulares, diferentes.

Eis o ponto de partida para esta “viagem”. O turismo assenta numa invenção contemporânea, cuja difusão, entre diferentes classes sociais, é um processo que unicamente atravessou as sociedades modernas, donde emana, enquanto novo conceito de vida.

Produto da evolução “sociocultural”³⁴, resultando de um “processo livre e autónomo (dos poderes públicos e do desenvolvimento económico) e que assenta na promoção e invenção de novos locais de sociabilidade, de modos e “modas”, práticas ou comportamentos, que através “da imitação vê aumentar o número dos seus adeptos”³⁵, transformando-se na génese do turismo contemporâneo.

Encarado actualmente como uma das mais relevantes actividades económicas entre os países receptores dos seus fluxos, facto que, no entanto, não impediu que, do ponto de vista económico, social e cultural, fosse considerado como uma actividade pouco relevante, e até menor, durante os primeiros decénios do século XX. Situação que se inverte radicalmente com a democratização da viagem, consequência das novas condições económicas verificadas após a Segunda Guerra Mundial.

A Organização Mundial de Turismo divulgou, no relatório anual para 2005, um fluxo de 808,4 milhões de turistas a circularem entre os diferentes continentes (África, América, Ásia, Oceânia e a Europa).

Movimento que originou receitas no valor de 681,5 milhares de milhões de dólares nos países hospedeiros ou receptores dos fluxos turísticos. Nas previsões avançadas para 2006, que realçam a permanência de diversos factores de instabilidade mundial (instabilidade no Médio-Oriente e guerra no Iraque), aponta-se um incremento da ordem dos 4% de turistas³⁶, em todo o mundo.

Comportamento que, do ponto de vista cultural e social, se massificou, nele podemos vislumbrar alguns contornos associados a uma industrialização intensa, cujo movimento rapidamente se globalizou nas últimas décadas do século XX.

Ao assumir-se como um sector em permanente transfiguração, as rápidas

³⁴ Idem, *ibidem*.

³⁵ Idem, *ibidem*.

³⁶ Ver Bibliografia/Internet em Ministère de L'Economie des Finances et de L'Emploi, Ministère Délégué au Tourisme.

mutações entretanto verificadas, implicam acesas polémicas, entre os diferentes estudiosos do turismo, com principal incidência nos conceitos que são associados às diferentes áreas do turismo actual. Situação que implica novas abordagens e a permanente monitorização, quer das formas, quer do progresso dos diferentes campos, da actividade turística.

O antropólogo francês Marc Augé, crítico da tipologia contemporânea adoptada pelo turismo, assume que a massificação transfigurou a viagem e o acto de viajar, acto que denomina como “l'impossible voyage”.

Conceito com o qual pretende explicar o paradoxo actual em que se transformou o acto de viajar nas sociedades contemporâneas. Acto que, como explica, “nous ne ferons jamais plus, celui qui aurait pu nous faire découvrir des paysages nouveaux et d'autres hommes, qui aurait pu nous ouvrir l'espace des rencontres”³⁷, deriva da intensa industrialização do consumo turístico³⁸.

Augé radicaliza ainda mais a sua posição face ao consumismo turístico quando considera que, apesar de ser importante, “viajar, sim, nós precisamos de viajar. Mas acima de tudo não devemos fazer turismo”³⁹, impondo uma permanente necessidade de “reaprender a viajar, se possível até em zonas próximas do local onde habitamos, para reaprender a olhar”⁴⁰ para que se torne possível desfrutar do autêntico prazer de viajar.

Uma certa imagem negativa do turismo e do turista, que acompanhará de perto a sua disseminação e democratização, deriva de uma indústria iconoclasta, que embora viva do olhar do viajante, tem como fim último a uniformização dos locais turísticos.

O antropólogo francês reforça a necessidade, perante a padronização actual, de reenquadrar o “olhar” individual, propondo que a sua reeducação implique a redescoberta do espaço envolvente, mesmo nos locais onde habitualmente nos movemos, porque familiares, que julgamos conhecer, mas que afinal, numa abordagem mais atenta, acabamos por concluir que desconhecemos. Reeducar o “olhar”, do turista e do autóctone, sobre o que nos rodeia, implica essa redescoberta dos sítios e locais onde se vive ou para onde se viaja.

³⁷ Augé, Marc, *L'Impossible Voyage. Le tourisme et ses images*, Paris, Éditions Payot & Rivages, 1997, p. 13.

³⁸ Brunel, Sylvie, “Tourisme et mondialisation vers une disneylandisation universelle?” *Actes du 17^e Festival International de Géographie de Saint-Dié-des-Vosges*, 2006.

³⁹ Augé, Marc, obra citada, p. 14.

⁴⁰ Augé, Marc, obra citada, p. 15.

Robert Maitland referia, ainda recentemente, que o que “atrai um número crescente de novos turistas é a possibilidade de experimentar a vida normal de uma cidade diferente”⁴¹, consubstanciado na ideia de que as infra-estruturas urbanas não devem ser construídas com o propósito único de atrair turistas, manifestando-se contra a “estandardização” da oferta turística urbana.

Maitland propõe antes a diferenciação e a distinção como fórmulas de atracção de novos públicos, sugerindo mesmo que “o lado banal” da vida de uma cidade se transforme num factor de atracção, exprimindo através deste conceito a ideia de que os visitantes possam sentir durante a sua estadia “as mesmas coisas que os habitantes locais sentem”⁴².

A eclosão dos mecanismos inaugurais da viagem e da vilegiatura ocorre numa sociedade na qual se entrelaçam aspectos do “Antigo Regime”, com prenúncios da Revolução Industrial. Contudo, e convém realçar este aspecto, os comportamentos iniciáticos da vilegiatura não derivam obrigatoriamente, nem são consequência, nem reflexo dos primórdios da industrialização. Quer a prática, quer a difusão, restrita e exclusiva a membros da aristocracia inglesa, deriva da necessidade de promover um comportamento elitista, não surgindo associados ao desabrochar da industrialização.

A burguesia, emergente com a Revolução Industrial, virá, posteriormente, a utilizar o conceito desenvolvido no seio da aristocracia, através da imitação, dado que a conjuntura resultante e emergente da industrialização lhe permitiu conquistar o acesso ao poder e a subida aos mais altos estratos da sociedade da época. O contexto histórico e as consequências da industrialização proporcionaram a lenta difusão destas práticas entre esta classe social.

Concluindo: a “massificação” da viagem e do lazer deriva assim dessa “invenção” herdeira das “formas elitistas”⁴³ e procede de um longo processo de maturação, que irrompendo em finais do século XVIII, balizado entre a demanda cultural e a descoberta de novos lugares e de novas utilizações para os espaços naturais, entretanto redescobertos e culmina em meados do século XX, com a aparente “democratização” do lazer e da viagem.

Comportamento pressentido na “viagem educativa”, o “Grand Tour”, a

⁴¹ Maitland, Robert, “O Porto deve mostrar aos turistas o seu lado mais banal”, *Público*, 22 de Novembro de 2007, p. 22.

⁴² *Ibidem*.

⁴³ Boyer, Marc, *Histoire du Tourisme de masse*, Paris, P.U.F. 1999, p. 16.

viagem cultural à zona continental europeia, empreendido aquando da passagem à idade adulta dos jovens aristocratas ingleses, em cujo pretexto se inclui igualmente o estreitamento de relações e alianças familiares.

Procedimento exclusivo das elites sociais inglesas, fórmula de distinção concretizada pela nova prática social e cultural⁴⁴ que pode ser sintetizada nessa a viagem, coadjuvada agora pela introdução do vapor nos tradicionais meios de transporte marítimo, factor que implica uma maior rapidez e comodidade nas viagens marítimas.

O próprio sentido de viagem transfigurou-se, perpassado por uma “corrente de optimismo iluminista”⁴⁵ coligada agora a uma “motivação cultural”, como confirma Hélène Védérine⁴⁶.

Este princípio enformador reorienta o propósito da viagem em função da “satisfação pessoal”, encarada, já não como imposição comercial ou religiosa, mas como acto de cultura, de liberdade e descoberta individual, atitude então considerada como uma verdadeira “bizarraria”⁴⁷.

Comportamento que se transforma posteriormente numa nova “moda” no seio das elites sociais inglesas e europeias, “encravadas no domínio da aparência”⁴⁸, permitindo reorganizar e travar o declínio do seu “status” social, renovando a imagem que passa a estar assegurada também por essa “demonstração de prestígio e superioridade modelados pela viagem”⁴⁹ e das práticas que lhe foram sendo associadas.

Veículo retransmissor do «novo ritual» social, a ociosa classe aristocrática inglesa, sua criadora, transforma-o posteriormente num “acto de consagração social”⁵⁰, através do qual restabelece novas matrizes na distinção e hierarquização social.

No lento processo de difusão da vilegiatura entre os estratos sociais inferiores, a conjuntura, torna-se sua aliada, pois a expansão deste comportamento de sociabilidade será, em grande medida, predeterminado pelas alterações sociais, económicas e culturais que resultam das metamorfoses e desenvolvimento das

⁴⁴ Idem, *ibidem*.

⁴⁵ Santos, Figueiredo, *Turismo Mosaico de Sonhos. Incursões sociológicas pela cultura turística*, Lisboa, edições Colibri, 2002, p.178

⁴⁶ Hélène Védérine, *apud.*, Santos, Figueiredo, obra citada, p.177.

⁴⁷ Santos, Figueiredo, *idem*, *ibidem*.

⁴⁸ Santos, Figueiredo, obra citada, p.179.

⁴⁹ Santos, Figueiredo, obra citada, p. 183.

⁵⁰ Boyer, Marc, *Histoire de L’Invention du Tourisme*, p. 260.

férias e do turismo.

O advento da burguesia financeira e comercial, a emergente classe de “novos notáveis”, oriundos das consequências da Revolução Industrial, colocam fim aos resquícios das estruturas medievais e passam a disputar o poder económico e político detido pela aristocracia.

A vilegiatura e o “Grand Tour”, como então se designavam as práticas sociais e culturais de lazer entre a alta aristocracia encetam um processo de “difusão capilar”⁵¹, de forma lenta, mas consequente, onde a imitação dos comportamentos das classes superiores, veio a estar na origem da sua penetração e difusão entre os estratos sociais imediatamente inferiores, vencendo etapas ao longo dos séculos XIX e XX.

Para entender as formas que envolve a sua difusão e uniformização é importante a assimilação, do ponto de vista histórico, deste decurso, que do topo para as bases se difunde e que irá estar na origem e consequência do denominado “turismo de massas”⁵² emergente e expansível após a Segunda Grande Guerra.

Em Portugal, as primeiras manifestações destes comportamentos de sociabilidade surgem em meados do século XIX, assumindo os elementos da burguesia o papel de “agentes da democratização”⁵³ destas práticas, impelindo a sua lenta expansão entre as camadas da base social no decorrer do século XX.

⁵¹ A difusão capilar consubstancia-se na cópia, pelos estratos sociais inferiores, dos comportamentos e escolhas da categoria imediatamente superior. Boyer, Marc, *Histoire du tourisme de masse...*, p. 17.

⁵² Boyer, Marc, *Histoire du Tourisme de masse...*

⁵³ Cascão, Rui, “A Invenção da Praia: Notas para a História do turismo balnear”, *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*, Coimbra, Centro de História e da Cultura, 2000, p. 325.

1.2. Conceitos: Turismo/Turista

As metamorfoses que a vilegiatura inventada pela aristocracia comportou até à actualidade estão na génese da criação de neologismos, novos conceitos e designações, que a evolução da prática impôs.

O advento da viagem cultural e ociosa, com novos comportamentos de sociabilização associados, foi precedido pela emergência de “diversos vocábulos específicos”⁵⁴. A percepção da sua existência e das suas conexões permitem uma melhor compreensão deste novo fenómeno social, cultural e económico.

Vilegiatura, viagem, praia, banhar, lazer, ócio, tempos livres, turismo social, férias são, entre muitos outros, vocábulos que resultam do conceito inicial do “tour”, e do “viajante sem objecto”, um “désœuvré”⁵⁵, na língua francesa, cujo processo de difusão e evolução consagra uma nova actividade humana, originando modernas expressões lexicais, delineando ao longo do tempo novas actividades de lazer.

Estamos, pois, perante um facto histórico e revolucionário, nas palavras de Serge Gagnon⁵⁶, cujas consequências começam hoje a ser melhor entendidas. O conceito de veraneante, enquadrado na perspectiva turística, surge no século XX.

O processo de clarificação e de integração no léxico comum destes novos termos será lento e gradual, embora pouco pacífico, podendo este facto ser antevisto na dificuldade patenteada pela palavra “turista” em ser integrada no vocabulário corrente das diferentes línguas europeias, no decurso do século XIX e XX⁵⁷.

Exemplos mais recentes podem ajudar a entender esta dificuldade, atente-se na recente aparição na nossa língua dos estrangeirismos “trekking” e “canyoning”, designações cujas práticas, embora associadas ao desporto, devem a actual difusão quando enquadradas em práticas turísticas.

Vocábulos utilizados na forma original, designados como anglicismos,

⁵⁴ Boyer, Marc, *Histoire du Tourisme de masse...*, p. 5.

⁵⁵ Ocioso, desocupado, inactivo. As contradições são patentes na construção do léxico turístico. Observe-se que a palavra ócio significa preguiça, inacção, desocupação, em contradição com a atitude de um viajante face à viagem, ou na ocupação dos seus tempos livres. A moral e ética do trabalho desaprovam este tipo de comportamento, sendo possível vislumbrar nos dicionários a preponderância da moral burguesa sobre o trabalho, produto de uma industrialização do Tempo, e consagração do trabalho enquanto forma de ocupação do homem.

⁵⁶ Gagnon, Serge, “Développement touristique et organisation des territoires: un bilan des Études Classiques”, Cahiers Séries Recherches, nº R27, Université du Québec en Outaouais, Centre d'Étude et de Recherche en Intervention Sociale, 2002, p. 8.

⁵⁷ Brito, Sérgio Palma, *Notas sobre a Evolução do Viajar e a Formação do Turismo*, Lisboa, Medialivros S.A., 2003, vol I, p. 11.

devido à inexistência de vocábulos ou expressões de origem portuguesa que expressem o significado total dos conceitos.

Acentue-se por outro lado, com clareza, que a “decisiva influencia del inglés sobre nuestro idioma en el sector turístico no es sino una clara evidencia del predominio de países de habla inglesa”, como referem Pablo Ros Pérez e Rafael Rocamora Abelán⁵⁸. Daí que esta assimilação se produza, na maioria dos casos, através de conceitos e palavras estranhas à própria língua.

Não pretendemos, com os exemplos citados, reduzir estes conceitos a meras abstrações, em face da complexidade que assumem quando integrados na prática turística, mas alertar para o facto de estes serem interpretados muitas vezes de forma genérica, quando na verdade existem, por vezes, profundas diferenças de significado e significantes entre eles.

Diferenças que estão na origem de diversas confusões e contradições, sobretudo entre leigos, para quem o assunto é demasiado enfadonho, numa área onde o nível do debate, como afirma Sérgio Palma Brito, “raramente é elevado”⁵⁹, mas cujas discrepâncias podem ser percepcionadas desde logo na origem e na “diferença inevitável entre estanciar e itinerar”⁶⁰.

Convém ter algum cuidado nas generalizações quando se pretende analisar conceitos e métodos envolvidos nos campos da recreação e do lazer associados aos módulos de sociabilidade das sociedades contemporâneas.

A tendência generalizadora teve como resultado, no campo das “novas lógicas de emprego do tempo”, a adopção de significantes, para conceitos como ócio, turismo, férias, entretenimento e descanso, que não se relacionam com a “invenção dos seus usos”⁶¹. Simbolicamente evitemos confundir “tempo de não trabalho”⁶² com tempo de lazer.

Podemos observar, por exemplo, que durante o período em que se insere este trabalho, entre 1930 e 1960, o conceito inicial de turismo/turista em Portugal está intimamente ligado ao estrangeiro/viajante em demanda do país, o turista ou viajante interno quase nunca é entendido como tal.

O conceito evolui em direcção a uma maior abrangência, quando aos

⁵⁸ Ros Pérez, Pablo, e Rocamora Abellán, Rafael, “La Influencia de Anglicismos en el sector turístico de la Region de Murcia”, *Cuadernos de Turismo*, nº1, Enero-Junio 1998, Murcia, Universidad de Murcia, 1998.

⁵⁹ Brito, Sérgio Palma, obra citada, vol. I, p. 25.

⁶⁰ Idem, ibidem.

⁶¹ Corbin, Alain, *A História dos Tempos Livres...*, p. 5.

⁶² Corbin, Alain, obra citada, p. 6.

primeiros se acrescentam os próprios portugueses, no momento em que o acesso à vilegiatura começa a ser encarado e referido como uma deslocação, normalmente realizada durante os meses de Verão, entre as denominadas elites urbanas, inicialmente em direcção às termas e ao campo⁶³ e posteriormente para as zonas marítimas ou balneares.

Termo e conceito despontaram em Portugal, durante “o terceiro e quarto quartel do século XIX”⁶⁴, cedo surgindo críticas à utilização da palavra *turista*, considerada então como um galicismo, o que demonstra claramente a influência e o domínio da França, na época em causa.

Uma das primeiras propostas alvitadas para uma correcta significação, no léxico português, do vocábulo *turista* foi a sua substituição pela palavra *excursionista*, proveniente do latim e cuja utilização foi defendida por Leite de Vasconcelos⁶⁵, que definia e resumia o termo utilizado, proveniente do francês, como “bárbaro”⁶⁶.

Conceitos que, em 1939, ainda se encontram pouco definidos, gerando “confusão entre excursionismo e turismo”⁶⁷, problema semântico que provocou a reconhecida pouca fiabilidade da estatística nacional sobre as práticas associadas ao turismo. O Instituto Nacional de Estatística registava então nos seus *Boletins Mensais*⁶⁸, os movimentos de entrada e saída de estrangeiros e portugueses pelas fronteiras do Continente, embora sem especificar, nem pormenorizar, a natureza destes movimentos.

Fora estas questões, que apenas assomamos, parece poder afirmar-se que a posterior adaptação da palavra francesa, quer a utilização do termo *excursionista*, e respectiva introdução no léxico corrente, indiciam um claro aumento da disseminação/vulgarização da viagem, em resumo do turismo entre as elites nacionais e das práticas a este associadas. Na essência a palavra, com origem no

⁶³ Vide “Vilegiatura”, *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Limitada, (s. d.), vol. XXXVI, p. 93.

⁶⁴ Brito, Sérgio Palma, vol. I, p.11.

⁶⁵ José Leite de Vasconcelos Cardoso Pereira de Melo nasceu em 1858 e faleceu em 1941. Etnólogo, filólogo, arqueólogo e linguista, fundador e primeiro director do actual Museu Nacional de Arqueologia, actualmente no Mosteiro dos Jerónimos, então Museu Nacional de Etnografia, situado no Restelo em Lisboa. Deixou uma vasta e dispersa obra sobre diferentes temáticas pelas quais se interessou ao longo da sua vida, que engloba o estudo do passado e do presente, numa perspectiva popular, através da abordagem rigorosa das fontes e o arquivo dos dados que recolhe. Entre os seus vários discípulos encontra-se Orlando Ribeiro.

⁶⁶ Brito, Sérgio Palma, obra citada, vol. I, p.11.

⁶⁷ Brito, Sérgio Palma, obra citada., p. 567.

⁶⁸ *Boletim Mensal do Instituto Nacional de Estatística*, nº6, Ano VII de Junho de 1935, p. 369.

vocabulo de origem francesa, “tourisme/touriste”, incorpora em si “o sentido restrito de viagem feita sem fim lucrativo, por distracção, repouso ou satisfação da curiosidade de conhecer outros locais e outras pessoas”⁶⁹.

Convém acentuar que a primeira referência sobre palavra “turista”, acepção que veio a ser, posteriormente, adoptada por outras línguas, no decorrer do século XIX, surge nos dicionários franceses, como nos ingleses, entre 1800 e 1820⁷⁰. Stendhal imortalizou-a quando escreveu *Les Mémoires d'un touriste*, em 1838.

As tentativas para encontrar, recentemente, uma definição para o conceito turismo têm resultados infrutíferos, conforme refere Licínio Cunha. A “dificuldade em enquadrar no mesmo conceito realidades, por vezes, muito distintas mas com pontos comuns inseparáveis e gerando fenómenos semelhantes mas nem sempre produzindo resultados iguais”⁷¹, demonstrando a complexidade do conceito, daí a possibilidade de abordagens múltiplas, entre as quais o consenso está longe de ser alcançado.

Enquanto conceito e actividade engloba, na actualidade, os mais diversificados sectores das actividades económicas, culturais e sociais das sociedades contemporâneas, acarretando algum do seu eclectismo teórico e disciplinar.

Daí que a abordagem do turismo implique diferentes disciplinas e as tentativas de definição de um significado comum para turismo/turista sejam complexas, pouco pacíficas e bastante recentes.

A diversidade de propostas na definição do conceito é passível de gerar alguma confusão.

Importa por isso descortinar noções com as quais objectivamente possamos trabalhar, em termos históricos, sobretudo em relação a práticas associadas ao turismo balnear. Partindo do princípio que as práticas balneares resultaram de uma “invenção” e que se esgotavam, de certo modo, numa actividade sedentária⁷², cuja estadia prevê a fixação, por determinado período de tempo, num local previamente escolhido, pese embora a realização de

⁶⁹ Cunha, Licínio, *Economia e Política do Turismo*, Lisboa, McGraw-Hill de Portugal, Lda., 2003, p. 3.

⁷⁰ Laplante, Marc, *L'Expérience Touristique Contemporaine*, Québec, Preses de l'Université du Québec, 1996, p. 10.

⁷¹ Cunha, Licínio, obra citada., p. 4.

⁷² Boyer, Marc, *Les villégiatures du XVI au XXI siècle. Panorama du Tourisme Sedentaire*, Colombelles, Editions EMS, 2008.

determinado trajecto ou viagem de ida e volta, após a chegada dos turistas assiste-se a um retorno à sua imobilização⁷³. Estadia que acaba por assumir um carácter rotineiro, transformado, na imensa maioria dos casos, num hábito prolongado ao longo de anos, o que na realidade equivale apenas a uma mudança de local geográfico.

A disparidade conceptual do conceito turismo, considerado enquanto viagem e a prática balnear considerada como prática turística, parece-nos patente, a mobilidade geral inserta no primeiro opõe-se à imobilidade e rotina da outra. Daí a conveniência da percepção das divergências substanciais entre os conceitos, como atrás referimos.

Eduardo Sequeira, um naturalista portuense, citado por Sérgio Palma Brito, patenteia em 1889 esta percepção, ao relatar a “importação para a praia dos costumes da vida do dia-a-dia”⁷⁴, dando conta de um procedimento e padrão comportamental que se irá perpetuar no século seguinte e observável ainda hoje.

Reflexão importante para quem se aventura a encarar o conceito turista, proposto actualmente, como homográfico, tendo em conta a sua multiplicidade de significados. Daí a obrigatoriedade, por parte do historiador, da detecção dos sentidos semânticos e comportamentais, contraditórios, entre as práticas assimiladas como turísticas e, por exemplo, a prática balnear marítima e as práticas de sociabilidade nela incorporadas posteriormente.

Contemporaneamente a prática balnear aparece enquadrada como uma prática turística, um conceito que, determinado arbitrariamente pela indústria, inclui diferentes tipos de actividades associadas ao lazer, à viagem e ao ócio, existindo discrepâncias, entre estas denominações que convém entender e salientar.

A prática social da vilegiatura balnear releva, principalmente, da utilização do tempo livre, estando na origem de determinados comportamentos, que interessa ao historiador destringir, entrevendo-lhe os caminhos, desvios, processos e práticas associadas, confirmando ou infirmando, se possível, as alterações, a gradação e os cambiantes dos diferentes valores atribuídos que foram sendo associadas a estes comportamentos. Concluindo: a vilegiatura balnear é parte dessa evolução, embora, como referiremos adiante, não seja uma actividade

⁷³ Urbain, Jean-Didier, *Sur la Plage*, Paris, Petit Bibliothèque Payot, 2002, p.16.

⁷⁴ Sequeira, Eduardo, *À Beira Mar*, Porto, Typographia Cruz Coutinho, 1889. Ver Sérgio Palma Brito, obra cit., vol. I, p. 336.

turística na sua essência.

Em suma, ao historiador, interessa entender para além do processo de vulgarização e de difusão cultural de uma prática social, inicialmente enquadrada por um modelo aristocrático que, tendo vindo a exercer “sobre os meios imediatamente inferiores uma atracção, um fascínio que alastra progressivamente e se difunde até aos fundamentos do edificio social”, assente num “lento movimento descendente” e gradual, processo definido por Georges Duby, como o “movimento mais activo que anima a história cultural”⁷⁵, e que se estende até à actualidade.

O “Direito à Preguiça”, a obra pioneira sobre sociologia do lazer de Paul Lafarge⁷⁶, editada em 1880, incendeia a moral burguesa sobre o trabalho, antecipando algumas das ideias que se tornam o principal sustentáculo da massificação do turismo no decorrer do século passado.

Conceitos diferenciados daqueles que estiveram originalmente associados à viagem cultural, designação que, relembramos, esteve na origem semântica da palavra turismo, dirigidos agora às classes sociais envoltas no mundo do trabalho, procura colocar em causa a ética obsessiva pelo trabalho ostentada pela burguesia.

A “invenção”⁷⁷ de novos usos para ocupação do tempo de descanso entre os operários da indústria, já nada tem que ver com o viajar diletante e intelectual, o lazer, o tempo livre, e as férias são então componentes de uma “nova distribuição dos tempos sociais”⁷⁸, vislumbrada e imposta durante segunda fase da revolução industrial, a partir de meados do século XIX.

Assiste-se contemporaneamente nesta área a uma multiplicidade de conceitos, que fomenta a “produção de múltiplos efeitos de natureza social e económica”⁷⁹, que implica um especial cuidado no “posicionamento metodológico que nos permita aquilatar das suas especificidades, possibilitando ampliar a profundidade reflexiva e compreensiva”⁸⁰ na análise histórica do turismo.

⁷⁵ Duby, George, Lardreau, Guy, *Diálogos sobre a Nova História*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989, p. 69.

⁷⁶ Lafarge, Paul, *O direito à Preguiça*, Lisboa, Editorial Teorema, 1991.

⁷⁷ Corbin, Alain, “A História dos tempos Livres” in *História dos Tempos Livres*, p. 5-18.

⁷⁸ Corbin, Alain, obra citada, p. 7.

⁷⁹ Lima, Fernando Roque de, “Turismo, Inovações e Desarticulação das Actividades Tradicionais”, *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, Universidad de Barcelona, nº 69 (59) de 1 de Agosto de 2000.

⁸⁰ Lima, Fernando Roque de, art. cit.

Capítulo II – Análise breve sobre o turismo português

2. 1. Historiografia portuguesa e o Turismo.

Campo de investigação recente, do qual a história e os historiadores portugueses estão ainda algo afastados, o turismo é hoje um tema de estudo legítimo⁸¹ e pouco explorado. Dos primórdios diletantes até à difusão massificada, o turismo assumiu um intrincado de conceitos, muito antes de se tornar objecto “com uma identidade disciplinar híbrida”⁸². Facto, que implica, como tentamos explicar, uma abordagem interdisciplinar, repartida entre diferentes áreas do conhecimento científico.

Encarado em Portugal, desde 1934, como uma “nova parcela para o equilíbrio da balança económica nacional”⁸³, facto que permite entrever o reconhecimento das potencialidades e a necessidade de promoção do desenvolvimento num sector que muito poderia significar no contexto das contas públicas.

Noutra perspectiva, esta referência cronológica atesta a reconhecida falta de interesse dos historiadores, sobretudo entre aqueles que se debruçam sobre o campo da economia, mas não só, na abordagem de uma área que terá enormes repercussões sociais, culturais e económicas, tanto a nível global, como a nível interno, durante o século XX.

A nossa historiografia económica que cedo regista em Portugal “um surto de novos desenvolvimentos”⁸⁴ no campo da análise histórica dos fenómenos económicos, em que pontificam nomes como os de Adolfo Coelho, Oliveira Martins, Alberto Sampaio, Bento Carqueja, Basílio Teles, Ezequiel de Campos, João Lúcio de Azevedo e Francisco António Correia. Referências sem qualquer tipo de ordenamento cronológico, ou divisão de género, na qual citamos alguns cultores iniciais da história económica portuguesa e reconhecidos de finais do

⁸¹ Larique, Bertrand, *L'économie du tourisme en France des années 1890 à la veille de la Seconde Guerre mondiale, Organisation et développement d'un secteur socio-économique*. Thèse de doctorat d'histoire sous la direction de Christophe Bouneau soutenue à l'Université de Bordeaux III, 8 Décembre 2006.

⁸² Pires, Ema Cláudia, *O Baile do Turismo. Turismo e Propaganda do Estado Novo*, Lisboa, Caleidoscópio, 2003, p. 8.

⁸³ *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. de Rosas, Fernando e Brito, J. M. Brandão de, Lisboa, Editora Bertrand, 1996, vol. II, p. 984.

⁸⁴ Sá, Victor de, *Esboço histórico das ciências sociais em Portugal*, Lisboa, Instituto da Cultura Portuguesa, 1978, 1ª Edição, p. 69.

século XIX e inícios do século XX.

Grande parte a dinâmica económica, social e cultural do turismo, do ponto de vista da massificação, que ocorre apenas entre finais dos anos 60 e inícios dos anos Sessenta, do século passado⁸⁵, pode indiciar, no âmbito da historiografia nacional, o relativo desinteresse demonstrado pelos historiadores contemporâneos na abordagem do turismo.

Facto que não impediu que hoje seja relativamente reconhecido o papel pioneiro desempenhado por Portugal no que diz respeito à área do turismo, mesmo que esta sensação de indiferença se tenha mantido até há poucos anos. Particularmente após 1974, conjuntura durante a qual se verificou “um maior número de adesões [...] devido sobretudo às alterações políticas então verificadas⁸⁶ ao estudo da história económica e social, que, no entanto, não regista nenhuma abordagem de fundo de, ou sobre, o turismo nacional. Haveria que aguardar que novas correntes historiográficas singrassem entre professores, estudantes, investigadores e historiadores nacionais para que esses estudos se consumassem.

Questão que seria abordada pelo actual Presidente da República, quando referia que “o turismo não tem suscitado muito interesse por parte dos investigadores das ciências sociais, predominando as análises superficiais e meramente descritivas”, situação que, no seu ponto de vista, não reflectia “a verdadeira importância do turismo na produção nacional e o seu contributo para o nível e qualidade de vida das populações parece merecer pouca atenção”⁸⁷.

Desde então, a historiografia nacional sobre o turismo, pese embora o facto de ser um campo de investigação recente, conta já com diversas abordagens à temática, que justamente indicia o despertar do interesse sobre o fenómeno entre os historiadores nacionais.

A realidade histórica, ao impor, a cada passo, a “consciência dolorosa do processo de renovação historiográfica”, como afirmou Amado Mendes, durante a apresentação do III Curso de Inverno Da Teoria da História à Didáctica da História, em Janeiro de 2006⁸⁸, obriga a esse debate permanente sobre as

⁸⁵ A rubrica “Turismo” nas Contas Gerais do Estado Português surge no III Plano de Fomento (1968-1973).

⁸⁶ Torgal, Luís Reis, Mendes, José Amado e Catroga, Fernando, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 398.

⁸⁷ Cunha, Licínio, obra citada, p. XIII.

⁸⁸ *III Curso de Inverno Da teoria da História à didáctica da História*, que decorreu entre os dias 9

premissas do trabalho do historiador e dos campos de investigação.

O conhecimento histórico actual, enquanto “ferramenta” analítica do tempo e da memória das sociedades, tem como “finalidade” intrínseca o desafio à “voz monótona da história tradicional, permitindo encontrar espaço para outros pontos de vista e outros relatos, mas também para que os historiadores tenham consciência do quanto impensadamente tomam como dado adquirido”⁸⁹, pois a história conjectura essa “ruptura com as «evidências» do senso comum (ou da ideologia), [...] a Ciência tem que romper simultaneamente com o código de leitura do real de que elas decorrem e que o senso comum (ou a ideologia) lhe propõem”⁹⁰.

Jorge de Alarcão afirma que na “escrita do tempo” o “passado não é reflectido na narrativa como um corpo no espelho. O passado é pensado”⁹¹. Contaminado por diferentes significações, exprimindo a constante necessidade de aprofundamento das distintas abordagens que esse mesmo passado vai revelando.

O turismo, enquanto campo de reflexão histórica, impõe esse desbravar de novos métodos e caminhos, tarefa morosa, mas necessária, face à intercessão das diversas tangentes disciplinares que pontuam a disciplina. Transportar para o trabalho da história o conluio das outras disciplinas torna-se, neste campo, assim como noutros, indispensável.

Não se pretendem afirmar supremacias, nem modelos de verdade, de certo modo, descabidos, em qualquer plano de estudo, apenas desejámos colocar a questão da indiferença verificada sobre o fenómeno do turismo, até agora tão pouco pensado entre os historiadores.

Ao dar alguma ênfase a esta questão – o aparente desinteresse por parte dos historiadores em relação ao fenómeno do turismo e das práticas da vilegiatura – somos induzidos a estar de acordo com Alain Corbin, quando o historiador francês afirma que “é tempo de os historiadores colocarem em questão a noção da prisão da longa duração e os ritmos desalinados da temporalidade braudeliana”⁹²,

e 11 de Janeiro de 2006, no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, Organizado pelo Instituto de História Económica e Social da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Associação de Professores de História e Centro de Formação de Professores *Ágora*.

⁸⁹ Arnold, John H. ob. cit., p. 118.

⁹⁰ Nunes, A. Sedas, *Questões preliminares sobre as ciências sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 2001, 12ª edição, p. 35.

⁹¹ Alarcão, Jorge de, *A Escrita do Tempo e a sua Verdade*, Coimbra, Quarteto Editora, 2000, p. 89.

⁹² Corbin, Alain, *Le Territoire du Vide. L'Occident et le désir du rivage 1750-1840*, Paris, Aubier, 1988, p. 321. A tradução é minha.

que permitindo olhar o todo, sem nele nos apercebermos das diferentes partes que o compõem.

Será em função da erupção de novos paradigmas que se assiste em Portugal, a partir da década de 1970, a um crescente interesse por este fenómeno específico, quando geógrafos, sociólogos, antropólogos, etnólogos e os próprios historiadores, entre os quais destaco o interesse para a abordagem da eclosão das práticas balneares em Portugal este artigo de Rui Cascão⁹³, começando a interessar-se e a ponderar o fenómeno da vilegiatura portuguesa, desencadeando abordagens, cada vez mais abrangentes ao fenómeno turístico e seus múltiplos aspectos.

É necessário tomar-se consciência de que o turismo, enquanto factor económico, social e cultural desempenhou um importante papel associado à construção ideológica e imagética do Estado Novo. Associado a um conjunto de organizações como a Mocidade Portuguesa⁹⁴, Mocidade Portuguesa Feminina⁹⁵ e a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho⁹⁶. Organismos que funcionam enquanto instrumentos de clara “intervenção ideológica e cultural⁹⁷, de enquadramento na ocupação dos tempos livres e das férias de jovens e trabalhadores, estes últimos sobretudo urbanos ou periféricos aos dois grandes centros urbanos: Lisboa e Porto.

Quando, em 1940, o turismo é incorporado no Secretariado da Propaganda Nacional, a denominada “política do espírito” envolveu uma área económica onde o Estado até então fora pouco interventor, nascem novas perspectivas para um sector institucional que se encontrava enredado e manietado numa complexa teia burocrática que lhe tolhia o desenvolvimento. Embora institucionalizado, o turismo continuava a desenvolver-se a reboque de práticas e “entendidos” locais, à margem e sem grande intervenção do poder central.

⁹³ Cascão, Rui, “A Invenção da Praia: Notas para a História do turismo balnear”, *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos Comportamentos e atitudes sociais*, coord. Maria Helena da Cruz Coelho, Coimbra, Centro de História de Sociedade e de Cultura, 2000, p. 321-342.

⁹⁴ Arriaga, Lopes, *Mocidade Portuguesa: Breve História de uma organização salazarista*, Lisboa, Terra Livre, 1976.

⁹⁵ Pimentel, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas & Debates, 2001.

⁹⁶ Valente, José Carlos, *Estado Novo e Alegria no Trabalho. Uma história política da FNAT (1935-1958)*, Lisboa, Edições Colibri, 1999.

⁹⁷ Nunes, João Paulo Avelãs, *A história contada às crianças e aos jovens no Estado Novo: Acção Escolar de Vanguarda, Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina (1934-1949)*, Trabalho apresentado ao Seminário de História Institucional e Política do Mestrado de História Contemporânea de Portugal, Coimbra, 1992, policopiado, p. 11.

A incorporação no turismo de diversos aspectos culturais que passaram a incluir parâmetros como o ruralismo, o pitoresco e o folclórico, características claramente indiciadoras de opções estéticas e políticas do regime denunciam uma clara alteração dos pressupostos até então verificados no campo do turismo.

A integração no S.P.N. traduz a intenção corporativista dos pressupostos de organização política e social do *Estado Novo*, entrosada pelo controle económico e forte orientação ideológica. Prática que o filósofo canadiano Michel Bellefleur, define através de um neologismo, “politification”, na obra *L’Evolution du Loisir aux Québec. Essai socio-historique*⁹⁸, como refere Pierre-W. Boudreault⁹⁹, na recensão crítica que sobre ela elabora.

Conceito que podemos definir como o processo de apropriação de assuntos e questões, com origem na sociedade civil, por parte das instituições estatais. Estamos assim perante uma justificação para o advento do controle estatal das actividades de lazer que, em Portugal, será prática corrente durante boa parte da vigência do Estado Novo, onde são nítidas as influências de exemplos externos como o Dopolavoro italiano e o Kraft Durch Freud alemão.

O desenvolvimento turístico promovido pelo Secretariado da Propaganda Nacional é atravessado por uma profunda acção político-ideológica, incentivada e promovida junto das classes populares trabalhadoras e urbanas, das crianças e jovens, através da apropriação e controle das actividades de lazer, que promove o seu enquadramento ideológico nas premissas do Estado Novo. Circunstância que importa realçar como uma questão de interesse no estudo e investigação do lazer por parte dos historiadores portugueses.

Uma acção atravessada por um tempo de guerra num país neutral. Desfruta, por via dessa posição política, de um período de paz, contrariado pela imposição de uma série de medidas de racionamento (bens alimentares, combustíveis, materiais de construção, entre outros). Factores impeditivos contudo de um desenvolvimento adequado das infra-estruturas, acabaram por impor sérios limites e entraves ao turismo e ao trabalho que o S.P.N./S.N.I. pretendeu desenvolver.

Intuitos e caminhos igualmente bloqueados pela acção do Presidente do Conselho, ao determinar apertado e rigoroso controlo de fronteiras e à entrada de

⁹⁸ Bellefleur, Michel, *L’evolution du loisir au Québec. Essai socio-historique*, Presses de l’Université du Québec, 1997.

⁹⁹ *Recherches Sociographiques*, Setembro/Decembre 1999, vol. 40, n° 3, p. 609-613.

estrangeiros, acção de certo modo dificultada igualmente pelos órgãos locais do turismo, que criara dificuldades à acção do ideólogo do “turismo fonte de riqueza e de poesia”¹⁰⁰.

Incomodados pela constância determinada de Ferro em agitar as águas do “país tranquilo”, quando o próprio argumenta que era “impossível, praticamente impossível construir uma grande obra de conjunto através da pulverização e dispersão de verbas”¹⁰¹ pelas numerosas Comissões e Juntas de Turismo. Intento que não deixaria de provocar discordâncias e amuos nos organismos intermédios da política turística. Embora esse sentimento apenas se vislumbre, pois nunca será assumido de forma clara, quer pelos colaboradores regionais, quer pelos seus pares no Governo.

O ideólogo da “Política do Espírito” combateu o mau gosto exibido na publicidade das zonas turísticas, o atraso da indústria hoteleira nacional¹⁰², a incúria dos hoteleiros nacionais, a ausência de regras de higiene, a mendicidade, a não utilização da “riqueza folclórica” local nas acções de divulgação turística. Declara a sua oposição à não integração dos órgãos locais de turismo no organismo central, dependentes das Câmaras Municipais, pondo em causa a prática desordenada de muitos dos organismos que tutelavam o desenvolvimento do turismo¹⁰³.

Dez anos após a integração dos órgãos nacionais do Turismo no S.P.N./S.N.I., e de ter assumido a sua direcção reclamava ainda que muito estava por fazer.

O impulsionador da “consciência turística”¹⁰⁴ no Estado Novo debateu-se, no final da sua carreira política, enquanto dirigente máximo das políticas de turismo, com inúmeras “incompreensões e injustiças”¹⁰⁵, que refuta através da obra realizada.

São estes alguns, talvez poucos, argumentos justificativos da riqueza histórica que relevam do turismo, sobretudo na época abrangida por estes apontamentos que, mesmo assim, não permitem entender o relativo desinteresse

¹⁰⁰ Título de uma obra onde António Ferro insere um conjunto de reflexões sobre o turismo nacional para o período pós-guerra.

¹⁰¹ Ferro, António, *Turismo Fonte de Riqueza e de Poesia*, Lisboa, Edições S.N.I., 1949, p. 77.

¹⁰² Deficiência estrutural referenciada desde a fundação da Sociedade Propaganda de Portugal.

¹⁰³ No decorrer da reunião, no Palácio Foz, com as Juntas de Turismo a 11 de Outubro de 1948. Ferro, António, 1949, p. 11.

¹⁰⁴ Ferro, António, *Turismo Fonte de Riqueza...*, p. 97.

¹⁰⁵ Ferro, António, *Turismo Fonte de Riqueza...*, p. 99.

demonstrado pelos historiadores por esta área, ao longo dos últimos anos.

Uma das primeiras abordagens publicadas com carácter historiográfico sobre o turismo português será levada a efeito pelo escultor Paulo Pina¹⁰⁶, sob a égide do Jubileu do Turismo Português, que decorrem em 1986, com a realização, em setenta e cinco anos de existência oficial do Turismo em Portugal, do seu III Congresso Nacional¹⁰⁷.

Obra de referência, de certo modo incontornável, quer pelo tipo de questões que levanta como pelas pistas de investigação que aventa, surge em 2003, pela mão de Sérgio Palma Brito¹⁰⁸. Onde o autor aponta, para além da profunda e sistemática recolha feita sobre a temática, novos e diversos campos de investigação, que podem vir a interessar aos historiadores ou outros agentes que fazem do turismo a sua área de trabalho.

A historiografia nacional de e sobre o turismo é, como se observou, um campo recente, embora os últimos anos tenham surgido algumas abordagens locais sobre esta temática, facto que indicia um aumento do interesse pelo fenómeno turístico, quer ao nível local, quer nacional, por parte dos historiadores nacionais.

Entre artigos e obras sobre o turismo ou lazer e práticas associadas em Portugal, de autores nacionais ou residentes, de cariz histórico ou para ele concorrendo, registamos aqui os trabalhos de Carmina Cavaco¹⁰⁹, José d'Encarnação¹¹⁰, Maria Fernanda Cravidão¹¹¹, Maria da Graça Gonzalez Briz¹¹², Luís Paulo Saldanha Martins¹¹³, Arroiteia, Jorge Carvalho¹¹⁴, Raquel Henriques da Silva¹¹⁵, Paula M. Pereira de Oliveira Dias¹¹⁶, Rosalinda de Gouveia Rodrigues¹¹⁷,

¹⁰⁶ Pina, Paulo, *Portugal. O Turismo no século XX*, Lisboa, Lucidus Publicações, Lda., 1988.

¹⁰⁷ Na Póvoa do Varzim, entre 3 e 7 de Dezembro de 1986.

¹⁰⁸ Brito, Sérgio Palma, *Notas sobre a Evolução do Viajar e a Formação do Turismo*, Lisboa, Medialivros S.A., 2 vol., 2003.

¹⁰⁹ Cavaco, Carmina, *O Turismo em Portugal: Aspectos evolutivos Espaciais*, Lisboa, Centro de estudos geográficos, Universidade de Lisboa, I.N.I.C., 1979.

¹¹⁰ Encarnação, José d', "Para uma História do Turismo no Estoril", *Actas do III Congresso Nacional de Turismo*, 1986, p. 64-73.

¹¹¹ Cravidão, Maria Fernanda, *Turismo e Desenvolvimento. O Distrito de Coimbra, 1980-1987*, Separata de *Arunce*, Revista de Divulgação Cultural, nº 1, Junho de 1989.

¹¹² Briz, Maria da Graça Gonzalez, *A arquitectura de veraneio. Os Estoris 1880-1930*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado em História de Arte, 1989, texto policopiado.

¹¹³ Martins, Luís Paulo Saldanha, "Banhistas de mar no século XIX. Um olhar sobre uma época", Separata da *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, 1ª Série, nº 5, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989.

¹¹⁴ Arroiteia, Jorge Carvalho, "O Turismo em Portugal. Subsídios para o seu conhecimento" *Cadernos Turismo e Sociedade*, nº1, Aveiro, Universidade de Aveiro, 1994.

¹¹⁵ Silva, Raquel Henriques da, "Estoril. Estação Marítima, Climática, Thermal e Sportive. As

Francisco José da Cruz Jesus¹¹⁸, Falcão, Mário¹¹⁹, Rui Cascão¹²⁰, José da Cunha Barros¹²¹, Ema Cláudia Pires¹²², Sara Marisa da Graça Dias¹²³, Ana Cardoso de Matos¹²⁴, Elói de Figueiredo Ribeiro¹²⁵, Irene Vaquinhas¹²⁶, Maria Estela de Moura Dantas Gonçalves¹²⁷. A falta de alguma referência deve ser assacada unicamente à ignorância do autor.

Optou-se por não incluir nestas referências as monografias, de carácter regionalista, existentes sobre localidades litorais portuguesas, onde, de uma forma, ou outra, o turismo ou o lazer balnear fará a sua aparição entre meados do século XIX e XX. Sendo todavia uma boa base de investigação para análise e estudo da extensão e consequências do turismo contemporâneo, em Portugal.

etapas de um projecto. 1914-1932.”, *Arquivo de Cascais*, Boletim Cultural do Município de Cascais, nº 10, 1991.

¹¹⁶ Dias, Paula M. Pereira de Oliveira, “Ir a banhos na Figueira da Foz no dealbar do século XX”, Separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo XXX, Coimbra 1995, p. 177-213.

¹¹⁷ Rodrigues, Rosalinda Gouveia, *O turismo na Madeira entre as duas Grandes Guerras (Principais transformações económicas, sociais e culturais)*, Tese de Mestrado em História Económica e Social Contemporânea, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, trabalho policopiado.

¹¹⁸ Jesus, Francisco José da Cruz, *Arquitectura balnear e Modernidade. O exemplo do Bairro Novo de Santa Catarina da Figueira da Foz (1928-1953)*, Lisboa, Universidade Lusíada, Tese de Mestrado em História de Arte, policopiado, 1999.

¹¹⁹ Falcão, Mário, “O Porto, os planos municipais e o turismo”, *Revista da Faculdade de Letras do Porto Geografia*, I Série, vol. XV/XVI, Porto, Faculdade de Letras, 1999-2000, pp. 63-78.

¹²⁰ Cascão, Rui, “A invenção da Praia: Notas para a História do Turismo Balnear”, *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000, p. 321-342.

¹²¹ Barros, José da Cunha, *Realidade e Ilusão no Turismo Português. Das Práticas do Termalismo à Invenção do Turismo de Saúde*, Lisboa, Universidade Técnica, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2002.

¹²² Pires, Ema Cláudia, *O baile do turismo. Turismo e propaganda no Estado Novo*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2003.

¹²³ Dias, Sara Marisa da Graça, *A Praia da Nazaré. A colónia balnear na passagem da Monarquia para a República 1907/1915*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003. Tese de Seminário “Turismo e Desenvolvimento” 2002/2003. Trabalho policopiado.

¹²⁴ Matos, Ana Cardoso de, “Os Guias de Turismo e a Emergência do Turismo Contemporâneo em Portugal (dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XX)”, *Scripta Nova – Revista Electrónica de Geografia y Ciencias Sociales*, vol. VIII, nº 167, de 15 de Junho de 2004.

¹²⁵ Ribeiro, Elói de Figueiredo, *Gazeta dos Caminhos de Ferro e a Promoção do Turismo em Portugal*, Évora, Universidade de Évora, Tese de Mestrado em Estudos Históricos Europeus, 2006, (trabalho policopiado).

¹²⁶ Vaquinhas, Irene, *Nome de Código «33856». Os “jogos de Fortuna ou Azar” em Portugal. Entre a Repressão e a tolerância (de finais do século XIX a 1927)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

¹²⁷ Gonçalves, Maria Estela de Moura Dantas, *A Lisboa dos e nos Guias Turísticos. Lisboa a compor-se ao Espelho*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Tese de Mestrado em Antropologia, 2008, texto policopiado.

2. 2. Turismo e institucionalização

Embora seja reconhecido a Portugal o estatuto de pioneiro na institucionalização do turismo na Europa, esse facto não implicou, de forma geral, a disseminação das práticas turísticas no país e entre a generalidade da população.

Portugal apenas acede a um satisfatório estado de desenvolvimento turístico e de difusão das suas práticas entre parte significativa da população em meados da década de Setenta.

No entanto, regista-se algum impacto na divulgação das actividades turísticas ainda nos primeiros anos do século XX, trabalho desenvolvido pela Sociedade Propaganda de Portugal, fundada em Fevereiro de 1906.

Os co-fundadores – Leonildo de Mendonça e Costa¹²⁸, Anselmo de Andrade¹²⁹, Mariano de Carvalho¹³⁰ e Sebastião de Magalhães Lima¹³¹, assumem hoje o papel de pioneiros e visionários numa actividade incipiente e na qual deixaram marcas duradouras na idealização e estruturação da actividade turística portuguesa.

O prelúdio da organização turística em Portugal teve assim a marca da iniciativa privada¹³², que preconizava o desenvolvimento do turismo baseado numa planificação das suas actividades assentes na divulgação e promoção dos factores turísticos nacionais em revistas, na criação e distribuição de roteiros e guias de viagem, na preservação do património, actividades coadjuvadas “em articulação com o governo”¹³³, como então propunha.

A Sociedade Propaganda de Portugal, sem qualquer tipo de apoios institucionais, protagoniza, com todas as limitações materiais que possamos

¹²⁸ Jornalista, proeminente ferroviário, fundador e director da *Gazeta dos Caminhos-de-Ferro de Portugal e Hespanha*, entre 1888 e 1922, autor do *Manual do Viajante em Portugal*, cuja primeira edição data de 1907.

¹²⁹ Anselmo Assis de Andrade nasceu em 1844 e faleceu em 1924. Director do jornal *Correio da Noite*, político ligado ao partido Progressista, foi preceptor de D. Manuel II e ministro da Fazenda de Hintze Ribeiro, em 1900, e de Teixeira de Sousa, entre Junho e Outubro de 1910. Autor da obra *Portugal Económico. Theorias e Factos*, Coimbra, França Amado, 1918.

¹³⁰ Nasceu em 1836 e faleceu em 1905. Professor de Matemática, parlamentar, ministro durante a Monarquia Constitucional, sendo membro do Partido Progressista e jornalista, tendo fundado o *Diário Popular*. Esteve ligado à construção da linha ferroviária entre Lisboa e Cascais.

¹³¹ Nasceu no Rio de Janeiro, em 1850, faleceu em Lisboa no ano de 1928. Escritor e jornalista republicano, com colaboração em diferentes jornais da época. Foi Grão-mestre da Maçonaria Portuguesa.

¹³² Correia, Ângela Pinto, *A «Revista de Turismo» e a política de Turismo de 1916 a 1919*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, trabalho desenvolvido no âmbito do Seminário “Turismo e Desenvolvimento” do Mestrado de História Económica e Social Contemporânea, 2003, policopiado, p. 4.

¹³³ Idem, ibidem.

imaginar, numa época dominada ainda pelo denominado “turismo de elite”, um papel fundamental na divulgação, implementação e difusão das práticas turísticas em Portugal.

Portadora de um discurso que, ainda hoje, pode surpreender pela modernidade, encarava o desenvolvimento proporcionado pelo turismo como uma questão patriótica, que permitiria fazer face “ao fraco desenvolvimento económico e social do país”¹³⁴.

A Sociedade definia no Boletim, que editava regularmente, algumas das concepções que preconizava para o desenvolvimento do turismo português. Entre os seus projectos incluía-se o rejuvenescimento e conservação dos trajes e costumes regionalistas, o desenvolvimento das indústrias tradicionais, sobretudo as denominadas artesanais (filigrana, bordados, rendas, tapetes, mantas, cestaria, olaria, funilaria e latoaria), apostando na divulgação, no estrangeiro, dos produtos artesanais portugueses “rústicos e semi-pagãos”¹³⁵, processos que serão, posteriormente, reaproveitados e renovados pelo Secretariado de Propaganda Nacional.

Com a institucionalização do turismo, o regime republicano consagrava dois propósitos importantes. Por um lado o vislumbrar das possibilidades que as benesses económicas do turismo¹³⁶ poderiam carrear para o equilíbrio das contas públicas; por outro, a possibilidade de instrumentalizar a orientação da propaganda em função da necessidade de reconhecimento internacional do regime numa Europa monárquica. Papel que o *Estado Novo* não inaugurou, como se poderia pensar, antes prossegue e procura aperfeiçoar.

Destes propósitos nasce a criação, pelo então Governo Provisório, do Conselho de Turismo, “emblematicamente”¹³⁷ agregado ao Ministério do Fomento, e coadjuvado pela Repartição de Turismo, em 16 de Março de 1911. Instituição a que Bernardino Machado, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, aludia, “com incontido júbilo”¹³⁸, durante a sessão solene de encerramento do IV Congresso Internacional de Turismo¹³⁹.

A coexistência, no tempo e no espaço, destas duas instituições com

¹³⁴ Idem., p. 3.

¹³⁵ *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal*, Ano 14.º, nº 4, Julho – Agosto de 1920, p. 57.

¹³⁶ Pina, Paulo, obra citada., p. 9.

¹³⁷ Pina, Paulo, idem, p. 21.

¹³⁸ Idem, ibidem.

¹³⁹ Realizado entre 12 e 16 de Maio de 1911, na Sociedade de Geografia de Lisboa.

idênticas intenções e finalidades no que dizia respeito ao desenvolvimento e modernização do turismo, ambas dirigidas agora pelo republicano Sebastião de Magalhães Lima, deram azo a um período que, do ponto de vista estrutural, assumiu contornos de um profundo “bicefalismo ambíguo”¹⁴⁰.

Facto que daria origem a uma certa dispersão de esforços e objectivos em relação às estratégias de implementação e desenvolvimento do turismo interno e externo, acompanhado pela entrada do país na Primeira Grande Guerra e acabaria por ditar o adiamento da maioria dos projectos e medidas de desenvolvimento turístico.

Eram múltiplos os condicionamentos a queurgia dar solução, entre eles a falta de manutenção e abertura de novas estradas, criação de uma rede de alojamento para turistas ou visitantes, mão-de-obra qualificada, objectivos considerados primordiais para os quais o país não dispunha de recursos financeiros suficientes, desviados agora para o esforço de participação na Primeira Grande Guerra.

A diluição do projecto da Sociedade Propaganda de Portugal, apesar do reconhecimento do seu trabalho, efectivado pela outorga do estatuto de «instituição de utilidade pública», a 3 de Março de 1920, acontece com a disponibilização e contributo dos seus activos e “experimentados sócios”¹⁴¹ na instalação das então recém-criadas Comissões de Iniciativa, estabelecidas no âmbito da lei 1152, de 23 de Abril de 1921.

As suas actividades não se extinguiriam totalmente, embora o “processo de esvaziamento”¹⁴² da Sociedade se torne irreversível, quer através da acção de Luís Lupi, seu secretário-geral no início dos anos Trinta, quer com o Conde de Penha Garcia¹⁴³, presidente da Sociedade, que havia acrescentado ao nome original, a designação de *Touring Club de Portugal*.

No saudado reaparecimento do seu boletim¹⁴⁴ cujo editorial relembra que a *Sociedade Propaganda de Portugal*, ainda detinha alguma implantação no país, contando, para isso, com cerca de quatro mil associados, que prestavam diversos

¹⁴⁰ Pina, Paulo, obra citada, p. 17.

¹⁴¹ Pina, Paulo, *idem.*, 19.

¹⁴² *Idem*, *ibidem*.

¹⁴³ D. José Capelo Franco Frazão (1872-1940), monárquico progressista, deputado entre 1898 e 1905, ministro da Fazenda no governo de Luciano e Castro, entre 1905 e 1906. Em 1910, refugiou-se em Genebra.

¹⁴⁴ *Boletim da Sociedade de Propaganda de Portugal (Touring Club de Portugal)*, Nova Série, 1934, p.2.

serviços de apoio aos turistas e ao turismo, promovendo e organizando excursões e visitas guiadas, distribuindo a propaganda que as Comissões de Iniciativa e o Conselho Nacional de Turismo lhes faziam chegar¹⁴⁵.

A dissolução do “embrião civil da organização turística”¹⁴⁶ na instituição estatal deixa perceber a tendência enformadora que acompanha o sector durante a primeira metade do século XX, a subordinação ao Estado, enquanto elemento promotor, condicionador e regulador da actividade económica em geral e do turismo em particular.

Parte da estratégia delineada para o fomento do turismo, sobretudo a nível interno, pela Sociedade Propaganda de Portugal, será aproveitada quer pela I República, quer pelo Estado Novo, como fórmula de “abertura ao mundo e à modernidade”¹⁴⁷.

O pioneirismo no reconhecimento do turismo enquanto “indústria sem chaminés”¹⁴⁸, feliz expressão do figueirense Ernesto Tomé¹⁴⁹, não seria acompanhado numa perspectiva de desenvolvimento do país turístico, tendo ambos os regimes políticos preferido encarar o turismo nacional enquanto terreno para afirmações estéticas e políticas.

Em 1934 a “nova parcela para o equilíbrio da balança económica nacional”, descompensada agora pelas ondas de choque provocadas em 1929 com a queda da bolsa de Wall Street, surge de novo como um “instrumento operacional [...] na manutenção da estabilidade financeira externa e na solvabilidade externa” do escudo, procurando desta forma colmatar a supressão das “remessas do Brasil e a queda dos valores da reexportação colonial”, como assinala Daniel de Melo¹⁵⁰.

Importa realçar que foi durante este período, popularmente conhecido

¹⁴⁵ Idem, p. 7-10.

¹⁴⁶ Pina, Paulo, obra citada., p. 17.

¹⁴⁷ Pina, Paulo, idem, p. 21.

¹⁴⁸ Santos, Joaquim Moreira dos, *A Figueira da Foz e o desenrolar da História*, Figueira da Foz, Ginásio Club Figueirense, 2004, p. 96.

¹⁴⁹ Ernesto Ferreira Gomes Tomé (Figueira da Foz, 1884, Ilha de S. Tomé, 1975). Formado em Direito e Capitão do Exército Português. Com vasto currículo em diferentes áreas profissionais, intelectuais e desportivas na Figueira da Foz, onde foi Presidente da Direcção do Ginásio, professor do ensino oficial, Subdelegado Regional da Mocidade Portuguesa, director de diversos jornais e publicações entre os quais o *Figueira Sport*, *O Palhinhas* e a *Voz da Figueira*. Presidente da Comissão Municipal de Turismo, vereador e Presidente Interino da Câmara Municipal da cidade e director do Casino Peninsular. Ver Costa, Fausto Caniceiro da, *Figueirenses de Ontem e de Hoje*, [s. l.], edição de autor, 1995, p. 330-331.

¹⁵⁰ Melo, Daniel de, “Turismo”, *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Rosas, Fernando e Brito J. M. Brandão de, Lisboa, Editora Bertrand, 1996, vol. II, p. 984.

como a “Grande Depressão”, que o turismo se impôs em Portugal, como um sector com potencial económico, encarado pelo Estado como factor de equilíbrio das contas públicas, onde as falhas orçamentais e compromissos governamentais eram genericamente crónicos e desrespeitados.

Opção que permite apreender um aumento do nível de percepção das reais possibilidades do turismo como elemento potenciador do crescimento económico, social e cultural, num país que geralmente patenteava algum atraso quanto ao entendimento e acolhimento da importância do turismo, quer do ponto de vista económico, quer como contribuinte para o desenvolvimento estrutural do país.

As perspectivas renovadas no dealbar dos anos Trinta quanto ao desenvolvimento das actividades ligadas ao turismo, equacionadas através do contributo das suas receitas para reequilíbrio da balança de pagamentos nacional, viriam a ser defraudadas com a eclosão, em 1936, da Guerra Civil na vizinha Espanha.

A grande relevância estratégica do turismo nacional, em termos económicos, ocorrerá a partir de 1960, quando a actividade adquire, de novo, o estatuto de “principal factor de aceleração do ritmo de acréscimo do produto nacional bruto (PNB)”¹⁵¹, retomando assim o sentido que nos anos Trinta havia sido proposto.

O contexto de um país, parcialmente poupado à convulsão e devastação da Segunda Grande Guerra, a braços com a emergência e a necessidade de um forte suporte financeiro, para contrariar as inerentes despesas com a frente de guerra, aberta pelos diferentes movimentos independentistas africanos nos inícios da década de 1960, e o necessário incremento de políticas de desenvolvimento estrutural, económico e social das então denominadas províncias ultramarinas.

¹⁵¹ Idem, ibidem.

2. 2.1. Estado Novo: Turismo e Ideologia

Será impossível escrever, analisar, pensar a história institucional do turismo nacional e não só entre 1933 e 1949, esquecendo a figura tutelar de António Ferro.

Considerado como “um dos mais importantes nomes da cultura do Estado Novo”¹⁵², indigitado directamente por Oliveira Salazar, em 1933, para fundar e dirigir o Secretariado de Propaganda Nacional, vulgo S.P.N. Seria imposto pela “voz de Salazar”¹⁵³, conforme refere o próprio.

O figurino ideológico da nova repartição estatal assentará numa política de criação ou “elaboração de uma determinada “imagem-tipo” do “ser português” e de Portugal, apurada a partir de uma gama de referências derivadas da “cultura popular” reelaboradas dentro do ideário do regime, cuja principal intenção era retratar a “alma portuguesa”, dando corpo a um ideal de “Lusitanismo”¹⁵⁴.

António Ferro revoluciona a visão do país e do regime, através da utilização intensiva da propaganda e de todos os meios de difusão de que então dispunha. Pretende construir uma fachada para o regime, pensando “encenar turisticamente o país”¹⁵⁵. Recorre a uma realidade desconhecida no contexto político e social português, o “uso das várias formas de arte, enquanto instrumento”¹⁵⁶ e recurso ideológico de propaganda na encenação desse país “rústico” feito a retoques, aqui e acolá.

Na essência recolhe as “velhas” teses do “pioneiro Leonildo de Mendonça e Costa [...] de restaurar e fabricar a imagem embaciada do país por intermédio do turismo”¹⁵⁷, restabelecimento e apropriação em que António Ferro foi mestre incontestado, enquanto duraram os “anos dourados” do Estado Novo.

Reconhecidamente incompreendido por alguns sectores ligados às elites do regime, uma ilação diversas vezes referenciada em muitos dos seus discursos e escritos políticos.

¹⁵² Silva, Armando Malheiro da, “Ferro, António Gabriel Quadros” in Rosas, Fernando e Brito, J. M. Brandão de, obra cit., vol. I, p. 355.

¹⁵³ Ferro, António, *Dez anos de Política do Espírito. 1933-1943*, Lisboa, S.P.N., [s. d.], p. 9.

¹⁵⁴ Paulo, Heloisa, “Vida e Arte do Povo Português. Uma visão da Sociedade segundo a propaganda oficial do Estado Novo”, Separata da *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1994, p.106.

¹⁵⁵ Ferro, António, *Dez anos de Política do Espírito*, p. 76.

¹⁵⁶ Leal, Ernesto Castro, “António Ferro”, em *História de Portugal*, direcção João Medina, Amadora, *Ediclube*, 2004, p. 132.

¹⁵⁷ Pina, Paulo, obra cit., p. 97.

Críticas a que, de forma polida, respondia, reconhecendo que aquelas não se manifestavam por questões “de má vontade ou de inteligência, mas de mentalidade, de subtileza”¹⁵⁸.

Denuncia e acusa, no entanto, quanto a nós, de forma inteligente, a patente falta de bagagem cultural, de gosto estético e esse sentimento de profunda recusa à inovação entre grande parte dos críticos da sua acção no S.P.N./S.N.I. Desabafava que em Portugal “custa tanto mudar uma etiqueta, a inutilizar um cliché!”¹⁵⁹.

Homem de acção, procura exorcizar a tacanhez e o atavismo de certos preconceitos contra a modernização do país e contra si próprio, na procura de “um Portugal Novo”¹⁶⁰.

As campanhas de promoção de cinema, em 1935, das bibliotecas (embora, estas, fossem apenas duas) de teatro, que, de forma itinerante, percorrerão o país, sendo uma completa novidade. Instituem-se concursos de montras, arranjo das estações ferroviárias, concursos de ruas e janelas floridas, criação do prémio *Aldeia mais Portuguesa de Portugal*, em 1938, embora, posteriormente, os refugiados da Segunda Guerra sejam preferencialmente encaminhados para as zonas balneares, zonas turísticas por excelência, únicos locais onde a capacidade hoteleira permitiu essa concentração.

Procede-se, projecto delineado no decorrer do 1º Congresso Nacional de Turismo, em 1936, à criação das *Pousadas de Portugal* e das Brigadas de Turismo, o país assiste à *Exposição do Mundo Português* em 1940, realizações que, em nome da propaganda e do regime e da imagem turística do país, acontecem ao longo dos dezasseis anos em que dirigiu o S.P.N./S.N.I.

O S.P.N., a partir de 1944, adopta a designação de Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo, vulgo S.N.I., donde emana a publicação de textos ideológicos direccionados às actividades, no país e regiões tendencialmente vocacionadas, do turismo, actividade onde sobressai a edição de duas revistas¹⁶¹ e o apoio à divulgação das actividades turísticas através do

¹⁵⁸ Ferro, António, *Apontamentos para uma Exposição*, Lisboa, S.N.I., 1948, p. 11.

¹⁵⁹ Ferro, António, *Dez anos de Política do Espírito*, p. 12.

¹⁶⁰ Ferro, António, *idem*, p. 29.

¹⁶¹ Duas revistas convém salientar: *O Mundo Português*, surgida em 1934, uma co-edição entre a Agência Geral das Colónias, e a revista *Panorama*, editada entre 1941 e 1971. Existiram quatro séries desta última, tendo, toda a primeira série sido, dirigida por António Ferro.

cinema, práticas que coadjuvam a “acção estético-ideológica”¹⁶² que envolveu este sector.

As técnicas de propaganda do Estado Novo não divergiram das utilizadas pelos regimes totalitários europeus da época. Assente em princípios básicos, como a simplicidade da mensagem a transmitir, que permite uma ampla difusão, propósito elementar de propaganda que se pretende breve e clara, reduzível a pequenas frases cujo alcance se pretendia convincente.

Durante as comemorações da primeira década no poder, ocorridas em 1938, surge um conjunto de cartazes, intitulados a “A lição de Salazar”¹⁶³, da autoria de Martins Barata e Emérico Nunes, que pretendem incutir, através da imagem, elemento fundamental de propaganda num país com elevadas taxas de analfabetismo, o “viver quieto” tão ao gosto do ideólogo principal do regime, ao mesmo tempo que se justapõe a acção desenvolvida pelo Estado Novo ao caos e desorganização da Primeira República e cujo teor serve de modelo explicativo da acção desenvolvida pelo novo regime.

Sublimando, obviamente, as qualidades intrínsecas do novo projecto político para o país, a observância dos princípios propagandísticos da “lei da repetição”, procuravam evidenciar os objectivos pelos quais as mudanças se efectivaram¹⁶⁴.

Através da difusão, feita sobretudo no âmbito escolar, os futuros cidadãos passariam a identificar e a identificar-se, eles próprios, com os valores ditos nacionais.

Por outras palavras, as actividades desenvolvidas pelo S.P.N./S.N.I., durante o consulado de António Ferro, enformam o quadro ideológico e político, enquadrado em modelos importados, sobretudo de Itália, tendo como pano de fundo a função propagandística interna e externa do Estado Novo.

Ao turismo competiu parte desse trabalho, transformado no arauto do “novo Portugal” que se pretendia mostrar junto do público externo e interno.

¹⁶² Leal, Ernesto Castro, “António Ferro”, *História de Portugal*, direcção de João Medina, Amadora, Ediclube, 2004, vol. XVII, p. 133.

¹⁶³ A série oficial, mandada realizar por Carneiro Pacheco, Ministro da Educação, esteve na base de uma campanha pedagógica a fim de serem distribuídos nas escolas primárias. Foram produzidos cerca de 84 000 exemplares. Ver Medina, João, “Deus, Pátria, Família: ideologia e mentalidade do Salazarismo”, *História de Portugal*, direcção de João Medina, Lisboa, Ediclube, 2004, vol. XV, p. 164-165.

¹⁶⁴ Rodero Antón, Emma, *Concepto y técnicas de la propaganda y su aplicacion al nazismo*, Biblioteca On-Line de Ciências do Conhecimento.

2.2.2. A “frívola e pequena indústria”

Em 1936, após o decurso do I Congresso Nacional de Turismo, as conclusões são unânimes. A concordância surge quanto à situação geral do turismo, cujo estado de desprezo e paralisação é denunciado por grande parte dos congressistas, que apelam a uma maior “atenção por parte do Governo, com a criação, entre outras medidas, de um organismo coordenador do sector”¹⁶⁵.

Reivindicação concretizada em 1940¹⁶⁶, quando o Secretariado de Propaganda Nacional, passa a congregar e a dirigir os organismos tutelares do Turismo, que assume “a responsabilidade da promoção do espaço português tal como é apresentado pelo Estado Novo”¹⁶⁷, onde se dilui o Conselho Nacional de Turismo, principal e única estrutura de promoção e desenvolvimento do turismo português da época.

Na imprensa turística nacional esta integração surge como facto bem aceite. A circunstância “pode ser um acontecimento interessante na história do turismo português [...] foi ideia acertada, um salto em frente”, como exprime Julião Quintinha, nas páginas a revista *Turismo*¹⁶⁸.

O fim do “espartilho burocrático”¹⁶⁹, que a integração do sector no Ministério do Interior, que esvaziara de conteúdo e de influência o desenvolvimento do turismo nacional, augurava um período de reacendimento da motivação política no desenvolvimento turístico do país.

A actividade turística vive em grande medida de imagens construídas, sendo rapidamente transformada num “agente privilegiado de comunicação social”¹⁷⁰ enquanto objecto estruturante da política do Secretariado, passando de novo a ser utilizado “para lançar a imagem do país no exterior”¹⁷¹, através da qual se objectiva a encenação de alguns dos pressupostos ideológicos do regime político português.

António Ferro recorre à idealização e imposição de determinados padrões

¹⁶⁵ Vieira, Joaquim, *Portugal Século XX. Crónica em imagens 1930 – 1940*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p. 109.

¹⁶⁶ Decreto-Lei n.º 30 289, de 3 de Fevereiro de 1940.

¹⁶⁷ Paulo, Heloisa, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil. O SPN/SNI e o DIP*, Coimbra, Minerva, 1994, p. 75.

¹⁶⁸ Revista *Turismo*, nº 28, Janeiro 1940, ano IV, (s. p.).

¹⁶⁹ Pina, Paulo, obra cit., p. 33

¹⁷⁰ Pina, Paulo, obra cit., p. 97.

¹⁷¹ Melo, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2001, p. 250.

culturais, evitando assim que a impregnação ideológica ficasse debaixo do “livre arbítrio de cada um”¹⁷².

Ao mesmo tempo que arquitecta a imagem interna, procura, posteriormente, impô-la externamente, envolvida em redor de alguns conceitos abstractos, como a essência do ser “português” e de um “nacionalismo rural”¹⁷³, que glorificam a imagem do “país da ordem”¹⁷⁴ numa Europa agitada pelos ventos de guerra.

A propaganda turística externa, onde podemos detectar um recuo às propostas da I República, incorpora, de forma inovadora, a conjugação e harmonização de ideias, que à partida podem ser entendidas como inconciliáveis, englobando a reconstrução da tradição e das raízes populares aliados a conceitos emanados das vanguardas culturais do regime.

Pressupostos que passam a enquadrar uma parte da cultura oficial, agora dita de raiz “popular”, entretanto reescrita e reinventada, na qual serão envolvidos todos sectores, o teatro, a dança, a música, o cinema, a pintura, as artes gráficas, a arquitectura e a literatura.

Conceitos e estratégias, que os antropólogos, actualmente, designam como uma «estetização da cultura tradicional», que se promovem e institucionalizam através da acção do Secretariado de Propaganda Nacional, entre os alvores dos anos Trinta e princípios da década de Cinquenta.

A arte, segundo Ferro, era “uma grande arma turística”, se utilizada convenientemente na criação e divulgação dos museus e monumentos, actividades que, conjugadas “com bons guias”¹⁷⁵, cujas práticas aconselha para os grandes centros (Lisboa e Porto) ou nas capitais de distrito.

Pressuposto que indicia uma política de turismo estruturada e centralizada no organismo central, burocrático, ou tecnocrático, numa linguagem mais actual, onde os principais beneficiados se restringem, por ordem de importância, às duas principais cidades e às capitais distritais, encerrando esta concepção acima enunciada uma nota de modernidade associada ao actual modelo e conceito de turismo cultural, tão em voga na contemporaneidade.

No remanescente, não contemplado pela política de António Ferro,

¹⁷² Rosas, Fernando, “O Estado Novo nos Anos 30”, in *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. VII, p. 292.

¹⁷³ Paulo, Heloisa, “Vida e arte do Povo português”, p. 108.

¹⁷⁴ Paulo, Heloisa, obra citada, p. 134.

¹⁷⁵ Idem, ibidem.

bastariam pequenos gestos ingénuos, onde “tudo quanto seja arranjar e pôr flores nas jarras, é turismo e bom turismo”¹⁷⁶.

Demonstração da singeleza, talvez pobreza, atente-se, contudo, aos tempos vividos, e da estética proposta e pretendida, assente em pressupostos ruralistas, apoiados na reconhecida hospitalidade das gentes, frugalidade e bucolismo das paisagens portuguesas, pouco intervencionadas pela acção do homem, o pitoresco dos costumes, num país que se manteve intacto, porque afastado das convulsões do século e que surgia como um verdadeiro oásis de paz e progresso, “zona de refúgio, de paz [...] oásis da Europa”¹⁷⁷.

A revista *Turismo* aplaude, de forma efusiva, a medida, quando nas suas páginas realça que a transferência do Conselho Nacional de Turismo representava “alguma coisa mais que uma acertada medida de carácter burocrático”, considerando que a acção, que vinha sendo desenvolvida, no estrangeiro, pelo S.P.N., augurava uma “especial atenção a diversos problemas turísticos”¹⁷⁸.

O S.P.N./S.N.I. materializa diferentes realizações e actividades que culminam com a abertura, no estrangeiro, de novas delegações das Casas de Portugal¹⁷⁹ em Antuérpia (1933), em Nova Iorque (1939), a Exposição do Mundo Português (1940), a “coroa de glória” do consulado de António Ferro, com o apoio do “imparável Ministro da Obras Públicas, Duarte Pacheco”¹⁸⁰ e as exposições realizadas em Paris em 1937, Nova Iorque e S. Francisco em 1949.

Realizações com as quais nem “o mais prático dos sonhadores”, como Paulo Pina define António Ferro, conseguem travar as fortes resistências de algumas elites afectas ao regime, hostis, por um lado, à figura do director do S.P.N./S.N.I., jornalista que emergira dos meios modernistas e boémios da década de 1920, viajado e culto, bem como as “supérfluas, sumptuárias [...] verbas dispensadas à Informação e ao Turismo”¹⁸¹.

Embora se possa considerar que grande parte das alterações preconizadas,

¹⁷⁶ Ferro, António, *Turismo Fonte de Riqueza...*, p. 17.

¹⁷⁷ Ferro, António, *Turismo Fonte de Riqueza...*, p. 27.

¹⁷⁸ Revista *Turismo*, nº 28, Janeiro 1940, ano IV, (s. p.).

¹⁷⁹ A promoção institucional do país no estrangeiro nos locais de grande concentração de correntes turísticas começara sob a alçada do Ministério dos Negócios Estrangeiros, através do qual a Comissão de Propaganda de Portugal instalou em Paris e Londres as duas primeiras Casas, em 1931. Ver Pina, Paulo obra cit., p. 73.

¹⁸⁰ Catálogo da *Exposição 90 anos de Turismo em Portugal. Conhecer o passado. Investir no Futuro*, coord. Flávio Lopes e Teresa Gambôa, Lisboa, Conselho Sectorial do Turismo, 2001, p. 16.

¹⁸¹ Ferro, António, *Apontamentos para uma Exposição...*, p. 15.

nos decorrer de quase dezasseis anos em que António Ferro dirige os destinos do turismo nacional, se possam resumir a uma utilização deste enquanto vector de encenação política e ideológica do Estado Novo, descurando o vital apoio económico na implementação das infra-estruturas necessárias, a política desenvolvida por António Ferro não pode ser encarada apenas por esse prisma.

A ideia de país turístico, segundo a pretensão de António Ferro, assentava no combate ao atraso da hotelaria nacional, à ausência de “elementares”, como lhes chamou, cuidados de higiene pública, à “humilhante e degradante” e continuada existência de mendicidade nas estâncias turísticas nacionais, ao “mau-gosto literário e gráfico” da publicidade turística, à não promoção e conveniente utilização do folclore, à “pulverização e dispersão” das verbas com as inúmeras Comissões de Turismo e Juntas¹⁸². No fundo a sua influência dirige-se à alteração de comportamentos e de mentalidades no sector.

Políticas realísticas, correctas, demonstraram, no entanto, estar distantes de um quotidiano pautado por limites impostos pela guerra na Europa. Tempo em que o turismo é pensado como uma “indústria de luxo”¹⁸³, por isso descabido.

Pautado pelas deficiências estruturais e resistências mentais do país, que no geral recusava a implementação prática das premissas impostas pelo S.P.N./S.N.I., num país onde tudo faltava, desde os transportes fáceis à exiguidade de recursos, a tarefa que se propôs de projectar, desenvolver e modernizar o sector turístico converteu-se numa incumbência ingrata.

No entanto, o “plano de turismo elementar”¹⁸⁴ que propunha, assente na construção de pequenos hotéis, renovação dos existentes, combate às inúmeras deficiências que foram sendo apontadas pelas Brigadas de Turismo, ao nível da higiene e salubridade na hotelaria nacional, no combate à mendicidade de rua, profunda renovação na publicidade turística, embora com imposições descabidas, a valorização do folclore, um projecto “modesto”¹⁸⁵ nas palavras do próprio, que reconhece, cabalmente, que este servia para “encenar o país turístico”¹⁸⁶ para o cenário do pós-guerra, antecipando-lhe as bases para um futuro, que pareceu adivinhar.

A uniformização das zonas turísticas, tentando evitar ou regular conflitos e

¹⁸² Idem, p. 77

¹⁸³ Ferro, António, *Turismo Fonte de Riqueza e Poesia...*, p. 86.

¹⁸⁴ Obra supra, p. 85.

¹⁸⁵ Idem, ibidem.

¹⁸⁶ Idem, p. 76.

choques entre regiões limítrofes, vulgares na época, causadora de profundas divergências entre o Secretariado e os núcleos locais de apoio e desenvolvimento do turismo, vulgo Comissões Municipais de Turismo, incentivando e promovendo a sua interligação, até então inexistente.

Uma procura incessante de reconhecimento do sector junto de outros departamentos do Estado, pretendendo com este estabelecer um “forte espírito de colaboração”¹⁸⁷ para fomento do turismo nacional.

Com o regresso das reivindicações regionalistas, as Comissões e Juntas de Turismo querem beneficiar das políticas de desenvolvimento preconizadas pelo Secretariado, e envolvem imprensa local e regional na luta pela hegemonia da sua região, na demanda dos apoios estatais para as suas mais díspares reivindicações. O dissídio entre o Secretariado e as diversas Comissões de Turismo tornou-se público e notório.

A revista *Turismo*¹⁸⁸ apelava então a uma profunda “revisão da organização do turismo regional”, avançando que o Secretariado não pugnava por “um critério justo quanto à valorização de algumas regiões”.

Afirmações que parecem pressupor a existência de zonas turísticas que, de forma preferencial, usufruiriam, em termos de valorização turística, de maiores dotações financeiras por parte do organismo estatal que assegurava a coordenação da política de turismo e as obras. Neste caso específico o grande beneficiado seria então a denominada zona dos “Estoris”.

Reivindicações e justificações que genericamente encontraram eco ao nível da imprensa local ou regional, sendo o seu principal veículo de ampliação e comunicação das aspirações locais junto do público e do Secretariado.

Outras regiões, para além das possuidoras de estâncias balneares, precipitam-se igualmente na obtenção do ambicionado título de “região turística”, proclamando e enunciando a posse das características necessárias para que possam usufruir das possibilidades de desenvolvimento que a designação trazia consigo.

António Ferro resumia grande parte destas questões a “clássicas intrigas de bairro”¹⁸⁹, que pretendiam impedir a unidade pretendida nas regras, nos padrões e da obediência às directrizes emanadas do órgão central que tutelava o turismo

¹⁸⁷ Ferro, António, *Turismo Fonte de Riqueza e Poesia...*, p. 12.

¹⁸⁸ Revista *Turismo*, nº 28, Janeiro 1940, ano IV, (s. p.).

¹⁸⁹ Ferro, António, *Turismo Fonte de Riqueza e Poesia...*, p. 80.

nacional.

A necessidade de libertar os órgãos locais de turismo da sombra tutelar das Câmaras Municipais, otimizada, segundo afirmaria António Ferro, em 1948, com a institucionalização do “Estatuto de Turismo”, documento que permitiria “regular definitivamente as relações entre o organismo central e os seus instrumentos locais, criar unidade entre zonas que deveriam ajudar-se e não chocar-se nos seus interesses”¹⁹⁰ seria apenas concretizada pela Câmara Corporativa em 1955, através do projecto de proposta de lei nº 515 de 31 de Dezembro, que deu forma à primeira “Região de Turismo” nacional na Madeira.

No denominado “Estatuto de Turismo”, que apenas será discutido e implementado após o afastamento do S. N. I. de António Ferro, ensaia-se a normalização das relações entre o órgão máximo do turismo e os seus instrumentos locais, agrega as Comissões locais e Juntas de Turismo num único órgão, agora de âmbito regional, a “Região de Turismo”, redefine para o denominado “Fundo de Turismo”, destinado “a assegurar o fomento do turismo”, novas taxas e tabelas, que estavam estabelecidas desde 1921, pela Lei nº 1238 de 28 de Novembro.

Em Dezembro de 1947, na reunião entre o director do Secretariado e os diversos representantes das Juntas de Turismo e Comissões de Turismo¹⁹¹. Este reconhece a “ligação deficiente” entre estes organismos, que, no entanto, acusa de “desconhecer o organismo central que deveria comandá-las e orientá-las”.

Reconhecimento que permite entender o distanciamento e alheamento existente e as mais que prováveis divergências de pensamento entre os membros dos organismos regionais e locais e o Secretariado sobre a implementação e “criação duma consciência turística”¹⁹² no país. Divergências acentuadas por uma “Política do Espírito”, nascida em redor do poder central, desarticulada das reais necessidades e dificuldades sentidas, ao nível do plano local, pelas estâncias turísticas nacionais.

¹⁹⁰ Ferro, António, *Turismo Fonte de Riqueza e Poesia...*, p. 12.

¹⁹¹ Existiam ao todo no país cerca de 90 organismos assim designados.

¹⁹² Ferro, António, *idem*, p. 97.

2. 2.3. Traços a lápis do país turístico

O S.P.N./S.N.I fomentou, com o apoio do Ministério das Obras Públicas, dirigido então pelo Engenheiro Duarte Pacheco, o denominado plano das Pousadas de Portugal, através do qual pretendeu sensibilizar e impor novos critérios e conceitos ao sector hoteleiro nacional.

O projecto das Pousadas¹⁹³ nasceria em período pouco inclinado às trocas turísticas, não deixa contudo de gerar uma certa euforia entre Comissões e Juntas de Turismo, que, aderindo à vertigem bairrista e regionalista que varre o país, as impele na busca desenfreada pela descoberta desse “local «único», da beleza «única», das condições «únicas»¹⁹⁴ para a reivindicar junto do poder central a “sua” pousada de turismo.

O projecto redonda num conjunto de pousadas diminuto, de acordo com as possibilidades financeiras do organismo supervisor do turismo nacional, num plano cuja expressão no número de camas¹⁹⁵ pouco viria acrescentar ao então decrépito parque hoteleiro interno.

A criação das Brigadas de Hotéis¹⁹⁶, no preciso momento em que o S.P.N., passa a articular e dirigir o sector do turismo, demonstra, na prática, a tentativa de modificar uma rede hoteleira caduca e sem gosto, procurando encetar um trabalho de modernização e de pedagogia que pretendia despojar e simplificar decorações, criar hábitos de higiene e melhorar instalações, que ficará muito aquém dos resultados esperados.

Pretende-se projectar no turismo e nos seus agentes uma “consciência turística”¹⁹⁷, em conjugação com o desenvolvimento de infra-estruturas necessárias que a linguagem poética de António Ferro enquadra numa “amenização das nossas estradas, linhas férreas”¹⁹⁸.

¹⁹³ Como afirma Sérgio Palma Brito, “o conceito de Pousada encontra a sua racionalidade económica no quadro do emergente turismo rodoviário no país e está definido em 1935.” O conceito nasce como política falhada das Comemorações Centenárias de 1939-1940, efectiva-se com a entrega do projecto ao S.P.N. O conjunto estatal comportou a construção de sete pousadas e inaugurados, entre 1942 e 1948. Ver Brito, Sérgio Palma, obra cit., vol. II, p. 655-657 e 685-689.

¹⁹⁴ Pina, Paulo, obra cit., p. 121.

¹⁹⁵ Sérgio Palma Brito refere um total de 33 quartos. Por aqui se pode deduzir que o Plano das Pousadas se restringiu ao enunciar pedagógico que o Secretariado pretendia difundir entre os hoteleiros nacionais. Ver Brito, Sérgio Palma, obra cit., vol II, p. 685.

¹⁹⁶ Para a cobertura do país foram instituídas duas brigadas, constituídas por um arquitecto, uma decoradora e um funcionário do S.P.N.

¹⁹⁷ Ferro, António, *Turismo Fonte de Riqueza...*, p. 97.

¹⁹⁸ Idem Ibidem.

O conjunto de obras para cumprir o desiderato que o mentor do desenvolvimento turístico havia proposto estavam, em finais de 1947, “no seu início”, atraso que o dirigente justificaria pela “dificuldade, morosidade, e incompreensões”¹⁹⁹ derivadas da visão do turismo como algo fútil em tempo de guerra, rareando por isso os estímulos necessários por parte do Estado.

Reconhecida “a desvalorização institucional do turismo na estrutura oficial”²⁰⁰, situação “sistemática desde a instauração da ditadura militar em 1926”²⁰¹, ou mesmo aquando da sua institucionalização pela Primeira República, que subordina grande parte das intenções e projectos a essa realidade.

Com a Europa em guerra, “o turismo tradicional será quase varrido da face da Terra, durante os seis anos que o conflito vai durar”²⁰², embora a Guerra Civil Espanhola, a partir de 1936, principie a redução dos fluxos turísticos no país e no mundo.

Em 1940, procura-se aproveitar a entrada dos refugiados, provocada pela guerra, período durante o qual o país se transforma em placa de circulação das elites sociais e artísticas europeias rumo à América, dirigindo a grande maioria destes turistas “acidentais” para as estâncias balneares²⁰³.

A política de animação turística interna foi então orientada para a exacerbação do folclore, onde a promoção “de desfiles, cortejos históricos e alegóricos [...] e enfatização dos recursos de cariz popular”²⁰⁴, em conjunto com o artesanato, a doçaria e cozinha regional, através da qual se pretende projectar, para além de cenário turístico a utilizar no pós-guerra, nos estrangeiros aqui refugiados uma imagem que perdure no seu imaginário e os faça voltar de novo.

Com a passagem do S.N.P. a Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, vulgo S.N.I.²⁰⁵, a palavra propaganda desaparece surgindo em seu lugar a designação turismo, numa mudança com conotações políticas óbvias, em finais da Segunda Grande Guerra.

¹⁹⁹ António Ferro, obra citada, p. 96.

²⁰⁰ Melo, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular...*, p. 257.

²⁰¹ Ibidem.

²⁰² Pina, Paulo, obra cit., p. 119.

²⁰³ Na Figueira da Foz, assinala-se a presença de refugiados, ligados sobretudo às artes, por volta de 1940. Luís Cajão refere a existência de uma “Comissão de Recepção aos Refugiados” e as transformações que a cidade sofreu com a sua chegada, que alterou a já de si cosmopolita “vida de verão” na Figueira da Foz. Estes, com os seus hábitos e costumes provocam uma pequena revolução nos costumes locais.

²⁰⁴ Melo, Daniel, “Turismo”, *Dicionário de História do Estado Novo*, Rosas, Fernando e Brito, J. M. Brandão, vol. II, p. 985.

²⁰⁵ Alteração criada pelo Decreto-Lei nº 33545, de 23 de Fevereiro de 1944.

Embora a vocação se mantivesse, vinculada na difusão ideológica, assente na cultura popular como política institucional que, de certo modo, condiciona a actividade turística interna, os novos ventos da democracia vindos do outro lado do Atlântico, e que chegam à Europa devastada, obrigam o regime português a novo reposicionamento ideológico.

A transição, planeada por António Ferro, num país que “não sabe ou não quer fazer turismo”²⁰⁶, coordenada a partir do organismo estatal, que passa a superintender a actividade das Juntas de Turismo e Comissões Municipais de Turismo, pretendendo criar o “país da ordem”²⁰⁷, onde as questiúnculas bairristas e regionalistas iriam, aparentemente, ser sanadas.

As dificuldades encontradas, e denotadas pelo próprio, na imposição de uma política nacional de turismo, a “caixa de lápis de cores”²⁰⁸, como refere, que permita a ampla convergência de interesses entre diferentes organismos estatais que tutelavam e regulavam a actividade turística, a hotelaria, o jogo, o controle de fronteiras e o sector privado, seriam a pedra de toque de todas as reformas.

A política de Turismo encenada pelo S.P.N./S.N.I. acabaria por esbarrar quase sistematicamente na incompreensão dos seus pares institucionais; na administração do Estado e no sector privado. Os primeiros, pela inércia e inépcia na compreensão do fenómeno turístico; os segundos, tentando obstruir a política de impostos e o controle estatal preconizado para o sector hoteleiro, pelo Secretariado.

A pretensão de estruturar “um bloco de todas as indústrias”²⁰⁹ que englobe as actividades que gravitam em torno da actividade turística, a hotelaria, os caminhos-de-ferro, as agências de viagens, as companhias de navegação marítima e aérea e o comércio, tendo em conta os limitados recursos financeiros²¹⁰ de que o Secretariado dispunha, não permitirá que venha a ser executada, segundo os planos e desejos de António Ferro.

Realce, embora não seja da responsabilidade directa do Secretariado de Propaganda, mas da constatação política da inexistência de ligações aéreas com os territórios ultramarinos, para a construção dos dois aeroportos nacionais, na

²⁰⁶ Ferro, António, *Turismo Fonte de Riqueza...*, p. 7.

²⁰⁷ Paulo, Heloísa, “Vida e Arte do Povo Português”, p. 134.

²⁰⁸ Ferro, António, *Turismo Fonte de Riqueza...*, p. 10.

²⁰⁹ Idem, p. 8.

²¹⁰ Em 1948 o orçamento anual do Secretariado de Propaganda de Portugal rondava cerca de 2 mil contos. Ver Ferro, António, *Turismo Fonte de Riqueza e Poesia*, p. 20.

capital, em 1942, e no Porto, em 1944, em conjunto com criação de uma companhia de aviação nacional²¹¹, inovações que, de forma incipiente, colocam o país nas rotas aéreas do turismo, ainda antes do final da Segunda Guerra Mundial.

Ao introduzir a ideia de que não competia ao Estado a resolução das principais dificuldades de modernização do turismo nacional, embora este se prestasse a ser o principal “animador e centralizador das actividades privadas”²¹², Ferro deixou implícita a dificuldade em liberalizar a actividade, conhecendo, como poucos, os meandros turísticos em que se movimentavam os diferentes e múltiplos interesses regionais.

O dealbar da “miragem industrial”, chefiada pelo então Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria, Ferreira Dias, acabaria por implicar a “desgradação (do turismo) na hierarquia das grandes opções consagradas nos dois primeiros Planos de Fomento gizados nos anos cinquenta”²¹³.

Frontalmente em desacordo com as opções ideológicas do director do Secretariado, que apelida de promotor de “símbolos de uma ingenuidade primitiva”²¹⁴ e seu crítico pertinaz desde as opções estéticas e conceptuais tomadas para o conteúdo do pavilhão português na Feira Internacional de Paris, em 1937.

A opção cultural que enforma o turismo nacional, de feição ruralista e folclorista, acabaria por “suscitar embaraços com a sua propaganda a uma insociável industrialização”²¹⁵ que pretendia romper os atavismos da sociedade portuguesa.

A discrepância da querela acontece quando internacionalmente o turismo surge como uma das indústrias de ponta da economia do pós-guerra, no dealbar desse movimento que o direcciona para um turismo massificado.

Em Portugal, onde a luta pelo desenvolvimento económico se pauta agora pela “hegemonia industrial”, através da qual o regime procura queimar etapas, assente na urgência em recuperar o “tempo perdido e o atraso verificado em

²¹¹ Em Setembro de 1944, António de Oliveira Salazar cria o Secretariado da Aeronáutica Civil, directamente dependente da Presidência do Conselho. Nomeia para director do Secretariado Humberto Delgado, acompanhado do 1º tenente aviador Joaquim Trindade dos Santos (Chefe de Secção), Luís Tedeschi Bettencourt (adjunto do Chefe de secção) e Benjamim Fernando Fonseca de Almeida (piloto Chefe). Em 1945 surge a Secção de Transportes Aéreos, sob a designação de Transportes Aéreos Portugueses.

²¹² Ferro, António, *Turismo Fonte de Riqueza...*, p. 8.

²¹³ Pina, Paulo, obra cit., p. 95.

²¹⁴ Idem, ibidem.

²¹⁵ Idem, ibidem.

relação aos níveis atingidos por outras economias”²¹⁶. Será na década de 50, após a saída de António Ferro, que o mesmo prepararia desde 1945²¹⁷, enquanto outros preferem referir um afastamento compulsivo, que os novos dirigentes do S.N.I. começam por diluir o carácter de enformador ideológico e cultural do turismo português, reorientando as políticas de turismo para a atracção desse fenómeno que eclode das cinzas da devastação da II Grande Guerra: o “turismo de massas”.

Optando por dissipar as características folclóricas, pitorescas e ruralistas do turismo nacional, a ênfase coloca-se agora na reestruturação dos transportes, quer rodoviários, quer aéreos, em busca de um turismo externo “mais elitista (orientado para) [...] um turismo de luxo”²¹⁸. Jorge Felner da Costas será um dos principais impulsionadores do reformismo orgânico deste sector da economia nacional.

Políticas consagradas numa legislação especificamente reorientada agora para o crédito à hotelaria, em novas regulamentações sobre o jogo, pretendendo dotar o país dos instrumentos necessários para tentar explorar o “filão de ouro”.

No decorrer da década Cinquenta surgem indícios claros, embora tímidos, da necessidade uma nova política de turismo, através da qual e perante a explosão de novos destinos turísticos, verificada desde meados da década, que irá centralizar a oferta turística nacional no binómio, que perdurará até final do século, “Sol e Praia”.

Procura-se explorar a amenidade do clima, a hospitalidade das populações, incentivando uma política de preços concorrenciais, seguindo conceitos que principiavam a tomar forma no turismo internacional. A questão hoteleira, ensino e qualidade do pessoal, apoio financeiro e crédito à hotelaria, por exemplo, só surgem com maior acuidade no debate político em Portugal no transcorrer dos anos Cinquenta.

O desfasamento verificado entre viver comum, quotidiano, do país e a exaltação propagandística do regime começara a deixar de fazer sentido, sensibilidade esta imposta pelo ritmo de reconstrução na Europa, que para além de colocar sérios problemas de sobrevivência ao regime, habilmente manipulados no decorrer da “Guerra Fria”, indicia a fundamental mudança de rumo e a urgência

²¹⁶ Brito, J. M. Brandão de, “Indústria/Industrialização”, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I p. 460.

²¹⁷ Pina, Paulo, obra cit., p. 101.

²¹⁸ Melo, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular...*, p. 255.

em retocar a imagem de um país rural e do regime que o enformou.

O Turismo, enquanto “arma” ideológica e de propaganda do regime, tinha os seus dias contados, toda a política cultural que lhe estava associada, engendrada durante a época de António Ferro, à frente dos destinos do S.P.N./S.N.I., desmoronava-se com os ventos da democratização europeia do pós-guerra.

É a imagem construída pelo S.P.N./S.N.I., contrária ao seguidismo de modelos exteriores, tão do apanágio do anterior Conselho Nacional do Turismo, através da qual releva uma oferta turística assente no pitoresco, no bucolismo da paisagem, no “quieto” viver português, no ingénuo artesanato popular, no folclore, na hospitalidade simples e na simplicidade “cândida da culinária regional”²¹⁹, que urge agora modificar.

Forçosamente, as orientações políticas e estéticas, imprimidas por António Ferro do S.N.P./S.N.I. teriam que ser alteradas. Tinham contra si a caducidade de um modelo onde o turismo surge apenas como peça do jogo de encenação política do país.

Pretende-se, após o final da Segunda Guerra, encetar a uma outra orientação económica e social para o país, protagonizada agora pelo designado grupo dos “industrialistas”²²⁰ que se insurgem com maior clamor contra o denominado “lobby ruralista”²²¹, afirmando o descalabro das suas propostas económicas assentes numa agricultura de subsistência, pouco desenvolvida tecnologicamente, urgindo alterar o modelo existente.

A acção de António Ferro marcaria, podemos assim considerar, de forma indelével, a política turística nacional no decorrer do século XX.

Este dirigente, que em 1949 proclamava que “o turismo era uma tarefa para todos”, assumia já então algumas ideias reencontradas em 2006, no discurso do actual Secretário de Estado do Turismo, Bernardo Trindade, nas “Linhas Orientadoras do Plano Estratégico Nacional do Turismo”, que, em jeito de conclusão, afirmava que o incremento do turismo “é tarefa de todos”²²².

²¹⁹ Pina, Paulo, obra cit., p. 97.

²²⁰ Assente num cariz ruralista, a propaganda feita pelo S.P.N./S.N.I. desagradava fortemente aos sectores ligados à indústria, que defendiam a “necessidade da primeira deixar de constituir um entrave ao desenvolvimento do país”. Ver Rosas, Fernando, Brito, J. M. Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, vol. 1, p.461.

²²¹ Rosas, Fernando, *O Estado Novo nos Anos Trinta 1928-1938*, Lisboa Editorial Estampa, 1996, 2ª edição, p. 192-205.

²²² Trindade, Bernardo, *Linhas orientadoras do Plano Estratégico Nacional do Turismo*, 2006.

2. 2.4. Evolução do país turístico

A difusão do lazer balnear, entre os anos Trinta e Sessenta, resulta, em grande parte, da acentuada melhoria das rodovias e transportes. A questão ferroviária esvanece-se com o avançar do século.

Não se deve esquecer que o turismo, como em outros sectores da economia, embora devamos tomar em conta os níveis de desfasamento do seu processo de evolução económico-social e cultural em relação a outros países europeus, “os progressos do atraso”, como lhe chamará Pedro Lains²²³, não deixaria todavia de fazer o seu caminho.

Enfatizemos a ideia, que interessa ter em consideração nas análises sobre o turismo nacional, de que só nas últimas décadas do século passado o sector alcançaria reconhecimento e importância, enquanto área económica de relevo.

O reconhecimento da capacidade de atracção de ganhos económicos foi tardio, surge substancialmente nos anos Sessenta, com a necessidade de financiar a guerra nas províncias ultramarinas, como atrás referimos. Embora a posição oficial, na época, seja a de que o novo enquadramento do turismo obedecia “às novas doutrinas de aceleração económica surgidas no pós-guerra”²²⁴.

Mesmo assim o entendimento de boa parte dos estudiosos da economia nacional continuou alicerçado no estudo e análise de sectores tradicionais, como a agricultura, a indústria, comércio, exportação e importação. Neles o sector ou subsector do turismo enquanto elemento dinamizador de diferentes sectores das actividades económicas. Convém entender que o turismo interage com quase todos eles, sendo, de forma categórica, relegado e esquecido, apesar dos benefícios económicos, conquanto os constrangimentos verificados, que obteve.

O sector dos transportes e a sua modernização facilitou o acesso e a divulgação das zonas turísticas. Numa visão de conjunto da difusão do turismo e do lazer em Portugal, devemos ser prudentes. Esta reflecte-se sobre uma população que raramente viajava a não ser de forma excepcional, caso da emigração do pós-guerra, num período de relativa ausência de viagens com fins turísticos, numa Europa em convulsão. Deve-se recordar que, ainda há pouco

Consultar bibliografia Internet.

²²³ Lains, Pedro, *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História Económica de Portugal, 1842-1992*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

²²⁴ Baptista, César Moreira, *Informação. Cultura Popular. Turismo*, Lisboa, S.N.I., 1965, p. 11.

tempo, um elevado número de portugueses, residentes em zonas de interior, nunca vira o mar²²⁵.

Afastado do processo de guerra e devastação que grassa na Europa, entre 1936 e 1945, oportunidade que impôs a descoberta do país aos nacionais, conjuntura que assenta primordialmente no incremento dos transportes rodoviários e no aumento da rede de estradas viabilizando assim uma maior mobilidade interna.

Boa parte do turismo interno, durante os anos de guerra, viveu das facilidades de deslocação e de acesso às diferentes zonas turísticas proporcionadas pelo desenvolvimento do excursionismo.

O incremento do subsector dos transportes, no qual os “quinze anos entre 1926 e 1940 marcam, sem qualquer dúvida, o arranque do transporte rodoviário público e privado”²²⁶ em Portugal, facilita esse movimento interno.

Facto que não impede que o automóvel seja durante muito tempo exclusivo de uma “franja restrita da sociedade portuguesa”²²⁷, num país onde “ao contrário do que sucede noutros países da Europa [...] um carro permanece um luxo”²²⁸, realidade que se tenta esbater com o aumento e desenvolvimento da camionagem que, em 1940, ronda as 261 empresas legalmente constituídas.²²⁹

Embora a compra de automóvel esteja condicionada, como se afirma, a uma franja da elite²³⁰, longe das possibilidades económicas da classe média, a aposta na construção de rodovias, percursos de turismo, ou estradas de turismo com então eram designadas a maior parte das estradas construídas, o desenvolvimento da camionagem de aluguer, em plena II Grande Guerra, permitirá o desenvolvimento assinalável destes meios de transporte em Portugal.

O *Estado Novo* assumiu uma aposta clara na protecção deste importante sector, facto não desprezível na circulação interna e que terá efeito no acesso às

²²⁵ Mendonça, Bernardo, Burch, Jordi, (fotos), “Tony, olha como é brutal o mar”, *Expresso*, Revisita Única, nº 1900 de 28 de Março de 2009, p. 16 - 20

²²⁶ Vieira, António Lopes, “Os transportes rodoviários em Portugal, 1900 – 1940”, *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa Editora, Janeiro – Junho 1980, nº 5, p. 57 – 94.

²²⁷ No início da década de 1930 o Conselho Superior de Viação regista 37 564 veículos automóveis em circulação, no país. Ver Vieira, António Lopes, obra citada, p. 93.

²²⁸ Vieira, Joaquim, *Portugal Século XX. Crónica em Imagem 1930 – 1940*, p. 112.

²²⁹ Vieira, António Lopes, obra cit., p. 61.

²³⁰ Designados como “automóveis de turismo” nos anos Trinta, dado que a sua utilização principal estava afectada à realização de viagens. Foi, seguindo este pensamento, que em 1935 o então deputado Artur Leal Lobo da Costa designa os veículos distribuídos aos diversos agentes do Estado numa proposta apresentada à Assembleia Nacional a 5 de Fevereiro de 1935. Ver *Diário das Sessões da Assembleia Nacional*, nº 9 de 8 de Fevereiro de 1935, p. 2.

zonas balneares e turísticas do país.

Torna-se visível a protecção dos industriais ligados ao sector de importação e venda automóvel, a partir de 1933. São implementadas medidas legislativas que incidem sobre a abolição das taxas municipais sobre automóveis ligeiros e pesados, do imposto de camionagem sobre os transportes em regime de aluguer, e a não cobrança da contribuição industrial sobre o transporte de particulares em veículos pesados são exemplificativas. Legislação que, no seu todo, acabou por “contribuir para uma posição de relevo e benefício para os directamente interessados no sector”²³¹ e por consequência também para o turismo.

O incremento da camionagem de aluguer beneficiará claramente a mobilidade interna entre os estratos mais populares, no seio de uma sociedade que, maioritariamente, ainda não dispõe dos recursos financeiros necessários para viajar para o exterior.

O surto de desenvolvimento do excursionismo, no início dos anos 30 do século passado, está no auge, mostrando claramente que se por um lado “não há dinheiro para ir para o estrangeiro”²³² como comenta Joaquim Vieira, a aposta na mobilidade interna é acima de tudo incrementada pela instabilidade que se começava a registar no exterior das fronteiras nacionais.

A Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (F.N.A.T.)²³³ organiza os primeiros “passeios excursionistas” a partir de 1935. A «moda» era então as viagens em grupo, em excursão, organizada, na sua maioria, por colectividades populares, numa fase de desenvolvimento do turismo interno que ficou conhecido, embora depreciativamente, como o turismo de “garraão”.

Pese embora o facto de estas excursões se encontrarem sob a alçada e controle do Ministério do Interior, a popularidade desta tipologia de turismo interno, dito de cariz popular, pode ser confirmada pelas inúmeras empresas de camionagem de aluguer que se constituem com o intuito de explorar o negócio e pelo incremento e desenvolvimento dos inúmeros projectos de associativismo popular, também ele debaixo do controle e directrizes corporativistas do Estado

²³¹ Vieira, António Lopes, obra citada, p. 62.

²³² Vieira, Joaquim, *Portugal Século XX. Crónica em Imagem 1930 – 1940*, p. 107.

²³³ Criada ao abrigo do Decreto-lei nº 25.495, de 13 de Julho de 1935. Os estatutos da Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho foram publicados através do Decreto-Lei nº 31.036 de 28 de Dezembro de 1940. Esta organização dedicava-se a promover o “aproveitamento dos tempos livres dos trabalhadores”. Ver *Dez Anos de Alegria no Trabalho. 1935-1945*, Lisboa, Inatel, 1998.

Novo.

O próprio António Ferro iria colocar algumas reticências aos constrangimentos impostos pela legislação em vigor na época, que restringia a circulação da camionagem. Estes incluíam a impossibilidade de organizar circuitos de autocarro no interior da cidade de Lisboa e nos grandes centros urbanos, facto que o leva a afirmar, em defesa deste meio de transporte que “a circulação através da camionagem é a própria circulação do turismo”²³⁴.

Neste âmbito deve-se registar o extraordinário aumento da mobilidade interna entre os portugueses, entre as classes populares através da organização e promoção do excursionismo rodoviário.

Todo o incremento do transporte rodoviário está dependente de uma razoável rede viária, que será “acrescentada em 500 quilómetros”²³⁵, entre 1930 e 1939, transformando-se num importante e intenso concorrente da ferrovia, tendo levando inclusivamente à estagnação e entorpecimento das companhias ferroviárias e de alguns troços ferroviários.

Nada impede que a opção e aposta no crescimento da rodovia seja “benéfica a curto prazo para a bolsa dos utentes tanto em tarifas como em programas de viagens”²³⁶, diversificados e com uma enorme vantagem adicional em relação ao comboio, oferecem acesso directo aos locais turísticos.

A complementaridade entre meios e módulos de transporte no sector do turismo era uma noção inexistente, o seu desenvolvimento provoca uma concorrência desenfreada, desleal e feroz entre as múltiplas empresas concessionadas, como subalterniza o transporte ferroviário. A imposição e supremacia, fortemente apoiadas pelo Estado, obtiveram como resultado a decadência de outros meios de transporte.

Factos e desenvolvimentos que, posteriormente, vieram a ter interferência específica no processo de “vulgarização do gozo de férias, que permitiu a um número crescente de portugueses gastar algum do seu tempo de lazer anual numa estadia na praia”²³⁷, ou “pelo menos a uma parte deles”²³⁸, um processo de difusão e democratização que, em Portugal, demoraria quase um século a estabelecer.

²³⁴ Ferro, António, *Turismo Fonte de Riqueza...*, p. 14.

²³⁵ Vieira, Joaquim, *idem*, p. 107-108.

²³⁶ *Idem*, *ibidem*.

²³⁷ Martins, Luís Paulo Saldanha, “Banhistas de mar no século XIX. Um olhar sobre uma época”, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, vol. V, Porto, Universidade do Porto, p. 45.

²³⁸ Boyer, Marc, *Historie du Tourisme de masse*, Paris, P.U.F., 1999, p. 18.

Capítulo III – Figueira da Foz. Entre a emergência e a cristalização do paradigma balnear

3. 1. Da vilegiatura ao turismo balnear

A prática balnear junto ao mar é um fenómeno tardio em Portugal, quando comparado com outros países europeus. Pode ser detectado após a implantação do liberalismo²³⁹ e anunciado pelo despontar de “novos gostos e diferentes hábitos de sociabilidade”²⁴⁰ no seio da emergente burguesia liberal.

No processo interno de descoberta e implementação do sítio balnear encontramos aliadas duas representações mentais: a primeira assenta nos conceitos higienistas, provenientes da medicina, no decurso do século XIX, e que se prolongam por quase todo o século XX; a segunda no ideário do movimento romântico assente no regresso “aos paraísos perdidos”²⁴¹ da natureza, permitindo a entrada em cena da beira-mar, como um novo local em que se pode reencontrar uma “estética de vida”²⁴² mais próxima da mãe-natureza, locais aos quais se associa um “desafio”²⁴³ que instiga a excitação nova e provocada pela permanente convulsão e agitação do elemento marítimo.

O romantismo²⁴⁴, a corrente estética e literária que atravessou boa parte do século XIX, entrevê no mar essa “substância original”, um “lugar aberto ao infinito”²⁴⁵, fornecendo uma parte do estímulo justificativo para o despertar de uma nova sensibilidade na relação entre o homem e a natureza.

Desde os primórdios da nacionalidade que podemos descortinar a utilização das qualidades terapêuticas marítimas. A referenciada estadia de D. Afonso Henriques, na foz do Mondego, em terras então debaixo do governo do

²³⁹ Cascão, Rui, “A Invenção da Praia: Notas para a História do Turismo Balnear”, *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos*, Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2000, p. 325.

²⁴⁰ Idem, *Ibidem*.

²⁴¹ Rauch, André, “As férias e a natureza revisitada” em *História dos Tempos Livres*, coord. Alain Corbin, Lisboa Editorial Teorema, 1995, p. 94.

²⁴² Rauch, André, *idem*, p. 94.

²⁴³ Rauch, André, artigo citado, p. 95.

²⁴⁴ Corrente de pensamento e movimento estético do final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, na qual prevaleceram, como princípios estéticos o sentimento sobre a razão, a imaginação sobre o espírito crítico, a originalidade subjectiva sobre as regras estabelecidas pelo Classicismo, a fantasia sobre o racional [...]. Ver Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, tomo VI, p. 3201.

²⁴⁵ Rauch, André, artigo citado, p. 96.

Convento de Santa Cruz, a outras, mais recentes e menos conhecidas, como a da permanência do conimbricense José Liberato Freire de Carvalho, que, após a morte de um seu irmão, foi aconselhado pelos médicos a “ir tomar banhos à Figueira”²⁴⁶.

Assiste-se em Portugal, nas últimas décadas do século XIX, à alteração desses “lugares de distinção” restritos às práticas de lazer entre as elites. As zonas termais e quintas, nos arredores dos centros urbanos, locais predominantemente consignados ao lazer, são paulatinamente substituídas pelas zonas da beira-mar, junto do litoral.

Percurso iniciático que se desenvolve inicialmente em torno do litoral norte e centro do país, nos quais os “embriões das futuras estâncias balneares”²⁴⁷ surgem ao ritmo da adesão à moda, importada da Europa, entre as elites locais e pela evolução simultânea dos seus acessos rodó e ferroviários.

Júlio César Machado, na introdução à obra de Ramalho Ortigão, *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, escreve que, inicialmente “o costume em Portugal, nos meses de Verão, era tomar ares. Quem fosse gente tinha casa no campo e em chegando o mês de Maio emigrava para a sua quinta”²⁴⁸, permitindo antever que a prática do termalismo foi a primeira idade da vilegiatura portuguesa. A aproximação ao mar, enquanto espaço de sociabilidade, por parte das elites nacionais aconteceu assim posteriormente.

Rafael Salinas Calado²⁴⁹ assinala, em relação à Figueira da Foz, por volta de 1897, no Alto do Viso, a muito frequentada «Quinta de Mira-Mar» pertença dos Condes de Taveiro. Local que, presumivelmente, teria sido usado com a mesma finalidade prenunciada por Júlio César Machado.

Trindade Coelho permite-nos descobrir os pioneiros da vilegiatura figueirense entre o grosso dos elementos da Academia coimbrã, dando nota de que esta constituía a base da elite social que acorre à praia figueirense, referindo que “os rapazes que frequentavam a Universidade costumavam passar na Figueira, à volta das férias grandes, os primeiros quinze dias do mês de Outubro.”²⁵⁰. Na

²⁴⁶ Carvalho, José Liberato Freire de, *Memórias da vida de José Liberato Freire de Carvalho*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1982, p. 27.

²⁴⁷ Gagnon, Serge, “Développement touristique et organization des territoires: un bilan des études classiques”, Canadá, Université du Québec en Outaouais, 2002.

²⁴⁸ Ortigão, Ramalho, *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Sintra, Colares Editores, 2000.

²⁴⁹ Calado, Rafael Salinas, *Memórias de um ferro-velho*, Lisboa, Portugália Editora, [s. d.], p. 193-197.

²⁵⁰ Coelho, Trindade, *In Illo Tempore*, Lisboa, Edições Europa - América, (s. d.), p. 39.

realidade, e nessa altura do ano, a Figueira, “era já Coimbra. Ou cheirava tanto a Coimbra que era como se o fosse”, refere o escritor.

O lento dissipar do “medo do mar”, essa aversão mental²⁵¹ muito bem relacionada por Alain Corbin, em *Le Territoire du Vide. L'Occident et le désir du rivage*, o retomar das referências médicas sobre as propriedades terapêuticas das águas marítimas, o combate higienista da medicina do século XIX, permitiram desenvolver “novo uso” na ocupação do “tempo social”²⁵², confluindo, tal como anteriormente na Europa, para a emergência do veraneio em Portugal, ao longo do século XIX.

Atitude que, segundo Rui Cascão²⁵³, paulatinamente implica a modificação de algumas paisagens litorais portuguesas e da sociabilidade entre a alta sociedade portuguesa, estando na origem da nova utilização do tempo pessoal e das zonas confluentes com o mar e rios.

Tudo parece indicar que a prática dos banhos no mar se tenha vindo a instalar, enquanto prática sazonal, por volta da década de 1820, na denominada zona da “Costa Nova do Prado, perto da Foz do rio Vouga”²⁵⁴. Ali, pela primeira vez, surgem registos da presença de elementos conotados com as elites locais a banhos na referida zona. Outro autor menciona uma data anterior, indiciando a falta ou a impossibilidade em determinar com maior acuidade a génese desta prática em Portugal, quando, por exemplo, refere que em 1783, “os príncipes do Brasil, D. José e D. Maria Francisca Benedita tomam banhos de mar em Caxias”²⁵⁵.

Por outro lado, Rui Cascão assinala que a prática balnear desponta, com alguma, ou maior, regularidade, em Portugal a partir das décadas de 1840-1850²⁵⁶.

A nova tendência estabelece o advento da “valorização simbólica”²⁵⁷ destes locais, canalizado por uma frequência constante das elites sociais, donde depende grande parte do sucesso ou insucesso de determinada estância balnear.

Depreende-se deste modo que os comportamentos adoptados por estes

²⁵¹ O mar era encarado como fonte das mais horríveis catástrofes e perigos. A navegação marítima não era considerada como um prazer e as zonas litorais, normalmente sem grande presença humana, eram consideradas insalubres.

²⁵² Corbin, Alain, (coord.), *História dos Tempos Livres*, Lisboa, Editorial Teorema, 2001, p. 5-6.

²⁵³ Cascão, Rui, artigo citado, p.321.

²⁵⁴ Cascão, Rui., p. 326.

²⁵⁵ Brito, Sérgio Palma, *Notas sobre a Evolução do viajar...*, vol. I, p. 278

²⁵⁶ Cascão, Rui, art. cit., p. 339.

²⁵⁷ Machado, Helena Cristina Ferreira, *A construção social da praia*, Guimarães, Ideal – Artes Gráficas, 1996, p. 44.

grupos sociais condicionaram o despontar, a evolução e desenvolvimento durante o século XIX e primeiras décadas do século XX da sociabilidade balnear e dos locais de eleição para a sua prática. Institui-se assim um novo comportamento social que cria igualmente novos locais para ocupação do tempo livre.

Portugal apresentava igualmente zonas ermas ou “vazias” no seu litoral. A ocupação do litoral pela nova tendência estabelece-se maioritariamente em zonas onde a presença do homem era já uma realidade. Pode afirmar-se que poucas estâncias de veraneio, ou praias, terão surgido, até por volta dos anos Cinquenta, fora do âmbito de antigos ou recentes povoados piscatórios.

Raul Brandão²⁵⁸ permite-nos entrever as diversas expressões desse litoral durante a década de Vinte, os diversos povoados de pescadores existentes, nos quais se iriam estabelecer ao longo do século XX algumas das expressões mais significativas deste movimento.

Por outro lado, Orlando Ribeiro, já na década de Quarenta, dá conta dos elevados índices populacionais existentes junto do litoral entre o Douro e o Mondego²⁵⁹. Conjuntura indiciadora de uma política de excessiva concentração no litoral dos principais factores de desenvolvimento económico, e da aposta num turismo excessivamente vocacionado para o aproveitamento de dois recursos naturais e abundantes: sol e mar.

Em muitos destes locais costeiros começaram por existir pequenas comunidades de pescadores²⁶⁰ que utilizavam diversas e diferentes formas artesanais de artes de pesca (a arte xávega²⁶¹ e de almadrava²⁶²), zonas em que imperava a agricultura de subsistência, que facultava algum auxílio alimentar durante as denominadas épocas de defeso ou de escassez de recursos marinhos.

A norte da Figueira da Foz e Buarcos, referindo apenas zonas de incidência balnear próximas, encontramos Espinho, Barra, Costa Nova, Praia de

²⁵⁸ Brandão, Raul, *Os Pescadores*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1973

²⁵⁹ Nunes, Francisco Oneto, "O Trabalho faz-se espectáculo: a pesca, os banhos e as modalidades do olhar", Revista *Etnográfica*, vol VII, nº 1, I.S.C.T.E., Centro de Estudos de Antropologia Social, 2003.

²⁶⁰ Brandão, Raul, obra citada.

²⁶¹ A arte “xávega” define-se como uma tradicional pesca de arrasto. Grupos de pescadores, vulgarmente designados como “Companha”, dirigiam-se ao mar num barco a remos, lançando a rede, que posteriormente será puxada para terra através da força de braços ou com a ajuda de uma junta de bois.

²⁶² Conjunto de redes de grande dimensão, articuladas entre si, fixas ao fundo do mar e suspensas até à superfície, para a pesca do atum. O vocábulo coexistiu durante séculos com o termo *armação de pesca*, ou simplesmente *armação*, termos do mesmo significado. Cairá em desuso entre finais do século .XVIII e inícios do século XIX.

Mira, “Palheiros” da Tocha, enquanto a sul se encontram São Pedro da Gala, Leirosa e Lavos, Pedrógão, Praia da Vieira, Nazaré e Peniche.

A oeste de Lisboa, Cascais, povoação onde, na viragem do século XIX para o século XX, se dava conta da existência de uma “decadente”²⁶³ comunidade piscatória e que posteriormente se transforma em estância balnear da moda. Distinção para a qual contribui a presença regular da família real, mais concretamente desde finais da década de 60 do século XIX, onde se mantém uma razoável convivência entre a comunidade piscatória existente e as elites veraneantes, até aos anos Sessenta do século seguinte, quando surgem os primeiros indícios de agonia da actividade piscatória local.

Na denominada zona dos “Estoris” em que a “primeira instalação sistemática” surge por volta de 1880²⁶⁴, sofrerá posteriormente, impulsionada pelo espírito visionário de Fausto de Figueiredo, durante a primeira metade do século XX, grandes alterações. Paulatinamente esta zona será transformada na primeira “estância de luxo”²⁶⁵ em Portugal. Facto que acabaria por projectar a denominada *Costa do Sol*, do ponto de vista turístico, como o mais “valioso elemento de propaganda de Portugal e sua aproximação do espírito europeu”²⁶⁶.

A norte, a zona da Granja²⁶⁷, perto de Vila Nova de Gaia, ombreia com Cascais, a disputa do título da “mais aristocrática praia do litoral do português”²⁶⁸.

A praia da Granja irrompera “depois da instalação do caminho-de-ferro em 1864²⁶⁹, sendo a “única a ficar deserta durante o ano”²⁷⁰, dado que “os habitantes são ao mesmo tempo banhistas e [...] em grande parte proprietários das casas”²⁷¹ aí existentes, destacando-se assim como a primeira zona do veraneio aristocrático erigida com o propósito único de servir de “estação de banhos”. Comportamento que indicia ser esta a primeira zona erma do litoral a ser ocupada, em exclusivo, pelas práticas balneares.

²⁶³Briz, Maria da Graça Gonzalez, *A Arquitectura de Veraneio. Os Estoris – 1880/1930*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Dissertação de Mestrado em História de Arte, 1989, p. 3, policopiado.

²⁶⁴ Idem, ibidem.

²⁶⁵ Revista *Turismo*, ano 2, n.º 27, Outubro – Novembro de 1939, (s. p.).

²⁶⁶ Idem, ibidem.

²⁶⁷ A zona da Granja foi inicialmente pertença dos frades cruzios do Mosteiro do Grijó, que a utilizavam como estância de repouso e convalescença.

²⁶⁸ Martins, Luís Paulo Saldanha, art. cit., p.50.

²⁶⁹ Cascão, Rui, *“A Invenção da Praia...”,* p. 339.

²⁷⁰ Martins, Luís Paulo Saldanha, art. citado, p.51.

²⁷¹ Costa, D. António, *No Minho*, Porto, António Figueirinhas, 1900, p. 265, citado por Martins, Luís Paulo Saldanha, art. cit., p. 52.

Carmina Cavaco refere, por exemplo, que ao sul, no barlavento algarvio, a povoação da Quarteira, zona onde ocorrerá posteriormente o maior fenómeno associado ao turismo de massas em Portugal, durante o último quartel do século XX, apresentava-se, em 1960, como um simples “aglomerado de pescadores artesanais ligados a armações de atum e sardinha”²⁷².

A descoberta desses “territórios do vazio”, a feliz metáfora de Alain Corbin, na definição desses espaços convergentes com o mar, ocupação que o historiador francês detectará desde meados do século XVII, início dessa “invenção do inútil”²⁷³, como referirá Marc Boyer, contributo decisivo para a expansão e ocupação desses locais nos séculos seguintes, origem do progressivo advento das estâncias balneares junto do litoral.

Resultado da feliz conjugação entre uma ciência, a medicina, que começa a adquirir foros de respeitabilidade no seio das sociedades ocidentais, e as novas práticas de sociabilidade que despontam, convergindo para o desenvolvimento e crescimento das estâncias balneares.

A divulgação das propriedades benéficas da talassoterapia, cuja primeira referência, na literatura médica portuguesa acontece em 1753²⁷⁴, segundo Sérgio Palma Brito, surge como base elementar, pioneira, que concorre para a posterior difusão e progresso das estâncias dedicadas à prática do veraneio, entre meados do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

A hidroterapia, encarada, entre finais do século XIX e inícios do século XX, como uma “universal panaceia para as moléstias endémicas das grandes cidades”²⁷⁵, ajudam a concretizar esta difusão e a prática da talassoterapia entre as elites.

A medicina forneceu os principais “argumentos decisivos em favor dos banhos de mar [...] prescrevendo-os como tratamento curativo ou preventivo para a maior parte das doenças”²⁷⁶, incentivando a prática.

²⁷² Cavaco, Carmina, *Turismo e Demografia no Algarve*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, 1979, p. 10.

²⁷³ Boyer, Marc, *Histoire du Tourisme de masse...*, p.16.

²⁷⁴ Referência consta de um “Appendix” da *Matéria Médica do Dr. J. Castro Sarmento sobre a Natureza, Contentos, Efeitos e uso prático de bebida e banhos das Águas das Caldas da Rainha [...] a que se junta O novo Método de fazer uso da ÁGUA do MAR, na Cura de muitas enfermidades Crónicas, em especial nos ACHAQUES das GLÂNDULAS*. Ver Brito, Sérgio Palma, obra citada, tomo I, p. 233.

²⁷⁵ Ortigão, Ramalho, *As Farpas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1966, tomo I, p. 223.

²⁷⁶ Vaquinhas, Irene e Cascão, Rui, “Evolução da Sociedade em Portugal: A lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa”, *História de Portugal*, dir. por José Mattoso, vol. V,

O aparecimento de forasteiros nas zonas costeiras, procurando beneficiar das propriedades curativas da água do mar, em determinadas épocas do ano, torna imperioso um profundo processo de alteração das infra-estruturas locais, que permita a satisfação das necessidades básicas destes habitantes temporários, que implica a sua acomodação e alimentação. Posteriormente assoma a proliferação de estruturas que proporcionam aos veraneantes o encontro com o prazer e divertimento, motivos que se conjugam aos anteriores, estimulando o seu progresso económico.

A prática dos banhos, cujo número de adeptos aumenta exponencialmente em finais do século XIX, implicaria “modificações e inovações introduzidas nestas localidades, entre o último quartel do século XIX e primeiras décadas do século XX, em termos de meios de transporte, higiene pública, acesso telefónico, redes de esgoto e abastecimento de água, iluminação pública e privada”²⁷⁷. Tal conjunto de melhoramentos constituíam, com as excepções de Lisboa, Porto e Coimbra, alterações pouco comuns na maioria das localidades portuguesas, pois a maioria só alcança este nível de fomento em finais da década de Setenta do século passado.

A transformação em estância balnear fomenta a modernização destas zonas a um ritmo mais acelerado que na maioria das localidades portuguesas.

Enquanto se assiste à contracção do número de frequentadores e consequente abandono das zonas termais ao longo do último quartel do século XIX e início do século XX, as estâncias balneares, por seu lado, vão paulatinamente adquirindo supremacia sobre aquelas, convertendo-se numa “nova geografia” de lazer entre as elites burguesas nacionais.

Ramalho Ortigão já havia renunciado essa mudança, quando referia que “a questão hidroterápica é por via de regra um simples pretexto para a peregrinação das famílias alegres em sítios frescos”²⁷⁸, sendo que neles “a bebida e o banho são unicamente acessórios decorativos do tratamento”²⁷⁹, a perca da finalidade terapêutica dos banhos termais, através da qual se impusera como “moda” e símbolo de distinção, levaria ao abandono desses locais, transferindo-se

Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 453.

²⁷⁷ Gagnon, Serge, “Développement touristique et organisation des territoires: un bilan des études classiques”, Université du Québec en Outaouais, Centre d'Étude et de Recherche en Intervention Sociale, Cahiers Séries Recherches, nº R27, 2002.

²⁷⁸ Ortigão, Ramalho, *As Farpas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, vol. 1, Tomo I, p. 121.

²⁷⁹ Ortigão, Ramalho, obra citada, p. 122.

para as zonas do litoral.

O principal divulgador da prática da viagem e das nossas praias, cultor da vida “ao ar livre”, receitava ida a banhos na beira-mar aos seus contemporâneos “prostrados, displicentes, anémicos, moles, melancólicos e linfáticos”²⁸⁰, que considerava vítimas dos ambientes urbanos, claustrofóbicos e insalubres, aconselhando a permanência sazonal junto destes locais, amplos e naturais.

A “moda” da praia e consequente existência de locais para a sua prática parece impor-se, enquanto prática social mais generalizada, durante a Primeira República, quando “desaparecida a anterior classe dominante [...] a nova nomenclatura republicana e a então denominada “arraia-miúda” passam a tomar conta desses espaços de convívio colectivo”²⁸¹, acedendo e integrando as antigas práticas aristocráticas de lazer e recreio.

A prática balnear marítima desenvolve “novas formas de relacionamento entre as pessoas, dando origem ao advento de modelos de sociabilidade diferentes e inovadores”²⁸², projectando as zonas de lazer balnear no imaginário social, origem da incessante aderência de novas clientelas, fenómeno a que se assiste ao longo do século XX.

No entanto, a beira-mar é ainda, de forma assumida, um local de diferenciação social nas primeiras décadas do século anterior. A imprensa escrita utilizava então termos como a “praia fidalga”²⁸³ para discorrer sobre a Granja ou Cascais, facto que prenuncia essa clara distinção que assenta na composição e posição social dos veraneantes.

Na Figueira da Foz, as alusões à chegada á praia das elites sociais são uma constante nos relatos da imprensa local de Verão²⁸⁴, que acolhe, nas suas páginas, múltiplas referências à chegada de famílias, ou indivíduos, socialmente conceituados, reconhecidos entre as elites, que a ela chegam para veranear.

Entre eles o *Ecos da Praia*²⁸⁵, que surge em 1930, assume-se como um

²⁸⁰ Ortigão, Ramalho, idem, p. 121.

²⁸¹ Vieira, Joaquim, *Portugal Século XX. Crónica em Imagem 1910-1920*, p. 27.

²⁸² Cascão, Rui, “*A Invenção da Praia...*”, p.341.

²⁸³ Vieira, Joaquim, idem, p. 57.

²⁸⁴ Não sendo aqui nosso propósito aferir sobre o aparecimento da imprensa escrita apenas durante o período estival e se esse fenómeno foi extensivo a outras estâncias, referimos como facto interessante que, no caso concreto figueirense, era usual o aparecimento de diversos jornais e opúsculos dirigidos à comunidade em veraneio, durante a denominada “época”, desaparecendo com o fim desta. Alguns destes voltavam a surgir no ano seguinte, fazendo coincidir a sua existência unicamente durante o período balnear.

²⁸⁵ Dirigido por Gomes Barbosa, publicou-se o nº 1 e o nº 3 entre Setembro e Outubro de 1930.

semanário “de divulgação e propaganda das praias de Portugal” como ostenta por debaixo do título, e dava notícia da presença de Fausto de Figueiredo, o “nosso” homem dos “Estoris”, a almoçar no Casino Peninsular²⁸⁶, realçando igualmente a presença em veraneio do empresário do Coliseu dos Recreios de Lisboa, Ricardo Covões²⁸⁷.

Em Agosto de 1935, o *Diário da Praia*²⁸⁸, anuncia o aparecimento, ou nalguns casos o reaparecimento, das elites na praia. Assim vindos de Coimbra, anunciam a chegada de João Porto, Lúcio de Almeida, António Santos Andrade, Carlos Borges, Cunha Vaz, Tenente Carreira das Neves; de Viseu, chegavam Trajano de Lima e Almeida Henriques; de Leiria, António Jorge Marçal; de Mangualde, Afonso de Albuquerque, Juiz da Relação; todos acompanhados das respectivas famílias²⁸⁹.

O indício claro desta distinção, que a imprensa local promove, procura, para além do destaque individual feito a determinadas pessoas, distinguir-se dos outros locais de veraneio, evidenciando a preferência das elites sociais pela praia figueirense. Os primórdios da contemporânea “imprensa cor-de-rosa” faziam deste modo eco dos intentos propagandísticos do turismo balnear na Figueira da Foz.

A praia, após o fim da “folia urbana dos anos 20”²⁹⁰, voltaria a ganhar preferência na ocupação dos tempos livres. Algumas das zonas balneares nacionais passaram mesmo a ostentar sazonalmente um cosmopolitismo semelhante às congéneres europeias, quando “muitos espanhóis afluem tanto ao sofisticado Estoril, como à mais pequeno burguesa Figueira da Foz, [...] que exibem como atractivo suplementar os casinos”²⁹¹.

As imagens fotográficas de meados da década de 20 e inícios da década de 30 denotam igualmente profundas alterações comportamentais na estadia na praia.

Em 1931 publicaram-se 14 números deste semanário. O jornal desaparece de circulação em finais de Setembro daquele ano. Ver Sousa, Joaquim, Caldeira, António Reis, *Jornais e Revistas do Concelho da Figueira da Foz*, Figueira da Foz, edição de autor, 1986, p. 24.

²⁸⁶ *Ecos da Praia*, Ano 1, nº 1, 21 de Setembro de 1930, p. 4.

²⁸⁷ *Ecos da Praia*, Ano 1, nº 2, 21 de Setembro de 1930, p. 5.

²⁸⁸ Segunda publicação com este nome. A primeira data de 1929. Aparece durante o primeiro ano como suplemento de uma das glórias do jornalismo figueirense da época, *O Palhinhas*. No segundo ano este periódico surge ligado a uma outra referência local, *O Figueirense*. Editado por Adriano Santos, “que deu vida a muitos periódicos figueirenses nas épocas estivais”, começou a ser publicado em 1935. Ver Sousa, Joaquim, Caldeira, António Reis, *Jornais e Revistas do Concelho da Figueira da Foz*, Figueira da Foz, edição de autor, 1986, p. 23.

²⁸⁹ *Diário da Praia*, Ano 1, nº 15 de 23 de Agosto de 1935.

²⁹⁰ Vieira, Joaquim, *Portugal Século XX. Crónica em Imagem 1930-1940*, p. 141.

²⁹¹ Vieira, Joaquim, *idem*, p. 108-109.

Através delas podemos vislumbrar o uso de fatos de banho cada vez mais ousados, ao mesmo tempo os relatos mostram que são profusamente coloridos, sobretudo aqueles que são utilizados pelas mulheres.

A progressiva redução do tamanho deste elemento do vestuário balnear parece indiciar uma maior liberdade corporal e pessoal que, vencendo etapas, avançava para “um desnudamento progressivo”²⁹² do corpo. Atitude que, embora ainda seja causadora de algum escândalo, se entrevê já como vulgarizadora de um comportamento que será posteriormente reprimido.

Em Portugal, assiste-se, nos inícios da década de Quarenta, a um maior controlo e repressão, através da via legislativa, por isso impositiva, enformada pelas orientações veiculadas e implementadas pela moral, de vertente conservadora, do Estado Novo.

Considera-se então que a exibição corporal nas praias, sobretudo das mulheres, é um comportamento desviante, tornando este segmento da população em “alvos predilectos” de um profundo trabalho ideológico, que as tenta recolocar novamente no interior do círculo familiar, enquanto donas de casa e educadoras de futuros cidadãos²⁹³.

O condicionamento social perpetrado, implícito na campanha moralista sobre costumes e indumentárias balneares, que a O.M.E.N. (Obra das Mães pela Educação Nacional)²⁹⁴, se encarrega de difundir, secundada pelas estruturas da Mocidade Portuguesa Feminina²⁹⁵, durante a década de 1940, engloba um projecto cuja aspiração última pretende incorporar os costumes balneares nas premissas éticas e morais do regime.

O seu enquadramento será orientado em função de estereótipos, que

²⁹² Rauch, André, artigo citado, p. 99-100.

²⁹³ Referência ao célebre Decreto-Lei nº 31 247 de 5 de Maio de 1941. Decreto que passou a regulamentar o fato de banho, a usar por mulheres e homens nas praias portuguesas. Proibia-se o uso de modelos imorais pela sua transparência e excessiva elasticidade dos tecidos usados. O fato de banho feminino, onde a legislação assumia um carácter mais repressor, obrigava a utilização de um saiote frontal. Pretendia-se com estas imposições legais salvaguardar a decência, de acordo com as concepções estéticas e morais de um povo civilizado.

²⁹⁴ A organização surge em 1936, sendo os seus estatutos aprovados pelo Ministro da Educação Carneiro Pacheco, em 15 de Agosto desse ano. Vocacionada para contribuir para a educação nacionalista dos jovens portugueses, em termos organizativos dispunha de uma Junta Central e de Comissões Distritais, Concelhias e nas Freguesias. A Organização Nacional da Mocidade Portuguesa estava directamente na dependência da O.M.E.N.

²⁹⁵ O Regulamento da Mocidade Feminina Portuguesa, publicado por Decreto-Lei a 8 de Dezembro de 1937, define as orientações a seguir quanto ao papel da mulher na sociedade portuguesa. A filiação das jovens portuguesas na organização tinha carácter obrigatório.

patenteiam a essência do regime e o seu autoritarismo intelectual²⁹⁶ e moral, que pretende condicionar os comportamentos e as práticas do lazer, sendo direccionado para as classes médias urbanas, entendidas como o principal pilar do regime, no sentido em que a sua evolução condicionava “modas e tendências sociais”²⁹⁷, conseguindo obter resultados consistentes.

Medidas contestadas e fortemente criticadas entre os refugiados estrangeiros, acomodados nas zonas balneares da Figueira da Foz²⁹⁸, Ericeira, Estoril, quando, no início da década de Quarenta, se assiste à chegada ao país de milhares de refugiados²⁹⁹ que a guerra, na Europa, obriga a procurar refúgio na zona ocidental do continente, onde são confinados às principais zonas balneares e de lazer, precisamente por serem das poucas onde existem condições para os alojar.

A sua inserção nestas zonas, embora o regime pretenda igualmente condicionar e evitar a mistura e convivência entre os designados “turistas” e a população autóctone, deveu-se em grande parte às reduzidas capacidades hoteleiras que o país ostenta na época. As zonas de lazer, as estâncias balneares, são as únicas a possuir alguma estruturação ao nível da hospedagem para acolher estes “turistas acidentais”.

Como resultado deste movimento incomum algumas zonas de turismo nacionais, com realce para o Estoril, registam um aumento de turistas/refugiados provenientes de diversos países europeus. Algo pouco comum em tempos de contenção e guerra.

Forasteiros com estilos de vida e valores pouco consentâneos com o “viver habitual” proclamado pelo regime na época, facto que motiva alguma da animosidade verificada entre boa parte destes europeus para com as imposições no âmbito do lazer balnear, que pretende padronizar comportamentos e estabelecer regras rígidas de decência moral.

²⁹⁶ Trindade, Luís, *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O salazarismo entre a literatura e a política*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2008, p. 20.

²⁹⁷ Vieira, Joaquim, *Portugal Século XX. Crónica em Imagem 1930-1940*, p. 143.

²⁹⁸ No núcleo figueirense reconhece-se a passagem de alguns vultos deste movimento de refugiados, Charles Vaida, Lazio Muller, Olga Valery, Sonio Consertidis e Witold Malcuzinsky, através da homenagem que lhes foi feita, consagrada pela placa colocada no Salão Nobre do Casino figueirense, em Agosto de 1940. Ver Lé, António Jorge, *Casino da Figueira...Saltitando pela História*, p. 14. Consultar bibliografia Internet.

²⁹⁹ Segundo Irene Flunser Pimentel, calcula-se que terão transitado em Portugal, aproximadamente cem mil refugiados, cujos picos de entrada aconteceram em 1940 e em 1942. Citando a autora, no final da guerra, apenas se encontravam no país cerca de um milhar de refugiados. Ver *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, p. 823.

Estas imposições foram desafiadas, ainda que de forma passiva, por alguns elementos das elites sociais portuguesas, observando-se que até as próprias Capitanias locais, responsáveis pela vigilância dos costumes nas estâncias balneares, evitaram, na medida do possível, perseguir e multar os comportamentos proibidos.

A Capitania da Figueira da Foz, em 1944, oficiava a Comissão de Turismo local, para que divulgasse junto dos “banhistas que lhes não será permitido despirem-se dentro dos chapéus da praia”, indiciando um maior controlo policial sobre o relaxe nos comportamentos nas estâncias balneares.

As proibições, cujos laivos de puritanismo e de retrocesso social são evidentes, embora, a título de curiosidade, se deva realçar que o espírito da lei nº 31 247 de 5 de Maio de 1941, se vai manter até ao último quartel do século XX, possibilitaram, nos locais de «residência fixa»³⁰⁰ dos refugiados, a manutenção desse teimoso desafio às autoridades.

Convém recordar que o Portugal dos Anos Quarenta “com a excepção de Cintra e mais alguns locais clássicos de Lisboa”³⁰¹, era totalmente desconhecido dos viajantes da época, como referia, ao seu editor londrino, Ann Bridge.

A maioria dos relatos sobre a presença dos refugiados patenteiam a forte impressão, para além dos óbvios choques culturais, nas populações autóctones das amenas estâncias turísticas portuguesas. Na Figueira da Foz, testemunha privilegiada destes factos, “era como se tivesse ocorrido uma brusca mudança de país, de mentalidades e de culturas”³⁰², escreve Luís Cajão³⁰³, sobre este confronto entre mundos diferentes. Os elementos das elites locais mais esclarecidos acabariam por quebrar o círculo de isolamento preventivo imposto aos refugiados pelo Estado Novo.

A sua atitude de aproximação e convívio tiveram consequências imediatas quer na atitude da população face à guerra, cujas notícias eram constantemente filtradas e a difusão controlada pelo aparelho de censura e no estabelecimento de contactos sociais privilegiados entre os turistas/refugiados e as elites locais.

³⁰⁰ Pimentel, Irene Flunser, “Refugiados” in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. de Fernando Rosas, J.M. Brandão de Brito, Venda Nova, Bertrand Editora, 1996, vol. II, p. 824-825.

³⁰¹ Bridge, Ann, Lowndes, Susan, *Duas Inglesas em Portugal. Uma viagem pelo país nos anos 40.*, Lisboa, Quidnovi, 2008, p. 6.

³⁰² Cajão, Luís, *Um Secreto Entardecer. Tempos. Lugares. Alguns Epitáfios*, Lisboa, Escritor, 1998, p. 42-47.

³⁰³ Este importante escritor figueirense, regente agrícola e radialista, nasceu em 1920 e faleceu em 2008.

A “Papellaria Havanaea”, situada no Bairro Novo, foi o local emblemático desta sociabilidade, onde os irmãos Alves, vice-cônsules da Bélgica e da Grã-Bretanha, prestaram “auxílio a muitas famílias de refugiados da Europa Ocidental e Central”³⁰⁴. Ali opera “um escritório de informação, que funcionava na dependência da Repartição de Turismo”³⁰⁵, que disponibilizava “informação fidedigna o melhor acolhimento”³⁰⁶ e onde “dispuseram de espaço, maquinaria e material de escrita”³⁰⁷ que lhes permitiu reencontros e a sobrevivência.

Face ao que todo este movimento poderia fazer supor, a ocupação hoteleira acabou por registar níveis de ocupação “quatro vezes inferior à de antes da guerra”³⁰⁸, facto que, num país neutral, onde os dirigentes máximos do sector evocam muitas vezes as “vantagens da neutralidade”³⁰⁹ como factor aliciante e capaz de proporcionar o incremento do turismo, não deixa de ser significativo.

Em finais da década de Cinquenta, as consequências políticas e económicas do pós-guerra, determinam uma reformulação das orientações das políticas do turismo nacional, que surgem, no entanto, de forma embrionária, após a nomeação de César Moreira Batista³¹⁰, para director do S.N.I.

O instigador da mudança, o “delfim” do regime, Marcelo Caetano, pretende adaptar o país aos novos ventos da História provenientes da Europa em reconstrução e a reformulação de alguns dos conceitos do turismo.

Tenta-se esbater a imagem de exaltação das disparidades, de um país em paz e próspero, da promoção do lazer entre uns milhares de portugueses e estrangeiros, que podiam usufruir das estâncias balneares, que exalta, no período pós-guerra o sentimento de privação e pobreza generalizada entre a restante população. Readaptar e reorientar o turismo em favor de conceitos mais modernos era o desafio que a década de Sessenta iria enfrentar.

³⁰⁴ Cascão, Rui, “Notícia Histórica”, *Casa Havanaea. O encerrar de um ciclo*, Figueira da Foz, Câmara Municipal da Figueira da Foz, 2007, p. 11.

³⁰⁵ Cascão, idem, ibidem.

³⁰⁶ Azevedo, José Pires Lopes de, “A Casa Havanaea”, Catálogo *A Casa Havanaea. O encerrar de um ciclo*, p. 54

³⁰⁷ Azevedo, José Pires Lopes de, idem, ibidem.

³⁰⁸ Vieira, Joaquim, *Portugal Século XX. Crónica em Imagem 1950-1960*, p. 152.

³⁰⁹ Melo, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular (1933 – 1958)*, Lisboa Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2001, p. 253.

³¹⁰ César Moreira Baptista substitui o Embaixador Eduardo Frazão, na sequência da reestruturação do S.N.I., em Fevereiro de 1958 onde fica até 1968. Nos nove anos, que medeiam entre a saída de Ferro e a chegada de Moreira Baptista, a instituição entrou em hibernação, embora as actividades rotineiras não tivessem sido descuradas. Situação idêntica à verificada anteriormente no período de José de Ataíde, que dirigiu a Repartição de Turismo, até 1933, quando as atribuições funcionais da instituição passam a ser desempenhadas por organizações civis (Automóvel Clube de Portugal). Ver Pina, Paulo, obra citada, p. 29-31.

A inversão dos objectivos do turismo nacional, como se afirmou atrás, procura criar as condições necessárias para transformar o país num destino concorrencial, destino de férias barato, acessível e consentâneo com os ventos da massificação do turismo internacional, tentando tirar proveito dos fluxos provenientes, na sua maioria, da Europa.

Orientações que avançam agora no sentido de dotar e implementar o tão propalado Estatuto de Turismo. Pretende-se regulamentar e organizar todos os sectores da actividade, combinando expansão com o aperfeiçoamento e actividade da iniciativa privada, conquanto o controle da actividade continue associado ao Estado.

Moreira Baptista, justifica as opções, quando em 1964, afirma, a encerrar o Congresso de Estudos Turísticos, que se vivia então em “economia de mercado, respeitamos a iniciativa privada e é, portanto, a empresa que deverá ser o fulcro desta actividade económica”.

Em finais da década de Cinquenta dá-se a implementação de um conjunto de políticas de apoio e incentivo ao investimento privado, nomeadamente nas estâncias balneares - crédito hoteleiro, criação da denominação de “utilidade turística” para hotéis e Fundo de Turismo³¹¹, – embora a proposta do projecto de crédito hoteleiro seja da autoria de António Ferro, pelo qual pugnava desde os anos Quarenta³¹², apoiada pelo Estado, via S.P.N./S.N.I.

No âmbito da hotelaria, concebeu-se e implantou-se uma rede hoteleira, sintetizada no programa das “Pousadas de Portugal”, a partir de 1942, cuja base estabelecida era a de um “pequeno hotel despretenso, architectado e decorado ao gosto da região, modesto mas acolhedor”³¹³.

O Estado Novo, procura estimular e reactivar o desenvolvimento a partir do segmento privado da hotelaria nacional, fragmentado, pelas políticas corporativas, desde 1933, em dois grémios distintos (um que reunia os associados do sul e outro os da zona norte do país).

Pretendendo que este se transforme no elemento catalisador das novas políticas de turismo, cria “subsídios de comparticipação”³¹⁴ e promulga o Estatuto das Escolas Profissionais da Indústria Hoteleira, em 1957.

³¹¹ Decreto-Lei nº 2082, de 4 de Junho de 1956.

³¹² Brito, Sérgio da Palma, obra citada, p. 683.

³¹³ *Pousadas do Secretariado Nacional de Informação, cultura Popular e Turismo*. Lisboa, Edições SNI, 1948.

³¹⁴ Decreto-Lei nº 2073, de 23 de Dezembro de 1954, art.º 15, alínea 5.

Reconhece-se, hoje, que as estâncias balneares nacionais enfrentaram profundas alterações urbanísticas motivadas pela necessidade de aumento da capacidade de alojamento das populações flutuantes, tendo causado forte impacto no ordenamento do território, materializando a necessidade permanente em “analisar as profundas modificações que o fenómeno turístico não só revela, mas, sobretudo, introduz no espaço geográfico”³¹⁵ e no qual coincide.

A dicotomia entre um urbanismo tradicionalista e as soluções que o turismo impôs, ao nível das zonas litorais, é interesse e percepção há muito partilhada por diversos estudiosos do fenómeno turístico português, preocupações que se opõem a uma “indiscriminada planificação”³¹⁶ e, mormente, apelam à imposição “de limitações a soluções mais ousadas ou modernistas”³¹⁷ que, desde finais dos anos Cinquenta, se começam a verificar.

O desenvolvimento do turismo balnear expulsou das áreas envolventes das praias, empurrando para as periferias das zonas balneares, longe os olhos do turista, algumas actividades a que se dedicava parte da população autóctone, onde se incluíam os pescadores e actividades ligadas ao sector das pescas, entre as quais a poluente indústria conserveira, deslocada para zonas periféricas dos centros balneares.

Na fase S.P.N/S.N.I., a figura do pescador, as actividades ligadas á pesca artesanal, foram integradas nos programas de dinamização da actividade turística promovidos pela política cultural do Estado Novo, através da recuperação, readaptação e reinvenção de usos e costumes locais, posteriormente associados ao folclore e tipicidade regional ou local.

³¹⁵ Cravidão, Fernanda Delgado, “Turismo e Desenvolvimento. O distrito de Coimbra 1980 – 1987”, Separata de *Arunce*. Revista de Divulgação Cultural, Lousã, Biblioteca Municipal da Lousã, nº 1 de Junho de 1989, p. 37.

³¹⁶ Barata, José Fernando Nunes, *O Turismo em Portugal*, Lisboa, Biblioteca do Centro de Estudos Político-Sociais, 1964, p. 121.

³¹⁷ Barata, José Fernando Nunes, *ibidem*.

3. 1.2. Causas para a invenção da praia.

Félix Lichnowsky, um jovem aristocrata alemão, ao desembarcar na Figueira da Foz, em 1842, descreve um povoado “pouco interessante, de seis a sete mil habitantes” onde basicamente se “exportam sal, azeite, peixe e fruta”³¹⁸, com uma população maioritariamente constituída por pescadores, cujas relações “com Lisboa e Porto são pouco consideráveis e mesmo a próxima Coimbra não tem alguma coisa a tratar com a Figueira senão mandar receber as cartas dos vapores que por ali passam ou fazer embarcar os estudantes durante as férias”³¹⁹.

A Figueira da Foz, surge ao olhar deste viajante da primeira metade do século XIX, como local pouco atractivo, a descrição é parca e nem sequer menciona a paisagem natural envolvente da baía, um dos aspectos profusamente referido nos anos subsequentes. As impressões deste seguidor de Lord Byron³²⁰ são contudo importantes para compreender as mutações sociais e económicas sofridas nos anos subsequentes.

Os estímulos económicos e sociais que a prática balnear, mesmo e ainda só de consumo obrigatório entre “uma minoria privilegiada”³²¹, concretizam a Figueira da Foz, como relevante estância de veraneio, entre finais do século XIX e primeira metade do século XX.

Assistir à criação desse imaginário³²², que propôs a cidade como estância balnear, João de Lemos, na sua linguagem poética, chamou-lhe “a pressão de uma mercadoria nova – a barraca de banhos”³²³, envolvendo a transformação da sociedade local e da paisagem, entre os anos Trinta e Cinquenta do século passado, eis a viagem que agora vos propomos.

Em 1927, Arede Santa, então Vice-Presidente da Comissão Administrativa da Figueira da Foz, referia, sobre aquele propósito, em entrevista ao *Diário de Notícias*, que o esforço desenvolvido pelas autoridades locais, que procurava

³¹⁸ Lichnowsky, Félix, *Portugal. Recordações do ano de 1842*, Lisboa, Edições Alfa, S. A., 1999, p. 136.

³¹⁹ Lichnowsky, Félix, *ibidem*. Recorde-se, na época, a numerosa colónia de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra que seriam os principais utilizadores deste meio de transporte.

³²⁰ Ramos, Rui, Lichnowsky, Félix, obra citada, pp. 9-18.

³²¹ Boyer, Marc, *Histoire du Tourisme de masse...*, p. 3.

³²² Uma obra interessante neste âmbito é a de Laborde, Pierre, *Histoire du tourisme sur la Côte Basque (1830-1930)*; Edition Atlantica, Biarritz, 2001.

³²³ Citado por Vitorino Nemésio em “Horas vagas de Buarcos”, artigo publicado no *Diário de Notícias* de 17 de Agosto de 1942. Ver *Boletim da Comissão Municipal de Turismo da Figueira da Foz*. Nº 9, de 31 de Maio de 1943, (s. p.).

transformá-la numa “terra moderna e civilizada de sorte que possa sempre merecer a consagração de rainha das praias portuguesas”³²⁴, se transformaria num epíteto³²⁵ pelo qual será conhecida e reconhecida ao longo do século XX.

Outra fórmula propagandística sintetizada pela poética expressão de “Praia da Claridade”, que viria mais tarde a substituir aquela, indicia já um novo estádio, permitindo antever que o anterior epíteto já não se adaptava à realidade conjuntural do turismo local, permitindo vislumbrar a semente da sua decadência em termos turísticos.

Esta nova adjectivação associada à praia, atribuída ao jornalista figueirense Augusto Pinto³²⁶, coloca agora em evidência o brilho único da luz natural que parece pairar sobre a cidade e a praia.

Percebe-se assim que a conjuntura de supremacia sobre outras estâncias balneares da época entrara em declínio, no singelo apelo, mas importante em termos estéticos, ao sentido visual, ao olhar do viajante. A nova fórmula de atracção inscreve-se agora no imaginário - luz natural, clara e forte, apela ao olhar, um indício pictórico, fotográfico, encerrado na característica que realça.

Antonomásia que parece querer enquadrar-se no figurino determinado pelas políticas de turismo S.P.N., associada ao pitoresco.

A nossa análise do turismo figueirense parte da constatação, articulada pela maioria estudiosos das questões locais, que o lento definhamento do comércio marítimo local, verificado desde meados do século XIX, implica, segundo o nosso ponto de vista, uma redefinição e procura de novo rumo para a economia local.

Constatação na qual convergem duas realidades distintas, mas em todo o caso evidentes, que implicaram a passagem de cidade de comércio marítimo a cidade – praia.

Em primeiro lugar, a particular importância do declínio do comércio de exportação marítima, acelerado e conjugado pelo constante assoreamento da barra do Mondego, situação que se agrava desde meados do século XIX³²⁷, que implica

³²⁴ *Boletim da Comissão de Iniciativa Figueira da Foz*, Ano 1, nº 4, de 1 de Agosto de 1927, (s. p.)

³²⁵ Surge em meados dos anos Vinte, através de uma campanha de promoção turística levada a cabo por um jornal de referência na época, o *Diário de Notícias*.

³²⁶ Santos, Manuel Joaquim Moreira dos, obra citada, p. 96. Augusto Pinto, jornalista no *Diário de Notícias* e no *Século*, vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Fundador do semanário humorístico *O Palhinhas* e colaborou na *Gazeta da Figueira*. Nasceu em 1888 e faleceu em Basileia no ano de 1979. Ver Costa, Fausto Caniceiro da, *Figueirenses de Ontem e de Hoje*, Figueira da Foz, Offsetarte - Artes Gráficas, 1995, p. 243-244.

³²⁷ Arroiteia, Jorge Carvalho, *A Figueira da Foz: A Cidade e o Mar*, Coimbra, Comissão de Coordenação da região Centro, 1985, p. 25-35.

a perda de competitividade em relação aos portos do Douro-Leixões e Lisboa³²⁸, incorporada pelas dificuldades sentidas na captação e fixação de novos pólos de indústria, um sector que localmente apresentava “diferentes graus de organização e de desenvolvimento perfeitamente díspares”³²⁹.

A falta de competitividade do porto implica o consequente declínio das exportações provocando o abrandamento das principais actividades de comércio locais³³⁰.

A débil estrutura industrial será mais um elemento que despoleta a necessidade de encontrar um novo rumo para a depauperada economia local, procurando assegurar, no futuro, a sobrevivência económica dos seus habitantes.

Era disso que se tratava, quando os figueirenses de então, se confrontaram com a dura realidade entrevista pelo fim do ciclo de comércio marítimo com a antiga colónia do Brasil e a necessidade de traçar novos rumos para o desenvolvimento.

Uma das conclusões que se pode extrair da retracção da conjuntura económica é a de que esta se transforma numa aliada da metamorfose económica que irá procurar explorar as potencialidades naturais existentes, nas quais se «pressagiam» todas as benesses para a criação de uma estância de banhos, momento enquadrado pelo despertar do turismo balnear em Portugal³³¹.

Local onde as “incomparáveis condições”³³² (temperatura do ar e da água do mar, local relativamente protegido dos ventos dominantes) se associam a um conjunto de ligações ferroviárias ao país e à vizinha Espanha, verdadeiramente invejável para a época.

Esta realidade transformou-se no principal incentivo que permitiu reanimar a economia, redesenhar a sociabilidade local, a expansão da cidade em termos urbanísticos. Embora toda a envolvimento se encontre restrita à denominada época balnear, concentrada normalmente nos meses que medeiam entre Julho e Outubro.

Reconhece-se assim a existência de uma forte interacção entre a

³²⁸ Cascão, Rui, *Figueira da Foz e Buarcos. Permanência e Mudança em duas comunidades do Litoral. 1861-1910*, Figueira da Foz, Centro de Estudos do Mar e das Navegações Luís de Albuquerque, 1998, p. 259.

³²⁹ Cascão, Rui, *idem*, p. 161.

³³⁰ Cascão, Rui, “As vicissitudes do comércio marítimo de um porto secundário: o caso da Figueira da Foz (1850-1920)”, Separata da *Revista Portuguesa de História*, Tomo XVIII, Coimbra, Imprensa de Coimbra, 1980, p.174-175.

³³¹ Machado, Fernando Falcão, *A organização Turística das Beiras*, Coimbra, Tipografia Reis Gomes, 1929.

³³² Ortigão, Ramalho, *As Praias de Portugal*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1966, p.198.

depauperada economia local, o meio natural e a rede de transportes, que impele e impõe a sua lenta transformação em estância balnear e turística entre os finais do século XIX e meados do século XX.

Entre a última década do século XIX e a primeira metade do século XX, a cidade acabaria por ultrapassar algumas das dificuldades económicas motivadas pela transição entre os dois modelos de desenvolvimento.

A preocupação em ajustar a actividade económica aos serviços que garantam a regular satisfação das necessidades básicas dos viajantes e veraneantes, pretendendo assegurar a sua presença regular, será então o desafio principal que se coloca, enfrentando deste modo alguma da concorrência movida por outras emergentes zonas balneares. Atender ao alojamento e alimentação durante a estadia dos forasteiros é então, tal como hoje, uma das condições necessárias para a sua captação e permanência.

A fase embrionária da história do turismo balnear figueirense, enquadrada na segunda metade século XIX, apoia-se unicamente na exploração e aproveitamento da frente de mar, no desenvolvimento de condições rudimentares de acolhimento e estadia dos forasteiros, em demanda da terapia marítima.

Na época podem já ser detectados indícios de que a contemplação do corpo feminino detinha cada vez maior interesse que a terapêutica proporcionada pelo oceano. A praia, local de evasão e transgressão, de ostentação, de excitação e prazer, de ocultação e desnudamento do corpo, é já perceptível nas práticas pioneiras, como podemos constatar pelo relato de um jornal de referência na época, em 1861, “o janotismo era madrugador”, deslocando-se cedo para a praia.

Ali, o permitido e parcial desnudamento do corpo feminino, ostenta todos “os seus encantos, quando não demonstra as suas misérias”, permitido pelas “formas fielmente desenhadas por baixo da baeta avara”, que deixa entrever “vestígios da elegância artificial que agora a natureza desmente”, como referia o articulista, cujo confronto entre hábitos urbanos e balneares o leva a exclamar que os “desenganos da praia são horríveis”³³³.

Da lenta transição adveio igualmente a transfiguração de pequena e activa vila em cidade, nova, da qual ainda hoje transparecem alguns traços que, no passado, envolveram a cidade e a zona limítrofe, entre a foz do rio e o Cabo Mondego.

³³³ *O Conimbricense*, nº 804 de 8 de Outubro de 1861, p. 1.

Permitamo-nos entrever a área urbanizada, em inícios do século XX, quando o historiador Rui Cascão refere que esta se situaria nos “100 hectares”³³⁴, excedendo a zona circunscrita entre S. Julião, e a “Praça Nova”³³⁵, então a zona comercial por excelência do burgo figueirense.

A nova praça contrasta com a “Praça Velha”, antes da “Ribeira” e depois “do Comércio”³³⁶, sua antecessora. Ali se ergue o novo “boulevard 8 de Maio”, como seria conhecido durante a sua época áurea, redesenha o núcleo comercial e social da cidade. Um novo bairro habitacional e comercial, balizando a evolução urbanística na zona este do burgo.

Ampliação urbana impulsionada pelo florescente comércio marítimo “por grosso”³³⁷ que o porto fluvial permitira entre o último quartel do século XVIII e a primeira metade do século seguinte, erguida através da conquista de terrenos na zona ribeirinha.

A Praça 8 de Maio resultaria de um longo processo de conquista de terrenos ao rio, uma prática que se havia iniciado em finais do século XVIII, e culminaria com o entulhamento da denominada Praia da Reboleira. O novo bairro assume-se como uma construção simbólica e manifestação indiciadora do aparecimento de nova e endinheirada burguesia figueirense.

A cidade, ou a ainda vila, encontrava-se confinada, como que anichada e protegida dos ventos predominantes de norte pelas dunas e arribas que circundavam o Forte de Santa Catarina, de costas para o mar.

O mar, que providenciava a riqueza através do movimento do porto de comércio e piscatório, era elemento do qual a cidade se encontrava singularmente afastada. Fincada junto do porto de mar, a denominada “doca” situada para montante da foz, grande parte da vida quotidiana ali se desenrola.

³³⁴ Cascão, Rui, “A Figueira da Foz há cem anos”, Catálogo da Exposição *Sociedade Arqueológica da Figueira 1889-1910. Centenário*, Figueira da Foz, Museu Municipal Dr. Santos Rocha, 1999, p. 54.

³³⁵ Concluída em 1795 após importantes e vultuosas obras de aterro da Praia da Reboleira, que começaram em 1784, uma reentrância do rio onde o efeito das marés dificultava as ligações com a zona ocidental, pela Rua Direita do Monte. A nova praça, será ao longo de mais de um século, o centro nevrálgico, primeiro da vila e depois da cidade. Ali se encontra a estátua do denominado “Patriarca da Liberdade”, Fernandes Tomás.

³³⁶ Este espaço resultou do aterro da Praia da Ribeira, onde durante mais de um século existiu o mercado da cidade, passando a ser designada como “do Comércio” por volta de 1791. Foi o primeiro pólo de centralidade na vila figueirense. A constante conquista de espaço ao rio amplia a zona, onde em 1880 se estabelece o Largo Luís de Camões, no qual seria implantado em 1928 o monumento aos Mortos da Grande Guerra. Em 1932 passou a designar-se Praça General Freire de Andrade.

³³⁷ Cascão, Rui, *Figueira da Foz e Buarcos...*, p. 161.

Na Praça Velha alojavam-se os pioneiros da futura estância balnear num ou outro estabelecimento hoteleiro ali existentes, entre eles o Hotel Reis³³⁸, enquanto na Praça Nova surgem novas unidades, onde se destaca o Hotel Aliança.

A vilegiatura balnear como uma opção que concorre para o desenvolvimento económico local, foi encarada inicialmente com muita susceptibilidade, desdém e até descrédito por parte dos estratos burgueses locais.

Boa parte da elite social figueirense, maioritariamente ligada ao comércio marítimo, que, pese embora, fortemente, abalada pelo seu declínio, não descortinou possibilidades de negócio nas práticas balneares que emergem perante os seus olhos e que, posteriormente, se firmam como componente fundamental da actividade comercial proporcionada pelo incremento das actividades de apoio ao lazer balnear.

A Associação Comercial Figueirense referia, na época, que o rumo que então se propunha a “uma progressiva cidade marítima” era contentar-se em ser “pouco mais do que uma praia de banhos”³³⁹.

Declaração significativa, assente na importância da associação no contexto social local e do seu profundo enraizamento nas actividades do comércio marítimo, permitindo detectar o enorme desconhecimento que a burguesia local demonstra sobre as novas práticas de sociabilidade associada aos banhos de mar.

Este organismo, volvido poucos anos sobre as declarações citadas, ultrapassando rapidamente a fase de desconhecimento, converteu-se no mais convicto defensor da opção turística, de forma a tentar superar as debilidades económicas locais e o declínio económico dos seus membros.

Viria mesmo a desempenhar um papel pioneiro nas primeiras manifestações de promoção e propaganda da estância balnear. Em 1882 dá-se início a uma “intensa propaganda [...] nos jornais do país vizinho”³⁴⁰, acção que permite antever historicamente a primeira campanha de promoção turística levada a efeito localmente e tendo como alvo preferencial os espanhóis.

³³⁸ Regista-se a afluência de personalidades de destaque em diversos sectores da vida nacional como Guerra Junqueiro, Cândido de Figueiredo, Manuel de Arriaga, Teófilo Braga, Bernardo de Albuquerque, António Lopes Guimarães, Emídio Navarro, Carlos Relvas, Sousa Bastos, entre muitos outros.

³³⁹ Cascão, Rui, “As vicissitudes do comércio marítimo de um porto secundário: o caso da Figueira da Foz (1850 – 1920)”, Separata da *Revista Portuguesa de História, Instituto de História Económica e Social*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tomo VIII, Coimbra, 1980, p.174-175.

³⁴⁰ “A Figueira há cem anos”, *Boletim da Comissão Municipal de Turismo*, nº 10 de Julho de 1943, (s. p.).

Os resultados exequíveis da adesão às novas práticas, incentivados pela propaganda turística, o aconselhamento médico, as primeiras manifestações da busca de prazer e excitação que serão posteriormente associados a estes locais, tornaram-se claros nas décadas seguintes.

Conjugados pela ligação ferroviária da Linha da Beira Alta, construída com uma outra intenção, como adiante analisaremos, fazem convergir alguns milhares de cidadãos espanhóis que transformam o mês de Agosto, o mês de preferência para a estadia na costa atlântica figueirense, e o ambiente urbano local, até então recatado e imperturbável, numa festa de cor, ruído e divertimento contínuo enquanto dura a sua estadia.

Todo esse movimento gera, por sua vez, uma maior capacidade de atracção de veraneantes nacionais, que começam a rumar, durante a denominada época de veraneio ou de lazer, em direcção da Figueira da Foz.

Os que chegam já não procuram unicamente a cura terapêutica para os seus males e achaques, procuram agora também o cosmopolitismo e animação que a presença de estrangeiros e o concomitante desenvolvimento de actividades ligadas ao divertimento e ao lazer proporcionam durante os meses de estio.

Depois do “reinado das Pepas [...] do colorao e pimentos, gravanzos e butifarras, [...] dos rigodones e sevilhanas, tangos e habaneras”, chegavam os “3^{os} barões de carne de Porco com cebolinhas e pelas 5^{as} viscondessas de Esparregado de espinafres... [...] as danças espanholas dão lugar às danças francesas, o *pas-de-quatre* recebe a alternativa dos rigodones” substituídos pela terceira invasão: a “dominação agrícola [...] barrigudos, sadios com esposas fatos de folhos e meninas de saias mais curtas adiante de que atraz [...] os vinhateiros entram nas 300 barracas ainda quentes das baronesas que saíram”, como revelava a veia satírica de um articulista de 1899³⁴¹.

Posteriormente, o desenvolvimento e aparição de novas e mais modernas estâncias, as condições naturais existentes deixariam de funcionar como fórmula exclusiva para atracção de forasteiros para a manutenção do estatuto de uma das melhores zonas balneares então existentes.

Em 1918, a Sociedade Propaganda de Portugal, tendo em conta a frequência crescente de banhistas nacionais e espanhóis, considerava a Figueira da

³⁴¹ *O Século. Suplemento Ilustrado*, 14 de Setembro de 1899, p. 4.

Foz, como “a praia de banhos mais animada do Norte e Centro do paiz”³⁴².

No início dos denominados “anos loucos” da década de Vinte, após o final da 1ª Grande Guerra, a Sociedade Propaganda, precursora, como atrás referimos, da divulgação das práticas turísticas³⁴³, concluía que a transformação da Figueira da Foz, em estância balnear fora a atitude que mais contribuirá “para os notáveis progressos e melhoramentos que a cidade hoje apresenta”³⁴⁴.

Muito havia acontecido desde o desembarque de Lichnowski, em 1842, na Figueira da Foz.

Informados de que a transformação coadjuva o desenvolvimento económico, facto notório desde os primórdios da vilegiatura, torna-se urgente e na medida do possível dotar a cidade dos elementos essenciais – estruturas hoteleiras e de diversão - à afluência e permanência de banhistas e visitantes.

As “fontes” figueirenses permitem observar o aparecimento e a difusão de hotéis, pensões, casas para arrendar na “época”, cafés, clubes, casinos, lojas comerciais, estabelecimentos de banhos³⁴⁵ e transportes, como fórmula de atrair as classes sociais mais privilegiadas economicamente à estância balnear figueirense.

Este percurso e implementação, embora lento, foi inicialmente promovido pelo desembaraço de uns quantos comerciantes provenientes, a maioria, do exterior, que procuram lucrar com a chegada de forasteiros, incrementando condições de acolhimento e alimentação, uma situação que se torna insustentável com o aumento gradual de visitantes e turistas balneares.

O conjunto de serviços básicos que permitam e assegurem a presença regular desta população flutuante, como saneamento, abastecimento de água, géneros alimentares, promoção da higiene e salubridade nas ruas, torna-se uma realidade perceptível, mas problemática, numa cidade em que a população flutuante que a ela afluí nos meses da “época” balnear é substancialmente superior aos seus habitantes autóctones, dando origem a sérios problemas que urge

³⁴² Brito, Sérgio Palma, obra citada, p. 466.

³⁴³ Facto curioso é que a Sociedade Propaganda de Portugal, tendo estabelecido diversas delegações de norte a sul do país, nunca tenha estabelecido nenhuma na Figueira da Foz, chegando inclusivamente a ter um posto de informações em Pombal, embora a sua acção não tenha sido relevante. Ver Matos, Ana Cardoso, “Os Guias de Turismo e a Emergência do Turismo Contemporâneo em Portugal (dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XX), *Scripta Nova*, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, vol VIII, nº 167, 15 de Junho, 2004.

³⁴⁴ Brito, Sérgio Palma, obra citada, p. 466.

³⁴⁵ Existiram diversos estabelecimentos deste género sendo o mais antigo o Balneário do Paul, situado a norte do Jardim Municipal, a “Vila Campos” no Bairro Novo, o “Balneário Vila Mar”

colmatar.

Estruturas e preocupações que entre o dealbar dos Anos Trinta e Sessenta sofrem modificações no âmbito interventivo, quer no âmbito das competências.

Numa primeira fase encontramos implantadas localmente as Comissões de Iniciativa³⁴⁶, criadas por decreto-lei³⁴⁷, desligadas dos organismos municipais, embora fossem mais um organismo municipal dotado de autonomia financeira, situação que provoca diversos conflitos entre as Comissões e o poder municipal, dada a abrangência das atribuições destes organismos no desenvolvimento local e turístico.

A principal crítica dirigida na época (1933) a estes organismos resulta do conflito gerado pela forma como, através da figura do subsídio, subvenciona obras de carácter municipal que eventualmente nada tinham que ver com o âmbito turístico. Circunstância que aumentava a celeuma gerada localmente provocada pela falta de destriça entre “o que era turismo ou não”³⁴⁸.

Situações a que a reforma implementada através do Código Administrativo de 1936 procura pôr cobro através da extinção destes organismos, criando as Comissões Municipais de Turismo, integradas no seio da administração municipal. Em 1939 estes organismos são assimilados no Secretariado de Propaganda Nacional e as suas funções passam a ser delimitadas pelo âmbito daquele departamento estatal.

São estes organismos, incluídos na governação municipal e dependentes do Estado, que assumiram localmente a modernização, regulação, coordenação, propaganda e desenvolvimento do turismo entre os anos 30 a 60.

A actividade, enquadrada pelos denominados “Programas de Melhoramentos”, esteve na génese do reordenamento e modernização destes locais, atendimento das necessidades básicas da população flutuante, controle da mendicidade e da segurança dos veraneantes, tendo como fim último dotar a estância balnear e a cidade, no seu conjunto, das condições necessárias para o

³⁴⁶ A “Comissão de Iniciativa” da Figueira da Foz reuniu-se pela primeira vez em 1923. O seu primeiro Presidente foi Manuel Gaspar de Lemos (1877-1967), advogado, membro do Partido Democrático, e ministro da Agricultura, Comércio e Comunicações. Localmente fez parte da primeira Câmara Municipal, após a Implantação da República, colaborou na imprensa local, escrevendo no “O Figueirense” e na “Voz da Justiça”. Foi preso pela polícia política do Estado Novo, tendo encontrado refúgio na Bélgica.

³⁴⁷ Referência ao Decreto-Lei nº 1152, de 23 de Abril de 1921, e regulamentadas através do decreto 10 057, de 30 de Agosto de 1924.

³⁴⁸ Brito, Sérgio Palma, obra citada, vol. 2, p. 601.

desenvolvimento da actividade turística.

A acção da Comissão Municipal de Turismo, que implementa a edição regular de um *Boletim*³⁴⁹, ao qual adiciona diversos meios de propaganda, entre os quais pequenos guias que distribui gratuitamente, passa a dirigir os destinos do turismo local, focaliza a sua acção numa profusa e variada campanha de divulgação da cidade e da praia.

Controlo e regulação das actividades hoteleiras, da cobrança da “taxa de Turismo”³⁵⁰, elaboração de planos e projectos para as carências específicas da actividade turística, a informação pública de preços tabelados na hotelaria, restauração, cafés e pastelarias, da venda de géneros alimentares em mercearias e mercado de abastecimento, dos transportes, contribuem para a melhoria dos serviços e da imagem da estância balnear. A fiscalização dos serviços prestados aos veraneantes começava na própria estação ferroviária local, cujo controle dos “correctores”³⁵¹, obrigados a um controle prévio, se deviam “apresentar limpos e barbeados” e “não consentindo que estes se apresentem mal vestidos”³⁵².

Esta é uma questão já referenciada em 1935, através de uma proposta da Comissão de então ao Administrador do Concelho, “pedindo-lhe a sua melhor atenção, para a forma como decorre o serviço na estação de caminho de ferro, especialmente quando da chegada da carruagem directa de Hespanha, e também a forma como os carregadores e mais pessoal se apresentam vestidos”³⁵³.

A vistoria de prédios destinados ao aluguer durante o Verão surge como outras das preocupações da Comissão, tendo sido proposto por António Biscaia³⁵⁴,

³⁴⁹ O *Boletim da Comissão Municipal de Turismo da Figueira da Foz*, dirigido por A. Argel de Melo, teve como redactor Mário Azenha. Foram publicados 22 números entre 1941 e 1949. Entre os seus colaboradores podemos encontrar Bissaya Barreto, João Porto, Raimundo Esteves, Manuel Alberto Rei, Maurício Pinto e Celestino Maia.

³⁵⁰ Esta taxa paga entre 1 de Julho a 31 de Outubro por cada hóspede de hotel, pensão ou restaurante. As percentagens cobradas (5% de todas as despesas, exceptuando menores entre os 5 e 10 anos, pagando os menores de 10 a 15 anos 2%, as famílias com mais de 4 pessoas pagavam uma taxa de 4%) e revertiam para o Fundo da Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz. *Boletim da Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz*, Ano 1, nº 6, de 1 de Setembro de 1927. Esta taxa empola conflitos entre os prestadores de serviços, que cobram a taxa directamente, turistas e este organismo, pois para além de agravar consideravelmente os preços praticados, existiam muitos proprietários de hotéis, pensões e restaurantes que procuram eximir-se da sua entrega aos serviços de turismo, como era obrigatório.

³⁵¹ Na época assim eram designados os angariadores dos diversos hotéis locais que, na estação ferroviária, procuravam aliciar para o hotel que representavam os veraneantes que chegavam.

³⁵² A.H.M.F.F., *Livro de Actas da Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz*. 1943, nº 6, Acta nº 11, de 28 de Novembro de 1944.

³⁵³ A.H.M.F.F., *Livro de Actas da Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz 1931-1937*, nº 4, Acta nº 2, de 4 de Julho de 1935.

³⁵⁴ António da Silva Biscaia, (Figueira da Foz, 1892-1970). Chefe de serviços da antiga

um projecto de regulamento “das vistorias a casas de aluguer, que a Câmara aprovara” em 1944³⁵⁵.

A promoção de conferências de propaganda regional foi outra das importantes actividades da Comissão. Na década de Quarenta encontrámos agendadas nas diversas “Casas Regionais de Lisboa” (Alentejo, Leiria, Beiras, Coimbra, Arganil) palestras orientadas para a promoção do principal produto figueirense: a sua praia. Carlos Sombrio, Ernesto Tomé, João de Barros, Augusto Santos Pinto e Vitorino Nemésio, a quem o convite fora endereçado pelo então presidente da Câmara, foram alguns do intervenientes nestas sessões³⁵⁶.

A concessão de subsídios a jornais, revistas de publicidade em troca de páginas de propaganda figueirense eram também um acto de gestão habitual.

A prática do campismo³⁵⁷ é outra das actividades ao ar livre que surge referenciada na década de Quarenta, destinando a Comissão diversas zonas para a sua prática (Mata do Urso, da Leirosa, de Lavos, Prazo de Santa Marinha, Dunas de Quiaios, de Foja) e delas dando conhecimento à Direcção do Clube Nacional de Campismo³⁵⁸.

A sede da Comissão³⁵⁹ recebe igualmente as reclamações dos turistas sobre os serviços turísticos prestados localmente, queixas sobre a cobrança da “Taxa de Turismo”, paga no momento da liquidação da sua conta no hotel, pensão ou restaurante, verbas normalmente associadas à realização dos melhoramentos na estância balnear.

Contudo o carácter sazonal e o dualismo na vivência urbana serão duas vertentes problemáticas sentidas na estância balnear. Esta característica condicionaria fortemente o desenvolvimento do turismo balnear local, enquanto o

Companhia dos Caminhos de Ferro da Beira Alta. Colaborador assíduo em jornais e revistas locais onde aborda a história local e o desenvolvimento da cidade. Fez parte da Comissão de Iniciativa que mais tarde passara a denominar-se Comissão Municipal de Turismo. Ver Costa, Fausto Caniceiro da, *Figueirenses...*, p. 44 - 45.

³⁵⁵ A.H.M.F.F., Livro de Actas da Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz, nº 6, 1943, 1946-1947, Acta nº 5, de 27 de Maio de 1944.

³⁵⁶ A.H.M.F.F., Livro de Actas da Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz. 1943, 1946-1947, nº 6, Acta nº 3, de 17 de Março de 1944.

³⁵⁷ De referir que o único núcleo de campismo na Figueira da Foz que existia na época era dinamizado pelo *Sporting Club Figueirense*, que se havia organizado em 1942. Este núcleo possuía na Serra da Boa Viagem, um terreno onde realizava os seus acampamentos, local onde se realizou o 1º Acampamento de Campismo do clube entre os dias 19 e 20 de Agosto de 1944.

³⁵⁸ A.H.M.F.F. Livro de Actas da Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz. 1943, 1946-1947, Acta nº 4, de 9 de Abril de 1944.

³⁵⁹ A Comissão ocupava, em 1941, um edifício degradado na rua Cândido dos Reis. Nesse mesmo ano mudaria para nova sede na esplanada António Silva Guimarães, cujas instalações foram consideradas modelares.

dualismo, por seu lado, implanta realidades distintas na ambiência urbana, o cosmopolitismo de Verão em contraste com um quotidiano sossegado e apagado durante o resto do ano.

A sazonalidade é um problema transversal ao turismo fortemente vocacionado para a exploração da vertente balnear, facto que condicionará boa parte do seu desenvolvimento ao nível local, quer a nível nacional.

3. 1.3. A Cidade-Praia: a “nova geografia” do lazer

Aqui chegados, importa partir à descoberta dessa cidade, que em pleno dealbar dos anos Trinta, num país que inicia, sob a influência do novo ministro das Finanças e futuro Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, um processo de reorganização das finanças públicas e política do país, surge como uma estância de referência no turismo interno.

Cidade que conjuga em pleno essa “busca de excitação” aplicada ao lazer e ocupação dos tempos livres, um conceito estabelecido por Norbert Elias, que pretende explicar o comportamento do indivíduo, inserido no contexto da sociedade industrial ocidental, europeia, na sua fuga à rotina do trabalho.

Cedo as práticas de lazer na Figueira da Foz, assumem esse carácter de excitação, de estímulo e agitação quase permanentes.

As primeiras notícias sobre a estância balnear dão conta já de um ambiente descontraído, onde os pressupostos da sociabilidade urbana são rejeitados, pois considera-se que num local de veraneio é tolerado e, de certo modo, permitido o uso de “certas toilettes exquisitas, de classificação difícil”, uma referência feita em tom indulgente mas que propõe uma visão da sociabilidade balnear distante das “formalidades e etiquetas, que mais incomodam que divertem”, pretendendo estabelecer a “boa convivência a singeleza e sem cerimónia”³⁶⁰ no seio do ambiente balnear.

Ousadias que rompem preconceitos e estabelecem novos parâmetros de relacionamento social fora do círculo quotidiano. A estadia balnear, a vilegiatura no mar figueirense assume cedo esse carácter transgressor, rompendo com os usos e costumes da vida rotineira.

Os comportamentos sociais permitidos em zonas afectas ao lazer concorrem para uma maior intensidade da sociabilidade. Transformam estes espaços, normalmente pacatos, em zonas de bulício e movimento constante, onde, de forma genérica, passaram a ser aceites comportamentos sociais que permitem a fuga a uma rotina instalada no quotidiano e através destes podemos observar o afrouxamento das regras socialmente impostas.

Assiste-se à conjugação do lazer e divertimento no interior das hoje denominadas zonas de turismo, funcionando esta fórmula como motivo de

³⁶⁰ *O Conimbricense*, nº 806 de 15 de Outubro de 1861, p. 1.

atração de forasteiros que, em fuga ao quotidiano, se dirigem para os locais de veraneio num determinado período do ano.

Nas zonas balneares a “restrição rotineira das emoções pode, até certo ponto, ser publicamente reduzida”³⁶¹, daria origem a comportamentos que igualmente se estereotiparam, pois a quebra da rotina, vivida durante uma parte do ano, é a imagem que perdura, moldada pelas imagens que vão sendo acumuladas na memória, enquanto desejo individual dos frequentadores e característica essencial desses espaços.

Os indícios da modernidade nas zonas balneares são transversais à perversão das rotinas sociais e até locais, assunção de comportamentos consentidos de forma tácita entre os diferentes actores do jogo social (autoridades, autóctones e forasteiros) que permitem a metamorfose dos comportamentos sociais durante os períodos do lazer.

A metamorfose impôs novas práticas de sociabilidade, associadas à descoberta de “novos usos do tempo”³⁶², como o jogo, o passeio, a dança, o teatro, as provas desportivas, uma conjuntura passível de ser pressentida cronologicamente com clareza na Figueira da Foz.

As fontes desvendam esses comportamentos quando acompanham o despontar das primeiras casas de jogo clandestinas, ou semi-clandestinas, de agremiações recreativas, como a Assembleia Figueirense³⁶³, pioneiros no estabelecer de práticas de sociabilidade entre veraneantes e autóctones, locais onde afloram, de forma concreta, os factores de mudança nos comportamentos da vilegiatura nas duas décadas finais do século XIX.

A prática terapêutica, a principal motivação para a deslocação anual, assume agora novos contornos, complementados por uma panóplia de divertimentos e atrações (provas desportivas, corridas tauromáquicas, circo, teatro e posteriormente o cinema) que entretanto surgem, como forma de fidelizar e aumentar as clientelas das estâncias balneares.

Embora a conjuntura não tenha sido inicialmente muito bem aceite por alguns segmentos da população local, como mais adiante se analisa.

A transição revolucionária, de forma substancial, a pacatez da vila e depois

³⁶¹ Elias, Norbert, Dunning, Eric, *A Busca da Excitação*, Lisboa, Difel, 1992, p. 150.

³⁶² Corbin, Alain, *A História dos Tempos Livres...*, p. 59.

³⁶³ A centenária associação figueirense foi fundada a 15 de Dezembro de 1839. É na actualidade uma das mais antigas colectividades de divulgação da cultura e recreio do país.

cidade³⁶⁴ da Figueira da Foz.

A zona marítima, factor primordial e essencial para a prática do banho de mar, o incentivo do discurso médico³⁶⁵, dois elementos que interagem e se confundem na prática do veraneio, passaria a assumir um papel importante no imaginário do lazer português.

Poderemos, logicamente, referir a vila de Cascais, como local historicamente pioneiro, porque promovido a estação de banhos preferido pela família real em finais do século XIX, facto que inaugurava oficialmente uma nova “moda” no seio da aristocracia: a vilegiatura marítima.

A vila de Cascais, a partir de 1880, assume-se como o local da “moda”, balnear aristocrática, onde passam a afluir sazonalmente as classes socialmente privilegiadas³⁶⁶. Circunstância que pré-anuncia e permite detectar já o movimento de imitação social que emerge nas práticas da vilegiatura, que posteriormente levaria à generalização entre os estratos sociais imediatamente inferiores.

Mas este é um facto que não retira o lugar predominante à Figueira da Foz, entre as estâncias balneares portuguesas associadas ao pioneirismo do turismo balnear em Portugal.

Em termos práticos, a Figueira da Foz é a primeira cidade portuguesa onde surge uma estância balnear de relevo entre os finais do século XIX e a primeira metade do século XX.

Facto que a transfigura e a transforma numa cidade “cultura, exigente, cosmopolita e viva, aberta e atractiva”³⁶⁷.

Pareciam já longínquos os tempos dos pioneiros, forasteiros adeptos desta nova prática, que chegam em busca das qualidades terapêuticas das águas marítimas e inicialmente acolhidos na zona da “Cidade Velha”, algo distante da zona da praia propriamente dita.

O aumento exponencial ao longo das últimas décadas do século XIX, a moderada e cada vez mais insuficiente capacidade de alojamento do velho burgo cedo coloca a necessidade de expansão para além dos limites urbanos existentes.

A saturação da capacidade de acolhimento na zona antiga da cidade

³⁶⁴ A Figueira da Foz foi elevada a cidade em 1882, por decreto Real de 20 de Setembro pelo Rei D. Luís.

³⁶⁵ Segundo a medicina assentava em três pressupostos fundamentais: a atmosfera marítima, a água do mar para uso interno e o banho de mar.

³⁶⁶ Ortigão, Ramalho, *As Farpas...*, vol. VI, p.243.

³⁶⁷ Cajão, Luís, *Torrentes da memória...*, p. 21.

promoveu a construção do “Bairro Novo” que, posteriormente, assume a centralidade das actividades turísticas.

Esta expansão será direccionada, ao longo dos anos Trinta a Sessenta, para ocupação de zonas limítrofes, Palheiros a Buarcos, consequência dum continuado aumento de banhistas proporcionado pela imitação e difusão do lazer entre outras classes sociais. Serão lugares que se procuram como fuga ao ambiente buliçoso e inquieto da zona nuclear da actividade e conjuntamente porque menos elitistas do ponto de vista económico e social.

A primitiva praia, onde o “mar estava ainda a dois passos”³⁶⁸ da Avenida da Beira-Mar, situação ainda comum no início dos anos Sessenta, começava junto aos muros do Forte de Santa Catarina, perto de um denominado Barracão³⁶⁹, pertença dos Serviços Hidráulicos, que serviram de apoio aos trabalhos da barra, seguindo em direcção a Palheiros e Buarcos.

Embora o areal, até ao Forte de Buarcos, tivesse uma extensão aproximada de 1800 metros, a praia “de areia fina”³⁷⁰, como evoca Sant’Anna Dionísio, inicialmente ocupava uma “extensão de 400 metros”³⁷¹ na zona contígua ao “Bairro Novo”. Na zona sobranceira ao mar, inicialmente bordejada por dunas, foram implantados, em finais do século XIX, os carris do “Carro Americano” e as primeiras edificações do ainda muito incipiente “Bairro Novo”.

É perfeitamente perceptível, nas fotos de época, um edifício ornado de ameias, mandado construir ou adquirido, as fontes³⁷² são discordantes neste aspecto, embora consideremos, pelo facto de ter sido um dos impulsionadores e sócio da Companhia Edificadora Figueirense, que tenha sido o instigador da sua construção o engenheiro-hidrógrafo Francisco Maria Pereira da Silva³⁷³. Este veio

³⁶⁸ Arroteia, Jorge Carvalho, obra citada, 1985, p. 49.

³⁶⁹ Esta construção era o término dos iniciais passeios a pé dos primeiros veraneantes, sendo o local referido como “um dos mais favoritos pasmatórios”, onde se divisava a paisagem que se estendia até Buarcos. Dele se avistava a faina piscatória na baía e a praia, onde se assinala o arrastar de redes para terra pelas campanhas de pescadores. *O Conimbricense*, nº 807, 19 de Outubro de 1861, p. 1.

³⁷⁰ Dionísio, Sant’Anna, *Guia de Portugal. Beira I – Beira Litoral*, 3º volume, Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 79.

³⁷¹ Dionísio, Sant’Anna, *ibidem*.

³⁷² Manuel Joaquim Moreira dos Santos, por exemplo, escreve que o palacete Baldaque da Silva foi mandado construir pelo Engenheiro Francisco Maria Pereira da Silva. Ver do autor *A Figueira da Foz e o desenrolar da História*, Figueira da Foz, Ginásio Clube Figueirense, 2004, p. 57.

³⁷³ Nasceu em Lisboa em 1813 e morreu na Figueira da Foz em 1891. Oficial da Armada portuguesa, engenheiro-hidrógrafo, dirigiu trabalhos de hidrografia marítima no porto de Lisboa, de melhoramento do porto e barra da Figueira da Foz e diversos trabalhos de levantamento geodésico no país. Autor do mais antigo plano de farolagem do país em 1866 e o primeiro-oficial da Marinha a assumir a responsabilidade do serviço de faróis da costa portuguesa. Substituirá

para a Figueira da Foz, encarregado pelo governo, segundo a portaria de 6 de Maio de 1857³⁷⁴, com a função de “salvar e melhorar o porto e barra do Mondego”³⁷⁵.

O “Palacete Baldaque da Silva”, conhecido por “Castelo Engenheiro Silva”, pelo simples facto do dono o ter mandado construir inicialmente rematado por ameias, sendo considerado como um “ex-libris” da “frente-mar” da Figueira da Foz, embora a condição actual do edifício não seja a mais desejável.

Erigido sobre a duna primária, origem das duas esplanadas ali implantadas posteriormente, sendo a sobranceira conhecida como “Esplanada Silva Guimarães”³⁷⁶, transformando-se a inferior na avenida marginal fronteira à praia, depois designada como Avenida Dr. António Oliveira Salazar.

Ambos os estratos faziam parte do habitual “caminho seguido para a praia”³⁷⁷, transformando a esplanada superior num habitual ponto de encontro entre a população veraneante, transformando-a num “dos locais mais concorridos”³⁷⁸ da cidade, sendo considerada como a sala de visitas da Figueira da Foz.

O primitivo núcleo urbano da cidade estava, nos meados do século XIX, afastado da praia, a Este da fortificação de Santa Catarina. A ligação entre as duas zonas seria estabelecida após o aterro da reentrância que formava a Praia da Fonte, obra executada de acordo com o plano de melhoramento e regularização da barra do Mondego, permitindo a ligação entre a parte antiga e o novo bairro e a implantação posterior de um Jardim Público³⁷⁹ e do Mercado Municipal inaugurado em Junho de 1892, ostenta o nome dessa figura incontornável da história figueirense do século XIX, que foi Francisco Maria Pereira da Silva.

Nos finais do século XIX, as descrições da ambiência da praia permitem

Filipe Folque na Direcção-Geral dos Trabalhos Geodésicos, Topográficos, Hidrográficos e Geológicos do Reino entre 1874 a 1879, cargo do qual foi destituído por uma sindicância, tendo sido reformado com o posto de Vice-Almirante.

³⁷⁴ Silva, Francisco Maria Pereira da, *Resposta. Arguições que alguns habitantes da Figueira fizeram acerca das obras públicas para melhoramento da Barra e Porto desta Villa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862, p. 8.

³⁷⁵ Idem, p. 3.

³⁷⁶ António da Silva Guimarães, fundador da Empresa das Minas do Cabo Mondego, então o principal empregador de mão-de-obra na região. Faleceu na Figueira da Foz a 3 de Janeiro de 1903. Ver Costa, Fausto Caniceiro da, obra citada, p. 146.

³⁷⁷ *Europa*, Figueira da Foz, 1 de Junho de 1925, Ano II, nº 2, 2ª Série, (s. p.)

³⁷⁸ Idem, ibidem.

³⁷⁹ Actualmente designado Jardim Público “Infante Dom Henrique”, foi inaugurado em 1891. Sofreria melhoramentos em 1910 e 1945. Em 1926, segundo relata a imprensa da época, possuiria um coreto em bambu, de estilo ou aparência chinesa.

visualizar cerca de 350 barracas³⁸⁰ alinhadas, “de pano alvadio”³⁸¹, transbordando de gente, entre as sete e as dez horas da manhã, a denominada “hora elegante” para a estadia na praia, onde a maioria das indumentárias usadas são compostas por “chapéus de coco e os fraques dos senhores e os vestidos farfalhantes das senhoras”³⁸². O “bom-tom”, referência habitualmente atribuída à moda seguida entre a elite veraneante, era o factor dominante na indumentária dos frequentadores.

No início dos anos 30 a praia figueirense parece ser “facilmente acessível a todas as bolsas”, como consta na imprensa local. Embora o custo de vida, como era referido, venha “acusando mesmo certas oscilações para menos”, os proibitivos preços praticados no aluguer de casa, “por um momento excessivamente elevado em virtude das circunstâncias anormais que afectaram o mundo inteiro, voltou a normalizar-se”³⁸³.

Afastadas as ondas de choque da queda bolsista de 1926, os custos da estadia hoteleira haviam “baixado a um nível razoável de estabilidade”³⁸⁴, situação que certamente veio aliviar tensões no seio dos hoteleiros figueirenses.

Nas esplanadas e rampas de acesso à praia, os vendedores expunham as suas mercadorias, que incluía “brinquedos, barquinhos de lata, baldes, pás, pregos, e de mistura camisolas, óculos de cor, bonés de folha pintada, recordativos da praia, panos de rendas, bordados vistosos, cadeirinhas de encosto”³⁸⁵, acima destas referenciava-se “um pequeno restaurante bem preparado e servido”³⁸⁶.

Nas décadas de Trinta a Sessenta, o único aspecto na praia figueirense a manter-se de certo modo inalterável seria o desenho e a cor do aglomerado característico dos toldos e barracas disseminadas no areal.

No início dos anos 30 surgia do antigo estradão fronteiro à praia o traçado

³⁸⁰ Exploradas por banheiros, antigos pescadores reconvertidos ou que complementavam a actividade com o aluguer de barracas e toldos na praia. Posteriormente as mulheres continuam a dirigir o negócio iniciado pelos maridos. Ainda hoje é uma actividade maioritariamente gerida por mulheres. Em 1940 encontramos 15 banheiros (9 homens e 6 mulheres) a explorar o negócio na Praia da Figueira da Foz.

³⁸¹ “A Figueira há cem anos. O Verão de 1893”, *Boletim da Comissão Municipal de Turismo*, nº 10 de Julho de 1943, (s. p.).

³⁸² Idem.

³⁸³ *Europa*, nº3, Ano III, 1 de Julho de 1927, (s. p.).

³⁸⁴ Idem.

³⁸⁵ Santos, Honorato, *Memória. Dois meses na Figueira*, Biblioteca Municipal da Figueira da Foz, Sala *Figueirense*, Manuscrito, 1938, p. 11.

³⁸⁶ Idem, ibidem.

moderno da sonhada avenida marginal³⁸⁷, entre o “Ténis Club”³⁸⁸, construído em terrenos abandonados próximos do Forte de Santa Catarina, e a zona da Ponte do Galante, a oeste do “Bairro Novo”.

A invasão do automóvel e do autocarro junto da praia, embora essa preocupação possa ser antevista em 1935, quando a Comissão de Iniciativa mandou “preparar um parque de automóveis junto da praia e arranjar dois guardas para esse parque”³⁸⁹, os costumes da população banear, com o fato de banho agora fortemente condicionado pela legislação³⁹⁰, são, entre outros aspectos, aqueles que de forma saliente ressaltam a um olhar mais atento entre as décadas de Quarenta e Sessenta.

A imposição do modelo para o fato-de-banho torna notória a intervenção moralista e puritana do Estado Novo, levando a uma regressão dos modelos e usos, que deixa de acompanhar o modelo que se havia imposto nos anos Trinta, o “maillot”, de cores berrantes, cujo tecido, em malha de lã, depois de molhado, evidenciava as formas corporais dos utilizadores.

Nos anos 40, a praia figueirense, embalada na “doce invasão”³⁹¹ anual, onde surge destacada a figura feminina, assistia à chegada do vestido de seda fina e de chita, largos, invadida assim pela ousadia feminina em deixar de cobrir a cabeça com o habitual chapéu, abandonando o uso de meias, cuja silhueta resalta o cabelo curto. Nas ruas movimentam-se “algumas meninas e algumas senhoras andam de caças largas “à homem” e corpétes sem mangas ou sem costas [...] algumas vestindo saíote curto plissado” facto que não deixava de causar forte sensação entre um público masculino, embora ávido, pouco costumado a estes pormenores.

Embora não fosse maioritária esta imagem do feminino português no

³⁸⁷ O estradão então existente era conhecido como Avenida do Mar, que após melhoramentos se passa a designar Avenida Dr. António de Oliveira Salazar em 1932.

³⁸⁸ Fundado em 1917, por Luís Witnich Carrisso, botânico e professor da Universidade de Coimbra, António D’Azevedo e Luiz de Mello, em terrenos então abandonados e conspurcados da então denominada Esplanada do Forte de Santa Catarina. O local desde logo se transformou numa zona de distinção na praia figueirense e ponto de encontro da melhor sociedade figueirense e veraneante. Nos anos Trinta o “Club” dava acesso directo à confinante e então existente “Praia das Crianças”.

³⁸⁹ A.H.M.F.F., *Livro de Actas da Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz. 1931-1937*, nº 4, Acta nº 3, de 12 de Julho de 1935.

³⁹⁰ O Estado Novo preconiza o condicionamento dos comportamentos permitidos nas zonas balneares através de uma série de regulamentações que surgiam no Decreto-lei nº 31 247, de 5 de Maio de 1941, incluindo penalizações pecuniárias entre os trinta escudos e os cinco contos para os prevaricadores. Uma verdadeira fortuna para a época.

³⁹¹ Vieira, Joaquim, *Portugal Século XX ...1940-1950*, p. 61.

ambiente urbano e político no país de meados do século XX, ressurgem velhos comportamentos e estereótipos sobre a mulher impostos agora pelo regime no ambiente balnear.

Será no decorrer dos anos Quarenta, recorrendo à antiga premissa higienista do século XIX, que o *Estado Novo* procura reavivar e incentivar a estadia nas praias de crianças e jovens oriundos das classes mais desfavorecidas económica e socialmente, para ali dirigidos e enquadrados pelas organizações da juventude onde são instalados nas denominadas colónias balneares³⁹².

Este movimento acaba por arrastar igualmente as famílias, que conjugado pela chegada dos refugiados ali acolhidos, acabam por manter a função “de local de excitação” da estância balnear figueirense como zona privilegiada de fuga à vida rotineira do trabalho, do racionamento e das notícias da guerra.

Deste enquadramento higienista dos jovens, provenientes maioritariamente do proletariado rural e urbano, ressalta o interesse político de, junto destes futuros cidadãos, incutir as premissas ideológicas e sociais do regime.

Através do *Guia Turístico, Comercial e Industrial*³⁹³ percebe-se parte do ambiente do verão figueirense daquelas épocas. Assim podemos distinguir o Parque – Cine³⁹⁴, frequentado por clientela eclética, que tanto acorre a filmes produzidos nos estúdios de Hollywood, como do cinema italiano, que então fazia as delícias dos frequentadores, preenchendo o imaginário de miúdos e graúdos, permitindo a evasão do real, duas das funções associadas à estadia balnear e ao cinema.

Assinale-se que as comédias cinematográficas portuguesas fazem a sua aparição na época e tornam-se de consumo obrigatório entre a população local e banhista.

A funcionar como casas de espectáculos existiam então, para além do “Casino Peninsular”, o “Casino Oceano”, embora o primeiro fosse o único a ostentar a autorização para a prática legal do «jogo».

No espaço compreendido entre a Ponte do Galante e a vila de Buarcos, os forasteiros, de feição mais naturalista, optavam pela zona, por ser um local mais

³⁹² A mais antiga referência encontrada sobre a presença na Figueira da Foz de colónias balneares para crianças e jovens desfavorecidos data de 1903. Ver Fonseca, Thomaz da, *Colônia marítima de crianças pobres. 1903. Relatório e contas*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1904.

³⁹³ *Figueira da Foz. Guia Turístico Comercial Industrial*, 1º Ano, Figueira da Foz, J. Oliveira Santos, 1943, distribuição gratuita.

³⁹⁴ Situado na Rua Cândido dos Reis. Fundado em 1920 resistiria até 1972, ano em que o velho edifício seria demolido.

sossegado, onde os preços de aluguer eram mais acessíveis, transformando a zona de Palheiros numa nova zona de acolhimento.

A democratização do acesso à prática balnear levaria ao seu alongamento, com a consequente ocupação de zonas limítrofes àquela que veio a ficar conhecida como “praia do Relógio” e ao sequente prolongamento da avenida marginal. Na nova avenida fronteira ao mar, defronte da esplanada principal, fora então implantado o ícone arquitectónico e marca perene do Estado Novo, que ficará conhecida como a Torre do Relógio³⁹⁵, estando na origem da nova designação daquela praia.

Contudo esta realidade não obsta que “numa praia cujo acesso cedo se democratiza a estratificação social não deixou de existir”³⁹⁶, pois a diferenciação inicial seria desde logo estabelecida de acordo com o mês escolhido para a estadia. Factor que acaba por ser substituído posteriormente pela zona de alojamento, nova fórmula de diferenciar as classes sociais que se instalam na estância durante o Verão.

O condicionamento económico, o preço dos alojamentos, passa a ramificar os diferentes estratos populacionais que se deslocam para a praia durante o período balnear. Estes dividem-se pelas diferentes zonas de acordo com o seu estatuto económico.

A hierarquização tornou-se miscível com o avançar do século, sendo agora possível encontrar os diferentes estratos sociais a frequentar a estância balnear simultaneamente durante o mês de Agosto e Setembro.

Resultado igualmente conseguido pela concentração e redução a dois meses da “época” de afluência à praia. Esta havia começado por se estabelecer inicialmente entre finais de Junho prolongando-se até finais de Outubro, como vimos, tendo-se reduzido com o avançar do século XX, aos meses referidos.

A distinção social passa então a ser estruturada em função da zona de alojamento escolhida, ou seja, as classes populares e alguma da classe média estabelecem-se na zona de Buarcos, as de maior poder económico no Bairro Novo, ou em habitação própria, adquirida com a finalidade de aí passar o período de veraneio, fenómeno que lentamente se difunde, por exemplo, entre a elite

³⁹⁵ A designação deve-se à solução encontrada posteriormente para remate da citada torre, que passou a ostentar, no coruchéu, um relógio de sol, que se transformou num motivo de atracção de pequenas multidões e causaria acesa polémica local sobre a sua instalação naquele local.

³⁹⁶ Nunes, Carlos Manuel de Freitas Almeida, obra citada, p. 8.

coimbrã.

Este novo núcleo balnear despontara na realidade urbana figueirense por volta da década de Vinte, no local onde D. Miguel mandara erguer um pequeno fortim, para defesa da costa, durante as lutas entre libérias e absolutistas do século XIX, designado então como praia de Buarcos e, na época, ligada à Figueira da Foz, pela estrada denominada do Viso.

Posteriormente este núcleo estender-se-á até à própria vila, ocupando o areal fronteiro à vila de Buarcos, que passa a ter praia para veraneio adjacente. Esta transformação acarretaria um lento definhar das actividades piscatórias locais, o encerramento ou deslocalização da indústria conserveira existente em Buarcos, afastando da zona de banhos as actividades que ocupavam grande parte da população da vila confinante com a Figueira da Foz.

O ocaso destas actividades será anunciado pela chegada do turismo balnear e em parte por ele condicionado.

Um abaixo-assinado enviado pelos proprietários de Buarcos à Comissão de Iniciativa e de Turismo, da Figueira da Foz³⁹⁷, prenuncia a tomada de consciência sobre uma nova realidade, alerta para a necessidade de prover melhorias nas condições da praia que então não possuía “conforto algum para as pessoas que a frequentam [...] pois não possui escadas de acesso á mesma nem gradeamentos que a embeleze e ainda sem as respectivas fossas em condições de receber os dejectos das habitações”³⁹⁸.

Pediam aparentemente muito, pois os melhoramentos básicos demoraram a tomar forma, enquanto a resolução do problema de saúde pública, devido à inexistência de esgotos, se eternizou.

O período pós-guerra deixa entender uma política de reorientação, ou readaptação, do discurso terapêutico do século XIX, na função balnear, passando a uma exigência no desenvolvimento saudável dos futuros cidadãos, atitude que, por arrastamento, implica a presença da restante família.

O registo surge na transição da praia mundana para a praia familiar, entre os anos Quarenta e Cinquenta, como fórmula de prossecução dos objectivos do turismo balnear figueirense, agora enquadrados pela ideologia oficial do regime.

³⁹⁷ A. H. M. F. F., *Comissão de Iniciativa de Turismo da Figueira da Foz*, Pasta “Correspondência Recebida Diversa 1926 – 1936”, «Abaixo-assinado pelos proprietários de casas de Buarcos», 23 de Julho de 1936.

³⁹⁸ Idem, *Ibidem*.

3. 1. 4. Progresso e Turismo

Torna-se plausível aceitar que boa parte do progresso económico fomentado pelo estímulo do turismo balnear, aproveitado de forma razoável quer pelos particulares locais, quer pelas entidades públicas da cidade, esteve associado a factores exógenos à própria realidade figueirense. Embora os autores locais discordem de forma clara desta posição. Mas atentemos, tomando como ponto de partida outros presumíveis motivos que não os exclusivamente bairristas.

Entre os factores locais objectivos e participantes no desenvolvimento do veraneio predominam, em primeiro lugar, as específicas condições físicas e naturais envolventes, dadas as “circunstâncias específicas”³⁹⁹ desta região; em segundo lugar o trabalho desenvolvido pela Comissão de Turismo figueirense, alguns empreendedores locais, que promovem e investem no desenvolvimento turístico.

Parte do incremento conseguido derivava, segundo alguns articulistas locais⁴⁰⁰, da conjugação de esforços entre organismos públicos e privados figueirenses, uma opinião que revelava, como refere Rui Cascão, uma visão “excessivamente optimista”⁴⁰¹ dessa realidade.

Numa perspectiva de análise mais profunda podemos desvendar o interesse económico da empresa concessionária da Linha da Beira Alta na concretização do ramal Pampilhosa – Figueira da Foz, construído a expensas próprias, dado não constar do projecto inicial, “contrariando, em parte a política de infra-estruturas dominante”⁴⁰², controlada pelo Estado, e que acaba por desenhar o primeiro acesso ferroviário à localidade.

A tese, enviada pela Junta Autónoma do Porto e Barra da Figueira da Foz, ao III Congresso Regional das Beiras⁴⁰³, ajuda a compreender melhor a nossa ideia, conferindo veracidade à perspectiva que defendemos.

³⁹⁹ Cascão, Rui, “A Figueira da Foz há cem anos” in *Sociedade Arqueológica da Figueira da Foz 1898-1910. Centenário*, Catálogo da Exposição, Figueira da Foz, Museu Municipal Dr. Santos Rocha, 1999, p. 58.

⁴⁰⁰ Cascão, Rui, *idem*, p. 53.

⁴⁰¹ Cascão, Rui, *idem*, p. 58.

⁴⁰² Amaro, António Manuel Antunes Rafael, *Economia e Desenvolvimento da Beira Alta dos finais da monarquia à II Guerra Mundial (1890-1939)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2003, vol. II, p. 511.

⁴⁰³ Realizado em 1928, na cidade de Aveiro.

Refere o documento que “só a Companhia da Beira Alta que tem na Figueira as suas oficinas, armazéns e depósitos, importa anualmente 12 000 toneladas de carvão e cerca de 2 000 de ferro, aço, cobre, máquinas etc. Essa importação não é feita pela Figueira, mas sim pelo Douro [...] Se o porto da Figueira estivesse em condições de dar acesso a essas embarcações que transportam esse carvão de Inglaterra [...] a Companhia tendo assim carvão mais barato, poderia consequentemente baixar as suas tarifas.”⁴⁰⁴.

De forma indiscutível a longa referência que transcrevemos serve como amostra do crescente abandono do desenvolvimento da cidade e da resolução de um dos problemas considerado localmente como de resolução prioritária e que vai estar na origem do estrangulamento do comércio marítimo figueirense,

Apesar dos múltiplos e variados projectos, estes, na sua maioria, apenas serviram para adiar o problema e realizar obras que não conduziram a nenhuma consequência de monta. A realidade constata e confirma a redução do movimento portuário ao trânsito de cabotagem ao longo da costa e entre os portos açorianos de Ponta Delgada e Horta.

O governo centralizava os interesses na construção da Linha da Beira Alta apenas no que diz respeito ao troço compreendido entre Pampilhosa e Vilar Formoso, bem entendido, fixando-se na “necessidade de ligar a capital (e o porto de Lisboa) ao centro da Europa”⁴⁰⁵.

Daqui se pode inferir que são os interesses económicos da concessionária que explora a Linha da Beira Alta que na realidade dota a Figueira da Foz da ligação ferroviária que a coloca ao alcance de uma viagem de comboio dos veraneantes espanhóis.

Ora, este é um facto pouco analisado e focado na questão no estabelecimento desta ligação ferroviária que vai ter uma enorme importância no desenvolvimento do turismo local. Quando muito as referências ao facto enaltecem a presença da família real, da comitiva que os acompanha, recebidos com todas as honras pela burguesia local na *Assembleia Figueirense*, da bênção das locomotivas na estação pelo Bispo, neste caso de Coimbra, e ao almoço

⁴⁰⁴ *O III Congresso Regional das Beiras. (Congresso de Aveiro). Relatório, Teses, Votos*, Francisco Ferreira das Neves (organizador), Vila Nova de Famalicão, Tipografia Minerva, 1928, pp. 116-117.

⁴⁰⁵ Amaro, António Manuel Antunes Rafael, obra citada, p. 512.

oferecido pela municipalidade na “Casa do Paço”⁴⁰⁶.

Acontecimento que iria implicar que a novel cidade passasse a ser a ponta terminal da linha da Beira Alta ou, pois assim também pode ser entendido, o seu início, o seu princípio, dado que a empresa concessionária dispunha-se a utilizar o porto local como plataforma para a descarga da hulha necessária para as suas locomotivas e de outros materiais necessários à manutenção da via, das locomotivas e carruagens.

Um projecto que não será exequível devido às intermináveis obras de desassoreamento e regularização da barra do Mondego, permitindo todavia que a linha ferroviária acabe por desempenhar um outro papel quando se transforma numa das alavancas fundamentais para o desenvolvimento turístico local.

Em 1864, a principal via de acesso à disposição dos veraneantes que pretendiam alcançar a vila circunscreve-se à principal linha ferroviária do país, conhecida como Linha do Norte, onde os passageiros deviam sair na estação de Formoselha, dirigindo-se ao porto fluvial ali existente, para de barco, utilizando uma outra via de acesso ainda então proporcionada pela “estrada fluvial” do Mondego, alcançando o destino final da viagem.

Esta primitiva ligação, ao envolver uma viagem de barco, condição agradável para uns quantos viajantes e talvez um pequeno tormento para outros, quase de certeza, necessária para se atingir o local que fora escolhido para o veraneio anual, desaparece quando surge a modernidade do acesso directo permitido pela ligação ferroviária entre a Pampilhosa e a Figueira da Foz, após 1882.

O prolongamento da Linha da Beira Alta implica posteriormente, ao abrigo das políticas de desenvolvimento ferroviário nacional, e até por uma questão de concorrência entre companhias a criação de outras alternativas de acesso à estância balnear. Fenómeno que implicou a ampliação das ligações existentes, como a construção, pela Companhia Real dos Caminhos de Ferro do troço final da linha do Oeste⁴⁰⁷, que liga Leiria à Figueira da Foz, assim como a ligação desta à Linha do Norte, através do ramal de Alfarelos, estabelecida na Bifurcação de Lares, em 1890.

⁴⁰⁶ Pinto, Maurício, Esteves, Raimundo, *Aspectos da Figueira da Foz*, Figueira da Foz, Comissão Municipal de Turismo, 1940, Reedição do Secretariado Executivo das Comemorações do 1º Centenário, 1982, p. 52.

⁴⁰⁷ A inauguração do troço final da Linha do Oeste, entre Leiria e Figueira da Foz, aconteceu a 17 de Julho de 1888.

Em finais do século XIX, estão estabelecidos os principais eixos de acesso à cidade, condição que possibilita a eclosão do fenómeno turístico figueirense em torno de estruturas que, embora modernizadas, são as mesmas que vamos encontrar nos meados do século XX.

O estabelecimento de uma ligação com a margem sul do rio, suas populações e estradas, cujo relevo é fundamental para o acesso rodoviário à cidade dos viajantes provenientes do sul, opera-se com a construção da denominada Ponte dos Arcos, iniciada em 1940 e finalizada em 1942, ligação que importa realçar por ser das poucas que surgem na primeira metade do século XX.

O movimento de passageiros e a importância da ferrovia como meio de transporte pode ser equacionado através da análise dos “guia – horário” que começam a surgir, uma fonte de informações úteis ao viajante em demanda da cidade e da praia, sendo igualmente uma interessante fonte histórica.

As informações neles contidas sobre preços dos bilhetes praticados na época, anunciados em pesetas e réis, discriminados entre adultos e crianças, as tabelas horárias dos comboios, que permitem perceber o número de ligações estabelecidas, provenientes das cidades espanholas de Madrid, Valladolid, Zamora, Salamanca e Cáceres, Ciudad Rodrigo⁴⁰⁸, surgem como um manancial importante de informações que transformam as pequenas brochuras em fonte para a história.

O número de veraneantes e visitantes propiciados pela ferrovia, durante a época de verão, cresce ao ritmo da chegada das locomotivas à estação ferroviária local. Entre 1870 e 1900, os números aproximam-se dos 20 000 viajantes movimentados, enquanto no dealbar do século XX se aproximam dos 30 000 viajantes⁴⁰⁹. Números impressionantes quando equacionamos os dados do censo de 1930 que apontam para a Figueira da Foz, 2074 fogos e 8213 habitantes⁴¹⁰.

Responsável pela elevada expansão do número de banhistas, a rede ferroviária torna-se o motor de uma nova realidade que se impõe cultural e economicamente na sociedade figueirense.

Movimento de viajantes que as autoridades locais seguem atentamente,

⁴⁰⁸ *Guia turístico Figueira da Foz. Praia de banhos. A cidade. Os Arredores. Comunicações: Coimbra, Porto, Vizeu, Lisboa, Guarda, Salamanca, Badajoz, Cáceres, Zamora, Valladolid e Madrid, etc.*, Figueira da Foz, Associação Comercial da Figueira da Foz, 1908.

⁴⁰⁹ Costa, A, *Diccionario Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, Porto, Edição de autor, vol. VI, 1938, p.756.

⁴¹⁰ Idem, *Ibidem*.

através da Comissão de Iniciativa, desde os anos Vinte, uma tarefa que, após a extinção deste organismo, passa igualmente para a Comissão Municipal de Turismo.

A frequente troca de correspondência oficial entre a Comissão de Iniciativa e as companhias de exploração da rede, durante a década de Trinta, revela-nos a especial preocupação com o principal meio de transporte dos turistas, alguns momentos de conflitualidade, mas igualmente de colaboração eficiente entre as diferentes empresas ferroviárias e entidades responsáveis pelo desenvolvimento do turismo local.

Um ofício da Comissão de Iniciativa para que fosse implementado o reforço de circulação de comboios entre Viseu e Figueira da Foz, a propósito da realização das regatas nacionais, entre 18 e 19 de Julho de 1936, obtém como resposta da Companhia da Beira Alta que “não vê ambiente em Viseu que lhe permita lançar o anúncio do referido comboio, porquanto o povo de Viseu só se desloca à Figueira da Foz havendo motivo de atracção de vulto, o que não sucede com as regatas nacionais que somente interessam a uma pequena minoria dos habitantes”⁴¹¹. Por fim conclui que “convém iniciar um reclame intenso, com tempo bastante de antecedência, para outros festejos que se realizem nessa cidade [...] mais na índole do povo beirão”⁴¹².

Poder-se-á concluir destas palavras do Engenheiro-Chefe da Companhia da Beira Alta que este tipo de manifestação desportiva não faria parte dos interesses das populações locais, facto que permite que a justificação e a invocação que apresentava, para que os responsáveis do turismo figueirense implementassem outras formas de atracção mais apelativas e consentâneas com os interesses das populações daquela zona do país.

Ainda sobre o mesmo assunto, atentemos noutra resposta ao mesmo pedido, esta enviada pelo Chefe de Serviço de Tráfego da Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, que refere “que caso para ele houver passageiros em número suficiente realizaria a 19 de Junho um “Expresso Popular” de Lisboa à Figueira da Foz”⁴¹³, o que permite deduzir que a população da capital demonstrava então apetência por este tipo de acontecimento desportivo. Factos

⁴¹¹ A. H. M. F. F., Comissão de Iniciativa de Turismo Figueira da Foz, Pasta “Correspondência Recebida Diversa. 1926 - 1936”, Ofício datado de 8 de Julho de 1936.

⁴¹² Idem, Ibidem.

⁴¹³ Idem, ofício datado de 20 de Junho de 1936.

que relevam as idiossincrasias do país, dos habitantes das diferentes regiões e do tipo de realizações que permitiam a atracção de turistas.

A relação entre estes organismos fluía, na maior parte dos casos, ao ritmo dos interesses próprios de cada instituição, um facto que pode ser comprovado, em nosso entender, através de um ofício enviado pela Companhia da Beira Alta à Comissão de Iniciativa, que revela a necessidade daquela empresa em ter conhecimento antecipado sobre a “actualização dos preços dos hotéis [...] para a necessária propaganda dos «bilhetes de banho», a fim de os entregar junto da Companhia Nacional dos Caminhos de Ferro de Oeste de Espanha”⁴¹⁴.

Demonstração cabal do poder atractivo da Figueira da Foz, enquanto zona com excelentes condições para a prática do veraneio, junto da população espanhola da meseta central e da relação económica conexas entre os interesses locais e os das companhias de transporte ferroviário.

As condições de circulação, os transbordos necessários para chegar à Figueira da Foz, a propaganda nas estações e no interior das composições ferroviárias, horários, preços de bilhetes e da hotelaria, são assuntos referidos na imprensa local portuguesa, como na espanhola.

Um cidadão espanhol, em carta enviada ao jornalista Albano Duque, manifestava, a propósito desta questão, que “és necessário que las Compañías de los Ferrocarriles Portugueses y de la Beira Alta den facilidades al público para hacer el viaje com la rapidez y comodidad que demandan los tiempos en que vivimos, [...] y que las autoridades amplien el limitadísimo tiempo de 60 dias fijado para la estancia de los veraneantes extranjeros [...] son muchísimas las familias de Madrid, Extremadura y Salamanca que dejan de ir por lo que se tarda en el viaje [...] aún mas penoso con las dificultades que ponen las autoridades en las fronteras.”⁴¹⁵.

Em face da pertinência das questões levantadas, Albano Duque decide endereçá-la à Comissão de Iniciativa, alegando serem “legítimas aspirações dos estrangeiros que visitam esta formosíssima estância de turismo”⁴¹⁶, devendo por isso ser do conhecimento das companhias de transporte ferroviário e da autoridade do turismo local.

⁴¹⁴ Idem, ofício de 18 de Abril de 1936.

⁴¹⁵ Idem, carta endereçada a Albano Duque por Cipriano Roderio, datada de 7 de Janeiro de 1936. Em nota, Norberto Monteiro, então Presidente da Comissão de Iniciativa, escrevia, pelo seu punho: “Já foram pedidas providências com o fim de se dar solução aos pedidos feitos”.

⁴¹⁶ Idem, ibidem.

Alberto Malafaia⁴¹⁷, em conferência na Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz, em Fevereiro de 1936, referia que "das facilidades ou dificuldades usadas para a passagem das fronteiras muito depende o desenvolvimento ou definhamento do turismo"⁴¹⁸, sendo crucial a existência de um clima de entendimento político entre as autoridades dos dois países vizinhos, bem como entre as companhias ferroviárias.

Outros assuntos, de interesse comum, são igualmente revelados pelo pedido da Companhia da Beira Alta ao Presidente da Comissão solicitando a tomada de medidas "no sentido de ser policiada a Estação de C.F. desta cidade a fim de evitar a repetição de factos ali ocorridos e que são comentados desfavoravelmente", dado que "os vagabundos transformaram o mesmo átrio em albergue, ali dormindo e mendigando, factos que pouco recomendam a Figueira sob o ponto de vista turístico"⁴¹⁹.

Esta será uma questão que acompanha o turismo figueirense ao longo do período abrangido pelo estudo, sendo que as fontes referem a situação com bastante frequência.

O local, devido ao constante movimento de chegada e partida de viajantes, atrai a permanência de mendigos e vendedeiras, dos correctores de hotéis, motoristas e homens de fretes, cujos desacatos constantes e atropelos importunam os viajantes, dando origem de inúmeras queixas às autoridades policiais e de turismo. A Comissão de Iniciativa figueirense chegou a impulsionar, a expensas próprias, a constituição de uma polícia de turismo, encarregue de zelar pela segurança da zona balnear.

A existência de inúmeros mendigos nas instalações ferroviárias deriva das condições económicas existentes, facto que na época releva o aumento da mendicidade no país e em zonas de grande afluência de pessoas, como eram as zonas balneares. A mendicidade é conduta que se tenta expurgar e esconder nas zonas turísticas, sendo que já então é considerada como uma actividade nefasta para a imagem turística.

A Comissão de Iniciativa, já em 1936, tentava resolver esta questão pedindo reforços policiais à Repartição Administrativa e Policial da Câmara

⁴¹⁷ Então Vice-Cônsul da Espanha na Figueira da Foz.

⁴¹⁸ Malafaia, Alberto, *A Figueira da Foz nas relações turísticas com a Espanha*, Figueira da Foz, Tipografia Figueirense, 1936.

⁴¹⁹ Idem, ofício de 13 de Abril de 1936.

Municipal, que justifica, tendo em conta o “diminuto número de guardas aqui em serviço não permite uma boa fiscalização na estação de caminho de ferro desta cidade”⁴²⁰.

A situação leva inclusive que as referidas autoridades policiais municipais relembrem ao Administrador do Concelho, Carlos Silva Pestana, que “a Câmara Municipal, a União Nacional e a Associação Comercial, podem intervir na vinda de mais guardas de Polícia para esta cidade”⁴²¹.

Este corpo policial necessitava igualmente de novas instalações como realça o Administrador do Concelho, em ofício dirigido ao presidente da Comissão de Iniciativa, onde afirma que seria de “grande conveniência que durante a mesma época (balnear) seja instalado no Bairro Novo um sub posto de polícia para que assim se possa fazer o regular policiamento, visto que o actual posto se encontra quasi no extremo da cidade”, pedindo para isso se a referida Comissão “podia concorrer com qualquer importância para a ajuda da renda da casa ou se tem qualquer casa, [...] pequena que seja para instalação do referido posto”⁴²².

Sobre esta questão Argel de Melo, em 1946, proporia, com o intuito de “facilitar as informações e manter a estação sob fiscalização constante”⁴²³, dada a constatação, por parte dos vogais da referida Comissão, de que a mendicidade havia tomado “nestes últimos tempos notável incremento”⁴²⁴, a construção próxima de um pavilhão de Turismo. Desta instalação, posteriormente construída, pese embora o facto de, num passado recente, ter sido utilizada como bomba de abastecimento de combustível, resta ainda hoje a configuração do que foi em tempos o posto de informação turística junto à estação ferroviária.

A aposta dos dirigentes do turismo local passou pela rentabilização da múltipla rede de transportes, numa cidade “equidistante de Lisboa e Porto [...] a dois passos da capital do districto ligada por constantes e rápidos comboios com todo o paiz”, localização privilegiada que assegurou presença marcante da cidade

⁴²⁰ A.H.M.F.F., Comissão de Iniciativa de Turismo da Figueira da Foz, Pasta “Correspondência Câmara Municipal - 1936. Doc. Avulsa”, Ofício da Repartição Administrativa e Policial da Câmara Municipal nº 797, de 14 de Abril de 1936.

⁴²¹ A.H.M. F.F., Idem, Ofício da Repartição Administrativa e Policial da Câmara Municipal nº 813, de 15 de Abril de 1936.

⁴²² A.H.M.F.F., idem, Ofício do Administrador do Concelho, Carlos da Silva Pestana, nº 913 de 16 de Junho de 1936.

⁴²³ A.M.F.F., Livro de Actas da Comissão de Iniciativa de Turismo da Figueira da Foz, nº 6, 1943, Acta nº 4 de 18 Maio de 1946.

⁴²⁴ A.H.M.F.F., idem, Acta nº 3 de 11 de Maio de 1946.

no contexto turístico interno até final dos anos Trinta, mas que acarreta algum cuidado e problemas com a segurança da colónia balnear.

Apoiada numa visão que actualmente poderemos definir como estratégica, na qual cidade surge como pólo difusor de visitantes/turistas incluída no “triângulo Coimbra-Figueira-Bussaco”, e outros locais históricos próximos, como Leiria, a cerca de “duas horas de viagem” onde se destaca a visita do “vetusto castello”, a Batalha, com a possibilidade de “admirar o mosteiro, imponente e maravilhoso monumento de architectura gótica. Pantheon dos reis da segunda dynastia”⁴²⁵.

Cativar turistas que, para além do desfrute da beira-mar e do jogo, privilegiem uma forte relação com outras componentes do lazer, apostando no acesso rápido a zonas turísticas limítrofes, procurando diversificar a oferta turística local, eis o que nos parece na época uma aposta moderna e audaz.

Roteiros e guias turísticos (alguns podem ser observados nas páginas dos anexos) permitem distinguir nas orientações sugeridas, que hoje designamos como rumos estratégicos, onde a definição de circuitos turísticos regionais, propostos já em 1908, implicavam um determinado conhecimento das orientações turísticas apontadas e seguidas internacionalmente, nas quais se podem antever alguns dos pressupostos que servirão no futuro do turismo local. Alguns desses planos serão retomados no decurso dos anos Quarenta.

Ao apoiar-se na feliz conjugação de diferentes ligações ferroviárias a cidade transforma-se num local de veraneio de nível internacional, facto que é validado pela afluência de turistas do país vizinho, transportados na sua maioria através da linha ferroviária da Beira Alta⁴²⁶.

A presença desta numerosa e festiva colónia espanhola marcaria de forma indelével o Verão figueirense durante algumas gerações. As ligações a Lisboa, através da Linha do Oeste, a partir de 1888 e a Coimbra, com construção do ramal entre Amieira e Alfarelos, ajudaram de forma intensa a transformar a cidade, em finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, na “praia da moda” entre os nacionais, numa época em que a Figueira da Foz se impôs à forte concorrência de estâncias balneárias próximas (Espinho, a norte, e Nazaré, ao sul).

No final da década de Trinta, o número de ligações ferroviárias existentes

⁴²⁵ *Guia turístico editado pela Associação Comercial da Figueira da Foz, 1908.*

⁴²⁶ A Estação de Caminho de Ferro da Figueira da Foz foi inaugurada com a presença do Rei D. Luís a 3 de Agosto de 1882.

entre a Figueira e Coimbra abrange diariamente as quinze viagens⁴²⁷, facto que demonstra que o movimento entre estas duas cidades durante a época balnear era particularmente intenso.

Estas acessibilidades seriam complementadas, ainda no século XIX, com o embrião de transporte público urbano, de tracção animal, denominado “Carro Americano”⁴²⁸, construído a expensas da Empresa das Minas de Carvão do Cabo Mondego.

Inicialmente este meio de transporte era utilizado no transporte exclusivo de “mercadorias e pessoal”⁴²⁹ da Companhia, unindo as zonas ocidental e oriental da baía figueirense, vencendo distâncias, pois era “indispensável ligar o cabo Mondego ao porto (Cais Novo) e à estação do caminho-de-ferro”⁴³⁰, realidade consumada no quotidiano urbano em 1896.

O “Americano” cedo abandonaria a exclusividade, pois a crescente população balnear levou que a referida companhia passasse a explorar a linha como transporte urbano, permitindo a sua utilização pela população autóctone e pelos forasteiros. Com partida da estação ferroviária, seguia em direcção ao Bairro Novo, prosseguindo para Palheiros, Buarcos, até ao cabo Mondego, onde possibilitava o acesso à Serra da Boa Viagem.

Este meio de transporte, que marcaria a paisagem urbana e o imaginário das férias passadas na Figueira da Foz, terminaria a sua vida útil no início dos anos Trinta, quando surgiram as primeiras empresas de camionagem.

As carroças, as populares jardineiras⁴³¹ (charrete com dois bancos e capota de pano colorido, com franjas), complementavam os restantes meios de transporte urbanos, utilizados nas primeiras décadas do século passado até a chegada do automóvel.

Outro complemento importante em termos de acessibilidades, marco importante e factor coadjuvante na profusão das elites e restante população coimbrã durante a época de banhos, conjugara-se pela abertura da nova estrada

⁴²⁷ Santos, Honorato, *Memória. Dois meses na Figueira*, 1938, manuscrito. Existente na *Sala Figueirense* da Biblioteca Municipal da Figueira da Foz.

⁴²⁸ A linha do “Americano” surgiu em Setembro de 1875 e circulou até 1930. Mandada construir pela Empresa das Minas de Carvão do Cabo Mondego, através de Alvará, concedido em 13 de Outubro de 1900, passaria a funcionar a vapor, deixando ser efectuado por tracção animal. Ver Santos, Manuel Joaquim Moreira dos, *A Figueira da Foz e o desenrolar da História*, Figueira da Foz, Ginásio Club Figueirense, 2004, p. 63-64.

⁴²⁹ Santos, Manuel Joaquim Moreira do, *idem*, p. 63.

⁴³⁰ Silva, António dos Santos, obra citada, p. 13.

⁴³¹ Silva, António dos Santos, *idem*, *ibidem*.

entre a Figueira da Foz e Coimbra, em 1871.

Embora anterior à ligação ferroviária, a nova estrada rompia “significativamente com o isolamento da Figueira”⁴³² na época, reduzindo a viagem entre as duas cidades a quarenta e nove quilómetros, distância que as diligências⁴³³ transpunham em cerca de cinco horas de viagem.

A situação altera-se, de forma irreversível, quando a estrada entre Coimbra e a Figueira ganha novo fôlego com a lenta, mas imparável, difusão do automóvel em Portugal, logo após a Segunda Guerra.

Embora seja de assinalar que, nas primeiras décadas do século XX, ainda se podem observar as populações ribeirinhas a utilizar a “estrada fluvial”, devido à facilidade de navegação que o rio propiciava nas deslocações estivais à Figueira da Foz.

Relata António dos Santos Silva que a viagem pelo rio se iniciava em Coimbra, “ao romper d’alba”⁴³⁴, tendo a chegada prevista à Figueira “ao cair da tarde”⁴³⁵. Aportava-se ali num braço de areia, depositado pelo assoreamento, defronte ao Jardim da Cidade.

A Figueira da Foz reúne então um conjunto de meios de acesso e transportes urbanos pouco vulgares nas zonas balneares, assim como na maioria das cidades de média dimensão, como anteriormente referimos.

Foram estes factores que impeliram o reconhecido protagonismo local como pólo de atracção dos veraneantes nacionais e estrangeiros, no dealbar do século XX, um facto que se prolonga até finais da década de 50.

A cidade que vivera de 1870 a 1900, numa feliz enunciação de Rui Cascão, um “período que, de certa forma, terá correspondido à sua Belle Époque”⁴³⁶, associado ao seu desenvolvimento “relativamente rápido”⁴³⁷.

O consequente desaparecimento dos turistas espanhóis, em finais da década de 30, de forma abrupta e quase definitiva, com o início da Guerra Civil no país vizinho, representou um duro golpe na actividade balnear figueirense, do qual não pareceu conseguir recuperar.

Embora em finais dos anos Quarenta, a reactivação do “jogo” no Casino

⁴³² Santos, Manuel Joaquim Moreira dos, obra citada, p. 65.

⁴³³ Cascão, Rui, *Figueira da Foz e Buarcos. Permanência e Mudança...*, p. 302.

⁴³⁴ Silva, António dos Santos, idem, p. 10.

⁴³⁵ Idem, p. 11.

⁴³⁶ Cascão, Rui, *A Figueira da Foz há cem anos...*, p. 53.

⁴³⁷ Idem, ibidem.

traga consigo alguma da aura perdida, ainda hoje a antiga colónia balnear espanhola que, de forma intensa, invadia a cidade durante o mês de Agosto, entre os inícios do século XX e meados dos anos Trinta, é lembrada de forma nostálgica pelos que conheceram directa ou indirectamente essa realidade.

3. 1. 5. Bairro Novo: pólo de atracção. Problemas e crescimento

O paradigma de “uma certa ideia de modernidade”⁴³⁸ e de crescimento exponencial do turismo balnear materializam-se na formação do denominado “Bairro Novo”, em zona contígua à praia.

Local ermo, onde medravam pequenas quintas, hortas e vinhedos, protegidas dos ventos marítimos pelo médão, salpicado aqui e ali por pequenas casas “de madeira cobertas de colmo”⁴³⁹.

A primeira construção, em alvenaria, surge por volta de 1868, nela se reconhece o Casino Mondego, transformado posteriormente em Hotel Portugal, no local que recebeu a designação de Rua da Inauguração⁴⁴⁰.

Em 1890 o bairro apresentava já 12 largas ruas, que de forma linear rasgavam a área em vários sentidos, zona onde a Companhia Edificadora Figueirense ainda detinha uma vasta área de terrenos para venda⁴⁴¹.

Esta estrutura urbanística vai “desenhar o futuro da cidade, enquanto centro turístico”⁴⁴², aglomerando no seu interior tudo o que os turistas necessitavam, próxima do mar, alojamento, casas de jogo⁴⁴³ e diversão, lojas de comércio consentâneas e dirigidas a uma clientela de tendências burguesas.

O pioneiro projecto de construção de um bairro destinado exclusivamente a veraneantes data de 1860⁴⁴⁴, foi planeado, dirigido e liderado, na fase inicial, pela Companhia Edificadora Figueirense⁴⁴⁵.

⁴³⁸ Vaquinhas, Irene, *Nome de Código “33856”. Os” jogos de fortuna ou azar” em Portugal. Entre a Repressão e a tolerância. (De finais do século XIX a 1927)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p. 21.

⁴³⁹ Cascão, Rui, *A Figueira da Foz há cem anos...*, p. 58.

⁴⁴⁰ Actualmente a Rua da Liberdade. Ver Costa, Fausto Caniceiro da, *Toponímia da Figueira nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX*, Figueira da Foz, (s. d.), p.55.

⁴⁴¹ *Guia Anunciador da praia da Figueira da Foz*, Figueira da Foz, Imprensa Luzitana, 1890, p. 51.

⁴⁴² Nunes, Carlos Manuel de Freitas Almeida, *Figueira da Foz. O turismo balnear. Do apogeu à decadência (1860-1911)*, trabalho realizado para o Seminário *Turismo e Desenvolvimento* do Mestrado de *História Económica e Social Contemporânea* 2004/2006, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005, p. 8, policopiado.

⁴⁴³ Sobre consequências, tendências políticas, sociais, económicas, consultar a recente obra de Irene Vaquinhas, que referenciamos.

⁴⁴⁴ Jesus, Francisco José da Cruz de, *Arquitectura Balnear e Modernidade. O exemplo do Bairro Novo de Santa Catarina da Figueira da Foz (1928-1953)*, Dissertação de Mestrado em História de Arte, Lisboa, Universidade Lusíada, 1999, vol. I, p. 8, policopiado.

⁴⁴⁵ A Companhia Edificadora Figueirense será fundada em 1868 tendo por objectivo a construção de um novo bairro que sirva essencialmente para possibilitar a estadia a um maior número de banhistas. A Sociedade original era composta por Francisco Maria Pereira da Silva, António Ricardo da Graça, Augusto César dos Santos, Francisco António Dinis, José Jacinto da Silva Pinto, António Lopes Guimarães, Bernardino Teixeira Ferraz, João Fernandes Gaspar, Lucas

Caso similar, embora a concepção seja inerente a uma época contextualmente diferente, surgiu na zona dos “Estoris”, em pleno século XX. Erguido pela iniciativa e visão empreendedora de Fausto de Figueiredo, que nele concretiza o sonho de criar uma zona de luxo de recreio e ócio destinada a um turismo de elite, que cresceu e desenvolveu à imagem das melhores estâncias de turismo da Europa.

O bairro figueirense valida, por seu lado, o pioneirismo da ideia e das práticas iniciáticas da vilegiatura balnear em Portugal. A sua construção sugere que a futura cidade da Figueira da Foz cedo mostra sinais de saturação e falência de condições de alojamento. Tendo em conta o crescente número de veraneantes que a ela afluem, necessita para isso de expandir os seus limitados horizontes urbanos para além da Praça Nova.

Erguido numa área situada entre o Forte de Santa Catarina e o Vizo, o modelo urbanístico inicial pretendeu seguir os modelos das estâncias francesas de Arcachon e Biarritz⁴⁴⁶, dando expressão a uma das “mais alegres cidades de Portugal”⁴⁴⁷.

A implementação deste bairro não estabelece no imediato uma nova centralidade urbana, pois nele apenas habitava a população flutuante que, findo o período balnear, o deixava ermo e vazio.

O incremento revelou-se lento. As casas, inicialmente de pequena dimensão, constituídas na sua maioria por uma saleta, dois pequenos quartos e cozinha, nas traseiras um tosco quintal, sendo os despejos domésticos efectuados directamente para as ruas do bairro, não seriam muito atractivas para as elites “a banhos”.

A sua evolução e crescimento, as melhorias que progressivamente nele se introduzem estabelecem uma nova realidade social na Figueira da Foz.

Com o apogeu do bairro estabeleceu-se a dicotomia urbana entre a zona velha e a zona nova, entre cosmopolitismo urbano no Verão e letargia durante o Inverno.

Fernandes das Neves e António Ferreira de Oliveira. Administrou durante trinta e cinco anos a construção do referido bairro, cedendo ao município os terrenos necessários para serem traçadas as ruas do bairro em 1879. Nele apenas doze das construções entretanto erigidas pertenciam à Companhia, sendo a maior parte dos edifícios ali construídos pertencentes a pessoas estranhas à referida Sociedade.

⁴⁴⁶ Dias, Paula M. Pereira de Oliveira, “Ir a banhos na Figueira da Foz”, Separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo XXX, Coimbra, 1995, p. 188.

⁴⁴⁷ Costa, A., obra citada, p. 757.

A imprensa local permite perceber uma certa animosidade inicial em relação a esta bipolarização urbana. Através dela surgem ecos e críticas, sobre um certo distanciamento entre comunidades, provocadas pelo novo bairro, dando conta de um sentimento de afastamento e mal-estar entre a população autóctone para com os forasteiros, colocada diante o impacto que projecta na sociedade local a chegada massiva e a escolha do novo bairro como centro da colónia balnear que desponta.⁴⁴⁸.

Os autóctones, concentrados então maioritariamente na parte antiga da cidade, ao perceberem os primeiros sintomas de alteração nas suas rotinas urbanas, concomitantemente da perda, ainda que paulatina, da importância social e económica do velho centro comercial, ponto de encontro e de sociabilidade por excelência da urbe figueirense, mostravam-se pouco receptivos à aceitação dessa nova realidade.

O novo bairro, “destinado quase exclusivamente a turistas, contendo em si tudo o que os banhistas precisavam para a sua vida quotidiana, [...] afastava os banhistas do convívio com o residente figueirense [...] colapsava o comércio na parte antiga”⁴⁴⁹, escrevia então a imprensa local.

Repercute-se a profunda divergência entre o novo e o velho, a novidade de uma centralidade e o impacto causado pelo recente pólo urbano entre a elite figueirense. Uma agitação que se repercute igualmente entre os estratos sociais mais baixos, factos que levam a imprensa local a sublinhar que “o pior ainda é ser estranho tudo quanto lá está e vive”⁴⁵⁰, sintoma da dificuldade em absorver o distanciamento cultural existente entre os habitantes do Bairro Novo e os habitantes da cidade velha.

A autonomização do “Bairro Novo” acarreta ressentimentos entre a burguesia comercial figueirense, motivada pelo fim drástico da “duplicação do seu volume de negócios durante a época balnear” que até aí se verificara.

A simples existência e o carácter de modernidade que o “Bairro Novo” implica o fim de um determinado quotidiano rotineiro dos figueirenses de então e a consequente deslocação da população balnear para mais perto da zona da praia.

Encontramo-nos assim perante uma população dividida entre a atracção e a

⁴⁴⁸ Rauch, André, “Le tourisme ou la construction de l'étrangeté” in *Revue Ethnologie Française*, nº 2002/3.

⁴⁴⁹ *Gazeta da Figueira*, nº 1619, Outubro de 1907.

⁴⁵⁰ Idem, *Ibidem*.

repulsa do cosmopolitismo e modernidade que o turismo transporta. O provincianismo burguês da cidade pacata dos meses de inverno sobressaltava-se com as avalanches de forasteiros e das novidades transportadas com a sua chegada no Verão.

Associado inicialmente à relativização do anterior pólo de centralidade urbana e de convívio social situado na Praça Nova, a mudança pode ser detectada no exemplo da criação de uma sucursal da Casa Havanesa no Bairro Novo, na Rua da Boa Recordação⁴⁵¹, movimento posteriormente acompanhado por outros comerciantes figueirenses em direcção à nova centralidade que o turismo desenvolveu.

Esta situação acicatou ânimos e estabeleceu desconfianças, criando preconceitos entre a população local em relação aos forasteiros que passaram a veraneiar numa zona que não se incluía na cidade velha

Com os veraneantes chegavam igualmente “os comerciantes de fora” que abriam novos estabelecimentos na zona “emancipada” do velho pólo, introduzindo as últimas novidades da moda, importados do estrangeiro, nomeadamente de Paris, impondo-se aos comerciantes locais através de uma estratégia comercial que acabava por impedir os retalhistas locais de colmatar a “magreza dos lucros” conseguidos durante os meses de Inverno⁴⁵².

Os aspectos benéficos propiciados pela transformação em zona de lazer são aparentemente desconhecidos, inicialmente apenas se percebem os impactos negativos no habitual quotidiano, sendo necessário vencer a inércia transportada pelo hábito, para que uma certa reciprocidade se estabeleça entre autóctones e forasteiros na nova realidade que se consolida.

O grande salto arquitectónico no novo bairro acontece com a chegada dos anos Vinte, quando se vislumbra “uma tentativa de abertura á modernidade”⁴⁵³, consumada pela renovação estilística proposta nos edifícios entretanto construídos.

Os detractores apelidavam-no como um amontoado de casas sem estética e enfileiradas sem gosto, designando-o como mera acumulação de casario,

⁴⁵¹ Catálogo da Exposição *Casa Havanesa. O encerrar de um ciclo*, Figueira da Foz, Câmara Municipal da Figueira da Foz, 2007. Ver especialmente Cascão, Rui, “Notícia Histórica”, pp. 23 – 35.

⁴⁵² Cascão, Rui, *Figueira da Foz e Buarcos. Permanência e Mudança em duas comunidades do Litoral...*, p. 325.

⁴⁵³ Jesus, Francisco José da Cruz de, obra citada, p. 9.

chegando mesmo a pedir a intervenção da artilharia de uma esquadra inimiga que, de forma cirúrgica, destruísse o bairro, para, em seu lugar, se erguer o traçado de um qualquer projecto que gratuitamente ofereciam à cidade.

Propostas indignadas, que levam a peito a falta - real - de um plano urbanístico para o bairro que, crescendo sem regras, sem orientação sensata e definida, mas também por não corresponder às exigências estéticas modernas, poderia colocar em causa a beleza natural na qual se integrava.

Na realidade o que haviam herdado da antiga Companhia Edificadora Figueirense surgia aos seus olhos como ultrapassado e desadequado à bela época.

O estilo “*art déco*” invade as ruas do então envelhecido “Bairro Novo” cuja organização principal ainda assentava nas construções erguidas no século anterior.

A Garagem Auto-Peninsular⁴⁵⁴, segundo Francisco Jesus, representa o primeiro edifício construído a ser conotado com a tendência estética que ganhou força após a realização, em 1925, da Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas na cidade de Paris. A rapidez com que as novidades vindas do exterior chegavam à Figueira é testemunho dessa abertura que a cidade demonstra por propostas mais arrojadas, ou, bem pelo contrário, uma tendência desajeitada de lidar com o passado, considerando que este apenas representa o que está ultrapassado e, por isso, desadequado.

A estância balnear e o pólo de concentração da actividade turística cedo se colocavam a par das tendências do século que principia. Em 1927, as ruas do bairro surgem, pela primeira vez, cobertas de macadame betuminoso, pondo fim ao “flagelo” da poeira, uma das queixas constantes entre a população veraneante da época. Terminava assim a vida útil dos denominados “carros de rega”, veículos puxados a força de muares utilizados para aspergir quotidianamente com água as ruas do bairro, numa tentativa de debelar o problema, desaparecendo da paisagem do bairro no final dos anos Vinte.

O apanágio elitista do bairro adveio-lhe da conjuntura económica local onde normalmente o preço de aluguer de casas, estabelecidos de acordo com a lei da procura e da oferta, implicava preços altos, facto que implica a que ali se instale apenas a “elite endinheirada”⁴⁵⁵ durante a denominada “época de banhos”.

⁴⁵⁴ Idem, Ibidem.

⁴⁵⁵ Figueiredo, João Carlos Bastos, *Figueira da Foz. Turismo balnear (a Cidade, a Praia, os*

No decurso dos anos 30 o desaparecimento da colónia espanhola levaria a uma baixa generalizada no aluguer de casas e nas estadias hoteleiras, situação que acarreta uma redução nos impostos cobrados pelo turismo local, factor condicionante das finanças da Comissão de Turismo e dos empresários de hotelaria.

O bairro converteu-se desde logo numa zona de acesso difícil à instalação de classes sociais de menores rendimentos. Estas estabelecem-se inicialmente na zona do Viso, contigua ao bairro, mas longe da praia. De seguida ocupam as zonas de Palheiros e posteriormente Buarcos, como anteriormente referimos. Zonas menos elitistas, embora os níveis de sossego e calma aqui fossem superiores aos do Bairro Novo, mas desprovidas do estatuto social que o Bairro Novo então proporcionava.

Embora não desdenhasse o epíteto de “praia de luxo”, os responsáveis pela dinâmica local do turismo procuram libertar-se do estigma. A zona balnear figueirense era associada, fora de muros, pela imprensa local das praias concorrentes, a um local caro para férias à beira-mar.

Procurava-se todavia atrair as classes menos favorecidas economicamente, processo que aparenta comungar com os primórdios da massificação do lazer em Portugal, um movimento que lentamente provoca o aumento do número de indivíduos que no nosso país acedem às zonas de lazer balnear.

Ao mesmo tempo estas populações são remetidas para áreas que os dirigentes locais do turismo definem como “lugares onde se pode tomar banho com qualquer indumentária, inclusivamente com aquela que Deus dotou os primeiros seres”⁴⁵⁶.

Pretende-se deste modo manter afastados da denominada zona privilegiada os veraneantes de recursos financeiros mais escassos, permitindo, no entanto, a sua incorporação na paisagem balnear, tal como acontecia aos seus antecessores.

Recordemos que nos finais do século XIX, as gentes do mundo rural que, provenientes na sua grande maioria do interior do país, findas as colheitas, se dirigiam à Figueira da Foz, durante o mês Outubro, para o ritual anual do banho de mar. Este era normalmente tomado durante a madrugada, desprezando, porque rejeitados, a denominada “hora elegante”, quando à praia se dirigiam as

Banhistas) 1921-1934, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Seminário Científico de Estágio Escola Secundária Joaquim de Carvalho, 1993, (texto policopiado), p. 5.

⁴⁵⁶ *Diário da Praia*, nº 35, Ano 1, de 12 de Setembro de 1935, p. 1.

denominadas classes de estatuto social elevado.

Os elevados preços do aluguer das casas no “coração” do Bairro e zonas adjacentes, justificados pelo elevado preço “da sua conservação” que “custava muito dinheiro”, condiciona o acesso às classes sociais de menor poder económico, obrigando-as a estanciar em zonas onde a diferença comparativa “de preços é considerável”⁴⁵⁷ e que permitiam igualmente o gozo dos benefícios marítimos e do lazer balnear

O gesto de diferenciação acabaria por abrir portas ao desenvolvimento de novas áreas de exploração balnear ao longo da baía, como referia o *Diário da Praia*, em 1935⁴⁵⁸. Mas este facto não impediu que a questão fulcral dos elevados preços praticados no mercado de aluguer na Figueira da Foz, fosse uma realidade reconhecida e denunciada.

Alberto Malafaia⁴⁵⁹ repudiaria publicamente a forma como se processava a arrematação dos preços de arrendamento das casas, embora num tom conciliatório, dado os inúmeros interesses particulares que se moviam nesta área da economia paralela do turismo figueirense, afirmava que era necessário “chamar a atenção do, felizmente, reduzido número de pessoas, que, sem respeito pela terra ou sem noção do valor do dinheiro das outras” instiguem o pedido de “exorbitâncias pelas suas casas, para terminar dentro do razoável”⁴⁶⁰.

De certo modo, esta denúncia feita através da imprensa local das praias concorrentes da Figueira da Foz proclamava com o intuito de desviar clientelas, não deixava de ser uma realidade, que se resolve inicialmente com o prolongamento da zona balnear até à vila de Buarcos, resolução facilitada pelas condições físicas da baía.

O Bairro Novo, local onde se cruzavam as mais desvairadas tipologias de gentes, berço do cognominado e célebre troço de ruas a que “pitorescamente foi posto o nome de “Picadeiro” e do célebre “Pátio das Galinhas”, onde se acotovela grande parte da população veraneante, transforma a zona de “intenso movimento”⁴⁶¹ numa área de confluência e mundanismo, de encontro e de

⁴⁵⁷ Idem, p. 2.

⁴⁵⁸ *Diário da Praia*, nº 35, Ano 1 de 12 de Setembro de 1935, p. 1. Este surgia então como suplemento de um outro jornal denominado *O Palhinhas*.

⁴⁵⁹ Alberto Malafaia nasceu na Figueira da Foz em 1897 e nela faleceria em 1979. Dirigente do Ginásio Clube Figueirense e Vice-cônsul de Espanha nesta cidade.

⁴⁶⁰ Malafaia, Alberto, *A Figueira da Foz nas suas relações turísticas com Espanha*, Figueira da Foz, Tipografia e Papelaria Figueirense, 1936, p. 17.

⁴⁶¹ *Figueira da Foz. Quatro anos de Actividade Municipal, 1938-1942. Relatórios, Planos e*

passagem, onde se pretendia colocar a própria sede dos serviços da Comissão de Turismo, através da aquisição do edifício do antigo Casino Oceano⁴⁶², continuava, por isso, a ser o centro do lazer por excelência da praia da Figueira.

A localização da nova sede da Comissão seria recusada liminarmente pela Câmara Municipal, então presidida por Nogueira Ramos⁴⁶³, justificada pela inconveniente concentração de serviços e de edifícios no “Bairro Novo”, dado que a implantação daqueles serviços no local apenas seria “mais um empecilho ao progresso e alargamento da Figueira”⁴⁶⁴.

As modernas e modelares instalações da sede da Comissão Municipal de Turismo seriam inauguradas na Esplanada António Silva Guimarães, em edifício contíguo ao palacete do Engenheiro Silva, não muito longe do local acima referido, no decurso do ano de 1941.

Contas, Figueira da Foz, Câmara Municipal da Figueira da Foz, 1942, p.62.

⁴⁶² A primeira sede da Comissão Municipal de Turismo situava-se na Rua Cândido dos Reis.

⁴⁶³ Rui Manuel Nogueira Ramos nasceu em Góis em 1901. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, exerceu advocacia em Pombal, Góis e Arganil. Conservador do Registo Civil de Góis, vereador municipal na Câmara local na década de Trinta, Presidente da Comissão Administrativa de Góis entre 1935 – 1937 e presidente da Câmara Municipal em 1938 e de 1970 a 1974. Foi convidado para ser Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, cargo que aceita e desempenha entre 1938 e 1946. Posteriormente assume o cargo de Inspector interino do Ministério do Interior. Faleceu a 14 de Maio de 1987.

⁴⁶⁴ *Figueira da Foz. Quatro anos de Actividade Municipal, 1938-1942. Relatórios, Planos e Contas*, Ibidem.

3. 1. 6. Aliados inseparáveis: turismo balnear e Casino

A abertura de “casinos” ou estabelecimentos intitulados como tal, auxiliados pela disseminação do “jogo”, é uma questão que atravessa a sociedade portuguesa e uma realidade colateral ao lazer e sociabilidade nas estâncias de “banhos de caldas e de mar” entre as elites nacionais, em meados do século XIX.

Os casinos “de infra-estrutura secundária, (...) passarão para primeiro plano nas estações balneares”⁴⁶⁵. Realidade que cedo se observa no Bairro Novo, ou, de forma mais comum, no coração da estância balnear, documentada pela existência de inúmeros locais dedicados ao jogo aqui disseminados.

Rui Cascão contabiliza em inícios do século XX entre estabelecimentos de vária índole “seis casinos, onde as pessoas se divertiam e gastavam dinheiro em jogos lícitos e ilícitos”⁴⁶⁶, referindo que a própria Câmara Municipal “retirava boas receitas fiscais”⁴⁶⁷ do licenciamento da actividade destes estabelecimentos.

Entre eles reconheciam-se o casino “Oceano”, o “Peninsular”, o “Europa”, “que hoje parece uma pensão”⁴⁶⁸, o “Espanhol”, no preciso local onde iria surgir o futuro Café Nicola, que na actualidade se transformou em casa de “comida rápida”, frente à porta principal do Casino da Figueira.

Um dos primeiros guias turísticos figueirenses anuncia que o *Casino Mondego*, situado no número 36 da Rua da Boa Recordação⁴⁶⁹, “inaugurase el día 15 de Julio y está abierto toda la temporada balnear”⁴⁷⁰. A intrínseca dependência entre a componente lazer e jogo estava assim desenhada. Pouco ou muito pouco mudará sobre esta questão no turismo figueirense, dependência que, pautada por diversas nuances ao longo do tempo, se prolonga e se mantém.

Passando à margem da utilização da língua espanhola, neste piscar de olho aos então endinheirados clientes espanhóis e grandes animadores do “jogo”, o exemplo retrata uma das actividades que melhor soube aproveitar a chegada de

⁴⁶⁵ Vaquinhas, Irene, *Nome de Código “33856”. Os jogos de fortuna ou azar” em Portugal. Entre a Repressão e a tolerância. (De finais do século XIX a 1927)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p. 22.

⁴⁶⁶ Cascão, Rui, “*A Figueira da Foz há cem anos*”..., p. 60.

⁴⁶⁷ Idem, *Ibidem*.

⁴⁶⁸ Cajão, Luís, *Torrentes da Memória*..., p. 20.

⁴⁶⁹ A partir de 1910 passou a ser denominada Rua Cândido dos Reis. Ver Costa, Fausto Caniceiro da *Toponímia da Figueira da Foz nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX*, Figueira da Foz, (s. n.), 1997, p. 21.

⁴⁷⁰ *Guia Annunciador. Praia da Figueira da Foz. Epocha Balnear*, Editor Augusto Veiga, Figueira da Foz, Imprensa Lusitana, 1890, p. 54

forasteiros à Figueira da Foz.

Vestígio duma ténue denúncia, de cariz republicano, entrevista por Irene Vaquinhas, fora feita por alguns deputados “quanto ao envolvimento de empresas espanholas na exploração do jogo em Portugal”⁴⁷¹, que no caso em apreço, sendo zona de permanência de numerosa colónia espanhola, não deve ser possibilidade a rejeitar, embora esta referência não comprove, de forma cabal, mas que apenas registamos como imaginável vestígio dessa possibilidade.

A existência dos «jogos de fortuna e azar», como vulgarmente ficaram conhecidos, é justificada, na transição entre a estância balnear terapêutica e as novas formas de uso do tempo de lazer, como “uma distracção necessária”⁴⁷² e fonte de negócio, que atrai e fixa forasteiros.

Destes estabelecimentos resulta um contributo importante, quer na fixação da população flutuante, quer na economia local, uma realidade que se solidifica na estância balnear figueirense.

A prática inicial do «jogo» surge disseminada entre vários locais, clandestinos ou semi-clandestinos, denominados “Casinos” ou apelidados como tal, na estância balnear. A prática do jogo será um costume fortemente combatido como um “atentado à moral e aos bons costumes” pela ética republicana.

Sentimento enraizado desde “o fundo dos tempos” no “discurso religioso de matriz cristã”, alicerçado agora, no dealbar do novo século pelo pensamento republicano, que dotaria a consciência “anti-jogo” de “uma argumentação parcialmente nova que lhe confere credibilidade científica e que parte do princípio de que as doenças sociais têm sobretudo causas morais”⁴⁷³. Pretende-se caminhar no sentido da abolição, sujeitando as práticas à clandestinidade, que implicaria que a continuidade seja sancionada não só moralmente, mas também a nível correcional.

Circunstâncias a que a maioria da população, bem como boa parte das autoridades fechariam os olhos, propiciando a consolidação, mesmo que clandestina, transformando esta actividade no principal sustentáculo das actividades de lazer e diversão instituídas nos locais de vilegiatura.

O Decreto-lei nº 14 643 de 3 de Dezembro de 1927 surge, na prática, com a solução política e aparentemente pacífica para a denominada questão do «jogo»

⁴⁷¹ Vaquinhas, Irene, obra citada, p.55.

⁴⁷² Vaquinhas, Irene, obra citada p. 21.

⁴⁷³ Idem, Ibidem.

e dos casinos, em Portugal. A regime ditatorial vigente, saído do golpe militar de 1926, tentará resolver a inquinada questão do jogo em Portugal.

A mutação “da tradição à modernidade”⁴⁷⁴ neste campo específico conjugou-se na adopção de medidas menos repressivas sobre a prática do “jogo”, como refere a historiadora Irene Vaquinhas, passando a ser legalmente permitido, embora fortemente condicionado, tendo como objectivo primordial a recolha de proveitos económicos para o Estado.

O regime ditatorial nascido do golpe do 28 de Maio de 1926 desvia os estabelecimentos de jogo das zonas urbanas para um conjunto de centros balneares, locais, onde esta prática passa a estar devidamente autorizada, atitude que permite um melhor controlo na sua disseminação fora destes locais, ao mesmo tempo que erige um elitismo na sua prática, facto que sobressai na legislação de 1927, sendo que esta última orientação se desvanece com o avançar do século com a massificação do acesso ao jogo.

No então Grande Casino Peninsular, segundo relatos da época, “saía-se e entrava-se com o maior à-vontade das quatro da tarde às quatro da manhã na sala de jogo”⁴⁷⁵, durante os anos Quarenta. Indício claro de que o controle inicialmente proposto havia regredido e, assim, vamos encontrar “um padre [...] uma envelhecida condessa [...] ou um negociante de azeites de Pombal”⁴⁷⁶, entre a clientela heterogénea que se misturava nas mesas de jogo do casino figueirense.

A legislação estabeleceu zonas de jogo permanente na Madeira e Estoril e de forma temporária, ou seja, no decurso da época balnear, na Póvoa do Varzim, Espinho, Curia, Figueira da Foz e Praia da Rocha, em Portimão, que, situado em local então “longe de tudo e com problemas de acessos, para mais afectada com a ausência de espanhóis após 1936”⁴⁷⁷, soçobrou e acabaria por encerrar.

Existência que se transforma, por via legislativa, numa realidade íntima da sociabilidade nas estâncias balneares no decorrer dos anos Trinta a Cinquenta.

Na transição do século a Figueira da Foz assiste à transformação de um dos maiores espaços de diversão do país, o então denominado Teatro-Circo Saraiva de Carvalho⁴⁷⁸, num local direccionado para a prática do jogo. Decorria o

⁴⁷⁴ Vaquinhas, Irene, obra citada, p. 61.

⁴⁷⁵ Cajão, Luís, *Torrentes da memória...*, p. 27.

⁴⁷⁶ Idem, *ibidem*.

⁴⁷⁷ Vieira, Joaquim, *Portugal Século XX. Crónica em Imagens 1930-1940*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1999, p. 109.

⁴⁷⁸ Em homenagem a Augusto Saraiva de Carvalho, promotor do ramal ferroviário entre a

ano de 1895⁴⁷⁹. Tal facto permite equacionar a pujança económica e social da prática do jogo, das verbas arrecadadas pela actividade e de um certo gosto licencioso em relação a esta prática demonstrado pela sociedade que elegia a zona balnear em causa para passar os momentos de ócio.

Transformado definitivamente em Grande Casino Peninsular⁴⁸⁰, em 1900, designação que manterá durante grande parte do século XX, desaparece, com as alterações introduzidas, grande parte da traça original do emblemático edifício original.

A autorização sazonal para a prática de jogo na zona balnear figueirense e por consequência de estabelecimento aberto para esse fim viria a condicionar o desenvolvimento turístico local.

Não é chavão repetido, antes realidade que, para o bem e para o mal, incluindo até a estagnação, o casino afectaria os destinos da cidade enquanto destino turístico. Uma realidade com diversas mutações até aos anos Quarenta. No final da década referida a reposição da licença de jogo e a renovada administração do Casino proporcionam novo fôlego ao turismo local.

A actividade do casino figueirense, único pela força da lei de 1927, passou por vicissitudes várias, que culminariam, em 1946, com a rescisão da concessão por parte do Estado. Refira-se, a título de curiosidade que, em 1940, era seu proprietário Alfredo da Silva, o denominado “capitão da indústria”⁴⁸¹ do Estado Novo, figura com fortes ligações ao poder, que adquire a Sociedade do Grande casino Peninsular, S.A.R.L., por dificuldades financeiras levantadas por “uma execução de hipoteca”, passando a sociedade a pertencer ao Grupo C.U.F.⁴⁸².

Pampilhosa e a Figueira da Foz, durante o período em que permaneceu à frente do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, entre 1879 e 1881, no governo presidido por Anselmo Braamcamp.

⁴⁷⁹ Cascão, Rui, obra citada, 1999, p. 59.

⁴⁸⁰ Fora entretanto arrendado em 1909 ao francês Croisé D’Ancourt que desenvolve a referida transformação e institui a *Sociedade de Turismo Figueirense, Lda*. Em 1928 assiste-se a nova mudança de dono e de sociedade, definida pela lei de 1927, passa então a *Sociedade do Grande Casino Peninsular, S.A.R.L.*, que compra o edifício e obtém a primeira concessão de jogo. Ver Lé, António Jorge, *Casino da Figueira...saltitando pela história*, Figueira da Foz, (s. l.), (s. d.), p. 5. Dirigido por António Sotero, um conhecido médico local, que detinha posição importante na referida companhia, membro do partido único do Estado Novo, a União Nacional, da Junta Geral do Distrito de Coimbra. Ver Costa, Fausto Caniceiro da, obra citada, p. 305.

⁴⁸¹ Alfredo da Silva (1871-1942). Industrial, deputado, apoiante do Estado Novo, é considerado como o primeiro grande patrão da indústria nacional, que inclui a Companhia União Fabril, vulgo C.U.F., a Tabaqueira, entre outros. Empreendedor, detinha interesses em diversas áreas, como parece ter acontecido com o casino, na Figueira da Foz, e construção do Cine-Teatro Éden, em Lisboa, que vende posteriormente com grande lucro.

⁴⁸² Lé, António Jorge, *Casino da Figueira...saltitando pela história*, Figueira da Foz, (s. l.), (s. d.), p. 5.

Pouco se consegue ainda descortinar do rasto da sua passagem pela Figueira da Foz, enquanto proprietário do casino, embora tenhamos encontrado contactos que estabeleceu com Augusto Alves da Silva⁴⁸³, figura que convidaria para dirigir o restaurante do casino, sendo que este, em finais dos anos Quarenta, viria a integrar a futura Sociedade Figueira – Praia, sendo também proprietário dos terrenos onde se ergueram o Grande Hotel da Figueira e a Piscina-Praia.

Uma das obrigações⁴⁸⁴ das zonas de jogo temporário implicava a construção de um hotel de turismo, impondo prazos legais para que a referida infra-estrutura estivesse pronta. Embora a inerência fosse posteriormente reavaliada, por portaria, rectificando a decisão inicial, condiciona agora a construção do referido hotel para “quando a capacidade hoteleira (local) estivesse esgotada”⁴⁸⁵.

O atribulado processo de construção do “Grande Hotel” foi limitado pelos interesses económicos de boa parte dos hoteleiros que actuava na Figueira da Foz.

Uma situação que se pressupõe não ser do seu agrado, dado que o aparecimento de um novo e mais requintado equipamento, colocava em risco os seus negócios particulares, estimulando a debandada de parte da habitual clientela que um aumento da oferta poderia provocar.

Os factos analisados, a não efectivação deste empreendimento e os atrasos intermináveis que rodearam a questão, determinaram a decisão do governo em pôr fim à concessão atribuída à empresa que então explorava o estabelecimento de jogo.

Entre os argumentos apresentados ao longo de uma década existe um que refere os poucos lucros obtidos com a exploração desta actividade sazonal. Embora estes factos pudessem ser aduzidos, não esqueçamos que, a partir de 1936, a debandada da colónia balnear espanhola impôs igualmente alguns constrangimentos a esta actividade e ao turismo figueirense, em geral, convém recordar que a exploração do jogo sempre permitira lucros avultados.

⁴⁸³ Industrial hoteleiro (Tondela, 1908 - Figueira da Foz, 1992). Em 1948, a cidade atribui-lhe o título de “Cidadão Honorário” pela intensa actividade turística que desenvolve. Foi dono dos hotéis “Martinho”, “Portugal” e “Praia”. Em 1948, em conjunto com Ernesto Tomé e Arménio Faria, adquire o “Grande Casino”, em 1950 abre o salão de chá “Caravela”, inaugurando o “Grande Hotel” em 1953 e no ano seguinte, após abandono da sociedade do casino, a “Piscina Praia”. Ver Costa, Fausto Caniceiro da, obra citada, p. 293-294.

⁴⁸⁴ Consultar artigo 20, alínea 1, e art.º 30 do Decreto nº 14 643, de 3 de Dezembro de 1927, respectivamente.

⁴⁸⁵ Malafaia, Alberto, obra citada, p. 13.

É, no entanto, uma questão que se arrasta desde 1936, como atesta a numerosa correspondência trocada entre a Comissão de Iniciativa, o Administrador do Concelho, a Repartição de Turismo e o Ministro do Interior, que implica o retrocesso nos planos de modernização das infra-estruturas do turismo, atraso que, na nossa perspectiva, é um factor importante na subsequente cristalização do modelo de dinamização turística implementado e da zona enquanto estância balnear de referência. Assim, em 1946, a concessão de jogo no casino figueirense é rescindida pelo Estado.

A actividade económica desenvolvida nos casinos, assente basicamente na exploração da actividade dos “jogos de sorte e azar”, embora o Casino Peninsular reserve o “Salão Nobre” para manifestações de sociabilidade, que marcaram a memória de muitos figueirenses e veraneantes na década de Cinquenta.

Hábito, de certo modo comum, cujo conhecimento pode ser suportado por provas factuais, mas que também decorre da prática e do entendimento corrente nestes assuntos, o sonegar das taxas de exploração, quer da parte de empresas exploradoras do “jogo”, hoteleiros e empresários de restauração, que implementam como prática a fuga ao pagamento da “taxa de Turismo”, hábito que pouco havia de contribuir para o desenvolvimento turístico, promotora da má imagem dos diversos responsáveis pelos casinos, hotéis, pensões, restaurantes e donos de casas de aluguer locais, bem como das obrigações contratualizadas aquando da concessão da autorização de jogo sazonal.

Facto irreversível é que o casino, bandeira por excelência do turismo figueirense, se transforma num factor de instabilidade para o turismo local através da assunção do monopólio das actividades lúdicas durante a época balnear.

Na realidade a pujança económica demonstrada pelo casino permitia-lhe controlar, financiar e desenvolver interesses e actividades que não colidissem com suas próprias conveniências, bem como manietar as que eventualmente concorressem para lhe retirar clientela.

Refira-se que a concorrência, alude-se aqui à estância balnear de Espinho, fora mais célere na concretização destes objectivos, tendo erigido um hotel, mais consentâneo com os novos modelos de acomodação turística, e uma piscina alguns anos antes de estas infra-estruturas, encaradas na época como primordiais ao desenvolvimento do turismo local, terem surgido na paisagem balnear da Figueira da Foz.

Dáí a necessidade premente e as pressões desenvolvidas no sentido de reactivar a actividade do jogo e da construção de um Hotel com todas as modernas condições vigentes na época, repetidas pelas autoridades figueirense que tinham a seu cargo o desenvolvimento turístico. Situação que, para além de colocar em risco a sobrevivência do Casino, adiava a construção de uma unidade hoteleira mais moderna, que permitisse a atracção de novas clientelas, tornando irreversível o processo de decadência do turismo figueirense.

Sinal evidente do atraso registado, que vai envolver todo o processo de desenvolvimento das infra-estruturas de turismo, deriva em grande medida do não cumprimento das normas impostas pela atribuição da licença de jogo por parte do elemento predominante na actividade turística local: a empresa proprietária do casino e detentora da licença de exploração do jogo.

Com a renovação da licença de jogo, em 1948, conseguida pela recém-constituída “Sociedade Figueira – Praia”, que passara a administrar o casino figueirense e implementa a construção do desejado hotel, o turismo figueirense parece ganhar novo alento.

Refira-se que a questão da sua construção se arrasta à quase uma década, em 1936, encontram-se já referências a uma intimação do Ministro do Interior, enviada ao concessionário do jogo, "para apresentar até ao dia 4 de Julho a planta definitiva do hotel a construir na Figueira"⁴⁸⁶.

O desregramento da empresa concessionária, em 1936, era de tal modo que a Comissão de Turismo já há muito vinha insistindo, dado que o casino apresentava apenas as salas de jogo abertas, mantendo as restantes encerradas, sem nelas realizar qualquer tipo de actividades, com o referido Ministério a chamar a atenção para a situação existente na zona de jogo da Figueira da Foz⁴⁸⁷ asfixiava lentamente o desenvolvimento do turismo local. O monopólio do jogo transformou-se assim numa actividade que localmente levantava grande celeuma.

As actividades do Grande Casino Peninsular não se conformavam unicamente com as actividades direccionadas em função do jogo, ainda que essa fosse a sua principal actividade e atractivo, o papel que desempenha no seio da colónia balnear – entre os finais dos anos Quarenta e Cinquenta – irá diversificar-se através da gestão da nova sociedade.

⁴⁸⁶ A.H.M.F.F., *Livro de Actas da Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz. 1931-1937*, nº 4, Acta da sessão de 19 de Julho 1936.

⁴⁸⁷ Idem, sessão de 2 de Julho de 1936.

Dirigida por elementos pertencentes às elites sociais figueirenses, entre os quais Ernesto Tomé e Arménio Faria⁴⁸⁸, deixemos a memória, de quem as viveu, recordar algumas dessas actividades, que vincaram a infância e adolescência de algumas gerações de figueirenses e de veraneantes, relembrando “as sete voltas ao Casino, (réplica juvenil de certos feitos do ciclismo local) e essas admiráveis, festivas garraíadas infantis, com garraios autênticos e os rapazinhos vestidos a carácter”⁴⁸⁹ que então se realizavam.

Sustentáculo principal da actividade turística na cidade, o casino tudo aglutina, embora concorra para a frequência e para o charme da estância balnear, embora na realidade a sua actividade implique alguma da inércia detectada ao longo do período analisado.

Os “necessários compromissos”⁴⁹⁰, origem da regulação e definição de zonas de jogo “permanentes” e “temporárias”, não se reflectiram no desempenho prático da empresa que explora localmente esta actividade, comprometendo deste modo o futuro do turismo local.

Esta ambivalência, em nossa opinião, é portadora de um condicionamento que contribuí para a estabilidade do paradigma de turismo existente. Nela enquadrámos, enquanto historiadores, parte da responsabilidade na cristalização desse modelo de exploração turística local. A influência do casino, quer a nível económico, quer ao nível de influência social, foi mais um factor condicionante que um patrocinador de novas perspectivas.

O facto de grande parte das despesas com a promoção e propaganda turística ser proveniente das receitas de exploração do jogo, surge como um dos aspectos condicionantes de toda a actividade. Daí que algumas dificuldades tenham surgido quando na década de Quarenta estas receitas foram canalizadas para a Assistência⁴⁹¹.

Nogueira Ramos, face ao importante encargo financeiro que a Câmara suportava com a promoção do turismo local através da promoção de realizações que atraíam forasteiros, uma “actividade ruinosa” como descreve, caso estas não

⁴⁸⁸ Arménio Faria exercia a actividade de solicitador e destacava-se como personalidade marcante na sociedade figueirense da época. Desempenhou o cargo de Administrador-Delegado da *Sociedade Figueira-Praia*. Ver Costa, Fausto Caniceiro da, obra citada, p. 117.

⁴⁸⁹ Cajão, Luís, *Torrentes da memória...*, p. 21.

⁴⁹⁰ Vaquinhas, Irene, obra citada, p. 59.

⁴⁹¹ *Quatro Anos de Actividade Municipal, 1938 a 1942. Relatórios, Planos e Contas*, Figueira da Foz, Câmara Municipal da Figueira da Foz, 1942, p. 54.

concorressem para o “bom nome da cidade”⁴⁹².

O cuidado necessário na sua realização, a que o amadorismo e a carolice local já não sabiam corresponder, são acrescentadas a uma “pobreza dos seus recursos, devida ao egoísmo, à indiferença ou à má vontade de muitos”. Convém realçar que esta leitura da realidade parte de alguém que veio de fora, por imposição do governo, que, sendo estranho ao meio, lhe permite uma capacidade de avaliação dos problemas sem a interferência das fidelidades locais geradas entre uma comunidade pequena e demasiado controlada pelas suas elites.

O Presidente da Câmara, face à situação das finanças municipais, percebendo a inércia do comércio local em relação à necessidade em prestar maior apoio à promoção turística local, pois dela retirava igualmente dividendos, lamentava que aquele sector “que as não pode ou não quer promover ou auxiliar financeiramente” poderia estar deste modo a colocar em risco a sua própria sobrevivência.

Factor que, associado ao fim da possibilidade de utilização das verbas da concessão do jogo para a realização “das festas necessárias, ou de quaisquer melhoramentos úteis ao desenvolvimento do turismo”⁴⁹³, colocava em risco o desenvolvimento do turismo figueirense.

Factos que indiciam que o motor da actividade turística local e toda a política de dinamização do turismo assentava num só pilar: o casino. A realidade do turismo local conjugava-se na pujança ou decadência do seu casino.

Daí que o redireccionamento das receitas do jogo implique um esforço que a Câmara assume, prevendo que o auxílio dos comerciantes locais será quase nulo, como parte inerente e importante na dinamização do turismo local durante a época balnear.

⁴⁹² Idem, Ibidem.

⁴⁹³ *Quatro Anos de Actividade Municipal, 1938 a 1942*, p.53-55. Nogueira de Ramos refere-se à má organização dos Campeonatos Nacionais de Remo de 1940, realizados na Figueira da Foz. Este acontecimento desportivo fazia parte das actividades promovidas durante o Verão pelo turismo local.

3. 1. 7. Equipamentos turísticos da “Praia da Claridade”

A capacidade e número de hotéis e pensões, clubes e casinos, restaurantes e cafés, lojas comerciais, postos de informação turística, transportes urbanos e telefones foram no passado, assim como são hoje, factores necessários para a permanência e captação de clientelas nos locais turísticos, estimulando, paralelamente, o tão desejado retorno dos turistas.

Contudo a existência dos factores referidos não é suficiente para atrair os turistas aos espaços de lazer. A sua existência surge da satisfação das necessidades dos forasteiros, mas em simultaneamente é necessário prever o desenvolvimento e aperfeiçoamento destas actividades subsidiárias.

A realidade do turismo local caracterizada, como referimos, pela sazonalidade, acaba por condicionar o desenvolvimento económico e modelar os comportamentos sociais.

Esta perspectiva assenta no panorama observado na diversa documentação sobre o estado geral do turismo local, que demonstra uma crítica constante e em crescendo, logo em inícios dos anos Trinta, época onde os desajustamentos apontados e uma certa incapacidade em perceber e dar resposta ao gosto das novas clientelas emergentes são a tónica comum aí encontrada.

As críticas denunciam uma constante falta higiene e de limpeza das instalações que servem os turistas, onde a inexistência de casas de banhos, a má qualidade das louças utilizadas nos restaurantes e hotéis, a falta de afixação de preços, que era já então obrigatória por lei, são algumas das referências habituais nos textos jornalísticos que abordam esta temática a nível local.

Preocupações que podemos encontrar já em 1923, quando num ofício do Administrador-delegado da Comissão de Iniciativa, dirigido ao proprietário do Hotel Universo⁴⁹⁴, no qual são abordadas muitas das situações acima descritas.

Um certo provincianismo grassava na hotelaria local, conquanto este fosse geral, tendo as campanhas de “bom-gosto” promovidas pelo S.P.N/S.N.I., incentivado um maior controlo, por parte das autoridades fiscalizadoras, permitindo inverter paulatinamente a situação.

O exemplo do “Tennis Club”, paradigma local de sociabilidade entre as

⁴⁹⁴ Santos, Manuel Barroso dos, *Subsídios para o estudo do turismo na Figueira da Foz. A Comissão de Iniciativa de Turismo 1922.08.03 a 1937.01.08*, Figueira da Foz, Câmara Municipal da Figueira da Foz, Biblioteca Pedro Fernandes Tomás, (s. d.), texto policopiado, (s. p.).

elites em veraneio, colmatou a inexistência de um lugar selectivo, recatado e distintivo, que permitisse o encontro entre a “boa sociedade” a banhos e a elite local durante algumas décadas.

Acabaria por ser este local que menos críticas levantaria a este nível. Apesar do seu nome, a vertente desportiva que lhe está associada era apenas um acessório nas décadas de Quarenta e Cinquenta. Embora na época da sua fundação, em 1917, fosse esta a prática desportiva eleita pelo estrato social que ali se acolhia, refira-se contudo que no decurso da década de Quarenta, ali foi disputado um campeonato oficial da modalidade.

Este espaço de sociabilidade foi durante o Estado Novo, a imagem e paradigma das novas concepções balneares do regime. Nele se promovem iniciativas da O.M.E.N e da Mocidade Portuguesa dedicadas sobretudo às crianças e adolescentes.

Os “chás-dançantes” ali organizados durante a época balnear marcavam a agenda social das elites “a banhos” na colónia balnear entre as décadas de Trinta a Cinquenta.

A hotelaria local, por seu turno, espelha bem os diferentes tipos de veraneantes que acorriam à praia da Figueira da Foz.

Existiam então três tipos de estruturas hoteleiras cuja nomenclatura variava entre Grande Hotel que, de acordo com os padrões da época, eram os mais luxuosos, os mais modestos denominados apenas como hotéis e pensões, estas de mais baixo nível que os anteriores.

Embora nestes estabelecimentos os preços fossem administrativamente fixados de acordo com a sua categoria, as situações caricatas proliferavam, sendo comum que qualquer lugar que acomodasse turistas ostentasse o pomposo nome de “Grande Hotel”, ou “Palace” embora muitos deles não passassem na sua maioria de modestos hotéis, o que por vezes, ou muitas vezes, enganava os incautos forasteiros. A situação, de tal modo comum na época, levou a que fossem os próprios hoteleiros a exigirem medidas de controlo por parte das autoridades.

Foi esta uma das grandes tarefas que o S.P.N./S.N.I. procurou colmatar, desenvolver e organizar. A implementação de regras na atribuição da nomenclatura dos estabelecimentos hoteleiros conjuga-se com o incentivo e desenvolvimento do bom gosto na decoração e promoção de hábitos de higiene nos hotéis e pensões.

Trabalho árduo, atribuído às Comissões Municipais de Turismo, embora essa tarefa fosse anteriormente desempenhada pelas extintas Comissões de Iniciativa, embora o seu resultado prático fosse escasso.

De certo modo fica-se com a percepção que a rede hoteleira local evolui ou retrocede de acordo e em função do fluxo de turistas. É de certo modo lógico afirmar-se que o fim do trânsito de turistas espanhóis tenha ter causado alguma retracção na quantidade dos equipamentos que se disseminavam preferencialmente no interior do “Bairro Novo”, como teria sido influente o fim da presença das classes aristocráticas na Figueira da Foz.

Tentando estabelecer algumas analogias, retrocedamos ao ano de 1917, numa época em que podemos facilmente encontrar referências sobre o parque hoteleiro de então constituído por três estabelecimentos designados como “Grandes Hotéis” e dez referenciados como “Hotéis”.

Referências que sugerem igualmente a existência de “Pensões” e “Casas de Hóspedes”, cujo número é indeterminado, assinalando, no entanto, que estas se distribuiriam a esmo pelos dois bairros da cidade, locais “onde os preços eram mais modestos a fim de aproveitarem a pessoas de poucos recursos”⁴⁹⁵. Existiam igualmente grande número de casas “mobiladas e apetrechadas com tudo o que é necessário e que se alugam durante a temporada veraniega e balnear”⁴⁹⁶.

Em 1942, a Comissão Municipal de Turismo, refere a existência de três grandes hotéis, catorze hotéis e seis casas de hóspedes, não fazendo referência a outro tipo de alojamentos⁴⁹⁷.

Podemos, pois, deduzir que a rede hoteleira se mantém estável ao longo deste período, embora o número de habitações ocasionais destinadas a acolher turistas possa ter variado, dependente como estava da afluência anual verificada, sendo, no entanto, o sector que aparenta ter tido maior crescimento durante o período estudado.

Dos inícios dos anos Trinta, até á inauguração do Grande Hotel da Figueira, a grande referência na hotelaria local seria o “Grande Hotel Portugal”⁴⁹⁸, recomendado aos turistas pela Sociedade Propaganda de Portugal e pela Comissão

⁴⁹⁵ *Sociedade Propaganda de Portugal. Na Região do Mondego. Figueira da Foz e Arredores. Indicações gerais para uso dos viajantes*, Lisboa, Typographia da Gazeta do Caminhos-de-Ferro, 1917, p. 13.

⁴⁹⁶ Idem, Ibidem.

⁴⁹⁷ *O que o turista deve saber da Figueira da Foz*, Figueira da Foz, Comissão Municipal de Turismo, 1942. Guia turístico.

⁴⁹⁸ Propriedade de Eduardo Martinho, que detivera igualmente a propriedade do Hotel Martinho

de Iniciativa, que a par do “Hotel Reis”, eram considerados, de acordo com o padrões da época, “luxuosos e de muito conforto e obedecendo a todas as condições modernas”⁴⁹⁹ e que representariam o que de melhor se poderia encontrar na hotelaria daquele período.

O registo de hóspedes nos hotéis, pensões, hospedarias ganha nova dinâmica em meados dos anos Trinta, objectivo definido através da obrigatoriedade de registo dos hóspedes, que possibilite uma melhor fiscalização no que diz respeito à aplicação e cobrança da taxa de Turismo, bem como a facturação destes estabelecimentos passa a ser feita em duplicado e devidamente numerada.

O fomento da “indústria do turismo”, fórmula de atracção de um número cada vez maior de forasteiros ou veraneantes, contribuiu para algumas alterações nas estruturas hoteleiras, permitindo diversos melhoramentos, implementado pela fiscalização destas actividades de forma a evitar os abusos que afastassem os turistas.

O incremento da inspecção dos hotéis, através de vistorias às instalações, não raras vezes implicava a desclassificação da categoria que estes ostentavam. Os decretos 19 101 de 4 de Dezembro e 19 174 de 22 de Dezembro de 1930 impunham normas para que estes estabelecimentos pudessem ostentar determinada classificação. Apesar deste esforço legislativo dos anos Trinta a questão da qualidade e higiene dos hotéis arrastar-se-á, de modo geral, nas décadas seguintes.

A Comissão de Iniciativa de Turismo figueirense remete à Polícia de Vigilância e Defesa do Estado um ofício no qual solicita informações sobre seis homens e uma mulher, todos espanhóis, contidos nos “boletins dessa polícia como terem estado hospedados na Pensão Sevilhana e data de entrada e dias de permanência na pensão [...] para efeitos de fiscalização hoteleira”⁵⁰⁰.

Estes ofícios serviam para verificar e comparar os registos sendo, deste modo, detectadas numerosas omissões na relação dos hóspedes constantes dos livros de cobrança da taxa de Turismo, através da sua comparação com as fichas policiais.

⁴⁹⁹ *Portugal. Revista de Propaganda*, Lisboa, Publicidade Turística, Limitada, nº 3, Ano 1ª, Outubro de 1930, p. 32.

⁵⁰⁰ A.H.M.F.F., Comissão de Iniciativa de Turismo. Pasta “Correspondência enviada e Diversos. 1930”, Ofício nº 69 de 12 de Fevereiro de 1936.

A 13 de Março de 1936 seguiu um ofício, para o Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal da Figueira da Foz, levantando autos aos proprietários das pensões Paris, Universo e Sevilha, por “sonegamento de pagamento da taxa de Turismo a esta Comissão e que foi cobrada aos hóspedes, que tendo estado hospedados naquelas pensões não foram indicados nos respectivos livros de turismo”. A pensão “Paris”, de José Rodrigues, apresentava a falta de vinte sete indivíduos, num total de 499 dias de permanência de acordo com informações da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado⁵⁰¹.

As fontes permitem descortinar inúmeras infracções deste teor num sector que privilegia inúmeras faltas ao pagamento da referida taxa, principal fonte de financiamento das Comissões locais de Turismo na promoção e desenvolvimento do turismo local.

Ao mesmo tempo a Comissão de Iniciativa figueirense enviava ao Director da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, em Lisboa, numerosas listas de indivíduos, espanhóis, franceses e portugueses registados nos hotéis figueirenses. Estávamos em 1936 e o Estado português promovia uma maior atenção à questão política espanhola, viabilizando um controle mais apertado na presença de estrangeiros, utilizando para isso os serviços do turismo local e nacional

Um ofício, datado de 17 de Fevereiro de 1936, emitido pelo Conselho Nacional de Turismo, refere que o não acatamento das disposições sobre o conveniente registo de entrada e saída de estrangeiros “pudesse resultar incómodos para tais hóspedes, bem como o consequente desagrado e eventual má propaganda do nosso país”⁵⁰².

Por outras palavras, o Conselho Nacional de Turismo solicitava aos hoteleiros portugueses uma maior vigilância sobre quem hospedavam nos seus estabelecimentos e agradecia o envio de informações sobre os mesmos, o que tacitamente poderia incluir que as autoridades afrouxassem a fiscalização aos estabelecimentos cumpridores destas directivas.

Em plena década de Quarenta, a Figueira da Foz, ostenta três instalações hoteleiras designadas segundo a categoria de “Grande Hotel”, o “Aliança”, situado na Rua Miguel Bombarda, o “Portugal”, na Rua da Liberdade, e o “Universal”, na Rua dos Banhos, sendo este considerado então o hotel mais antigo

⁵⁰¹ A.H.M.F.F., Idem, Ofício nº 142, de 13 de março de 1936

⁵⁰² A.H.M.F.F., Comissão de Iniciativa, Pasta “Correspondência Expedida. 1936”, ofício nº 90, de 17 de Fevereiro de 1936.

da cidade.

Com a categoria de “Hotéis” surgem o “Aliança”, na Praça 8 de Maio (provavelmente o original, já que o do “Bairro Novo” era posterior a este, sendo uma sucursal deste), na parte antiga da cidade, o “Internacional”, na Rua da Liberdade, o “Martinho” e o “Reis”, na Rua Francisco António Dinis, o “Hotel da Praia”, propriedade de Augusto Silva, na Rua Miguel Bombarda.

Será igualmente nesta década que surge outro dos locais emblemáticos da sociabilidade balnear figueirense da segunda metade do século XX, o café “Nicola” na Rua Bernardo Lopes, inaugurado a 1 de Abril de 1940, defronte da entrada principal do Casino Peninsular.

A rápida visão sobre a rede hoteleira, alojamento preferencial para os turistas com posses, permite condicionar algumas conclusões.

Em primeiro lugar, o natural acompanhamento das autoridades locais implicou a necessária transformação da hotelaria figueirense com o avançar do século, deixando de ser importante apenas o número de estabelecimentos, mas a qualidade que estes apresentavam.

Embora o sector aparente alguma estabilidade em termos de quantidade, o que se torna notório são as alterações que se revelam no interior destas unidades. A inclusão de águas correntes e instalações sanitárias, condizentes com a categoria ostentada pelo nome do estabelecimento, passam lentamente a tornar-se regra.

A aposta na melhoria dos condições de alojamento e direccionada para o voluntarismo dos agentes privados, sem apoio financeiro directo do Estado, ver-se-ia pontualmente coroada por alguns êxitos.

A campanha “Pousadas de Portugal”, encetada pelo S.N.P/S.N.I, cuja pretensão incide em inculcar, esteticamente, um modelo preconizado e estandardizado, de acordo com uma arquitectura de raiz nacionalista, que tem como modelo referencial os diferentes aspectos regionalistas, não apresenta nenhum exemplo, nem a referida campanha implicou a construção de nenhum tipo de pousada na Figueira da Foz.

Embora esse propósito tenha sido ventilado, pois chegou a estar prevista a implantação, na Serra da Boa Viagem, de uma pousada, pretensão que apenas daria lugar à construção do pavilhão denominado “Abrigo da Montanha”⁵⁰³, da

⁵⁰³ Na concretização desta obra esteve envolvido igualmente Manuel Alberto Rei.

autoria do arquitecto Raúl Lino, nos anos Trinta, tendo sido erguido num local que permite admirar uma das mais fantásticas vistas panorâmicas sobre a baía figueirense.

Em 1946 fora intenção do vogal Fernando da Fonseca Reis, membro da Comissão Municipal de Turismo, apresentar um anteprojecto para a construção de uma pousada de turismo “junto da estrada de Buarcos ao farol novo, no local denominado *Quinta do Mar*⁵⁰⁴”, propósito que não passaria da intenção.

⁵⁰⁴ A.H.M.F.F., Livro de Actas da Comissão de Iniciativa de Turismo, nº 6, Acta nº 2, de 29 de Abril de 1946.

3. 1. 8. Propaganda e turismo

Ramalho Ortigão havia escrito, por meados do século XIX, que “não tem outro remédio senão vir à Figueira quem quiser ver a mais linda praia de banhos de Portugal”⁵⁰⁵, frase que será posteriormente utilizada como uma referência constante na propaganda da estância balnear. A frase seria lembrada, evidenciada e repetida pela propaganda figueirense no decurso de grande parte do século XX.

Tome-se como mero exemplo, entre centenas de referências, a do *Jornal – Reclamo*, de 25 de Junho de 1933, que na primeira página, chama a atenção, em pequena local, intitulada “Praia da Figueira. Uma opinião”, onde apenas evidencia e evoca a opinião do escritor feita meio século antes.

O turismo delimitado por políticas de propaganda, amplificadas pelo S.N.P./S.N.I., proclama os valores associados a uma imagem de cariz nacionalista e de forte pendor regionalista. Pretende transmitir uma representação do país, tanto para consumo interno e externo, em contraponto aos valores da época, cujos pressupostos assentavam numa sociedade essencialmente urbana e industrial, pouco consentâneos com os valores preconizados pelo Estado Novo, mais ajustados a uma ideologia pré-moderna.

As Comissões de Turismo locais executavam esse trabalho, enquadradas pelas directrizes emanadas a partir do S.N.P./S.N.I.

No início dos anos Trinta, a Figueira da Foz, coabita ainda com o rótulo, que o areal dourado e a selecta frequência lhe havia proporcionado, de “Rainha das Praias de Portugal”, outorgado pela propaganda e pela imprensa de cariz nacionalista em meados dos anos Vinte.

A cidade comercial, portuária e piscatória substitui paulatinamente os ícones associados ao seu desenvolvimento industrial, onde se incluem as chaminés dos barcos a vapor, das fábricas de cal e de conservas, as oficinas de tanoaria e de poleame, pelos novos ícones associados agora à cidade turística. A praia, onde as barracas brancas povoam o horizonte, o Bairro Novo, local de mundanidade, que lhe confere uma certa aura *chic*, burguesa e aparentemente cosmopolita⁵⁰⁶, onde se ergue o Casino, que rivaliza, como não podia deixar de

⁵⁰⁵ Ortigão, Ramalho, *As Farpas*, Lisboa, Clássica Editora, 1986, tomo I, p. 261.

⁵⁰⁶ Tavares, António, “Do mar-chão ao mar-festivo”, *Litorais. Estudos Figueirenses*, Figueira da

ser, com os melhores da Europa, a Torre, implantada em local estratégico na sua avenida marginal.

O bairro representou, entre os anos Trinta e Sessenta, o entrecruzar de novas e antigas práticas de sociabilidade, ali se podem detectar os ventos do hodierno que a prática balnear transporta através da chegada de forasteiros.

No decorrer dos anos Vinte, uma muito numerosa “colónia” espanhola, que distingue a Figueira da Foz das demais estâncias balneares, facto que lhe outorga, durante os meses de veraneio um reconhecido, embora efémero cosmopolitismo.

Cartazes, guias, artigos em revistas e jornais, dedicados à divulgação turística da estância balnear figueirense são inúmeros durante a época em que envolvemos o nosso trabalho. Demonstra a notável capacidade de trabalho das diversas Comissões de Turismo em prol da divulgação da sua “cidade-praia”.

A modernidade implica mutações, através da utilização dos novos recursos emergentes no sector da propaganda, alguns destes davam na época os primeiros passos. Surge a publicidade radiofónica, a difusão, através de altifalantes, colocados nas estações ferroviárias, de mensagem de publicidade, a distribuição gratuita de brochuras informativas e publicitárias⁵⁰⁷, assegurados e promovidos pela Comissão Municipal de Turismo local e por particulares.

Assiste-se a uma forte aposta na propaganda, intensa e profícua, que se desenvolve durante os vinte anos que medeiam esta análise de alguns aspectos do turismo figueirense.

No início da ocupação do litoral figueirense, enquanto zona de banhos, a base em que assenta o trabalho de difusão e conhecimento da estância balnear enlaça-se com a incessante proclamação da sua beleza paisagística, a enseada marítima, decorada, a norte, pela Serra da Boa Viagem. A praia terapêutica vive de uma propaganda centralizada na natureza. A própria serra era uma zona praticamente desconhecida da maioria dos figueirenses nos inícios do século XX, “em 1913 a Serra da Boa Viagem era uma áspera serrania, desarborizada e agreste, que dava a impressão a quem a visitasse, de um baldio inaproveitado”⁵⁰⁸.

Comportará uma relevante transformação, com a sua florestação e diversos melhoramentos, trabalho encetado e desenvolvido por Manuel Alberto

Foz, Associação Doutor Joaquim de Carvalho, Nº 7, Ano 4, Novembro de 2007, p. 44.

⁵⁰⁷ Ver anexos.

⁵⁰⁸ *Diário da Praia*, nº 24 de 1 de Setembro de 1935, p. 1.

Rei⁵⁰⁹, com a intenção declarada de a colocar no circuito de passeios turísticos locais.

Nos miradouros ali construídos, avistavam-se diferentes panorâmicas e paisagens, a zona costeira, a norte da cidade, e a totalidade da baía que enlaça a cidade e a vila de Buarcos, bem como a costa virada a norte da Serra. Zona de rara beleza, a serra encerra esse incansável trabalho desenvolvido nas primeiras décadas do século XX, coordenado e executado na sua grande parte por um dos pioneiros divulgadores do turismo figueirense: Manuel Alberto Rei.

Ao seu promotor o turismo figueirense deve a idealização em parte concretizada de uma das suas jóias mais intensas, a qual nem as palavras da propaganda souberam materializar.

A linguagem propalada pelo turismo figueirense, ou as técnicas que utiliza na sua propaganda, insiste no apelo à sensibilidade visual dos indivíduos, onde a beleza paisagística local desempenha um papel primordial.

Posteriormente, durante o período em estudo, os objectos da propaganda turística alteram-se. Passam a fazer eco dos espectáculos, divertimentos, e festividades, oferecidos durante os meses de Verão, transformando estas componentes no motivo principal das campanhas promocionais da actividade turística local.

O programa para a época balnear de 1946, incluía manifestações de índole desportiva, com a realização do 1º Acampamento Campista da Beira Litoral, na Serra da Boa Viagem (a actividade campista era considerada uma actividade desportiva e não de lazer), torneios de tiro aos pratos e de pesca desportiva.

Na vertente infantil, o inevitável concurso de “Construções na Areia”, “ginkanas”, a que se junta a comemoração do “Dia da Criança” (um dia em Agosto e outro em Setembro) e diversos espectáculos de marionetas.

Em termos culturais, nesse ano, é referida a realização de uma exposição de medalhas provenientes da Casa da Moeda de Paris, manifestações de folclore regional, diversos concertos filarmónicos, no Jardim Municipal, o “Dia da Serra da Boa Viagem”, bem como passeios fluviais e excursões “em camionetes” aos arredores da cidade e na “Piloteira” ao mar. Como festa religiosa, o turismo local

⁵⁰⁹ Manuel Alberto Rei (Leiria, 1872, Figueira da Foz, 1943). Regente Florestal de 1ª Classe, Vereador Municipal, Presidente dos Serviços Municipalizados da Câmara da Figueira da Foz, Presidente da Comissão de Estética e Director do *Boletim da Comissão de Iniciativa e Turismo da Figueira da Foz*, tendo publicado *Arborização da Serra da Boa Viagem – Subsídios para a sua História*, entre outras obras. Ver Costa, Fausto Caniceiro, obra citada, p. 257.

destaca a Festa de Nossa Senhora da Encarnação, em Buarcos⁵¹⁰.

Ocorrências anualmente divulgadas pelos guias turísticos, imprensa local, meios de comunicação que então se encarregam de difundir e proclamar de forma incessante a estância balnear. No entanto, algo se destaca no confronto destas fontes: o aparecimento de uma constante insistência no mesmo tipo de realizações durante a época balnear. Podemos verificar que, ao longo das décadas de 40 a 60, estas se vão tornando repetitivas e pouco inovadoras.

Os primeiros guias turísticos, ou de indicações para os viajantes, permitem descortinar e detectar, para além de um enquadramento de cariz histórico, o permanente recurso à descrição da paisagem e das peculiaridades do local, onde, para além da informação útil (sobre acessos e ligações, câmbios, localização de edifícios públicos e de culto religioso, hotéis, serviços de banhos, restaurantes e cafés, espectáculos e diversões), se enfatizam determinados factores (clima, limpeza, arejamento, qualidade, fornecimento e distribuição de géneros alimentares) que a tornam única e distinta, entre as demais.

Nas primeiras décadas do século XX, um guia sobre a Figueira da Foz, patrocinado pela Sociedade Propaganda de Portugal, realça as “magnificas condições climatéricas, cheia de sol, com um claro céu sem manchas, ar lavado pela brisa constante do mar, [...] as ruas, as avenidas da beira-mar [repare-se que o sentido da designação de avenida não deve ser apreendido de forma literal, a cidade de então possuía uma única artéria com esta designação, a Avenida Saraiva de Carvalho, que ligava a estação ferroviária à entrada da doca figueirense, ficando por isso longe do mar] e as terrasses dos seus cafés e casinos; enchem-se de cor, de alegria e de movimento”⁵¹¹.

Pressente-se na linguagem utilizada o apelo ao sentido visual viajante, o recurso laudatório ao clima e diversão local tenta ajudar e influenciar a escolha do leitor.

Na evolução da propaganda de e sobre a estância balnear figueirense, na época em estudo, podemos descortinar algumas das técnicas e recursos que utilizam de forma subliminar ou objectiva determinadas imagens, frases ou mensagens. O exemplo da acentuada repetição da frase de Ramalho Ortigão, a

⁵¹⁰ A.H.M.F.F., *Livro de Actas da Comissão de Iniciativa de Turismo*, nº 6, Acta nº 5, de 22 de Maio de 1946.

⁵¹¹ Coelho, João, *Na região do Mondego Figueira da Foz e arredores. Indicações gerais para uso dos viajantes*, Lisboa, Typographia da Gazeta dos Caminhos-de-ferro, 1917, p. 8.

ênfatização no epíteto de “Rainha” entre as praias portuguesas, através das quais se pretende influenciar e motivar a escolha dos receptores, são duas das constantes que atravessam as décadas em causa.

A própria linguagem e imagens da propaganda adequam-se aos públicos que então se podiam proporcionar uma época de descanso e lazer nas zonas balneares.

Intencionalidade que surge a cada palavra, em cada guia turístico, que nos revela, a partir dos anos Quarenta, a sugestão de interagir com outros pólos de atracção (Coimbra, Leiria, Buçaco e Batalha), que pretendendo incluir, desvenda igualmente a tentativa de conquistar a centralidade na região turística envolvente da praia.

A pretensão é a de fazer retornar o viajante, o banhista, por via das suas excelentes ligações ferroviárias, ao centro de lazer. Este funcionaria como centro difusor de turismo e não como um dos seus diversos pólos. Na questão fotográfica Pascal Dupuy⁵¹², começa por distinguir e definir este suporte como uma nova fonte iconográfica para os historiadores. Porta que permite entreabrir ou traçar novos caminhos na análise historiográfica. A fotografia enquanto suporte analítico do contexto histórico, da percepção do passado e dos seus instrumentos simbólicos.

A imagem fotográfica, por mais inocente que possa parecer, carrega consigo o desvendar ou encobrir do tempo que nos apresenta ou pretende representar. Documento subjectivo, cuja riqueza simbólica não permite colocar de parte na análise de uma época, do pulsar do gosto, do quotidiano, do “ar” do tempo que a fotografia aprisiona. Existindo, deve ser encarado como objecto de trabalho, um prisma que o historiador deve adicionar à reconstrução e abordagem de determinada época ou contexto.

É um facto que a fotografia acaba por enquadrar algumas idiossincrasias do autor ou autores, bem como encerrar objectivos que restringem a própria realidade, devendo a sua análise rodear-se das mesmas cautelas críticas com que nos acercamos do texto escrito, a prática recomenda alguma atenção na análise e de observação e inserção cronológica cuidada quando se recorre a este meio de investigação.

⁵¹² Dupuy, Pascal, *Histoire, Images, Imaginaire*, Pisa, Edizione Plus – Università di Pisa, 2002, p. XI.

Recordamos assim a necessidade e a possibilidade que a técnica hoje permite de o historiador contemporâneo pousar o olhar sobre o elemento fotográfico enquanto objecto do seu trabalho⁵¹³.

No entanto, uma mera visualização não deve fazer esquecer ao historiador a necessidade da leitura crítica que rodeia a execução fotográfica, quer esta tenha sido executada enquanto encomenda, ou praticada enquanto actividade de lazer ou para memória pessoal.

A fotografia, permitiu colmatar o desconhecimento e enquadrar alguns aspectos do apogeu e inércia na estância balnear figueirense, das suas realizações festivas, desportivas, sociabilidade, hábitos e costumes das suas gentes e dos frequentadores da estância balnear.

A percepção do movimento das suas ruas e cafés, desde recantos paradigmáticos como o célebre *Pátio das Galinhas*⁵¹⁴, do qual surgem registos a partir de 1928, da Esplanada fronteira à praia, a zona ribeirinha, festas e actividades propostas pelos organismos locais de apoio ao turismo, pelo casino, que preservaram os traços da função de sociabilidade da estância balnear.

Foi ainda possível vislumbrar através do recurso à fotografia as diversas alterações urbanísticas sofridas no decorrer destes vinte anos, facultando a visão e a consequente descodificação de um conjunto de indícios, que a palavra escrita por vezes não permite, de imediato, distinguir.

Um recuo no tempo foi acompanhado pelo privilégio que a exposição do fotógrafo figueirense Manuel dos Santos (1893-1975)⁵¹⁵ permitiu sobre uma boa parte da realidade figueirense do seu tempo, cuja obra funde a imagética propagandeada e difundida pelo Estado Novo e a realidade dessa influência local. O fotógrafo figueirense recria, sem rebuços, a imagética que então germina nos costumes balneares e na praia, imposta pelo regime, realidade que se quer mostrar, mas que ao mesmo tempo pretende ocultar.

Grande parte da obra do fotógrafo figueirense mistura-se com a propaganda turística local e a nova iconografia balnear imposta pelo Estado Novo.

Convergência que nos remete para a transposição da praia enquanto local e

⁵¹³ Relembremos a este propósito o pioneiro português na utilização da emulsão fotográfica como novo utensílio científico: o arqueólogo Francisco Martins Sarmiento quando, em 1876, produziu o primeiro álbum fotográfico sobre a Citânia de Briteiros.

⁵¹⁴ Esplanada, junto da entrada principal do casino, espécie de antecâmara das salas interiores do Casino Peninsular.

⁵¹⁵ Catálogo da Exposição “Manuel dos Santos. A imagem de um talento”, Museu Municipal Santos Rocha, Figueira da Foz, 13 de Janeiro a 30 de Abril de 2006.

lugar de exposição do corpo, da realidade do corpo, em local de promoção de actividades lúdicas interligadas com a cultura física, orientada em função da criança e do núcleo familiar.

São as crianças e a família o principal alvo da propaganda balnear entre os inícios dos anos 40 e finais de 50.

Ausente a mole imensa de espanhóis do desfrute das águas atlânticas, a partir de 1936, atravessada que fora a complicada década de Trinta, para o regime que frutificara das cinzas do golpe de 28 de Maio de 1926, a própria linguagem subliminar da propaganda baliza a estabilização ideológica do regime.

O germe desta orientação, imposta pelo Estado Novo, sobre os costumes balneares, através da qual se pretende afastar a dissolução dos costumes, que eclodira durante a década de 20, pressente-se no espólio fotográfico de Manuel dos Santos, onde surge agora um novo factor, invariável e persistente, na propaganda balnear nas décadas de 40 e 50: a utilização fotográfica das crianças. O veraneio é agora dirigido em função dos futuros cidadãos, criando uma nova imagem da praia, familiar, na qual as crianças desempenham o principal papel, onde se robustecem através da prática de brincadeiras em grupo e da prática de desportos ao ar livre,

Numa sociedade em que a taxa de alfabetização é anormalmente baixa, o recurso à imagem foi utilizado enquanto regulador e enformador do subconsciente da população. Olhar a cidade através da lente dos fotógrafos permite-nos apreciar, perceber, algumas das mudanças implícitas na “cidade-praia” pela sociabilidade balnear.

A paulatina vulgarização da fotografia transformou-a num dos veículos privilegiados da divulgação das belezas paisagísticas da praia da Figueira da Foz. Mensageira eficaz da propalada beleza, com ela se divulgam os motivos que ajudaram a concretizar a vinda e permanência dos forasteiros.

Embora a dissimulação da realidade na fotografia não resista a um contacto directo, que acaba por desmistificar alguma da ilusão crida pelo fotógrafo, na realidade a beleza paisagística é real, a frequência da estância balnear de certo modo regular e intensa, as vulgarizadas imagens do turismo figueirense escondem, porque é necessário ocultar, alguma da sua incapacidade em progredir.

Da linguagem utilizada pela propaganda, processo mais denunciado entre

os anos 40 e 50, avulta o discurso que enfatiza apenas as condições materiais que proporcionam diversão e evasão, acompanhando as mudanças no gosto e as tendências estéticas e políticas da época.

Foi o labor e a inventiva colocada na actividade propagandística que, de certa forma, assegura a sobrevivência como estância balnear durante este período. Uma prática que se vulgariza entre as diversas estâncias da costa portuguesa, seguindo, quase todas elas, o estereótipo laudatório das potencialidades locais.

Em 1927, na revista *Europa*⁵¹⁶, surge a constatação de que a “Figueira da Foz vê aumentar a sua população flutuante na temporada de banhos e consegue afirmar-se cada vez mais como a praia mais linda e mais concorrida de toda a costa de Portugal”⁵¹⁷, linguagem que se repete enfaticamente na propaganda figueirense até meados do século, mesmo que a realidade deixe de ser aquela.

A propaganda foi também utilizada como veículo para acicatar ânimos regionalistas e intransigentes bairrismos, facto que ecoa na imprensa periódica local ou nacional. Guerra surda entre as diversas estâncias balneares da época, que utilizam diferentes meios propagandísticos para exaltar e defender o que consideravam serem os legítimos interesses da estância balnear local face às concorrentes na disputa de públicos.

Na Nazaré, a imprensa local propalava que aquela praia era “por muitos considerada como das melhores praias do país. Os motivos da reivindicação assentam na qualidade da água (tanto marítima, como potável), na vida sossegada e barata, nas condições higiénicas e nas belas vistas”⁵¹⁸, pressupostos, em grande parte, semelhantes aos apresentados pela publicidade difundida pela Comissão de Iniciativa e Municipal de Turismo figueirense.

Situação melindrosa que desponta no seio do movimento regionalista. O Estado Novo acabaria por incorporar e controlar este movimento de índole regionalista, concentrando os seus interesses e manifestações, nas diversas “casas regionais” que então pululam em Lisboa, centro, por excelência, de acolhimento

⁵¹⁶ Editada pela empresa que então geria o Casino Europa. Quinzenário de informação e propaganda publicado durante o período balnear. O primeiro número sai em 15 de Abril de 1925, deixou de se publicar em 1927. Foi seu redactor António Correia Pinto de Almeida, cujo pseudónimo era António Amargo. Ver Sousa, Joaquim de, obra citada, p. 25.

⁵¹⁷ *Europa*, Ano III, nº 3, 1 de Junho de 1927, Figueira da Foz, Neto de Carvalho e C^a Limitada, 1927, (s. p.).

⁵¹⁸ Dias, Sara Marisa da Graça, *A Praia da Nazaré. A colónia balnear na passagem da monarquia para a República 1907/1915*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, trabalho de seminário “Turismo e desenvolvimento” 2002/2003, policopiado, p. 2.

das migrações internas, que visavam “favorecer, no seio da própria nação, os interesses regionais e locais”⁵¹⁹. O regionalismo servia de motor para pequenas e grandes questões, exacerbando rivalidades, consubstanciadas nos diferentes, por vezes antagónicos, interesses regionais. Situação que se detecta a cada passo na propaganda e imprensa local das estâncias balneares.

No entanto, a acção, na Figueira da Foz, do órgão local que superintende os serviços de turismo, evolui na década de Quarenta visível no entrosamento verificado entre as políticas locais associadas ao desenvolvimento do turismo e as propostas do Secretariado.

A Comissão Municipal de Turismo da Figueira da Foz integra nas realizações do Verão de 1941, a campanha de embelezamento das montras dos estabelecimentos comerciais, acolhendo as “Missões Estéticas em Férias”⁵²⁰. O objectivo destas sintetiza o estímulo “da arte nacional, dando-lhe o merecido relevo no ressurgimento do país levado a cabo pelo Estado Novo”⁵²¹, objectivo delineado e proposto pelo órgão que regula e define as políticas do turismo nacional.

A promoção dos denominados “Jogos Florais”, organizados pelo escritor figueirense Carlos Sombrio⁵²², integra a matriz de recuperação de aspectos populares e folclóricos, no seio das actividades turísticas locais. Movimento de recuperação e compilação e reinvenção de aspectos imanes da cultura popular local foi um trabalho desenvolvido pelos jornalistas Augusto Pinto e Cardoso Martha.

Todos os elementos resultantes da recuperação levada a efeito serão integrados posteriormente nas acções de propaganda e em diversas realizações do turismo local, decorridas durante este período, realidade que se dilui no período pós guerra.

Os festejos em honra de S. João perdem paulatinamente prestígio desde o

⁵¹⁹ Gomes, Carlos, *Regionalismo em Portugal. Subsídios para a sua História*, Lisboa, Casa do Concelho de Ponte de Lima, 1996, p. 7.

⁵²⁰ Criadas pelo Decreto-Lei nº 27 957 de 28 de Agosto de 1937. Até 1941 realizam-se quatro missões com o objectivo preconizado, dirigidas pelos arquitectos Raul Lino, Aarão Lacerda, e pelos pintores Varela Aldemira e Joaquim Lopes.

⁵²¹ *Boletim da Comissão Municipal de Turismo da Figueira da Foz*, nº 1, Janeiro – Abril 1941, (s. p.).

⁵²² Pseudónimo literário de António Augusto Esteves. Ourives e relojoeiro figueirense, com estabelecimento na Praça Nova, contista, poeta, conferencista, bibliófilo, colaborador activo em quase uma centena de periódicos nacionais e nos jornais “Gazeta da Coimbra e “Notícias de Gouveia”. Nasceu em 1894, tendo falecido em 1949. Ver Costa, Fausto Caniceiro da, *Figueirenses de Ontem e de Hoje*, p. 114.

início do século, de tal modo que “não parecia fácil ser readquirido”, caminhando para a decadência quando, em contrapartida, despontava um outro “quadro típico e regional a oferecer ao banhista⁵²³ com a romaria da Senhora da Encarnação, em Buarcos.

A devoção popular e piscatória local conquistara nas últimas décadas maior número de «adeptos», apreciada enquanto “manifestação de pura arte popular”, secundada por manifestações de pura veneração popular materializadas nos “ex-votos” e miniaturas de pequenas embarcações colocadas no interior de garrafas, as denominadas «garrafas de paciência» executadas por pescadores e expostas na pequena capela e na casa dos romeiros anexa, e consideradas como expressões dignas das “salas de um museu regional”⁵²⁴.

A apropriação, reconstrução e invenção de motivos retirados do folclore, do artesanato, da gastronomia local, donde ressalta a doçaria regional⁵²⁵, na qual a “escassa representação em variedade” comparada com o todo nacional é compensada pela qualidade que estes adquirem localmente, por isso “não tem que invejar a de outros pontos do país mais genericamente sortidos”⁵²⁶, concluía-se.

Movimento ideológico que emerge durante o Estado Novo, de carácter nacionalista, fundamentado na exaltação dos valores populares, de feição ruralista e na recriação de tradições locais, estabelecendo um permanente confronto e concorrência regionalista, embora proclamem que o país emerge do confronto dessas diferenças.

A religiosidade popular, a divulgação de usos e costumes com cariz local, onde se destaca o concurso de monografias locais, que possibilita a publicação do trabalho de Maurício Águas Pinto e Raimundo Esteves, denominado *Aspectos da Figueira*⁵²⁷, a reactivação ou criação de novos grupos de folclore local, foram

⁵²³ *Boletim da Comissão Municipal de Turismo da Figueira da Foz*, nº 5 de 30 de Setembro de 1941, (s. p.).

⁵²⁴ Idem, ibidem.

⁵²⁵ O trabalho de recolha da doçaria local refere as “Papas de Muado” ou de “Amuado” feitas de sangue de porco e farinha, consumidas pelo Natal, as “Brisas” e “Pastéis” da Figueira, de ovos e amêndoa, as “Argolas Folhadas” o “Bolo das Alhadas”, as “Tortas do Natal” ou de todo o ano e as “Belhós”. Sugeridos como produtos de doçaria local, não são originários da Figueira da Foz. Pretende-se, através desta recuperação ou reinvenção da gastronomia, que se incorpora nas políticas de turismo do S.N.P./S.N.I., a integração no contexto do turismo local da gastronomia, como factor de atracção. Contudo a doçaria figueirense de genuinamente local tinha muito pouco. Ressalve-se o “Bolo das Alhadas”, povoação do concelho, todos os outros podem ser encontrados nas mais diversas regiões, embora com designações diferentes.

⁵²⁶ *Boletim da Comissão Municipal de Turismo da Figueira da Foz*, nº 5, ibidem.

⁵²⁷ Pinto, Maurício e Esteves, Raimundo, *Aspectos da Figueira*, Figueira da Foz, Comissão Municipal de Turismo da Figueira da Foz, 1945.

algumas das áreas aqui envolvidas no projecto de regionalização e “folclorização” do turismo, colocadas ao serviço da propaganda e das realizações de âmbito festivo que ocorriam durante a época balnear.

Outro aspecto a que o turismo do período S.P.N./S.N.I esteve particularmente associado foi o artesanato de características populares. Localmente foi difícil encontrar algum tipo de artesanato que transponha o trivial, o que então existia englobava pequenas recordações baseadas em motivos locais que os veraneantes adquiriam e transportavam no regresso aos seus locais de origem.

Embora este seja um aspecto ainda em aberto. Entre estes objectos. a memória de muitos dos testemunhos orais sobre o período evoca um objecto muito apreciado pelas crianças: as traineiras em lata. Manufacturadas por artesãos locais, com os restos de latas recuperadas nas fábricas da indústria conserveira, que transformam em pequenas traineiras da pesca da sardinha, de cores garridas e que fizeram parte da memória de infância de muitos conimbricenses. São, no entanto, artesãos anónimos, difíceis de esquadrihar nas fontes, mas a que os relatos orais dão vida.

Um nome entre os artesões locais no entanto releva, embora possa ser enquadrado na década de Sessenta, do qual gostaríamos de aqui deixar testemunho, para quem sabe, algum dia, a sua memória ser reabilitada. Referimo-nos a Levy Pais Martins.

Das hábeis mãos deste artesão figueirense saíram formas dignas de simbolizar o artesanato local. Assim surgem as figuras e objectos populares associados a tradições locais, como o pescador, a peixeira, a salineira, o marnoto, o mineiro do Cabo Mondego e o fóquim⁵²⁸. Facto que a Comissão Municipal de Turismo relevou através da oferta aos visitantes distintos da “Praia da Claridade”, destas peças do artesanato local produzidas por Levy Martins.

Infelizmente e aparentemente grande parte do espólio deste artesão local terá desaparecido. Não tendo sido possível, para além das fotografias colocadas em anexo, tomar contacto com as peças idealizadas e fabricadas por este figueirense. Fica contudo aqui o seu registo e o seu nome como forma, singela, de chamar a atenção sobre o trabalho que desenvolveu.

⁵²⁸ Cesto ou malote no qual os pescadores transportavam para a faina no mar a sua alimentação.

CAPÍTULO IV - Férias na Figueira da Foz

4.1. Memória e Relatos

A alteração do quotidiano, o início das férias, a fuga ao local de viver habitual, contribui para um estado de espírito aberto a novas experiências ou sedento delas. Partimos do princípio que a estadia balnear anual causa forte impressão quer entre as crianças, nos jovens e também nos adultos.

A alteração dos hábitos regulares, o relaxamento parcial de normas e condutas proporcionam, na maioria dos casos, agradáveis e marcantes memórias do tempo passado na Figueira da Foz.

Conheço, de facto, inúmeros relatos das férias passadas na Figueira da Foz, entre residentes de Coimbra. Sei, deste modo, que a envolvimento existente na Figueira da Foz, nas décadas de Quarenta e Sessenta, sobrevive ainda na memória de muitos deles.

Estes relatos das férias, das memórias da beira-mar, não se encontram contudo transcritos em nenhum suporte. As que conheço são sobretudo memórias orais, que se perderão com o tempo. Assim restringimos, como não poderia deixar de ser, a sua abordagem, às referências que fomos encontrando nos mais diversos suportes e fontes históricas. O campo do memorialismo de férias é um campo relativamente pouco explorado na análise histórica do turismo.

Esta é assim mais uma das perspectivas possíveis sobre a “cidade-praia”, mas nem por isso menos importante.

Dentre as memórias da estadia balnear na Figueira da Foz, encontrámos um pequeno livro feito artesanalmente, uma descoberta de certo modo preciosa, para nós, porque manuscrito e manufacturado pelo próprio autor, que nele incluiu alguns desenhos ingénuos, um anónimo funcionário do Instituto Arqueológico do Algarve⁵²⁹.

Honorato Santos, pelo seu punho, deixou inscrita as memórias dos dias passados entre Agosto e Setembro de 1938 na Figueira da Foz

Acabado de chegar de Coimbra, o nosso veraneante, informa, desde logo, que então se realizavam 15 ligações diárias de comboio entre as duas cidades,

⁵²⁹ Santos, Honorato, *Memória. Dois Meses na Figueira*, Sala Figueirense, Biblioteca Municipal da Figueira da Foz, manuscrito, 1938.

demorando cerca de duas horas incompletas cada viagem, que custava, em 3ª classe (provavelmente a classe em que terá viajado), 5\$00, com direito a transportar bagagem, sem bagagem custava 3\$00⁵³⁰.

Das três ruas que partiam da estação “uma é marginal ao mar e esta pode dizer-se que vai até Buarcos, perfazendo um percurso de 2 500 metros”, que causa forte impressão ao forasteiro acabado de chegar. O forasteiro regista-a deste modo: “uma bela avenida em todo o sentido da palavra!”⁵³¹. A Avenida Saraiva de Carvalho de finais dos anos Trinta surge-nos através desta descrição como uma via “larga e alcatroada, plana, como quasi toda a cidade, e os edifícios de um dos lados são bons, do lado do mar é livre, numa grande parte está arborizada com árvores de quarenta anos que nos dão magnífica sombra no Verão”⁵³².

Outra das ruas que assinala é a Rua da República, que “possui belíssimos prédios de 2 andares e um formidável comércio em todos os géneros”⁵³³.

Sobre a Praça Luís de Camões (assim se designava então a “Praça Velha”) a Praça 8 de Maio (a “Praça Nova”) onde o comércio era “muito importante, nelas se encontravam magníficas montras recheadas de ouro e pratas, fazendas, vidros e esmaltes, drogarias e retrozarias”⁵³⁴.

Ao aproximarmo-nos da Doca de Recreio, podemos visualizar através do seu relato, ali acostados “vapores de pesca e até um navio de guerra, nosso, por ocasião das regatas internacionais de Agosto”, bem como “sempre em serviço de limpeza permanente uma Draga e dois guindastes a vapor para carregar ou descarregar os navios de grande tonelagem como são os do bacalhau”⁵³⁵.

Após a doca, sobe-se em direcção ao Forte de Santa Catarina. Aqui a avenida está rodeada, do lado do mar por “jardinzinhos ornamentados, muito interessantes pelos seus cadeirões de azulejos históricos alusivos à terra”⁵³⁶.

O Jardim Infante D. Henrique, actual Jardim Municipal, é então um espaço privilegiado onde acontecem “festivais durante o Verão para beneficência”⁵³⁷, com quermesses e chás proporcionados pelas senhoras da elite local. Contíguo, o Mercado Municipal, “quadrado, com três entradas, melhor que o de Coimbra,

⁵³⁰ Santos, Honorato, obra citada, p. 5-6.

⁵³¹ Idem, p. 6-7.

⁵³² Idem, p. 8.

⁵³³ Idem, p. 7.

⁵³⁴ Idem, ibidem.

⁵³⁵ Idem, p. 9.

⁵³⁶ Idem, p. 9-10.

⁵³⁷ Idem. Ibidem.

vistoso, alegre e abundante, onde quasi todo o comércio, feito por mulheres”⁵³⁸ adiantando que apenas no serviço dos talhos da carne se viam homens a trabalhar.

Cercada pelos muros do forte, “existe uma capelinha de Santa Catarina”, onde na época “ao Domingo armam um altar provisório onde um sacerdote diz missa”, dando nota que ali assiste, a 17 de Agosto de 1938, a um serviço religioso com “tanta gente para o mesmo fim que mais não caberia”⁵³⁹.

O “Tennis-Club Figueirense” surge, aos nossos olhos, junto da então designada primeira esplanada, composto por “um belo campo de jogos sportivos [...] que tem campo de patinação e muitos outros jogos preciosos para a mocidade que o frequenta”⁵⁴⁰, cercando parte do Forte de Santa Catarina formando “vários planos de terreno devidamente preparados com sombras, cadeiras e mesas, trapézios, argolas e barras fixas, [...] tudo muito bem iluminado para os seus chás, para as suas festas nocturnas”⁵⁴¹.

Para frequentar o clube era necessário ser-se sócio, na época a quota orçava entre 105\$00 por mês e 45\$00 por semana, despesa que seria avultada para a grande maioria dos frequentadores da estância balnear, conferindo, desta forma, ao local, o estatuto de zona reservada às elites veraneantes.

O clube encontrava-se aberto somente nos meses entre Julho e Setembro, de cada ano, sendo que “os banhistas ricos dão-lhe uma boa frequência”⁵⁴², indicação que permite perceber que a Figueira da Foz ainda era frequentada por uma elite numerosa.

Junto ao Forte, do lado da barra, o “Turismo levantou sobre as rochas salientes e mais altas miranêtes interessantíssimos em várias alturas e terem para eles escadas em vários sentidos e o poder ver dali o embate colossal das ondas nas pedras fixas e resistentes” Em poucas palavras, a descrição de um dos antigos ícones balneares figueirenses, o Miradouro do Forte de Santa Catarina, local “devidamente iluminado, construído em cimento aramado, fortíssimo e seguro”, donde se vislumbrava a barra da Figueira, sendo actualmente impossível, para quem desconhece o local, reconhecer este antigo miradouro.

Entre o bulício do verão figueirense, poderemos encontrar mulheres, que tanto vendem peixe na Praça, como pelas ruas, homens que, empurrando carrinhos

⁵³⁸ Idem, p. 8.

⁵³⁹ Idem, ibidem.

⁵⁴⁰ Idem, p. 10.

⁵⁴¹ Idem, p. 11.

⁵⁴² Idem, p. 10.

de mão carregados de bananas, apregoavam a sua mercadoria (cá estão elas as bananas boas!).

Em questões de pregões matinais ninguém ganhava ao leiteiro que bem cedo se fazia ouvir através de um “grito seco e solto que nos acorda e arrepia, é um berro áspero e rude como não ouvi nenhum outro pregão em parte alguma” o que terá levado a “terem sido castigados alguns leiteiros por abusarem daqueles gritos estúpidos”⁵⁴³.

As memórias do padre António Rodrigues⁵⁴⁴ surgem aqui, por dois motivos. Primeiro porque sendo padre, nos interessou conhecer a opinião de um homem do clero que, em finais dos anos Cinquenta, resolve passar ao suporte de papel as suas memórias sobre as férias passadas na Figueira da Foz. Em segundo lugar, embora aparentem ser menos ricas em termos descritivos, são contudo mais ricas do ponto de vista estético e cultural.

As memórias do veraneante não negam palavras de reconhecimento pela beleza local. Esta é, segundo ele, “uma cidade de larga beleza e cuja importância não tem ideia os que ainda cá não vieram”⁵⁴⁵.

Reconhece que as muralhas e armazéns, construídos ao longo do rio, “faixa de movimento e de trabalho”, como lhe chama, condiciona e isola “um pouco” a cidade da beleza do rio. Uma percepção futurista, sobre questões ambientais e estruturais que na época seriam bastante secundarizadas. Realça “a tonalidade clara” das casas da cidade, que a Câmara obrigava a manter asseadas, contribuindo para o aspecto lavado e agradável que apresenta a linha urbana dos edifícios.

Porém, António Rodrigues vai mais longe nas suas apreciações memorialistas, quando depreende que, embora assim fosse, nem tudo era de louvar. Mostra-se desapontado com a inexistência ou raridade de obras de arte e com a tipologia arquitectónica dos edifícios que encontra disseminados na cidade.

Desiludido pela inexistência destes elementos, pergunta que iria a Figueira da Foz legar em matéria de arte para a posteridade. Rapidamente chega á conclusão, perante o panorama existente, que esse legado seria constituído por nada ou quase nada.

⁵⁴³ Ibidem.

⁵⁴⁴ Rodrigues, António, *Traços a Lápis*, Figueira da Foz, Impressora Económica, Ltdª, edição de autor, 1959.

⁵⁴⁵ Rodrigues, António, obra citada.

Ao seu olhar, mais treinado, nada passa despercebido, e assim as construções existentes, segundo o padre, atestavam “uma exuberante época de mau gosto, onde o velho «mestre-de-obras», com habilidade para fazer projectos de casas, esbanjou mau gosto por todos os lados, impunemente”⁵⁴⁶.

António Rodrigues, em finais dos anos Cinquenta, permite entrever uma realidade diferente daquela que é veiculada pela propaganda turística, sustentada na pobreza arquitectónica urbana que encontra e que consolida quando refere que “o que se está fazendo agora é pouco pior do que aquilo que se fez há 80 anos”⁵⁴⁷.

Visão peculiar, embora de conteúdo algo catastrófico, da estância balnear dos finais da década de Cinquenta.

A sua sensibilidade estética apurada não deixa contudo de ser reveladora desse facto importante e pouco assinalado, pois embora reconheça que a cidade se apresenta asseada e limpa, essa não é condição bastante para prosseguir uma política de urbanismo assente em princípios do fim do século anterior.

No fundo era isso mesmo que o Padre António Rodrigues queria afirmar nas suas conclusões. Tratava-se de opções urbanísticas, fruto da multiplicidade de projectos, que maioritariamente nunca passaram de isso mesmo: projectos. Implicando o atraso irremediável no processo de regeneração urbanística que permitisse reorientar o crescimento da estância balnear para além dos interesses de circunstância.

O enquadramento físico e figurativo descrito pelas memórias pessoais tornou-se possível quando acompanhado da visualização de algumas dezenas de fotografias e postais, o que foi permitindo enquadrar as memórias que utilizámos, bem como antever mutações e inércias.

⁵⁴⁶ Idem,

⁵⁴⁷ Idem, Ibidem.

4.2. Forasteiros e autóctones: da resistência à tolerância.

Ramalho Ortigão permite distinguir os pioneiros veraneantes a ocupar a praia figueirense: as elites coimbrãs e os estudantes da Universidade.

Segundo o autor das *Praias de Portugal*, já então se sentia “ao entrar na Figueira, no tempo dos banhos, uma impressão semelhante à que se experimenta penetrando nos gerais da Universidade”⁵⁴⁸, deixando pressentir, num retrato impressivo o tipo de afluência que então sobressaía e condicionava a paisagem social da estância balnear figueirense.

Comprova que os pioneiros banhistas na praia da Figueira da Foz chegam da vizinha cidade de Coimbra, que elegem a “qualidade turística”⁵⁴⁹ do local para aí colocarem em prática “novas formas de experimentação sensorial e motoras decorrentes da divulgação dos banhos de mar e lazer balnear”⁵⁵⁰.

A praia figueirense concentrava na “saison” o “«rendez-vous» do bom-tom – o «high-life» das famílias de Coimbra, de Lisboa, da Beira e de outras terras”, anunciava então o jornal *O Conimbricense*⁵⁵¹.

Reportando-se ao ambiente balnear vivido na Figueira da Foz, o escritor pouco atreito ao “dogmatismo exagerado e pedantesco”⁵⁵² da velha Universidade, identifica a população coimbrã “a banhos” como o “grande senão da sociedade figueirense, sobre a qual distinguem a sua cor especial”⁵⁵³. Estas palavras são dirigidas sobretudo ao ambiente universitário coimbrão pouco consentâneo com os seus próprios ideais.

O co-autor de “As Farpas” procurou, deste modo, expressar através deste comentário uma crítica ao sistema e métodos de ensino então seguidos pela Universidade coimbrã.

Afirmção que leva mesmo a pressupor que a praia seria inundada pelo habitual traje académico dos estudantes universitários que, logicamente, os faria sobressair na paisagem social «a banhos» na época, acompanhados das elites

⁵⁴⁸ Ortigão, Ramalho, *As Praias de Portugal*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1966, p. 195.

⁵⁴⁹ Barros, José da Cunha, obra citada, p. 31.

⁵⁵⁰ Nunes, Francisco Oneto, “O Trabalho faz-se espectáculo: a pesca, os banhos, e as modalidades do olhar”, *Revista Etnográfica*, [online], vol. VII (1), 2003, p. 154, disponível na World Wide Web: [http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_07/N1/Vol_vii_N1_131-158.pdf], citado a 30 de Novembro de 2007.

⁵⁵¹ *O Conimbricense*, nº 2515, 2 de Setembro de 1871, p. 1.

⁵⁵² Ortigão, Ramalho, obra citada, p. 197.

⁵⁵³ Ortigão, Ramalho *idem*, p. 198.

universitárias, o que demonstra claramente uma aceitação precoce das práticas balneares em Coimbra.

Um segundo estrato de banhistas chegava entre Outubro e Novembro quando as figuras dos lavradores da Beira e suas famílias, após as colheitas, invadiam a cidade-praia..

Forasteiros apelidados “banhistas de alforge”, terminologia local, de certo modo jocosa, de hábitos espartanos, poupados e pouco propensos à sociabilização balnear, cuja estadia estava ainda fortemente condicionada pela prática terapêutica.

Encontramo-nos assim perante os dois estratos sociais pioneiros dos frequentadores do litoral figueirense, aos quais se juntaria um terceiro estrato que, em breve, passaria a dominar a paisagem e a sociabilidade balnear local: a colónia espanhola.

A presença desta comunidade assumirá uma importante e decisiva influência na economia, na internacionalização e no propalado cosmopolitismo da cidade-praia. A presença deste grupo começa a ser relatada com a entrada em funcionamento do ramal ferroviário que liga a Pampilhosa à Figueira da Foz⁵⁵⁴ facultando o acesso à ferrovia espanhola.

Presença massiva e impressiva, facto que levou José Jardim⁵⁵⁵ a publicar os números conhecidos do movimento de passageiros registado na Linha da Beira Alta, e sua principal porta de entrada na Figueira da Foz, que em 1904 atingia os 17 111 e em 1911 abrange já 20 563 passageiros transportados⁵⁵⁶.

Este movimento é trespassado por outra “razão dominante”⁵⁵⁷, que impelia a deslocação de forasteiros espanhóis em direcção à costa atlântica portuguesa consumada na diferença cambial registada entre a moeda espanhola e a moeda portuguesa. Um vínculo estabelecido pelos diversos ciclos cambiais que ocorrem entre as duas moedas, durante o período em causa, que condiciona ou expande o movimento até meados dos anos Trinta.

⁵⁵⁴ O troço ferroviário que iria ligar a cidade a Vilar Formoso, então pertencente à Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses da Beira Alta, foi inaugurado a 3 de Agosto de 1882, com a presença da família real.

⁵⁵⁵ José dos Santos Pereira Jardim (Figueira da Foz, 1893-1978) foi advogado, Administrador do Concelho da Figueira da Foz e colaborador da *Gazeta da Figueira* e *Álbum Figueirense*.

⁵⁵⁶ Jardim, José, *As grandes Linhas de uma cidade. Beleza – Interesse – Projecção*, Figueira da Foz, Escola Gráfica Figueirense, 1947, p. 212.

⁵⁵⁷ Malafaia, Alberto, *A Figueira da Foz nas relações turísticas com a Espanha*, Figueira da Foz, Tipografia Figueirense, 1936, p. 4.

A conjunção entre a mais-valia das ligações ferroviárias e os ciclos cambiais a entrarem em declínio com o início da Guerra Civil em Espanha, facilitando a aceleração do ocaso da “época dourada” na estância figueirense.

O retorno da colónia balnear espanhola da forma expressiva verificada, entre os anos finais do século XIX e a década de Trinta, acabaria por não voltar a acontecer, a partir de meados da década de Cinquenta assinala-se o seu regresso à estância balnear, embora a expressão deste retorno não compreenda os valores apresentados anteriormente pela denominada “colónia espanhola”.

A conjuntura do pós-guerra determina esse declínio, a recuperação económica desencadeou um surto de novos e diferentes destinos, internacionalmente e a nível interno, onde o advento da massificação turística será lentamente dirigido para o Algarve.

O movimento de expansão e massificação do turismo interno que se inicia em finais dos anos Cinquenta já não contempla a estância balnear figueirense.

Entre 1900 e 1936, um mau ano de veraneio significava uma redução significativa da presença de espanhóis, acompanhada pela consequente quebra económica.

Em 1930 lamenta o *Palhinhas*⁵⁵⁸ que, em Agosto, apenas encontra “gente de Arazede, de Cantanhede e de Pampilhosa. Tudo freguesia de sala e cuspo” e no célebre “Pátio das Galinhas” vislumbrava-se apenas “14 pessoas, dois mulatos, três cafés, duas ardinhas, oito copos de água e nada mais”, não tendo chegado ainda os desejados veraneantes do “...Ora viva V. Ex.^a, então como chegou?! Sua Ex.^a Família ... os meninos...o cãozinho também veio? ... muito estimo ...muito estimo”⁵⁵⁹.

Em traço rápido e até de certo modo jocoso, como era apanágio do jornal, podemos vislumbrar o embrião de uma certa decadência verificada através do tipo de frequentadores que começavam a tornar-se na habitual população a banhos

⁵⁵⁸ Elemento inesquecível da imprensa figueirense, de tendência humorística, editado exclusivamente durante a época balnear. Fundado por José dos Santos Alves, Augusto Pinto, Brandão de Melo, João Oliveira e José Brandão e posteriormente Adriano Santos. Surgiu nas bancas em 1915, ainda ecoavam os primeiros estrondos da 1ª Grande Guerra, apareceu como bi – semanário, terminando a primeira fase da sua vida no final da época balnear de 1915 a 17 de Outubro desse ano. Em Agosto de 1930 saiu de novo à rua, em papel colorido, dirigido por Ernesto Tomé e com o obrigatório “Visado pela Censura” que a pouco e pouco desaparece das suas páginas. Ver Rodrigues, João Martins, *O Palhinhas (1915 – 1975). Um figurão agridoce (a história de um inesquecível jornal figueirense. Um subsídio para a história da imprensa figueirense do século XX*, online, [http://www.antoniocruz.net/mostrar/artes/literatura], data de acesso em 12.01.2008.

⁵⁵⁹ *O Palhinhas*, nº 1, 2ª série, 3 de Agosto de 1930, p. 2.

durante os anos Trinta a Sessenta do século XX.

O turismo havia-se transformado no contributo indispensável no recentrar dos interesses económicos de uma cidade, numa “invenção” que, por força das suas qualidades naturais, lhe permitia explorar a vertente das novas sociabilidades associadas às práticas da vilegiatura junto ao mar.

Entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a «Estação», seguindo a terminologia queirosiana⁵⁶⁰, penetrara nos hábitos das elites aristocráticas e burguesas nacionais, acompanhada de perto pela chegada dos primeiros turistas estrangeiros.

A frequência da estância balnear será dividida segundo os meses do período estival. Durante as primeiras décadas do século XX a presença de forasteiros ocorre entre Julho e Outubro, quando não princípios de Novembro. A colónia espanhola, essa chegava entre meados Julho e Agosto; as portuguesas dividem-se entre meados de Agosto e Setembro, os abastados agricultores beirões em Outubro até final do mês e princípios de Novembro.

Até à década de Cinquenta, o período balnear foi gradualmente diminuindo, por diversos factores, um dos quais se prende com a maior concentração do período das férias escolares nos meses de Agosto e Setembro, estabilizando o final da época balnear em finais do mês de Setembro.

A Figueira era uma cidade liberal, aberta e progressiva, republicana, conotada inicialmente como adversa ao Estado Novo, situação que paulatinamente se esvazia com o avançar do século. Recorde-se a suspensão e fecho, em 1937, do jornal figueirense que se assumia como fortemente contrário às posições do regime, *A Voz da Justiça*.

O choque cultural latente entre a população local e os forasteiros parece desvanecer-se com a chegada dos anos Trinta.

Vitorino Nemésio, habitual frequentador da praia de Buarcos, permite entender a forma como a desconfiança inicial entre população local e forasteiros viria a ser ultrapassada. Explica, por ocasião do seu “quarto ano de Figueira”⁵⁶¹, que se tinha apercebido que apenas no terceiro ano de estadia ininterrupta é que ele e a família começaram a ser “saudados pelo banheiro, pelo merceeiro, pelo

⁵⁶⁰ Martins, Luís Paulo Saldanha, *Banhistas de Mar no século XIX.*, p. 46.

⁵⁶¹ Nemésio, Vitorino, “A Banhos”, em *Diário de Lisboa*, 7 de Setembro de 1935.

rapaz do pão”⁵⁶².

Como se depreende, a tolerância nasce das relações comerciais que se estabelecem entre populações estranhas e do hábito em passar o período balnear no mesmo local, ao longo de anos. Desta forma a desconfiança inicial será esbatida entre habitantes locais e forasteiros.

Esta escolha do mesmo local para férias dá azo a uma situação rotineira, denunciadora de uma tipologia de turismo sedentária, contrária à fórmula lexicológica implícita que não se verifica no caso particular do designado turismo balnear.

Sendo uma abordagem histórica actual do fenómeno, a formulação acima apresentada não é de modo nenhum uma análise anacrónica. A definição utilizada não é desprecienda, pois, para além desta se detectar no contexto em estudo, é igualmente um tipo de comportamento que releva desta tipologia de turismo que se acentua durante a época em estudo.

Alguns autores actuais, cujas ideias partilhamos, expressam pontos de vista sobre as definições de turismo e turistas, onde o enquadramento do retorno do “otium” se insere numa sociedade de trabalho, na qual este conceito, por questões metodológicas e sociais, surge referenciado como uma prática sedentária.

Devemos enquadrar a sedentarização nas práticas turísticas num novo quadro de distinção, ideológica. As classes sociais que vão conquistando o direito ao ócio optam por diferentes formas que adequam às suas possibilidades económicas e exigências estéticas e culturais.

O conceito que está na origem do jargão “turista sedentário” consagra este como um não turista, um não viajante. Ora o turismo “contemporâneo surge de uma democratização mal suportada de um uso inicialmente reservado às elites, aristocráticas, aos mais ricos, onde, mesmo antes da “massificação”, é a proximidade e vulgarização do lazer, que cria o problema procurando desacreditar estes novos utilizadores”⁵⁶³.

No caso da Figueira da Foz, a escolha ritualizada e rotineira do mesmo local para o lazer determinou os turistas e o turismo da estância balnear. Sendo que o comportamento sedentário dos banhistas ajudou a moldar e a influenciar as práticas turísticas durante a época em estudo.

⁵⁶² Ibidem.

⁵⁶³ Urbain, Jean-Didier, *Les touristes sont des faux voyageurs*, Paris, Éditions Le Cavalier Bleu, 1999, p. 2.

Esse comportamento permitiu, de certo modo, abrandar a desconfiança entre a população autóctone e forasteira, relação que se desanuvia e consolida através das relações económicas estabelecidas e pela sedentarização, permitiu assim esbater as divergências que se vislumbraram inicialmente.

A atracção exercida pela ampla praia, o subsequente desenvolvimento de actividades dependentes das práticas de lazer, cafés, casinos, casas para banhos, espectáculos musicais, tauromáquicos, desportivos, de recreio, cinema e teatro, determinavam a afluência de banhistas.

Locais e actividades de intensa sociabilidade que acompanham intimamente a difusão e adesão às práticas balneares das diversas camadas sociais urbanas, impelindo quer portugueses quer espanhóis a encaminharem-se para a Figueira da Foz durante o Verão.

Pode considerar-se que, até ao início da guerra civil espanhola, a Figueira da Foz é um pólo de atracção turística no plano interno, como no externo, em que a maior expressão advém dos turistas espanhóis.

A uma vida social “intensíssima”⁵⁶⁴ que a praia e a cidade irradiam durante o período do estio, situação que lhe confere algum cosmopolitismo, acompanhado pela intensa busca de prazer e de divertimento, orientações que se associam posteriormente à antiga prática terapêutica, sobrepôs-se a apatia e provincianismo nos restantes meses do ano.

Esse “ar cosmopolita” que se observava durante o Verão terminava, de forma abrupta, com a chegada do Inverno. Circunstância que acabaria por determinar de forma indelével o pulsar da cidade e a vivência da sua população autóctone.

No inverno, a Figueira da Foz, transformava numa “cidade-aldeia” como refere Cristina Torres⁵⁶⁵, vencida por um quotidiano fechado, onde era normal todos os habitantes se conhecerem, como revela João Gaspar Simões⁵⁶⁶, durante o qual se passa a respirar “na «época morta» balões de oxigénio estivais”⁵⁶⁷.

A chegada e partida dos veraneantes, entre Julho a Outubro e excepcionalmente Novembro, impõe no quotidiano uma nova realidade social, na

⁵⁶⁴ Costa, A, *Diccionario Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, Porto, Edição do autor, vol. VI, 1938, p.757.

⁵⁶⁵ Citada por Rui Cascão, em *Figueira da Foz e Buarcos.1861-1910 Permanência e Mudança em duas comunidades do litoral...*, p. 9.

⁵⁶⁶ Citado Por Rui Cascão, Ibidem.

⁵⁶⁷ Cajão, Luís, *As Torrentes da Memória. Histórias e inconfidências do Arco-da-Velha*, Lisboa, Palas Editores, 1979, p.55.

qual um “Verão eufórico e transitoriamente cosmopolita”⁵⁶⁸ contrasta com os restantes meses do ano.

A sociabilidade balnear, origem da sua aparência cosmopolita, é contrariada pelas características sazonais do fenómeno balnear, transformando a visão cosmopolita da urbe numa miragem, quando se aproxima o inverno.

A partida dos “banhistas de alforge”, após a primeira quinzena de Outubro, indicava a chegada dos meses de invernía, a cidade como que adormecia e os habitantes autóctones retornavam ao seu quotidiano, confinados entre as ruas e praças da zona antiga da cidade. O Bairro Novo por sua vez, fechado, esperava pela reabertura no próximo Verão.

Dualismo omnipresente que molda o quotidiano e o espírito do figueirense, com implicações ao nível dos comportamentos e práticas de sociabilidade da população autóctone, desponta com a exploração da actividade turística na Figueira da Foz. A sua transformação em estância balnear está intrinsecamente ligada a esse dualismo que a cidade apresentou e que ainda hoje, de certo modo, se constata.

Na década de Trinta, o arquitecto João Faria Costa estimava, entre população fixa e flutuante, um total entre 85.000 e 90.000 habitantes durante a época balnear, recorrendo a dados estatísticos recolhidos sobre o imposto de turismo, consumo de carne, leite, água e o número de bilhetes vendidos nos transportes públicos e depois por si tratados, assim chegando aquele cálculo⁵⁶⁹.

Números que continuariam a crescer nos anos seguintes, agora tratados pela Comissão Municipal de Turismo, e que apontam para os anos de 1939, 1940, 1941, 1942 e 1943 respectivamente 76 402, 200 520, 209 140, 232 828 e, finalmente, para o último ano do período, 241 096⁵⁷⁰ turistas alojados durante os meses de Julho a Setembro. Assim, como refere o *Boletim da Comissão de Turismo*, em 1939, foram alugadas 391 casas; em 1940, 1599; em 1941, 1807 e, por último, em 1943, registaram-se 1780 alugueres.

Em termos de dados oficiais, poder-se-á afirmar que estamos perante as primeiras tentativas, senão a primeira, de análise do sector turístico figueirense através da abordagem estatística, que foi possível detectar.

⁵⁶⁸ Idem, p.54.

⁵⁶⁹ Costa, João Faria, *Project de Thése*, apresentada ao Institut D’Urbanisme de L’Université de Paris, Université de Paris, Paris, 1937. (texto policopiado), p. 17-23.

⁵⁷⁰ Melo, Argel de, “O Turismo na Figueira”, *Boletim da Comissão Municipal de Turismo da Figueira da Foz*, nº 11, Maio de 1944, (s. p.).

Os números avançados por Faria Costa, provavelmente por ter realizado a sua tese em Paris, apresentam-se cientificamente razoáveis, embora não apresente documentação, apenas refere os recursos utilizados para chegar aos números que apresenta.

Aliás, o próprio arquitecto refere não entender como era possível acolher tantos forasteiros numa cidade com uma rede de abastecimento de água e de esgotos praticamente inexistente⁵⁷¹, onde se registaram percentagens de aumento populacional da ordem dos 100% durante o período balnear.

Os números da Comissão, divulgados pelo seu presidente Argel de Melo, cuja principal incidência recai em dados recolhidos através dos proprietários de casas de aluguer que, normalmente e fugindo ao pagamento do Imposto de Turismo, não forneciam números correctos, como atrás referimos.

Embora a tentativa de aproximação ao tratamento estatístico do turismo figueirense seja interessante, apenas o recurso a fontes demasiado dúbias acaba por lhe tirar alguma credibilidade, embora para Argel de Melo “a concisa eloquência dos números [...] são o melhor tira-teimas” para “balancear a concorrência”⁵⁷² à praia da Figueira.

Poder-se-á, em primeira análise, considerar estes números acima da realidade, tendo em vista o facto que se aponta.

Embora esta percepção seja de imediato confirmada no ano seguinte, pelo mesmo, quando reconhecer o facto de os números que apresentara estarem desvalorizados, tendo chegado a essa conclusão pelo cruzamento dos dados iniciais com os fornecidos pela Comissão Reguladora do Comércio para assim corrigir a primeira tentativa.

Considerando que esses dados “inspiravam maior confiança”, explica que o acesso aos “cartões de racionamento”, conferidos “inicialmente nos concelhos de origem”, o leva a reconhecer que a destrição feita através do recurso “ao conhecimento das casas de aluguer” não permitia “o rigor de uma estatística séria”⁵⁷³.

Ora esta segunda tentativa de fixar uma estatística turística local surge, no entanto, inflacionada através da subtil inclusão da colónia balnear da vila de

⁵⁷¹ Costa, João Faria, obra citada.

⁵⁷² Melo, Argel, *ibidem*.

⁵⁷³ Melo, Argel, “O Turismo na Figueira da Foz. Alguns dados estatísticos”, *Boletim da Comissão Municipal de Turismo da Figueira da Foz*, nº 14, Junho de 1945, (s. p.).

Buarcos. O que implicitamente fará disparar os números registados no ano anterior, que, embora considerados como pouco fiáveis, não incluíam a referida zona.

As estimativas, segundo a nossa perspectiva, são forçadas pela inclusão de números que nunca haviam sido contabilizados até então. Inflacionava-se o número de veraneantes na Figueira da Foz com intuítos propagandísticos, recorrendo para isso a um estratagema, a inclusão da colónia de veraneantes de Buarcos, nos números oficiais

A explicação dada para esse facto é consubstancia pela afirmação de que aquela zona era agora entendida como “o prolongamento natural da nossa Praia”⁵⁷⁴ um facto que até aí nunca se verificara. Sabe-se que a propalada zona da estância balnear, até finais dos anos Trinta e Quarenta se resumia oficialmente à praia considerada até à Ponte do Galante e, na maioria dos casos, só à praia primitiva, em frente ao Bairro Novo.

Esta inclusão é prenúncio do aumento de forasteiros a frequentarem a praia de Buarcos. As susceptibilidades locais permitem vislumbrar esse incremento turístico na vila adjacente. Embora geograficamente se situem na área envolvente da baía o dissídio entre ambas as partes era conhecido.

Os números estatísticos da Comissão de Turismo que englobam pessoas/dias referentes a hotéis, pensões e casas de hóspedes no ano de 1944 apresentam uma curiosidade, pois incluem os banhistas registados e contabilizados referenciados por áreas de procedência. Assim, por ordem decrescente, surgem os veraneantes provenientes de Lisboa, Coimbra, Castelo Branco, Porto, Guarda, Santarém, Viseu, Portalegre, Leiria, Évora, Beja, Setúbal, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e, por último, Bragança com os seus 4 veraneantes registados nesse ano.

Em conclusão, a Figueira da Foz continuava a atrair a si um número considerável de banhistas, provenientes de diversas zonas do país, confirmando a impressão de que, entre o final da década de Quarenta e inícios dos anos Cinquenta, se assiste ao início da democratização do acesso às práticas balneares entre os estratos sociais mais baixos da população portuguesa.

A propaganda oficial pretende com esta insistência na divulgação estatística do número de veraneantes, para além de consubstanciar uma prática

⁵⁷⁴ Idem, *ibidem*.

que só muito tempo depois será genericamente adoptada, combater aquilo que apelida como uma “insidiosa informação – que correu o país – sobre as graves dificuldades de abastecimento”⁵⁷⁵, durante a época de 1940.

No entanto, o relatório da Câmara Municipal, por seu lado, permite descortinar as dificuldades no abastecimento de bens essenciais durante a época balnear, considerando “lamentáveis”, segundo as suas próprias palavras, o “desleixo e ignorância de alguns produtores e intermediários”.

A gravidade da situação provoca pedidos de “intervenção urgente através de Governadores Civis” doutros distritos para que fossem abastecidas “famílias e mesmo Colónias Infantis” devido à escassez de bens como arroz, açúcar, bacalhau e leite, colmatadas pela ajuda dos intendentos de pecuária de Coimbra e Aveiro e a decidida intervenção do Chefe de Gabinete do então Ministro da Economia, Rafael Duque⁵⁷⁶.

Facto e realidade que se estende a todo o país. Basta-nos atentar para as duras condições impostas pelo racionamento, que assola o país a partir de 1940, sobre bens alimentares de primeira necessidade que incluem o pão, açúcar, arroz e azeite, entre outros, que só podiam ser comprados unicamente através das senhas de racionamento atribuídas a cada núcleo familiar.

É assim de crer que Figueira da Foz não se exima às condições impostas pelo racionamento alimentar. Como também não se acredita que tenham sido previstas atempadamente as quantidades de alimentos necessárias para fazer face ao aumento da população flutuante durante a época balnear.

Ao ser desmentida esta realidade, considerando que as autoridades locais tenham fechado os olhos a algumas actividades de contrabando dos produtos racionados, uma prática corrente na época e decorrente das próprias restrições, que poderiam colmatar parcialmente a escassez durante a época balnear.

Entre as diversas iniciativas levadas a efeito para colmatar os efeitos do racionamento a Câmara figueirense delibera a cedência gratuita de “todos os seus terrenos incultos” para cultivo.

Esta medida não terá surtido os efeitos desejados, pois, como é relatado, “ninguém tem aparecido a pedir a cedência de terrenos municipais”, o que leva o seu Presidente a supor “que os não haverá aproveitáveis”, ordenando, no entanto,

⁵⁷⁵ Idem, *ibidem*.

⁵⁷⁶ *Quatro anos de Actividade Municipal 1938 a 1942. Relatórios, Planos e Contas*, Figueira da Foz, Câmara Municipal da Figueira da Foz, 1942, p. 101.

que o Jardim Municipal fosse aproveitado para esse fim e nele se faça “a cultura indicada pelos técnicos”⁵⁷⁷.

O racionamento dos bens alimentares essenciais provocou na actividade balnear figueirense instabilidade, muito pelo facto da população flutuante que acolhe, de difícil previsão e contabilização, fazer aumentar consideravelmente as necessidades alimentares durante o Verão, tendo em conta a realidade da época e o total desconhecimento sobre as quantidades necessárias ao seu normal abastecimento.

Perante estes factos a Comissão de Turismo, no Verão de 1945, publica um aviso esclarecedor para a época balnear seguinte, com o intuito de assegurar a “regularidade do serviço de abastecimento durante a época balnear próxima”, apelando para que os “banhistas devem vir munidos das suas cadernetas individuais de racionamento ou da guia de transferência de residência temporária conferida pela respectiva Comissão Reguladora do Comércio”⁵⁷⁸.

No entanto, como acima se refere, será a própria Comissão de Turismo, que tentou, através de uma incipiente utilização da estatística, esconder a dura realidade, procurando dilui-la.

Os resultados revelaram-se infrutíferos, pois a situação geral acabaria por atingir o turismo figueirense do mesmo modo que atingiu o resto do país, a partir de 1940, quando os efeitos da guerra na Europa e a dúbia política de neutralidade, seguida por Oliveira Salazar, implica o racionamento dos bens alimentares e combustíveis, tendo efeitos na diminuição de turistas nas zonas balneares.

Embora a presença dos refugiados europeus colmate alguma das desistências entre os nacionais, certo é que se terá registado uma diminuição na afluência de veraneantes, tendo em conta o impacto, na sociedade portuguesa, da realidade do racionamento.

A necessidade premente de gerir a crise, que emerge da retaliação dos Aliados a uma política de dúbia neutralidade, consubstanciada nas pressões exercidas pelas duas partes do conflito sobre um pequeno país situado na cauda da Europa em guerra, e pela apetência interna dos meios industriais e comerciais em aproveitar “os mais extraordinários negócios”⁵⁷⁹, com os dois lados do conflito,

⁵⁷⁷ Idem, p. 102.

⁵⁷⁸ *Boletim da Comissão Municipal de Turismo*, nº 14, Junho de 1945, Figueira da Foz, Comissão Municipal de Turismo da Figueira da Foz, 1945, (s. p.).

⁵⁷⁹ Rosas, Fernando, “A política económica de Guerra”, *História de Portugal*, direcção de José

resulta numa política interna determinada pela necessidade de “aguentar”⁵⁸⁰ os efeitos colaterais do conflito.

As repercussões são imediatas numa economia muito dependente do exterior. A carência de combustíveis, de bens alimentares e matérias – primas às quais se junta, em finais de 1941, o “fim da estabilidade de preços”⁵⁸¹, originam as duras medidas então implementadas.

O racionamento imposto aos géneros alimentares causa as enormes dificuldades, embora a política local de turismo enverede por tentar escamotear a realidade.

Este comportamento, até aí justificado pelas campanhas movidas a partir do exterior contra a estância balnear figueirense, que agora tenta esconder a realidade permite perceber outro facto importante na análise histórica do turismo que se integra na emergência de uma mais forte da concorrência entre os espaços de veraneio.

A zona balnear da Figueira da Foz, já longe do fulgor das décadas anteriores, é, em finais da Segunda Grande Guerra, ainda uma referência no lazer nacional, sendo por esse facto fustigada com maior veemência pela propaganda rival.

No fundo, essa é uma das persistências que igualmente detectámos e baseia-se na constatação de que os argumentos depreciativos da propaganda concorrente apenas alimentam a tentativa de desacreditar o turismo figueirense, argumento esse que localmente irá ser utilizado em muitas ocasiões, procurando disfarçar a situação de cristalização em que se encontra o turismo local face ao surgir de novos pólos de veraneio.

Já em 1927, se podiam encontrar referências a um intitulado “chauvinismo bairrista que alguns despeitados de outras praias” e detectar uma “campanha de descrédito movida não ainda há muitos anos contra a nossa terra” que, inclusivamente chegara “a ter repercussão na imprensa da capital”⁵⁸², afirmava-se então.

Prosseguindo, em oportuno reparo, o articulista não se exime, ele próprio, de anotar as anomalias locais que, no seu entender, deveriam ser solucionadas.

Mattoso, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994, vol. VII, p. 337.

⁵⁸⁰ Ibidem.

⁵⁸¹ Idem, p. 338.

⁵⁸² *Boletim da Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz*, Ano 1, nº 1, 15 de Junho de 1927, (s.p.).

Entre alguns dos problemas podemos distinguir uma dificuldade que paulatinamente se transforma na eterna dificuldade do turismo local, o “problema dos hotéis de importância vital para uma praia como a nossa”⁵⁸³, sector onde, como alvitra, se impõe a “construção imediata dum vasto hotel” que permitisse canalizar para a cidade “os compatriotas que todos os anos faz o verão em praias estrangeiras onde, sem mais dispêndio do que nas nossas – o que é notável – tudo encontra do que aqui lhe falta”⁵⁸⁴.

Podemos concluir destas observações que as condições hoteleiras estavam já naquela época em franco retrocesso. O facto, subtilmente apontado, surge justificado pelo patenteado afastamento de uma determinada clientela elitista, de elevado estatuto financeiro, deixara de veranejar na praia figueirense.

Concluindo; as elites passaram a preferir zonas similares no estrangeiro onde as condições eram substancialmente melhores e os preços semelhantes aos praticados na Figueira da Foz, facto que não deixa de ser elucidativo sobre o fim da imagem da praia aristocrática e de uma nova realidade que surge: a praia nacionalista; a rainha das praias de Portugal.

Estas apreciações, feitas a nível interno, eram comuns, variadas e contundentes para o organismo dirigente do turismo figueirense. No entanto, as críticas externas eram combatidas com aceso bairrismo, contudo boa parte dos problemas existentes e denunciados na imprensa local apenas confirmam as críticas provenientes do exterior.

A própria Comissão de Iniciativa virá a ser alvo, em 1927, de uma sindicância, despoletada por um jornal local, *O Figueirense* relativa aos anos de 1925 a 1928.

A sindicância acabaria por acarretar a quase paralisação da actividade da Comissão de Iniciativa de Turismo figueirense até à decisão final do tribunal, em 1929.

Este dissídio patenteia o impedimento colocado por interesses particulares instalados que, em conluio, se manifestam através da imprensa local, de modo a entravar o processo de desenvolvimento e modernização que nem sempre seria bem aceite pelos próprios beneficiários.

⁵⁸³ *Boletim da Comissão de Iniciativa*, nº1, ibidem.

⁵⁸⁴ Idem, ibidem.

Mário Barraca⁵⁸⁵, elemento da referida Comissão, ao tempo, denuncia precisamente essa situação, escrevendo que esta era uma campanha “acintosa” movida “por alguns, poucos despeitados”, ex-membros daquela Comissão⁵⁸⁶, que a acusam de desperdício e esbanjamento dos dinheiros públicos. Movida, como refere, através “de certa imprensa, aliás conhecida pelos seus processos de ataque a pessoas e entidades de indiscutível honradez particular e profissional”⁵⁸⁷.

Heterogéneas, as acusações incidiam sobre distintos cambiantes das variadas actividades desenvolvidas por aquela Comissão.

Para atentarmos no alcance e extensão das áreas de intervenção e de trabalho deste organismo, que então englobavam a execução do saneamento dos terrenos marginais em Buarcos e ao longo de toda a praia, aterro dos charcos ali existentes.

Conclusão e reparação da capela histórica da padroeira dos pescadores Nossa Senhora da Encarnação, prolongamento de um troço que fará parte da futura Avenida Marginal, ensaibramento da zona entre o Forte de Santa Catarina e a Ponte do Galante. Pintura de gradeamentos existentes junto da praia e do Pavilhão do Chá, bem como a atribuição de um subsídio para alargamento das curvas da estrada de turismo que conduz à Serra, construção de uma estrada nova que ligaria Buarcos ao farol Novo.

A instalação da Sede, numa dependência do ex – Casino Mondego, futuro Hotel Portugal, onde se instalam a secção de informação turística e o posto telefónico – postal, são outras das incumbências, bem como uma forte intervenção na vida local que implicava igualmente a atenção necessária à segurança pública da zona turística, intervenção que se completa com a criação do Corpo de Polícia

⁵⁸⁵ Mário Barraca (1895-1972). Figura pública e benemérito figueirense. Fundador da Empresa Vidreira da Fontela, em 1920, Presidente da Junta Autónoma do Porto da Figueira da Foz, da Associação Comercial, Administrador da Sociedade Figueira-Praia e Estaleiros Navais do Mondego. Ver Costa, Fausto Caniceiro da, *Figueirenses de Ontem e de Hoje*, p. 34-35.

⁵⁸⁶ As Comissões de Iniciativa de Turismo detinham no âmbito da sua área de intervenção as vertentes executiva que implicava a execução de melhoramentos, a fiscalização de hotéis, pensões, restaurantes. A definição da área de acção local era da competência da Administração Geral das Estradas e Turismo, que na Figueira integra as freguesias da Figueira da Foz, Buarcos e Tavadre, concretizada pelo Decreto-Lei nº 8 891 de 4 de Junho de 1924. As receitas do organismo provinham da cobrança de 6% de Taxa de Turismo, 15% da Contribuição Industrial do Comércio e Indústria e de 10% de Contribuição Predial. Constituídas para além do Presidente, Vice-Presidente, Administrador – Delegado da Sociedade Propaganda de Portugal, Primeiro e Segundos Secretários, Tesoureiro, Subdelegado de Saúde e um elemento por cada Junta de Freguesia do Concelho. O número inusitado de membros levantaria problemas ao normal funcionamento destas Comissões.

⁵⁸⁷ *Boletim da Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz*, Suplemento, nº 10, 11 de Janeiro 1928, (s. p.).

Municipal de Turismo, com funções na regulação do trânsito e na repressão da vadiagem e da mendicância ambulante⁵⁸⁸.

Fiscaliza e difunde normas impostas na sociabilidade balnear pela Capitania Marítima local, divulgando as interdições impostas aos banhistas, que assumem hoje um aspecto caricato, que se exemplifica pela interdição dos banhistas se despirem dentro dos chapéus da praia, sendo que o despir aqui evocado se relaciona apenas com o retirar das roupas que se encontravam por cima do fato de banho⁵⁸⁹.

O papel da Comissão de Iniciativa estava profundamente associado ao desenvolvimento local, desempenhando o papel que posteriormente viria a ser integralmente assumido pelas Câmaras Municipais. Daí resulta o seu poder, daí o surgir de críticas à actuação dos seus membros e das suas deliberações e realizações.

Durante os anos Trinta a questão que mais polémica suscitou visava a figura do Regente florestal Manuel Alberto Rei.

Acusações dirigidas à sua luta tenaz e obstinada pela construção do acesso à Serra da Boa Viagem, estrada considerada como de interesse turístico, entre Buarcos e o Farol Novo, levada a cabo por este elemento da Comissão de Iniciativa.

Alberto Rei surge como uma personalidade com raros conhecimentos sobre o turismo em geral e figueirense em particular. Dele parte, por exemplo a iniciativa de realizar, a expensas suas e de Mário Barraca, o primeiro documentário⁵⁹⁰ de propaganda da Figueira da Foz, a ser filmado durante as “Festas de Verão” de 1927.

O documentário afectado por algumas dificuldades técnicas e talvez até financeiras, seria refeito, no ano seguinte, dado que o filme inicial não se encontrava nas devidas condições de visualização. Daí o termos levantado a hipótese das dificuldades financeiras em levar por diante o projecto, que viria a ser mostrado ao público figueirense no Verão de 1928.

O que este trabalho cinematográfico na essência revela é a capacidade de acompanhar, no campo da promoção de uma estância balnear, embora este tipo de

⁵⁸⁸ Idem, *ibidem*.

⁵⁸⁹ A.H.M.F.F., *Livro de Actas da Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz*, nº 6, 1943, Acta nº 5 de 27 de Maio de 1944.

⁵⁹⁰ Na realidade encontrámos referências sobre imagens produzidas na Figueira da Foz e da sua praia desde 1896.

documentários fosse já muito usual em Portugal⁵⁹¹, as potencialidades da imagem em movimento e a capacidade dos figueirenses seguirem de perto as inovações tecnológicas, colocando-as ao serviço da propaganda turística.

Contudo as ocasiões para invectivar a concorrência das outras estâncias também não faltavam na imprensa figueirense. Basta que o “bom-nome da cidade”, como se escrevia nos jornais da época, fosse colocado em causa na imprensa de outras estâncias balneares, quando faziam eco, por exemplo, dos preços exagerados praticados pelos hoteleiros ou no mercado de abastecimento local figueirense.

Estes factos podiam ser denunciados, por vezes, de forma desmesurada, e criticados severamente na imprensa figueirense, mas eram aguerridamente combatidos quando surgiam noutra imprensa que não a figueirense.

Não defender os interesses locais era uma atitude rapidamente associada a falta de bairrismo. Atacar outros bairrismos era um acto de amor pela sua terra. O turismo figueirense, nas primeiras décadas do século XX será impulsionado e defendido por este sentimento de “amor acrisolado” pelo “torrão natal”, acicatado pelo ideário que então incendeia a questão regionalista disseminada principalmente pela elite local.

Acusações normalmente imputadas a “gente mal intencionada, que por simples malvadez ou por exagerada cegueira bairrista, propalava que na Figueira da Foz, durante a época balnear, o turista é explorado até ao último ceitil”⁵⁹².

Consegue-se, através da correspondência recebida e das queixas apresentadas de viva voz na Comissão Municipal de Turismo, detectar as inúmeras situações anómalas sobre preços, facturas e contas apresentadas aos clientes em hotéis, pensões e restaurantes, nas quais se contestam, por excessivos, ou porque surgem incluídos serviços não prestados.

O *Diário da Praia* faz eco de outro tipo de preocupações e situações, escrevendo que “continuam a chegar até nós reclamações contra o péssimo fabrico

⁵⁹¹ Recorde-se que um dos primeiros documentários sobre a praia da Figueira da Foz surge no ano de 1897, intitulado “Os banhistas da Figueira da Foz”. Em 1927, surge “A Rainha das Praias Portuguesas”, realizado pela Secção Cinematográfica do Exército; em 1929 “Figueira da Foz”, da Ulyssea Filme; em 1930 “Figueira da Foz, Rainha das Praias Portuguesas” da Sanmael; “Aspectos da Figueira da Foz” de novo realizado pela Ulyssea Filme em 1935; em 1954 surge um documentário intitulado “Figueira da Foz”, realizado por João Mendes, promovido pela Câmara Municipal; em 1955 “Férias na Figueira da Foz. Informação recolhida na base de dados do cinema português no site do Curso de Cinema da Faculdade de Letras da Universidade da Beira Interior (UBICinema).

⁵⁹² A.H.M.F.F., *Livro de Actas da Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz*, nº 6, ibidem.

do pão”, confrontando os industriais da panificação local com estas queixas, que são por eles explicadas que “enquanto tiverem duas horas para amassar e cozer o pão tem de lhe aplicar um pouco mais de fermento”, um produto que em excesso provoca as “tais indisposições”. Um problema que surge da falta de planificação do trabalho face ao aumento de consumo e da necessidade de alterar o ritmo de trabalho das próprias padarias durante a época balnear.

Críticas sobre a presença de animais na praia eram igualmente comuns. Veja-se o caso do Capitão do Porto, na época elemento integrante das elites locais, que, “sendo frequentador habitual da nossa praia”, chama a atenção “para o facto de alguns animais, à hora do banho entrarem na água pela mão dos seus donos”, expondo alguns dos inconvenientes que podem resultar deste acto. Considera o jornal que “na presença de banhistas, pelo menos, tal prática não deve ser consentida”.⁵⁹³ Um problema de 1935, problema de hoje, como se pode constatar.

Embora esta seja uma realidade rotineira nas estâncias balneares da época, estes factos não ocorreriam na Figueira da Foz, como referia a Comissão de Turismo, opinião divulgada por alguma da imprensa local, procurando, a todo o custo, obviar apenas que a má propaganda fosse motivo de afastamento dos veraneantes. No entanto a realidade demonstra e confirma os inúmeros problemas existentes.

⁵⁹³ *Diário da Praia*, nº 19 de 27 de Agosto de 1935, p. 1.

4.3. “Rainha das Praias de Portugal”: A cristalização do modelo

Poderemos avançar algumas razões para a perda de identidade da estância balnear figueirense, enquanto praia de referência, pese embora estas não sejam detectadas no imediato.

Poder-se-á contrapor até que Figueira da Foz não perdeu a sua conotação enquanto local de veraneio e estância balnear. Embora as sementes da decomposição a que nos referimos se tenham vindo a acumular durante as décadas precedentes, será durante a década de Quarenta e Cinquenta que estas começam a manifestar-se de um modo mais consequente.

Tendo em conta tudo o que nos foi humanamente possível investigar ao longo das duas décadas abrangidas por este trabalho, este facto pode igualmente parecer pouco razoável, indo mesmo, embora apenas aparentemente, contra o facto que mencionámos acima.

A Figueira da Foz, enquanto estância balnear durante o período cronológico proposto, passa a ser uma zona que entra em decadência, quer na afluência de banhistas, quer no lento definhamento de manifestações de dinamismo turístico.

Esta é uma opinião pessoal construída pelo historiador e não se lhe reconhece nenhum tipo de unanimidade.

No entanto, já em 1935 podemos descortinar a percepção desta realidade quando o próprio *Diário da Praia* aconselha que o “turista curioso que não deseje ficar só a conhecer o triângulo deleitoso Casino-Praia-Ténis tem largo campo de acção para magníficos passeios de interesse regional”⁵⁹⁴. Referência que induz ao entendimento de que esse triângulo começa a tornar-se num factor erodente, que se havia transformado em rotina e que começa a afectar o desenvolvimento, cerceando o âmbito do turismo local que já então não se reduzia à praia.

Embora a nossa percepção não se encontre nas fontes institucionais, estas contudo não deixam de se lhe referir de forma subliminar e velada, confirmando a nossa convicção. O exemplo da imprensa, como acima se citou, a título de exemplo, embora não transparesça qualquer tipo de crítica directa, mas que aborda o assunto do modelo de turismo assente em propósitos turísticos que se repisam no tempo.

⁵⁹⁴ *Diário da Praia*, nº 22 de 30 de Agosto de 1935, p. 1.

Embora esta realidade apareça diluída com o avançar da censura durante o Estado Novo, todavia uma leitura mais atenta da imprensa local permite entrever algumas pontas soltas sobre a problemática que o turismo figueirense atravessa e enfrenta entre as décadas de Trinta a Cinquenta.

Compete ao historiador entender, para além do visível e factual, determinados factos e colocá-los à consideração.

A cidade crescera, fruto do desenvolvimento turístico, embora sem projecto urbanístico. As palavras são do arquitecto Edmundo Tavares, sendo por isso elucidativas sobre esta questão, tendo por base a sua análise pessoal sobre a planta topográfica figueirense, refere que esta apresenta “uma sucessão de recortes bizarros, consequência fatal de um desenvolvimento irregular e sem plano, feito ao acaso”⁵⁹⁵, embora cidade estendida, larga e desimpedida tal como parece quando olhada da orla marítima.

A avenida marginal sofreria atrasos e deu azo a acesas e inúmeras polémicas quer quanto ao traçado a seguir, até que finalmente se estabeleceu, tal como hoje a podemos conhecer até à Ponte do Galante, em finais dos anos Cinquenta, quer posteriormente dará polémica a célebre “Torre do Relógio”, implantada em local emblemático, por vontade do então Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco.

O projecto inicial delineado pelo Engenheiro António Ferreira Monteiro da Silva Fonseca, enviado pela Câmara Municipal ao Conselho de Turismo, em 1916, até à finalização em 1932, implica uma longa trajectória temporal para implantar, a “orla marginal da cidade”, que se transforma rapidamente na artéria “mais importante, [...] mais frequentada pela população flutuante, pelos visitantes e pelos banhistas”⁵⁹⁶.

Poder-se-á fundamentar esta trajectória à luz da situação política, económica e social do país entre aquelas duas datas, dilacerada e profundamente marcada pelos acontecimentos vividos quer no exterior, no decurso da I Grande Guerra e no interior com o fim da Primeira República, e a instauração da Ditadura Militar e o consequente início do Estado Novo.

A justificação não basta para a compreensão do atraso verificado quando em Espinho, que na época era uma sua concorrente no plano turístico, quer na

⁵⁹⁵ Tavares, Edmundo, *A Figueira da Foz. Suas belezas naturais, seus problemas urbanísticos. Dissertações, planos e ideias*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1943, p. 10.

⁵⁹⁶ Tavares, Edmundo, *idem*, p. 9.

captação dos turistas espanhóis quer entre as elites sociais e culturais, a modernização das estruturas não fora descurada durante este período, tendo sido até antecipada. Ora, quando se pensa em termos de concorrência turística, este não é um facto despiendo.

O “sonho” de um Grande Hotel, a construção da piscina-mar⁵⁹⁷, inaugurada no mesmo ano que o hotel, embora as dissidências, provocadas quanto ao local de implantação da piscina, no seio da referida sociedade, pode perspectivar um momento de dinamismo, imprimido pela visão da recém-criada Sociedade “Figueira-Praia” e pelo trabalho desenvolvido ao nível do poder municipal e das Comissões ligadas ao fomento turístico da Figueira da Foz que asseguram a dinamização do turismo balnear.

Somos igualmente confrontados com o atraso destas realizações. Atrasos que preanunciam as sementes da cristalização do modelo de desenvolvimento da estância balnear.

A nomeação de um fiel ao regime político então vigente, embora sendo um competente dirigente, para encabeçar a Câmara Municipal da Figueira da Foz, em 1938, o advogado Nogueira Ramos⁵⁹⁸, indicia a preferência do poder central por alguém exterior ao meio figueirense para dirigir os destinos da cidade.

Repentinamente transferido de Góis, onde recentemente tomara posse como Presidente da edilidade local, passa a exercê-lo na Figueira da Foz. A necessidade de colocar alguém de confiança política na cidade, tendo em conta a mudança brusca de todo o processo, parece indiciar a inexistência de alternativas locais ou a pretensão de quebrar um determinado modelo local de organização municipal.

Em 1936, entre maços da correspondência trocada entre o Administrador do Concelho e o Presidente da Comissão de Iniciativa, podemos entrever alguma da promiscuidade existente entre os órgãos locais da governação.

Surgem assim à luz do dia diversos pedidos para a colocação de funcionários (o regedor da Freguesia de Ferreira-a-Nova e o cabo de ordens de Buarcos, que se encontravam ambos desempregados), acrescentando o ofício que

⁵⁹⁷ Inaugurada a 6 de Agosto de 1953, a piscina de água salgada captada directamente da orla marítima, não devemos esquecer que esta se situava muito perto da piscina na época, captada através de drenos, era seu proprietário Augusto Silva.

⁵⁹⁸ Rui Manuel Nogueira Ramos, nasceu em 1901 e faleceu em 1987. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1924. Exerceu a sua profissão em Pombal, Arganil e Góis, onde seria Conservador do Registo Civil. Vereador Municipal, Presidente da Comissão Administrativa de Góis entre 1935 e 1937 e Presidente da Câmara Municipal em 1938 e 1970-1974.

“sendo possível, sejam colocados nos Serviços dessa Comissão, em trabalhos compatíveis com as suas habilitações”⁵⁹⁹, indícios de algum compadrio existente entre as autoridades locais na sua preferência por prosélitos ou pessoas das suas relações próximas, ou atendendo a pedidos de relações pessoais próximas.

Sendo indivíduos com ocupações públicas, embora pareça que escassamente remuneradas, o pedido permite supor que, sendo a Comissão uma entidade com autonomia financeira, podia proporcionar salários de nível mais elevado que os pagos até pelo próprio Estado. Esta hipótese é plausível, pois tem em conta as actividades e obras que a Comissão à época promovia e dirigia, o que parecia tornar bastante apetreceíveis os empregos na Comissão de Iniciativa local.

Nada que fosse então novo, é apenas a necessidade do historiador certificar alguns dos pressupostos da rápida mudança de Nogueira Ramos, de Góis para a Figueira da Foz. Algo se passava no governo local que não agradava ao poder de Lisboa.

De boa parte da acção do novo Presidente da Câmara ressalta a sua proficiência em colocar rapidamente as contas públicas equilibradas e sustentadas, dado, como explica, ter verificado “que a herança para 1939 era extremamente pesada quanto a dívidas.”⁶⁰⁰.

A sua acção não será unicamente direccionada em função do turismo local, influência que parecia dominar toda a iniciativa local até à sua indigitação, com o novo Presidente da edilidade a pretender dirigir os investimentos para fora do círculo urbano, pois estes, como afirma, “a realizarem-se integralmente, muito beneficiariam a cidade e o concelho.”⁶⁰¹

A plausibilidade destas afirmações pode assim ser confirmada através do relatório que, em 1942, Nogueira Ramos, redige e dirige aos competentes serviços ministeriais de Lisboa, impondo um caminho que colhe a muitos de surpresa, quer pelo afastamento de dirigentes, recorrendo à extinção desses mesmos cargos ou, como refere, da “modificação de lugares”, que lhe permitirá uma “economia de cerca de 14 contos anuais e melhor rendimento do serviço”⁶⁰², como explica.

Toda esta situação, que reputa como “ruinosa para a Câmara”, era coroada

⁵⁹⁹ A.H.M.F.F., *Comissão de Iniciativa de Turismo da Figueira da Foz*, Pasta “Correspondência Recebida. Câmara Municipal. Documentos Avulsos. 1936”, Ofício nº 1186/36.

⁶⁰⁰ *Figueira da Foz. Quatro anos de Actividade Municipal. 1938 a 1942. Relatórios, Planos e Contas*, Figueira da Foz, Câmara Municipal da Figueira da Foz, 1942, p. 11.

⁶⁰¹ *Figueira da Foz. Quatro anos de Actividade Municipal...*, p. 7.

⁶⁰² *Idem*, p. 11

pela actuação da onnipotente Comissão Municipal de Turismo, cujas “dívidas creadas [...] andam à volta de 140 contos, além de terem sido gastas, como é óbvio todas as verbas orçamentadas destinadas a esse pelouro e às festas da cidade”⁶⁰³, no ano em que toma posse.

A decisão de Nogueira Ramos passa por afastar os membros da Comissão Municipal de Turismo, como resultado destes “não se preocuparem nem com a parte financeira, nem sequer com a lei que lhes permite fazer apenas o que claramente consta do artigo 107 do Código Administrativo”⁶⁰⁴.

Tudo indicia o total controlo por parte da Comissão Municipal de Turismo da governação da cidade, ao arrepio das normas implementadas, a partir de 1936, e de uma cidade que vive em torno dos interesses turísticos e financeiros de uns quantos.

Pela actividade desenvolvida no período que medeia entre 1938 e 1942, sente-se uma cidade ensimesmada pelo desaparecimento da sua tão celebrada colónia formada pelos “nossos vizinhos do lado, como espirotuosamente lhes chamava o falecido André Brun”⁶⁰⁵, que lhe preenchia temporariamente “o curto espaço de três meses”⁶⁰⁶ que valia pelo ano todo.

A Câmara Municipal empreende então uma recuperação incipiente, mas necessária: “pavimenta várias ruas da cidade, balaustradas e outros melhoramentos na Avenida Salazar, iluminação do jardim do Quebra-mar, defronte da Capitania desta cidade”⁶⁰⁷, retoques com os quais pretende redesenhar novo rumo para a “Cidade-Praia”.

As consequências, influenciadas pelos “resultados da guerra internacional, como se presumia, tem sido e continuam a ser tais” que implicam a supressão das receitas provenientes dos impostos, o aumento desmesurado das despesas, uma situação generalizada que acaba por se reflectir no dinamismo da estância balnear. O contexto político e económico reflectido pela Comissão de Turismo local parecia não ter congruência com o orçamento da Câmara Municipal. A própria Câmara confirma que no mercado rareavam ou desapareceram muitos materiais

⁶⁰³ Idem, p. 13.

⁶⁰⁴ O artigo nº 107 do Código Administrativo de 1936, refere-se às competências das Comissões Municipais de Turismo, entre as quais a preparação de um plano anual de actividades turísticas, dar parecer sobre o orçamento dos serviços de turismo, deliberar sobre a propaganda, despendendo as verbas que para esse efeito lhe sejam atribuídas no orçamento.

⁶⁰⁵ *Diário da Praia*, nº 17 de 25 de Agosto de 1935, p. 1.

⁶⁰⁶ Idem, Ibidem.

⁶⁰⁷ *Figueira da Foz. Quatro anos de Actividade Municipal*, p. 9.

“que tornam impossível determinadas obras de construção, sobretudo edifícios”⁶⁰⁸. Era por isso tempo de colocar ordem nas finanças locais, aparentemente esse foi o trabalho que Nogueira Ramos foi realizar na Figueira da Foz.

O resultado proeminente desse trabalho, desenvolvido em inícios da década de Quarenta ressoa no dealbar da década de seguinte, quando o velho sonho figueirense de um hotel moderno se concretiza na sua Avenida à beira do mar, local onde surge igualmente, a “Piscina-mar”, que acompanhados de perto pelo reactivar do velho casino, reavivam o turismo local e restabelecendo, de novo, alguma da aura perdida pela estância balnear. Este entorpecimento surge como consequência do desregulamento orçamental da Comissão de Turismo, da falta de capacidade da iniciativa privada local em inovar e pela monotonia e repetição dos programas de animação durante a época balnear entre as décadas de Quarenta e Cinquenta. Uns “tempos baços”⁶⁰⁹, como concluíram Maurício Águas e Raimundo Esteves.

⁶⁰⁸ Idem, p. 81.

⁶⁰⁹ Pinto, Maurício, Esteves, Raimundo, *Aspectos da Figueira da Foz*, Figueira da Foz, Comissão Municipal de Turismo, 1945, reedição, p 147.

Conclusão

A elite comercial figueirense, “os Simões, os Águas, os Carrisso, os Regalheiro, Pinto & Câmara”⁶¹⁰, donos e senhores de “adegas enormes, com milhares de pipas de vinho, oficinas de tanoaria” que davam vida e empregos pouco mais que miseráveis à restante população da cidade, através de uma actividade que, movimentando “capitais avultados e dando azo a largo tráfego de que beneficiava a terra e habitantes”⁶¹¹, não entenderam logo o alcance das práticas de vilegiatura, impossibilitados que estavam de adivinhar o futuro e compreender o presente.

Embora esse desconhecimento acabe por ser um motivo secundário, porquanto bastaram poucos anos para que sejam estes, ou os seus descendentes, que acabaram por tomar as rédeas da exploração do turismo balnear e da sua organização.

O retraimento inicial das elites figueirenses é meramente fruto circunstancial, face a uma realidade que se adivinha próxima, mas cuja causa principal se pode tentar aduzir pelo facto de esta ser uma imposição que chega vinda do exterior.

A relevância da nova actividade, orientada em função do lazer e potenciada pelos factores que se concretizam em redor do aproveitamento da zona convergente com o mar, parece ser desconhecida entre as elites que inicialmente não manifestam nem grande interesse nem grande conhecimento pela vilegiatura.

Embora reconvertam as suas frotas de navios mercantes em lugres bacalhoeiros, a entrada da barra continuaria a ser empecilho a maiores aspirações. Esta era fundamentalmente a sua grande preocupação.

Tarde reconhecem, mesmo sabendo que “a majestade suprema de Deus – elege os preferidos”, passada a fase “em que os homens tinham bigodes e olheiras [...] as mulheres, penteados de longas trança e saias de “tournures”⁶¹², que iam até ao chão”.

Numa época na qual os “Estoris” ainda não existiam, e o “esplendor aristocrático” figueirense ainda não desaparecera na voragem da “urbanização e

⁶¹⁰ Pinto, Maurício, Esteves, Raimundo, *Aspectos da Figueira da Foz...*, p. 77.

⁶¹¹ Idem, *ibidem*.

⁶¹² As “tournures” eram grandes saias que possuíam armações no seu interior que ajudavam a esconder ou realçar as formas femininas.

modernização das praias mais próximas de Lisboa”⁶¹³, suprido pela chegada do turismo espanhol, arrebatado que será depois pelo fragor dos canhões, que o turismo era uma arte numa terra pródiga, realidade económica e social que se impõe.

Chegados os anos Quarenta, exangues, com avenidas, piscinas e hotel mais que uma vez desenhadas, projectos sonhados inscritos no papel, ultrapassados pela concorrência.

Com a chegada dos anos Cinquenta a estrela do turismo figueirense ainda rutila, reacende-se a velha chama, ergue às vistas deslumbradas a nova Avenida, com a sua torre altaneira, que embora sem sino, marca o tempo, o tempo presente, engalanada pelo tão desejado novo Hotel, paredes meias com a piscina-mar.

Volta o jogo, regressam as bailarinas, retoma-se uma certa agitação, ainda que cerceada pelas regras pudicas de uns quantos, onde desponta nova “Claridade” que parece de novo querer romper no litoral figueirense.

Os ventos da guerra na Europa não podem ser de tudo culpados. Volta, não volta, o cenário mantêm-se, as festas as mesmas, o verão figueirense cristaliza-se e transforma-se numa rotina, adormecendo.

A carolice de uns quantos não se compadecia com um turismo estruturado em novos valores, novos conceitos de atractividade e novos públicos e actividades. O que a havia distinguido torna-se agora obsoleto.

Quando volta a acordar, nos inícios da década de Cinquenta, os ventos da modernidade não tinham conseguido levantar voo do esquecido Aeródromo Municipal “Humberto da Cruz”, numa época que em Faro, muito por via da relação especial estabelecida entre aquela zona e os turistas ingleses, vê nascer um aeroporto, por vontade e ordem de Lisboa, que transforma a região na primeira zona de turismo massificado em Portugal e fonte importante de receitas para suporte do esforço económico da guerra em África.

A Figueira da Foz avançava, embora transfigurada, não obstante “em todos os progressos deixava a nota de um enorme esforço, talvez doloroso, talvez um travor de fel íntimo”⁶¹⁴, dado que tudo fez, embora tarde, não conseguindo manter a pujança, facto que a impede de acompanhar as profundas metamorfoses das práticas turísticas que se começam a vislumbrar após o final da II Grande Guerra.

⁶¹³ Pinto, Maurício, Esteves, Raimundo, *Aspectos da Figueira da Foz...*, p. 145.

⁶¹⁴ Agostinho, José, *À Roda de Portugal*, Porto, Editora Educação Nacional, 1938, vol. II, p. 81.

Eis uma parte da realidade exaurida neste estudo, talvez dolorosa para aqueles que, com o seu bairrismo indefectível, apenas se revêem em quimeras, construídas e incutidas como realidade insofismável, é ainda nelas que acreditam.

Mas a função da história, a verdade, sendo razão incontornável para os historiadores, pode, por isso, tornar-se incómoda. Mas é esse o risco e o desafio que hoje se assume, ambos parte intrínseca do ser historiador no século XXI.

Embora, Ramalhão Ortigão, em 1876, não tenha poupado palavras elogiosas sobre as belezas paisagísticas e qualidades terapêuticas do mar e do ar figueirense, numa citação que, como referimos, tornada menção constante na propaganda de e sobre a praia figueirense produzida durante a primeira metade do século XX, não bastava para manter e prolongar o estatuto de rainha das praias de Portugal.

Realidade que se esvazia com o avançar do século, espaço de tempo em que se transforma de estância balnear modelo, em mais uma entre outras que, entretanto e com a popularização dos banhos de mar, surgem de norte a sul da estância figueirense, disputando-lhe afincadamente públicos e projectando novos pólos de atractividade.

Não pretendemos com este trabalho aclarar a história do turismo figueirense recorrendo a um elenco cronológico das suas realizações. Não se procurou exacerbar o contributo e o desempenho das muitas personalidades que deixaram marcas indeléveis no desenvolvimento local desta actividade, sendo contudo alguns deles merecedores das devidas referências. A abordagem estatística do fenómeno turístico também não foi o nosso interesse principal. O que este trabalho pretende é abrir pistas para a continuidade do seu estudo e análise, desejando que este seja por outros prosseguido.

A abordagem estatística conhecida para a época em estudo deixa muito a desejar. De facto, encontrámos alguns dados desse teor, embora sejam maioritariamente pouco científicos e de carácter demasiado empírico, embora louváveis, como vimos, dado que a sua origem e produção se encontra ligada aos organismos que superintendem e fiscalizam o turismo local e a indivíduos que circulam no interior desses mesmos organismos.

Embora admitamos que a prática detectada em coligir dados referentes ao sector turístico seja precursora ou prenúncio de práticas mais elaboradas no futuro, o inventário numérico, foi neste trabalho, pelos motivos apontados,

frugalmente utilizado.

A natureza diacrónica da História confere uma certa “preferência por comparações que privilegiam a diferença”⁶¹⁵, demonstradora de evoluções, estagnações ou retrocessos, mas esse apelo ao quantitativo não ressuma neste trabalho. É uma via aberta a outros investigadores.

O que nos interessou particularmente foi a compreensão do fenómeno do ponto de vista da sociabilidade e das práticas associadas. As ligações que se estabelecem entre forasteiros e autóctones, entre estes últimos e o local escolhido para gozarem os seus períodos de lazer, o carácter rotineiro do turismo balnear e a redução temporal da sua sazonalidade durante as décadas abrangidas pelo presente estudo.

Situação na qual se conjugam factores diversos, entre as quais poderemos acentuar um maior e mais generalizado acesso ao ensino escolar de muitas crianças portuguesas, que condiciona o maior período de lazer das férias escolares aos meses de Julho a Setembro, as designadas “férias grandes”, factor que acaba por condicionar igualmente o período de lazer dos seus parentes aos meses referidos. Alteração comportamental e social que acaba por condicionar uma actividade já de si sazonal, concentrando-a entre finais de Junho e meados do mês de Setembro.

O homem não evolui, retrocede ou estagna apenas através do conhecimento criterioso do número. Ele respira para além, igualmente, na forma como aborda culturalmente determinados factos ou fenómenos, enformadores de valores morais, institucionais, estéticos, materiais que envolvem o seu quotidiano.

O que se pretende com este trabalho, cuja feição, de certo modo, pretendemos aliar à “nova história regional e local”⁶¹⁶, se assim o pudermos definir, é construir uma reflexão sobre algumas das formas e práticas que estiveram subjacentes ao desenvolvimento do turismo, ao mesmo tempo que se tenta acompanhar a cristalização do espaço turístico figueirense durante a época delineada na intitulação.

Ao encerrarmos esta conclusão e este trabalho, depois de detectados o desencontro de propostas e apostas nas políticas de desenvolvimento local e nacionais do turismo, enquanto fautor de desenvolvimento local, foi essa a

⁶¹⁵ Mattoso, José, *A Escrita da História*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 26.

⁶¹⁶ Torgal, Luís Reis, Mendes, José Amado, Catroga, Fernando, *História da História em Portugal. Sécs. XIX-XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 422.

impressão com que ficamos.

A prática instalada pela tipologia do turismo balnear, ela própria sazonal e rotineira, acabaria, de certo modo, por condicionar as políticas locais de desenvolvimento da actividade, compartilhando estas igualmente da ideia sustentada pelo próprio regime do “viver habitualmente”.

Acantonados nesse binómio, sazonalidade e rotina, os dirigentes locais do turismo optaram pela manutenção de um esquema que, repetido ano após ano, não permitirá enfrentar a concorrência de cada vez maior número de locais dedicados ao veraneio balnear na costa portuguesa.

Este motivo acabaria por ajudar a deriva de boa parte dos forasteiros. Os de maiores recursos económicos, em busca de novas paisagens e locais de evasão para os seus momentos de lazer agora proporcionados pela difusão do automóvel, ainda incipiente, as únicas que igualmente podiam usufruir do privilégio de umas férias mais prolongadas, que se transforma num dos factores que ajudaram a que se aventurem a ir mais longe na procura de novas zonas para a prática do veraneio.

Deste modo a Figueira da Foz passa a ter a sua população balnear reduzida aos habitantes de Coimbra e do interior centro da então denominada região das Beiras.

Ainda hoje a cidade oferece um destino balnear aprazível. As condições naturais que ostenta, os quais continuam a ser um dos seus motivos de atracção, suportam um fluxo de veraneantes não desprezível e que têm conservado alguma constância. Que a ser posta em causa apenas lhe acarretará novos problemas.

Não deixámos contudo de observar e de sentir o fenómeno sob a óptica de uma certa decadência e paralisação face à importância que a Figueira da Foz detinha, quer no plano interno, quer externo, no início dos anos 30 e a situação em que se encontra nos inícios da segunda metade do século XX.

Assistimos, à medida que a investigação do trabalho avançava, ao nascer de um local turístico de inegável capacidade e valor que se desvanece perante as deficiências no planeamento e no desenvolvimento qualitativo do turismo local.

Estas revelam-se notórias após a Segunda Guerra Mundial, embora sendo fruto das dificuldades económicas circunstanciais provocadas pelo estado de guerra, a intenção do regime em mostrar que em Portugal se continuava a viver normalmente, acaba por proporcionar uma avalanche sistemática de forasteiros

particularmente nacionais e estrangeiros.

Contudo, começa a tornar-se visível a falta de estruturas de apoio ao crescimento da actividade e da população veraneante, enquanto potencial gerador de desenvolvimento económico e urbano.

A conclusão do Grande Hotel, a nova Piscina, na avenida fronteira ao mar, dispondo igualmente de estruturas de acolhimento, em conjunto com a reactivação das actividades do Casino local, revela essa intenção de crescimento e desenvolvimento.

Momento de fulgor que se esbate contudo na manutenção rotineira de um conjunto de actividades de animação de Verão, secundado pela decisão de desviar as verbas da exploração do jogo para a assistência, exaurindo financeiramente o organismo que dirigia localmente o sector do turismo, factor que diminui drasticamente as possibilidades do seu desenvolvimento e adequação a novas realidades.

A braços com problemas urgentes a nível do saneamento público urbano e na zona balnear por excelência, pecha que se mantém desde o princípio do século. Repare-se a título exemplificativo, que em 1946, a Comissão de Iniciativa, alerta para que se “tomem medidas oportunas para que a fossa do *Hotel Praia* não descarregue quando está cheia para a Avenida Salazar”, relatando igualmente o estado calamitoso “da canalização dos esgotos de Buarcos, procurando evitar o espectáculo vergonhoso de correrem em regos abertos sobre a praia desta povoação”⁶¹⁷.

Relato que permite aquilatar um dos mais prementes problemas que afectam a imagem da indústria turística local e o aumento do nível das exigências da organização municipal.

A interferência e dependência de subsectores como a construção civil, comércio e transportes, sempre presentes e interdependentes na eclosão das estâncias balneares, sectores onde o turismo funciona como “efeito multiplicador [...] importante acelerador de desenvolvimento mas pode também permitir que situações de crise se expandam mais rapidamente”⁶¹⁸, convocam a permanente necessidade de equilibrar e monitorizar os momentos de expansão e regressão do

⁶¹⁷ A.H.M.F.F., *Livro de Actas da Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz*, nº 6, Acta nº 6, de 25 de Junho de 1946.

⁶¹⁸ Cravidão, Fernanda Delgado, “Turismo e Desenvolvimento. O distrito de Coimbra 1980-1987”, em *Separata de Arunce. Revista de Divulgação Cultural*, nº 1 de Junho de 1989, p. 38.

sector.

Contexto que obriga a uma necessária de profunda reflexão sobre caminhos a trilhar e sobre as consequências que possam advir de determinadas opções, onde o exemplo da ocupação dos terrenos a leste de Buarcos, entre o cemitério e o já então conhecido e famoso restaurante “O Teimoso”, pela poderosa Empresa Mineira do Cabo Mondego para expansão das suas actividades industriais.

Ali erige um complexo fabril de produção cimenteira, chapa e embalagens de vidro, facto que a Comissão critica, de forma aparentemente veemente, face ao “manifesto prejuízo para outra indústria também poderosamente rendosa e florescente”⁶¹⁹.

A implantação deste complexo fabril numa zona de forte paisagem natural acaba por determinar a força de uma das partes. Ganhou a Empresa Mineira, ficou a perder a indústria turística que, em 1946, representava localmente cerca de 20 000 contos/ano⁶²⁰.

Embora a deliberação da Comissão de Turismo vá no sentido, determinado pelas palavras de Argel de Melo, de que as instalações a construir pela Empresa Mineira, caso não pudessem ser instaladas noutro local diferente “se instalem naquele que o Cabo Mondego pretende”⁶²¹.

Esta observação permite subentender que as orientações do poder central iam já no sentido da sua implantação naquele local, como se infere do Decreto-Lei nº 30810 de 19 de Março de 1947 que autoriza a expropriação dos terrenos, e significativa dos interesses em jogo numa zona bastante sensível para o turismo local.

O choque entre estas duas indústrias, já na época, inconciliáveis, termina com a aparente vitória da que detém maior poder financeiro e maior influência política no insípido florescer industrial do Portugal dos anos Cinquenta.

A extrema fragilidade dos fluxos turísticos balneares, dependentes de conjunturas económicas e de modas, quando acompanhados de uma expansão pouco reflectida no interior das estâncias balneares, pode vir a acentuar a propagação de graves problemas no decurso de um desenvolvimento natural, que

⁶¹⁹ A.H.M.F.F., *Livro de Actas da Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz*, nº 6, Acta nº 6, de 25 de Junho de 1946.

⁶²⁰ Idem, *Ibidem*.

⁶²¹ Idem, *Ibidem*.

em última análise podem configurar o seu retrocesso. Talvez seja o caso da questão figueirense.

É necessária sensibilidade para repensar o desenvolvimento turístico, que não assente unicamente num persistente modelo de acomodação ao uso moderno, no qual as preocupações de preservação patrimonial, de defesa do meio ambiente, de preservação da ambiência delineada pela sua evolução enquanto estância balnear, sendo que todos estes pressupostos devem ser equacionados de forma a preservar uma certa envolvimento entre tradição e modernismo que, sem dúvida, pode subsistir na Figueira da Foz. Assim se faça, por exemplo, na preservação do “Bairro Novo”.

FONTES
E
BIBLIOGRAFIA

FONTES

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

Fontes Manuscritas

Comissão de Iniciativa de Turismo da Figueira da Foz

Pasta “Diversos. Correspondência recebida.1926-1936”.

Pasta “Correspondência Câmara Municipal. Doc. Avulsa.1936”.

Pasta “Correspondência Expedida. Comissão de Iniciativa 1936”.

Pasta “Anúncios em Revistas e Jornais. 1936”.

Livro de Actas da Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz, nº 4.

Livros de Actas da Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz, nº 6

Comissão Municipal de Turismo da Figueira da Foz

Pasta “Comissão Municipal de Turismo. Correspondência diversa 1946 a 1951”.

Pasta “Comissão Municipal de Turismo. Câmara e Serviços Municipalizados. 1946-1951. Correspondência vária”.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

(Sala Figueirense)

Fontes manuscritas

SANTOS, Honorato, *Memória. Dois Meses na Figueira da Foz*, (s. d.), (s. l.).

Outras Fontes

Figueira da Foz. Quatro anos de Actividade Municipal, 1938 a 1942. Relatórios, Planos e Contas, Figueira da Foz, Câmara Municipal, 1942.

COSTA, Fausto Caniceiro da, *Figueirenses de Ontem e de Hoje*, (s. l.), edição de autor, 1995.

Idem, *Toponímia da Figueira da Foz nos séculos XVII, XVIII, XIX e XX*, Figueira da Foz, (s. d.).

SOUSA, Joaquim, CALDEIRA, António Reis, *Jornais e Revistas do Concelho da Figueira da Foz*, Figueira da Foz, edição de autor, 1986.

PERIÓDICOS

A Praia, 1917.

Álbum Figueirense, 1937.

A Gazeta da Figueira, 1933.

A Voz da Justiça, 1937-1937.

Boletim da Comissão de Iniciativa da Figueira da Foz, 1927-1928.

Boletim da Comissão Municipal de Turismo, 1941-1949.

Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal, 1920.

Diário de Lisboa, 1936.

Diário da Praia, 1935-1936.

Europa, 1925, 1927.

Gazeta da Figueira, 1907.

Jornal da Figueira, 1938.

Litorais. Estudos Figueirenses, 2007.

O Conimbricense, 1861.

O Domingo, 1930.

O Palhinhas, 1957-1958

Panorama, 1920.

Turismo, 1937.

GUIAS TURÍSTICOS

Guia Annunciador. Praia da Figueira da Foz. Epoque Balnear, 1890.

Guia Turístico Figueira da Foz. Praia de Banhos. A cidade. Os arredores. Comunicações: Coimbra, Porto, Vizeu, Lisboa, Guarda, Salamanca, Badajoz, Cáceres, Zamora, Valladolid e Madrid, Figueira da Foz, Associação Comercial da Figueira da Foz, 1908.

Guia de Portugal. Beira I – Beira Litoral, (coord.) Raúl Proença, Apres. e notas de Sant'Anna Dionísio, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

Na Região do Mondego. Figueira da Foz e arredores. Indicações Gerais para uso dos viajantes. 1917.

Figueira da Foz. Guia Turístico, Comercial, Industrial, Iº Ano, Figueira da Foz, 1943.

BIBLIOGRAFIA LOCAL

- ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Figueira da Foz: A Cidade e o Mar*, Coimbra, Comissão de Coordenação da Região Centro, 1985.
- CALADO, Rafael Salinas, *Memórias de um ferro-velho*, Lisboa, Portugália Editora, (s. d.).
- CAJÃO, Luís, *Torrentes da Memória. Histórias e Inconfidências do Arco-da-Velha*, Lisboa, Palas Editores, 1979.
- Idem, *Um Secreto Entardecer. Tempos. Lugares. Alguns Epitáfios*, Lisboa, Editora Escritor, 1998.
- CASCÃO, Rui, “A Figueira da Foz há cem anos” in *Sociedade Arqueológica da Figueira da Foz, 1898-1910. Centenário, Catálogo da Exposição*, Figueira da Foz, Museu Municipal Dr. Santos Rocha, 1999.
- Idem, “As vicissitudes do comércio marítimo de um porto secundário: o caso da Figueira da Foz, (1850-1920) ”, Separata da *Revista Portuguesa de História*, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tomo VIII, Coimbra, 1980.
- Idem, *Figueira da Foz e Buarcos. Permanência e Mudança em duas comunidades do Litoral, 1861-1910*, Figueira da Foz, Centro de Estudos do mar e das navegações Luís Albuquerque, 1998.
- Idem, “Notícia Histórica”, Catálogo da Exposição *Casa Havanesa. O Encerrar de um ciclo*, Figueira da Foz, Câmara Municipal da Figueira da Foz, 2007, pp. 23-35.
- COSTA, D. António, *No Minho*, Porto, António Figueirinhas, 1900.
- DIAS, Paula M. Pereira de Oliveira, “Ir a banhos na Figueira da Foz no dealbar do século XX”, Separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo XXX, Coimbra, 1995, pp. 177-213.
- FARIA, João, *Project de Thése*, Institut D’Urbanisme de L’Université de Paris, Paris, (s. e.), 1937.
- JARDIM, José dos Santos Pereira, *As grandes linhas de uma cidade. Beleza – Interesse - Projecção*, Figueira da Foz, Escola Gráfica Figueirense, 1947.
- JESUS, Francisco José da Cruz, *Arquitectura balnear e modernidade. O exemplo do Bairro Novo de Santa Catarina da Figueira da Foz (1928 – 1953)*, Lisboa, Universidade Lusíada, Tese de Mestrado em História de Arte, 2 vol., 1999.
- Lé, António Jorge, *Casino da Figueira ...saltitando pela História*, (s. l.), (s. d.).
- Idem, *Grande Hotel da Figueira, Viajando no Tempo*, (s. l.), (s. d.).
- MACHADO, Fernando Falcão, *A organização Turística das Beiras*, Coimbra, Tipografia Reis Gomes, 1929.
- MALAFIA, Alberto, *A Figueira da Foz nas relações turísticas com a Espanha*, Figueira da Foz, Tipografia Figueirense, 1936.

- JÚNIOR, Nobre, *Buarcos por Dentro, 1880-1980. O que ouvi e o que vivi*, Porto, Oficinas Gráficas da escola Tipográfica da Oficina de S. José, 1982.
- NUNES, Carlos Manuel de Freitas Almeida, Figueira da Foz. *O Turismo balnear. Do apogeu à decadência (1860-1911)*, apresentado ao Seminário “Turismo e Desenvolvimento” do Mestrado de História Económica e Social Contemporânea 2004/2006, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005, policopiado.
- PINTO, Maurício, ESTEVES, Raimundo, *Aspectos da Figueira da Foz*, Figueira da Foz, Comissão Municipal de Turismo da Figueira da Foz, 1945, Reedição do Secretariado Executivo das Comemorações do 1º Centenário, 1982.
- SANTOS, Joaquim Moreira dos, *A Figueira da Foz e o desenrolar da História*, Figueira da Foz, Ginásio Club Figueirense, 2004.
- SANTOS, Manuel Barroso dos, *Subsídios para o estudo do turismo na Figueira da Foz, A Comissão de Iniciativa de Turismo 1922.08.03 a 1937.01.08*, Figueira da Foz, (s.l.), (s. d.), policopiado.
- SILVA, António dos Santos, *Figueira da minha Infância*, Figueira da Foz, Câmara Municipal da Figueira da Foz, 2ª edição, 1999.
- SILVA, Francisco Maria Pereira da, *Resposta. Arguições que alguns habitantes da Figueira fizeram acerca das obras públicas para melhoramento da Barra e Porto desta villa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1862.
- SILVA, Jorge Manuel Moreira, *Baldaque da Silva; um olhar completo*, Figueira da Foz, Câmara Municipal da Figueira da Foz, 2003.
- TAVARES, Edmundo, *A Figueira da Foz. Suas belezas naturais. Seus problemas Urbanísticos. Dissertações, Planos, Ideias*, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, (s. d.).

OBRAS DE CONSULTA E ARTIGOS

- AGULHON, Maurice, *Le cercle dans la France bourgeoise, 1810 – 1810. Étude de une mutation de Sociabilité*, Paris, Armand Colin, 1977.
- ALARCÃO, Jorge de, *A Escrita do Tempo e a sua verdade*, Coimbra, Quarteto Editora, 2000.
- AMARO, António Manuel Antunes Rafael, *Economia e Desenvolvimento da Beira Alta dos finais da monarquia à II Guerra Mundial (1890 – 1939)*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, II vol., 2003, policopiado.
- RODERO ANTON, Emma, “Concepto y técnicas de la propaganda y su aplicacion al nazismo”, Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, Propaganda, 2000.

- AUGÉ, Marc, *L'Impossible Voyage. Le Tourisme et ses Images*, Paris, Editions Payot&Rivages, 1997.
- ARRISCADO, José Augusto, “Sociabilidade Burguesa em Viana do Castelo na Segunda metade do século XIX: a Assembleia Vianense” in *História, Revista da Faculdade de Letras do Porto*, III Série, vol. 6, Porto, 2005.
- ARRIAGA, Lopes, *Mocidade Portuguesa: Breve História de uma organização salazarista*, Lisboa, Terra Livre, 1976.
- BAPTISTA, César Moreira, *Informação e Cultura Popular. Turismo*, Lisboa, S.N.I., 1965.
- BARATA, José Fernando Nunes, *O Turismo em Portugal*, Lisboa, Biblioteca do centro de Estudos Político-Sociais, 1964.
- BARROS, Carlos, “La História mixta como una História global”, *VII Curso de Verano “Medievalisme: noves perspectives”*, Càtedra d’Estudis Medievals Comtat d’Urgell, 2002.
- BARROS, José de, *Realidade e Ilusão no Turismo Português. Das práticas do termalismo à Invenção do Turismo de Saúde*, Lisboa, Universidade Técnica, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2002.
- BELLEFLEUR, Michel, *L’évolution du loisir au Québec. Essai socio-historique*, Presses de L’Université du Québec, 1997.
- BOYER, Marc, *Histoire de L’Invention du Tourisme. XVIe-XIXe siècles*, Paris, L’Aube, 2000.
- Idem, *Histoire du Tourisme de Masse*, Paris, P.U.F., 1999.
- Idem, *Les villégiatures du XVI au XXI siècle. Panorama du Tourisme Sedentaire*, Colombelles, Editions SEM, 2008.
- Idem, “Comme étudier le Tourisme?”, *Ethnologie française*, 2002/2 Tomo XXXVII, p. 393-404.
- BRANDÃO, Raúl, *Os Pescadores*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1973.
- BRITO, Sérgio Palma, *Notas sobre a Evolução do Viajar e a Formação do Turismo*, Lisboa, Medialivros S.A. 2 vol., 2003.
- BRIZ, Maria da Graça Gonzalez, *A Arquitectura de veraneio. Os Estoris 1880-1930*, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Tese de Mestrado em História de arte, 1989, policopiado.
- BRUNEL, Sylvie, “Tourism et mondilisation vers une disneylandisation universelle?” in *Actes du 17e Festival International de Géographie, Saint – Dié – dés – Vosges*, 2006.
- CASCÃO, Rui, “A Invenção da Praia”: Notas para a História do turismo balnear” in *A Cidade e o Campo. Colectânea de Estudos Comportamentos e atitudes sociais*, (coord.) Maria Helena da Cruz Coelho, Coimbra, Centro de História de Sociedade e Cultura, 2000

- CAVACO, Carminda, *O Turismo em Portugal: aspectos evolutivos espaciais*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos., Universidade de Lisboa, I.N.I.C., 1979.
- Idem, *Turismo e Demografia no Algarve*, Lisboa, Centro de estudos Geográficos da universidade de Lisboa, 1979.
- CRAVIDÃO, Maria Fernanda, “Turismo e Desenvolvimento. O Distrito de Coimbra, 1980-1987”, Separata de *Arunce. Revista de Divulgação Cultural*, Lousã, Biblioteca Municipal da Lousã, nº 1, 1989.
- CORBIN, Alain, *História dos Tempos Livres*, (coord.), Lisboa, Editorial Teorema, 2001.
- Idem, *Le Territoire du vide, L’Occident et le désir du rivage 1750 – 1840*, Paris, Aubier, 1988.
- CUNHA, Licínio, *Economia e Política de Turismo*, Lisboa, MacGraw-Hill de Portugal, Lda, 2003.
- CUNHA, Leis Manuel de Jesus, “A Nação nas Malhas da sua Identidade. O Estado Novo e a construção da Identidade Nacional”, in *Cadernos do Nordeste*, vol. IV, nº 6 -7, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, 1991.
- DIAS, Sara Marisa Graça, *A Praia da Nazaré. A colónia balnear na passagem da Monarquia para a República 1907/1915*, trabalho apresentado ao seminário de “Turismo e Desenvolvimento” do Mestrado de História Económica e Social Contemporânea 2002/2003, policopiado.
- DUBY, Georges, LARDREAU, Guy, *Diálogos sobre a Nova História*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1989.
- DUPUY, Pascal, *Histoire, Images, Imaginaire*, Pisa, Edizione Plus, Università di Pisa, 2002.
- ELIAS, Norbert, DUNNING, Eric, *A Busca da Excitação*, Lisboa, Difel, 1992.
- ENCARNAÇÃO, José d’, “Para uma História do Turismo no Estoril, in *Actas do III Congresso Nacional de Turismo*, 1986.
- FARGE, Arlette, *Lugares para a História*, Lisboa, Editorial Teorema, 1999.
- FERRO, António, *Turismo Fonte de Riqueza e de Poesia*, Lisboa, S.N.I., 1949.
- Idem, *Dez Anos de Política do Espírito 1933-1943*, Lisboa, S.N.I., (s. d.)
- Idem, *Apontamentos para uma Exposição*, Lisboa, S.N.I., 1948.
- Idem, *Jogos Florais 1943-1949*, Lisboa, edições E.N., 1949.
- GAGNON, Serge, “Développement touristique et organisation des territoires: un bilan des Études Classiques”, *Cahiers Séries Recherches*, nº R27, 2002, Université du Québec en Outaouais, Centre d’Étude et the Recherche en Intervention Sociale, 2002.

- HENRIQUES, Cláudia, *Turismo e Cultura. Planeamento e gestão sustentável*, Lisboa, Edições Sílabo, 2003.
- LABORDE, Pierre, *Histoire du Tourisme sur la Côte Basque 1830-1930*, Biarritz, Atlantica-Séguier, 2001.
- LAFARGE, Paul, *O Direito à Preguiça*, Lisboa, Editorial Teorema, 1991.
- LAPLANTE, Marc, *L'Experience Touristique Contemporaine*, Québec, Presses de L'Université du Québec, 1986.
- LAÍNS, Pedro, *Os Progressos do Atraso. Uma Nova História económica de Portugal*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da universidade de Lisboa, 2003..
- LARIQUE, Bertrand, *L'Economie du Tourisme en France des années 1890 à la veille de la Seconde Guerre Mondiale. Organization et développement d'un secteur socioéconomique*. Thèse de Doctorat sous la direction de Christophe Bouneau, soutenue à L'Université de Bordeaux III, 2006.
- LICHNOWSKY, Felix, *Portugal. Recordações do ano de 1842*, Lisboa Publicações Alfa, 1999.
- LIMA, Fernando Roque, “Turismo, Inovações e desarticulação das actividades Tradicionais” in Actas del II Colóquio Internacional de Geocrítica Inovacion, desarrollo y medio local, *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, Universitat de Barcelona, nº 69 (59), 1 de Agosto de 2000.
- MACHADO, Helena Cristina Ferreira, *A Construção Social da Praia*, Guimarães, Idela – Aretes Gráficas, 1996.
- MATOS, Ana Cardoso, “Os Guias Turísticos e a Emergência do Turismo Contemporâneo em Portugal (dos finais do século XIX às primeiras décadas do século XX)”, *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, vol. VIII, nº 167, 15 de Julho 2004.
- MARTINS, Luís Paulo Saldanha, “Banhistas de mar no século XIX. Um olhar sobre uma época”, Separata da *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, 1ª Série, vol. V, Porto, Universidade de Porto, 1989.
- MATTOSO, José, *A Escrita da História*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002.
- Idem, *História de Portugal*, dir. José Mattoso, Lisboa Círculo de Leitores, vol. VII, 1994.
- MEDINA, João, *História de Portugal*, Lisboa, Ediclube, vols. XV, XVI e XVII, 2004.
- MELO, Daniel, *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da universidade de Lisboa, 2001.
- NUNES, A. Sedas, *Questões preliminares sobre Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 2001.
- NUNES, Francisco Oneto, “O Trabalho faz-se espectáculo: a pesca, os banhos e as modalidades do olhar”, in *Revista Etnográfica*, vol. VII, nº 1, I.S.C.T.E., Centro de Estudos de Antropologia Social, 2003.

- NUNES, João Paulo Avelãs, *A História contada às crianças e aos jovens no Estado novo; Acção Escolar de Vanguarda, Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina (1934-1949)*, trabalho apresentado ao Seminário “História Institucional e Política” do Mestrado de História Contemporânea de Portugal, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1992, policopiado.
- ORTIGÃO, Ramalho, *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Sintra, Colares Editores, 2000.
- Idem, *As Praias de Portugal*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1996.
- PAULO, Heloísa, “Vida e Arte do Povo Português. Uma visão da Sociedade Segundo a propaganda oficial do Estado Novo”, Separata da *Revista de História das Ideias*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1994.
- PIMENTEL, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas&Debates, 2001.
- Idem, “Refugiados”, *Dicionário do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas, J. M. Brandão de Brito, Bertrand Editora, 1996.
- PINA, Paulo, *Portugal, O Turismo no século XX*, Lisboa, Lucidus, 1988.
- PIRES, Ema Cláudia, *O Baile do Turismo. Turismo e propaganda no Estado Novo*, Lisboa, caleidoscópio, 2003.
- PORTELA, Artur, *Salazarismo e Artes Plásticas*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesas, 1987.
- RODRIGUES, Helenice, “O Tempo Reflectido: Helenice Rodrigues entrevista François Dosse”, *Revista Diálogos*, Departamento de História e do programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, vol. 5, nº 1, 2001.
- ROQUE, João Lourenço, “Coimbra de meados do século XIX a inícios do século XX. Imagens de sociabilidade urbana”, *Revista de História das Ideias*, vol. 12, 1990.
- RAUCH, André, “As Férias e a Natureza revisitada (1830-1939)” in *História dos Tempos Livres*, (coord.) Alain Corbin, Lisboa, Editorial Teorema, 2001.
- Idem, “Le Tourisme ou la constrution de l'étrangeté”, *Revue Etnologie Française*, 2002/2003.
- ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos anos Trinta (1928-1938)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1996.
- Idem, *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Lisboa, Editora Bertrand, 1996.
- SÁ, Victor de, *Esboço histórico das Ciências Sociais em Portugal*, Lisboa, Instituto da Cultura Portuguesa, 1978.
- SANTOS, Figueiredo, *Turismo. Mosaico de Sonhos. Incursões sociológicas pela cultura turística*, Lisboa, Edições Colibri, 2002.
- SEQUEIRA, Eduardo, *À Beira Mar*, Porto, Livraria Cruz, 1889.

TORGAL, Luís Reis, *Estados Novos, Estado Novo. Ensaio de História Política e Cultural*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009

Idem, *História da História em Portugal. Sécs. XIX – XX*, Luís Reis Torgal, José Amado Mendes, Fernando Catroga, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

TRINDADE, Luís, *O Estranho Caso do Nacionalismo Português. O salazarismo entre a literatura e a política*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.

URBAIN, Jean-Didier, *Sur la Plage*, Paris, Payot, 2002.

Idem, *Les Touristes son des faux voyageurs*, Paris, Editions Le Cavalier Bleu, 1999.

VALENTE, José Carlos, *Estado Novo e Alegria no Trabalho. Uma História Política da F.N.A.T (1935-1958)*, Lisboa, Edições Colibri, 1999.

VAQUINHAS, Irene, *Nome de Código «33856». Os “jogos de Fortuna e Azar” em Portugal. Entre a repressão e a tolerância (de finais do século XIX a 1927)*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

VIEIRA, António Lopes, “Os Transportes Rodoviários em Portugal 1900-1940”, *Revista de História Económica e Social*, Lisboa, Sá da Costa Editora, Janeiro – Junho 1980.

VIEIRA, Joaquim, *Portugal Século XX. Crónica em Imagens*, Lisboa, Círculo de Leitores, 10 vols., 1999.

OBRAS DE REFERÊNCIA E DICIONÁRIOS

Dez Anos de Alegria no Trabalho. 1935 – 1945, Lisboa, INATEL, 1998.

Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular, A. Costa, Porto, 1938.

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, Ltd^a, (s. d.).

BIBLIOGRAFIA DIGITAL

ARRISCADO, José Augusto

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3388.pdf> [24 de Janeiro 2008 – 12:20]

ASSEMBLEIA NACIONAL (1935 – 1974)

<http://debates.parlamento.pt/?pid=r2> [31 de Janeiro, 2008 – 10:00].

BARROS, Carlos

www.cbarros.com [29 de Janeiro 2008 – 12:20].

BOYER, Marc

http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=ETHN&ID_NUMPUBLIE=ETHN_023&ID_ARTICLE=ETHN_023_0393 [6 de Março 2009 - 12.00]

BRUNEL, Sylvie

http://fig-st-die.education.fr/actes/actes_2006/brunel/article.htm [30 de Janeiro de 2008 – 18:30]

CUNHA, Luís

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/6440> [30 de Janeiro 2008 – 18.25]

GAGNON, Serge

<http://www.uqo.ca/crdc-geris/crdc/publications/Srecherche.htm> [31 de Janeiro 2008 – 10:53]

GRAÇA, Laura Larcher

<http://www.ces.pt> [31 de Janeiro 2008 – 14:40].

LAPLANTE, Marc

http://books.google.com/books?id=h_InHsD8j9IC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#PPA8,M1 [2 de Março 2009 – 21.00]

LARIQUE, Bertrand

http://www.veilleinfotourisme.fr/1175437994052/0/fiche___article/ [10 de Agosto 2009 - 19.00].

LIMA, Fernando Roque

www.ub.es/geocrit/sn-69-59.htm [30 de Janeiro 2008 – 18:27].

MATOS, Ana Cardoso

<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-167.htm> [6 de Março 2009 – 12.30].

MINISTÈRE de L'ECONOMIE et de L'EMPLOI, MINISTÈRE DÉLÉGUÉ au
TOURISME, França

http://www.tourisme.gouv.fr/fr/navd/dossiers/taz/att00002082/tourisme_mondial07.pdf
[6 de Março 2009 – 12.00]

NUNES, Francisco Oneto

http://ceas.iscte.pt/etnografica/2003_07_01.php [31 de Janeiro 2008 – 11:23].

RAUCH, André

<http://www.cairn.info/revue-ethnologie-francaise-2002-3.htm> [6 de Março 2009 – 12.00].

RECHERCHES SOCIOGRAPHIQUES, Sept/Déc, vol 40, nº 3, 1999

<http://id.erudit.org/iderudit/057317ar> [31 de Janeiro 2008, 11.00]

RODERO ANTÓN, Emma

http://bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=612 [31 de Janeiro 2008 – 02:20].

RODRIGUES, Helenice

<http://www.uem.br/~dialogos/archive.php> [30 de Janeiro 2008 – 18:43]

ROS PÉREZ, Pablo, e ROCAMORA ABELLÁN, Rafael

<http://revistas.um.es/turismo/issue/view/1541> [15 de Setembro de 2008. – 15.30]

TRINDADE, Bernardo

http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT/Governos/Governos_Constitucionais/GC17/Ministerios/MEI/Comunicacao/Intervencoes/20060118_MEI_Int_SET_PENTurismo.htm [31 de Janeiro 2008 – 02.50].

UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR - Faculdade de Letras, Curso de Cinema

<http://www.cinemaportugues.ubi.pt/apresentacao.html>

URBAIN, Jean-Didier

http://www.lecavalierbleu.com/images/30/extrait_29.pdf [2 de Fevereiro 2009 – 18:15]]

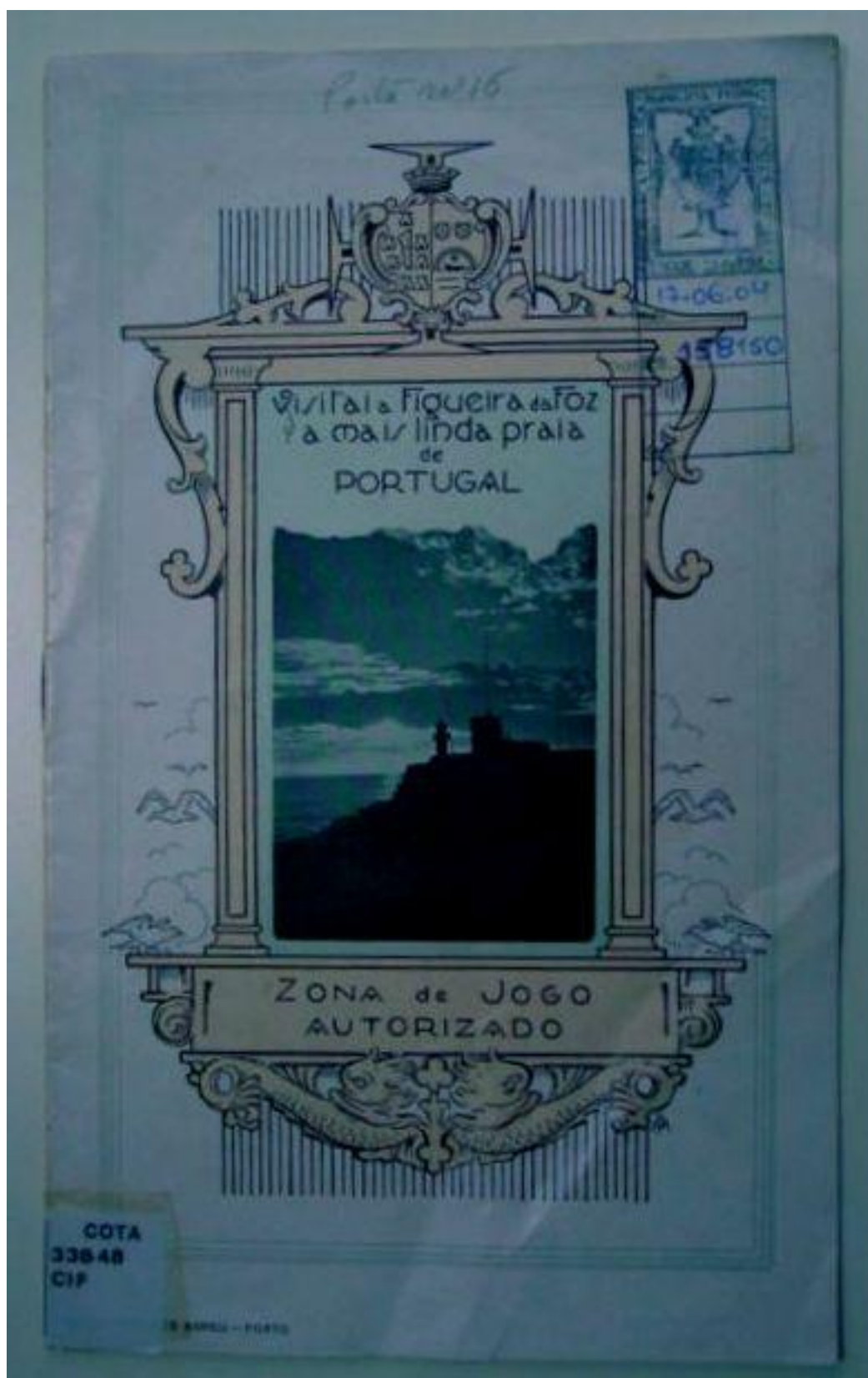
TRANSPORTES AÉREOS PORTUGUESES (T.A.P)

www.flytap.com

ANEXOS



Guia Annunciador da Praia da Figueira da Foz. Epocha Balnear, Figueira da Foz, Augusto Veiga, Imprensa Lusitana, 1890.
Uma das relíquias do turismo balnear figueirense.



Propaganda. Data desconhecida, deverá ser do final da década de 20 ou 30 porque nele surge a menção de zona de jogo autorizada. Edição desconhecida. Impressa pela Empresa dos Ateliers de Fotogravura de Marques Abreu, Porto.

Figueira da Foz

PRAIA DE BANHOS

A CIDADE OS ARREDORES



PRAIA DE BANHOS

COMMUNICAÇÕES:

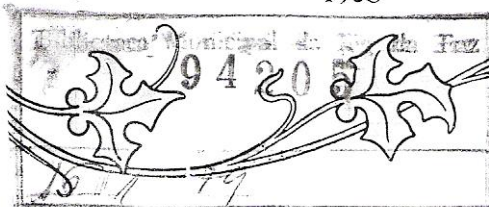
COIMBRA, PORTO, VIZEU, LISBOA, GUARDA,
SALAMANCA, BADAJOZ, CACERES,
ZAMORA, VALLADOLID E MADRID, ETC.

EDIÇÃO

DA

Associação Commercial da Figueira da Foz

1908



338.48

ACF

Desdobrável informativo com horários dos Caminhos de Ferro da Beira Alta e ligações a Espanha. Edição Associação comercial da Figueira da Foz, 1908.



Figueira da Foz, Praia (inícios do século XX). Como notas interessantes os carris do “Americano” e a geografia física do local onde hoje se implanta sensivelmente a *Torre Relógio*. Arquivo Fotográfico Municipal da Figueira da Foz.



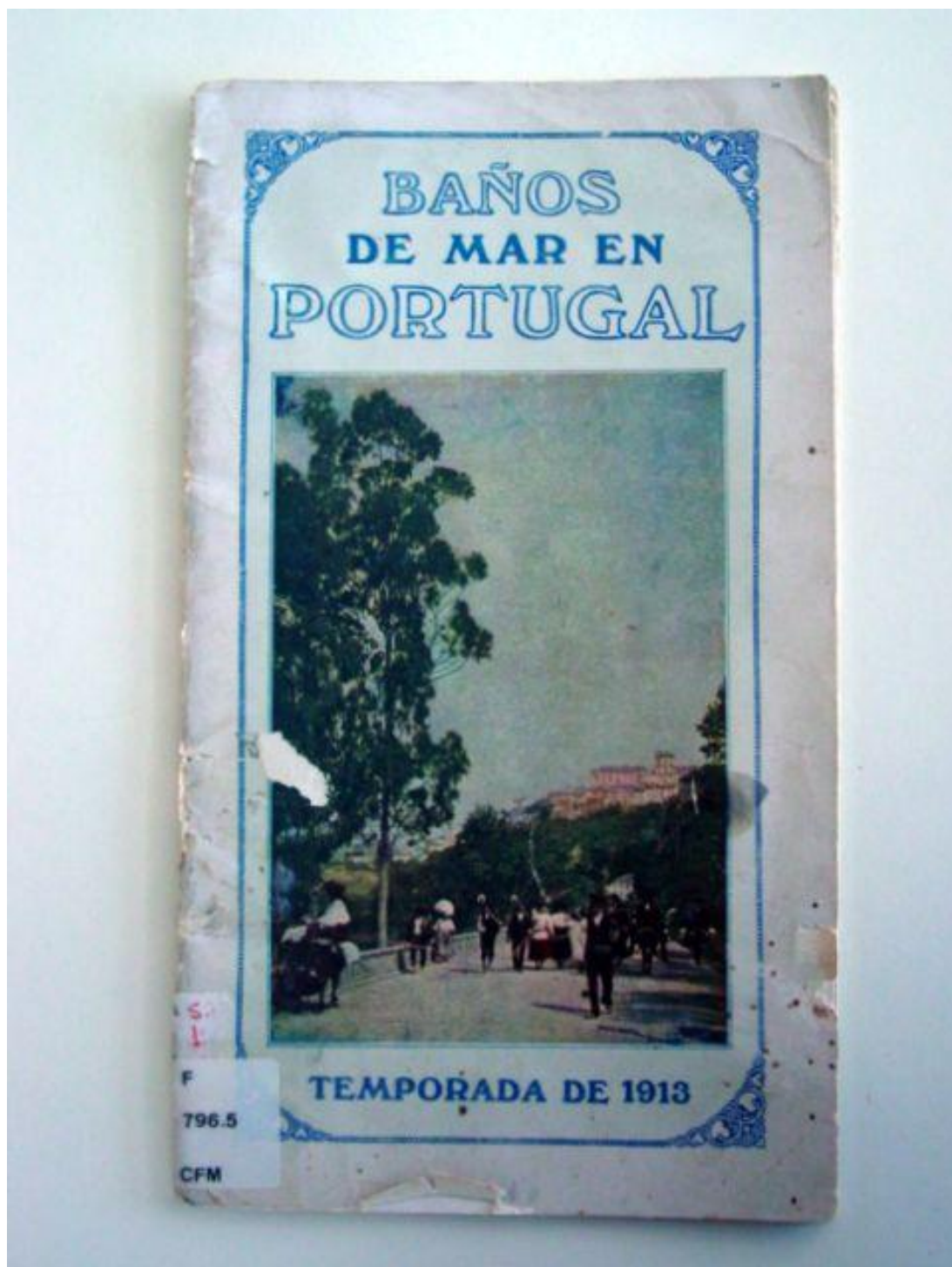
A Esplanada Silva Guimarães. Foto Arquivo Fotográfico Municipal da Figueira da Foz, não datada. Provavelmente da década de 20.



Foto Arquivo Fotográfico Municipal da Figueira da Foz, não datada (provavelmente de meados da década de 1910)



Foto Arquivo Fotográfico Municipal da Figueira da Foz, não datada (provavelmente de finais da década de 1920)



Compañías de Ferrocarriles de Madrid à Cáceres y Portugal y del Oeste de España, de los Camiños de Hierro Portugueses, Miño, Duero, Porto, Póvoa y Famalicão y Guimarães, Madrid, executado por Blas y Cia, 1913. Na foto da capa surge a cidade de Coimbra.



Diário da Praia, Ano 1, nº 2 de 11 de Agosto de 1929. Editor Albano Duque e Director Adriano Santos. Findou a sua publicação nesse ano. A segunda publicação com o mesmo nome surgiria em 1935.

Casas recomendaveis

— DA —

FIGUEIRA DA FOZ



Distribuição gratuita

SETEMBRO DE 1929

F
061.5
GAS

Distribuição gratuita. Edição de A. Gastão, Tipografia Peninsular, 1929.



Foto Arquivo Fotográfico Municipal da Figueira da Foz, não datada. Pormenor da praia, provavelmente entre finais dos anos 20 e inícios da década de 30. Repare-se nos hidroaviões amarrados frente ao areal e ao longe os barcos de pesca, junto a Buarcos.



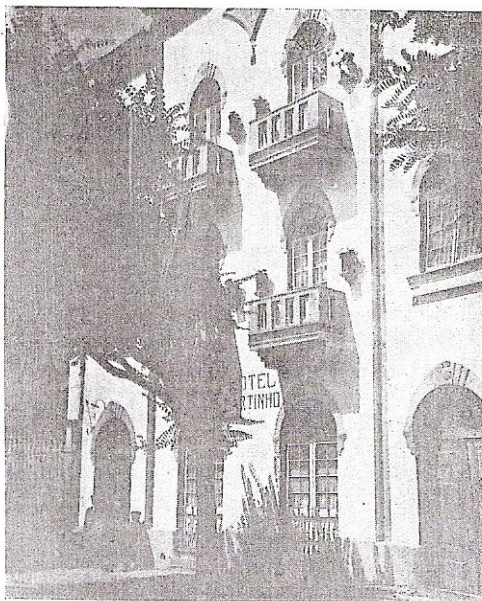
Praia da Figueira da Foz. Foto Arquivo Fotográfico Municipal da Figueira da Foz, não datada, provavelmente da década de 1940-50. Observe-se a mancha de casario na zona de Buarcos e a transição entre as barracas de praia tradicionais de tecto em bico e o modelo de tecto direito.

HOTEL MARTINHO

Telefone 121

PROPRIETARIO

AUGUSTO ALVES DA SILVA
FIGUEIRA DA FOZ — (PORTUGAL)



Este hotel, instalado em edificio proprio com todo o asseio e conforto, construido com todo o luxo, proximo dos Casinos e da praia de banhos, dispõe de bons quartos, bem mobiliados, com iluminação e campainhas electricas em todas as dependências, quartos de banhos com agua quente e fria, telefone com ligação com a rede geral do paiz, etc., etc.

Ampla sala de jantar com serviço de mesa esmerado
Dirigir toda a correspondência ao seu proprietario no HOTEL MARTINHO

Anúncio. Hotel Martinho, Figueira da Foz, Portugal. Revista de Propaganda, nº 3, 1930.

GRANDE HOTEL PORTUGAL

Proprietario — EDUARDO MARTINHO

Rua da Liberdade — FIGUEIRA DA FOZ — PORTUGAL

TELEFONE 176

Este hotel, instalado em edificio proprio, com todo o asseio e conforto, unico nesta cidade recomendado pela Sociedade de Propaganda de Portugal, Comissão de iniciativa da Figueira e Automovel Club de Portugal, proximo dos Casinos e da Praia de banhos, dispõe de bons quartos bem mobiliados, com iluminação e campainhas electricas em todas as dependências, quartos de banho com aguas quente e fria, salão de baile, telefone ligado com a rede geral do paiz, etc., etc.

Ampla sala de jantar com serviço de mesa esmerado — Anexo-Serviço de correios e telegrafos e informações, sede da Comissão de iniciativa desta cidade — Dirigir toda a correspondência ao seu proprietario no GRANDE HOTEL PORTUGAL

O corretor encarrega-se da compra de bilhetes e despacho de bagagens dos Ex.^{ms} • Hospedes deste hotel

Anúncio. Grande Hotel Portugal, Figueira da Foz, Portugal. Revista de Propaganda, nº 3, Outubro de 1930.



Beira-mar junto ao Bairro Novo de Santa Catarina. Sem data, mas provavelmente a foto será dos anos 30.



Praia da Figueira da Foz. Pormenor da zona à beira-mar. Sem data.

Jornal-Reclamo

Propriedade e Direcção de Carlos Baptista

PUBLICAÇÃO SEMANAL

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Composto e impresso na Officina de CARLOS BAPTISTA — Largo Dr. Neves (Praça da Foz) — FIGUEIRA DA FOZ

A mais linda praia

São sempre condenáveis e prejudiciais, chegando a ser des-honestos, os reclamos exagerados e falhos de verdade.

E' o que se vê a miúdo com referencia á nossa praia.

Corre mundo em letra impressa que aqui é um centro de vida mundana, de luxo, de prazer, que as apostas nas corridas de cavalos são fabulosas, que a praia é um centro cosmopolita de gente elegante — até nua! — de variadissimos idiomas...

Um exagero! Precisavam da «censura» tais reclamos.

A Figueira é, naturalmente, formosa. A disposição da sua praia impõe-se como qualquer coisa de belo, de tentador...

E' como uma mulher linda, a quem basta a sua natural formosura e um chameê branco, simpies, muito lavado, para ser desejada, provocando a tentação d'um grande beijo...

Tem beleza, tem atractivos; procuremos todos dentro dos nossos recursos, vesti-la de lavado, muito apetecível, com água em abundancia, esgotos, salubridade, e subimos então bem alto a reclamar, mas reclamar com moralidade...

E depois é que devemos pensar na mirabolancia de avenidas, de pergões, de recantos caprichosos, de escadarias, etc.. E as casas n'esses locais devem ser de aspecto correspondente.

A Figueira tem a mais linda praia de Portugal. Tem o seu esplendido Casino Peninsular, tem a grandesa panoramica da Serra, tem a nota distincta do Tennis-Club, tem boas casas para os banhistas, tem hotéis e pensões confortaveis, tem um mercado asseado e farto, tem comodidades para se viver bem!...

Praia da Figueira

Uma opinião

« Não tem outro remedio senão vir á Figueira, quem quiser ver a mais linda praia de banhos de Portugal. »

Romalia Ortigão. (Nos Forças)

Chapelaria da Moda

Serafim dos Reis

Praça Nova, 59

Casa que prima pelo seu variado sortido. Sempre novidades. Preços sem competencia.

Fábrica de bonets e chapéus. Também se fazem concertos.

Banhos quentes

Casa do Paul

a mais antiga da Figueira.

Banhos de imersão para limpeza, de água salgada, medicinais, de crivo, colar e «douches».

Largo Dr. Pereira das Neves.

VISITAI

A PRIMOROSA

a nova mercearia que se impõe pela escolha dos seus artigos.

Proprietario:

JOSE GAMA JUNIOR

Rua da Republica, 210 e 212

Telefone 253

Os amadores de fotografia devem preferir a CASA HA-VANESA.

Atenção!

Quer ir ao Cinema, de graça? Siga com atenção este sorteio.

Chamaste-me «amor perfeito»,
Coisa que a terra não cria:
Amor perfeito é Deus,
Filho da Virgem Maria.

A pessoa que apresentar na bilheteira do Parque-Cine um jornal do n.º 3 que tenha esta quadra e este anúncio, recebe um bilhete de camarote para a recita que a Empresa marjar.

Alvaro Artur

A OURIVESARIA da Figueira que marca pelo seu finissimo sortido.

Preços sem competencia.

RUA 5 DE OUTUBRO

Telefone 233

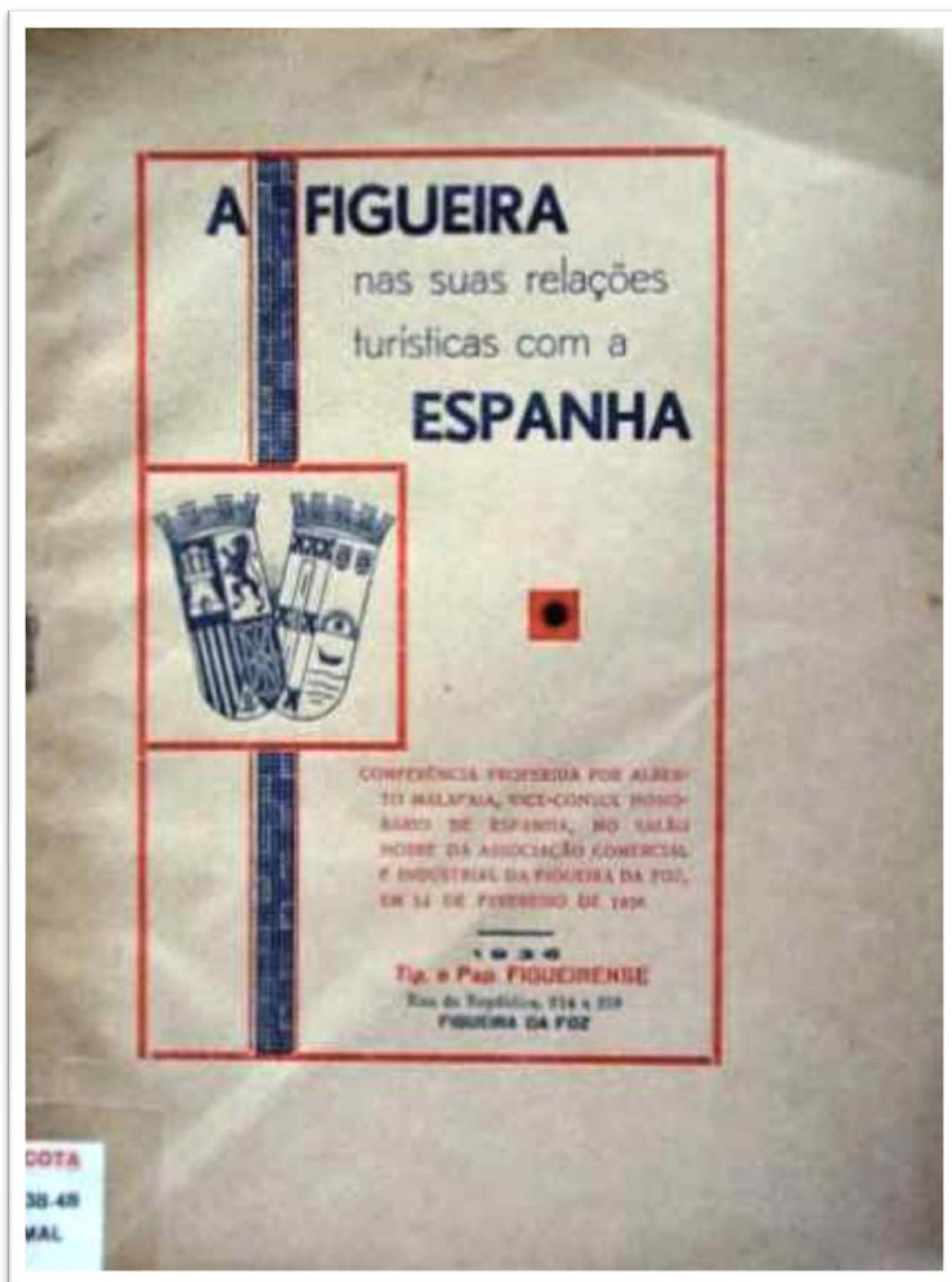
Os Armazens PARIS e a Casa ORIENTAL reuniram os seus stoks, e estão a liquidar variadissimos artigos com grande diferença de preços. E' de aproveitar!

Primeira página do *Jornal - Reclamo*, n.º 4, de 25 de Junho de 1933.

Semanário dedicado à divulgação turística local, foi seu proprietário e director Carlos Baptista, tendo terminado com o n.º 277, a 10 de maio de 1944. Ver Sousa, Joaquim de e Caldeira, António Reis, *Jornais e Revistas do Concelho da Figueira da Foz*, p. 34.



Banhistas. Figueira da Foz, 1935. Repare-se nos fatos de banho e na bola insuflável.



Capa da edição da Conferência proferida por Alberto Malafaia, no Salão Nobre da Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz, a 14 de Fevereiro de 1936. Provavelmente estamos perante uma edição de autor, executada na Tipografia Papelaria Figueirense, situada na Rua da República.

70800

MANUEL AYRES FALCÃO MACHADO

Figueira da Foz



ROTEIRO DA CIDADE

796.5

MAC



Roteiro de Manuel Ayres Falcão Machado, Tipografia *Rainha Santa*. Provavelmente editado no início dos anos Quarenta.



Praia da Figueira da Foz. *Guia Shell*, nº VII. Anos Cinquenta.



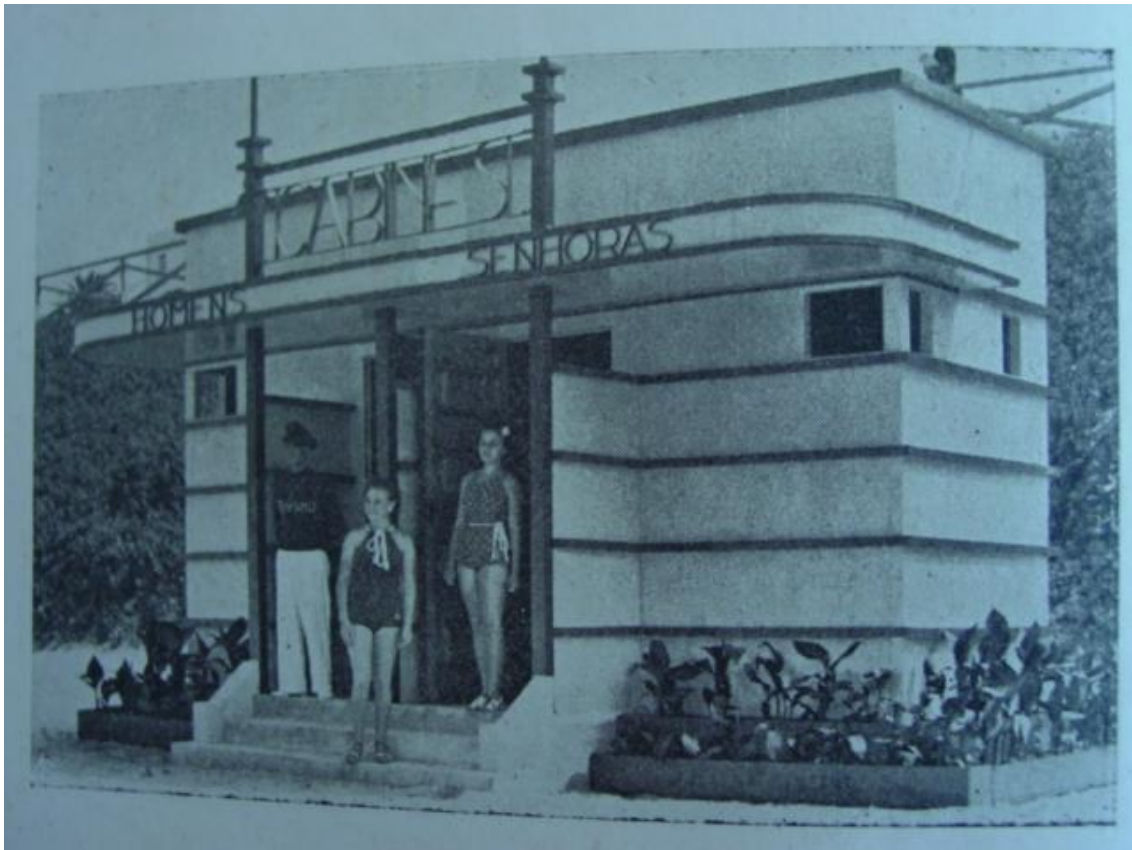
Década de 1920. *Boletim da Comissão Municipal de Turismo*, nº 16, Junho de 1946.



Selos de propaganda turística. A modernidade arquitectónica e a tradição folclórica, seguindo as directrizes do S.N.P./S.N.I., estão bem patentes na realização e edição destes pequenos selos pela Comissão Municipal de Turismo em 1940. Biblioteca Municipal da Figueira da Foz, *Sala Figueirense*.



Selo de da propaganda turística local. Edição da Comissão Municipal de Turismo, ano de 1953. Biblioteca Municipal da Figueira da Foz, *Sala Figueirense*.



Cabines de chuveiros de água doce na praia em 1940. Foto publicada no *Relatório da Câmara 1938-1942*.



Desdobrável de 1940. Edição Comissão Municipal de Turismo, Tipografia Gráfica da Figueira da Foz. Informações sobre clima, garagens e oficinas auto, preços praticados em hotéis, pensões e casas de hóspedes. Calendário de realizações para Agosto e Setembro de 1940.

FIGUEIRA DA FOZ

ZONA DE JOGO AUTORIZADO

= 1940 =
FESTAS

— JULHO —

Dia 28 — «Volta dos Campeões» (prova ciclista).

— AGOSTO —

Dia 4 — Corrida de Touros com os cavaleiros Simão da Veiga e José Casimiro e o grupo de forcados amadores de Santarém. Touros de Terré & Irmão.

Dia 10 — Serenata no Rio Mondego.

Dia 11 — Criterium dos Azes (prova ciclista) e concurso de Ranchos no Coliseu Figueirense.

Dias 17 e 18 — Provas náuticas.

Dia 25 — Corrida de Touros com o cavaleiro Simão da Veiga. Touros puros de Cláudio de Moura.

— SETEMBRO —

Dia 1 — Festa de Aviação.

Dia 7 — Festa a Nosso Senhor da Vida.

Dia 8 — Romaria a Nossa Senhora da Encarnação, em Buarcos.

«Corrida de touros com Simão da Veiga e o grupo de forcados amadores de Santarém. Touros de Terré & Irmão».

Dias 12 a 15 — Torneios oficiais de tennís.

Dia 15 — Garraíada de beneficência.

Dia 22 — Festa popular no Coliseu Figueirense.

Além dos números deste programa, realizar-se-ão, durante a época, interessantes festas no Grande Casino Peninsular e no Tennis-Club; gincanas de automóveis, tiro aos pratos, festas infantis, passeios fluviais e provas de patinagem.

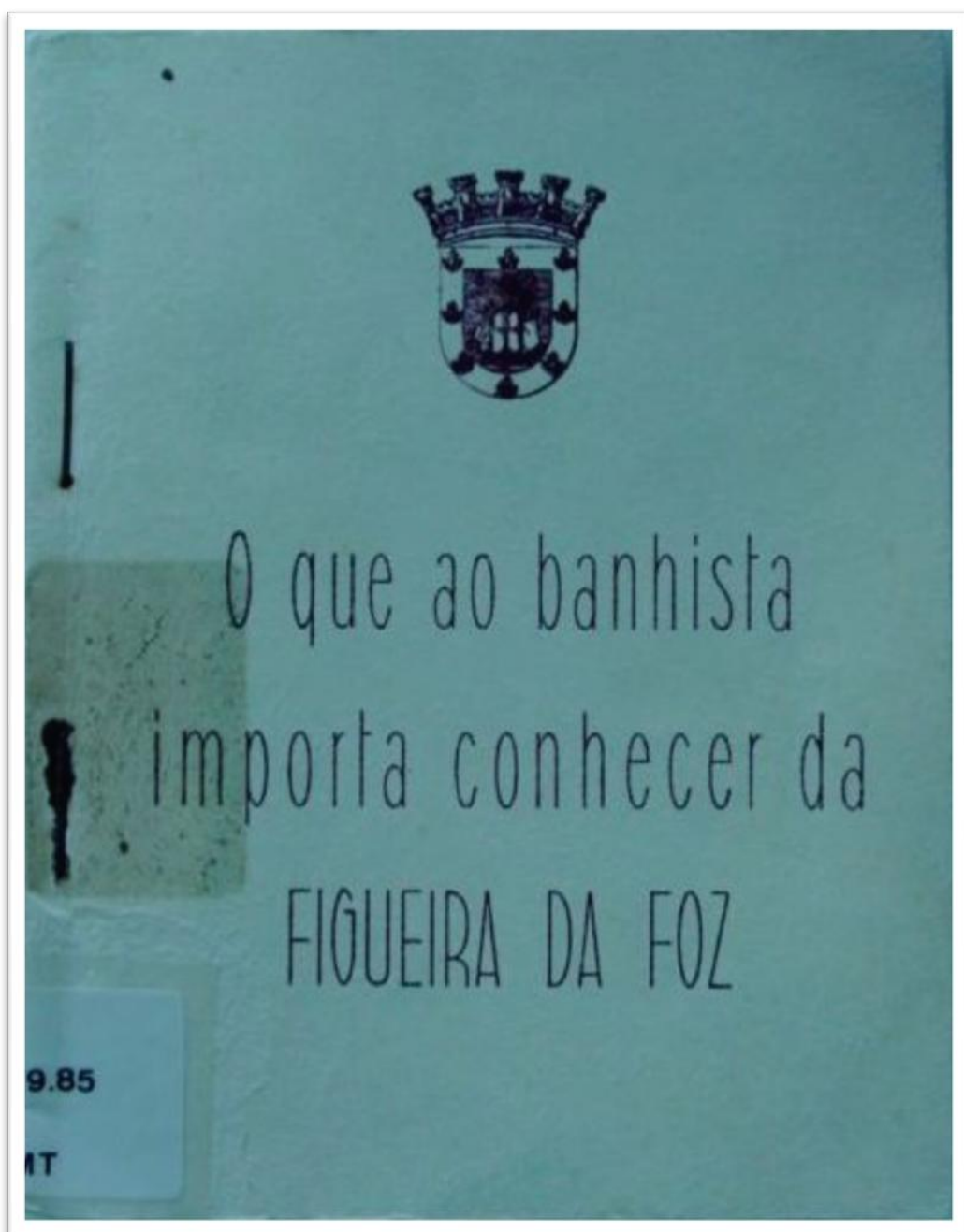
As Festas de Verão de 1940. Interior do desdobrável anterior com as realizações já concentradas apenas nos meses de Agosto e Setembro.



Edição Comissão Municipal de Turismo da Figueira da Foz, Escola Gráfica Figueirense, 1942.



Cartilha de trato com o Banhista, 1943. Editada pela Comissão Municipal de Turismo, texto de Argel de Melo e ilustrações de Maria Alice.



Edição da Comissão Municipal da Figueira da Foz, 1944.

FIGUEIRA DA FOZ

Estância de Cura

A linda praia da Figueira-da-Foz anda nos peões da propaganda como a mais afortunada de todas as estâncias de turismo e de prazer de Portugal!

Pode mesmo afirmar-se, sem receio de contradição, que é — no cartaz turístico nacional — a praia de mais teres e haveres...



LIMA, PEQUENA, BANHISTA QUE AINDA TEM MEDO
DAS BARBAS BRANCAS DO MAR

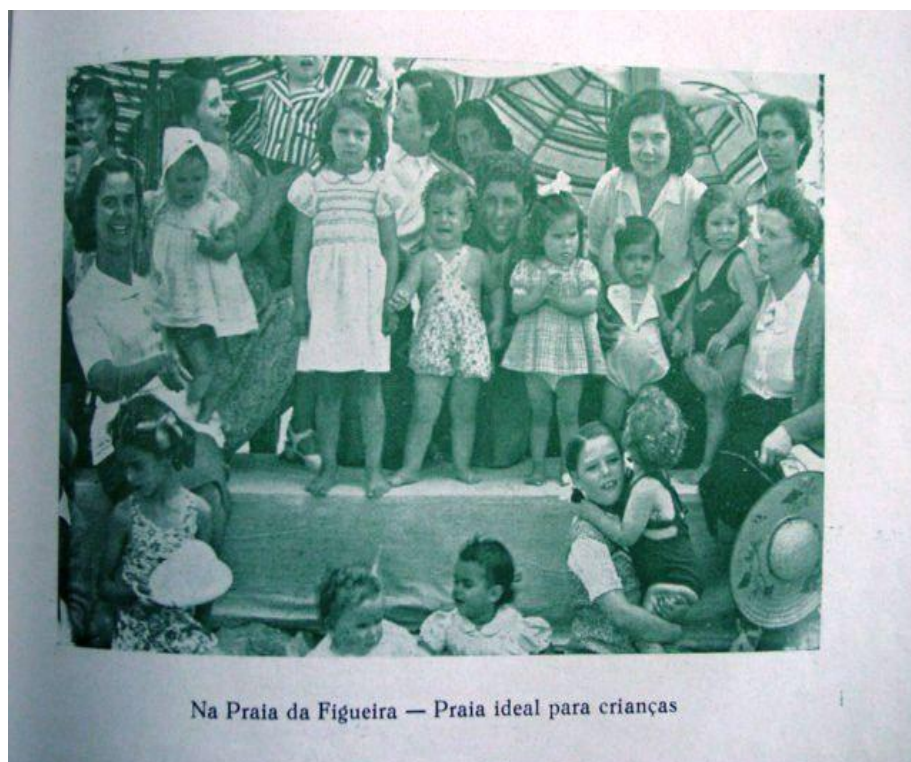
As diversões de resvalar fazem tão barulhenta guilhera nos programas da nossa época de verão — que nem uma pessoa sabe para onde há-de virar-se!

Retorno do higienismo balnear, agora direccionado aos futuros cidadãos.

Boletim da Comissão Municipal de Turismo, nº 14 de 1945



Capa do *Boletim da Comissão Municipal de Turismo*, publicado entre os anos de 1941 e 1949. O número 17, de Junho de 1947, tem a particularidade de ter sido executado pelo artista figueirense Zé Penicheiro, que então despontava no mundo das artes plásticas.



Boletim da Comissão Municipal de Turismo, nº 19, Abril de 1948.



Boletim da Comissão Municipal de Turismo, nº 22, Dezembro de 1949.

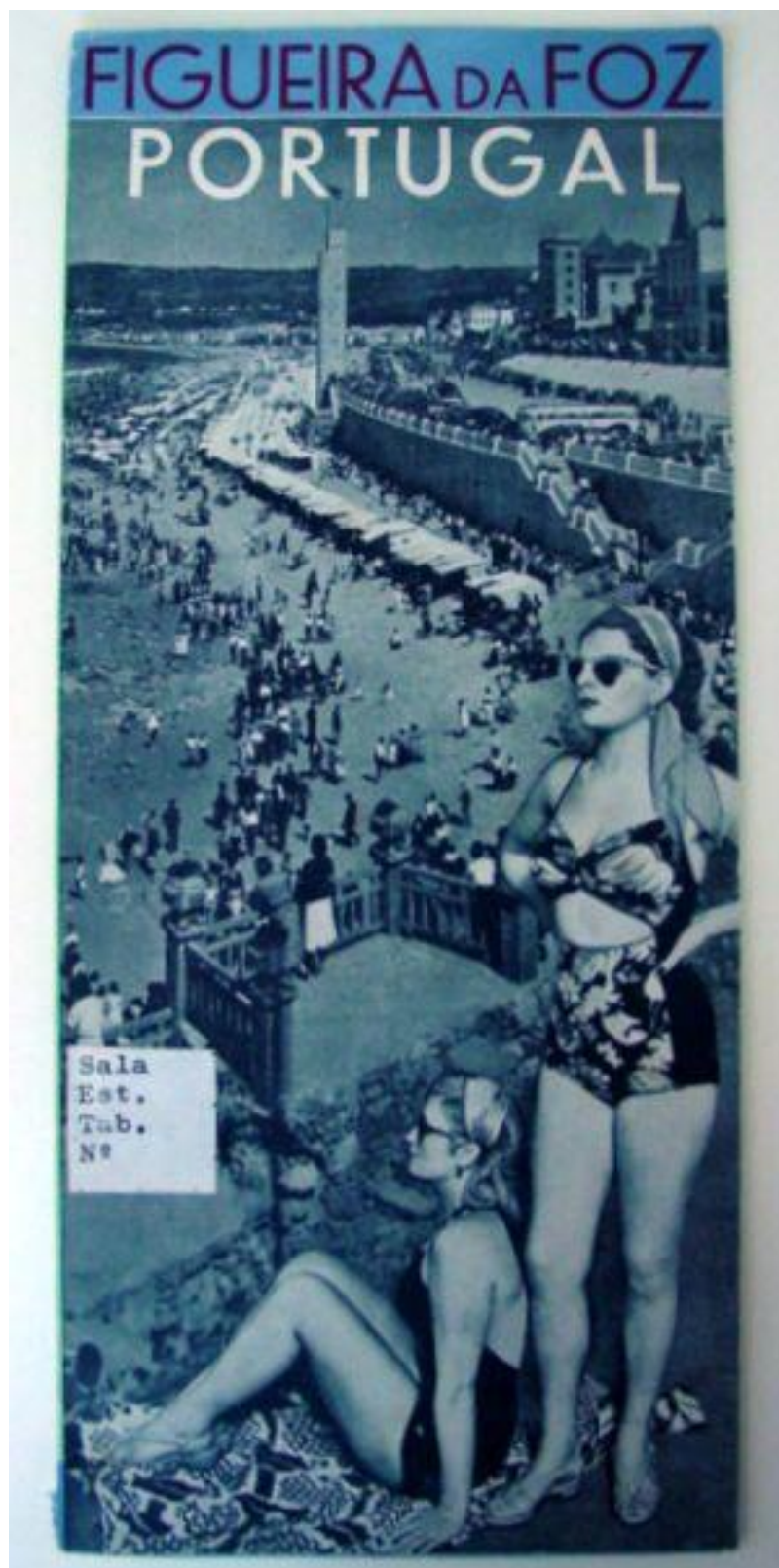
Com o epíteto “Praia de crianças”, a propaganda figueirense adapta-se às directrizes do regime sobre a educação das novas gerações.



Figueira da Foz. Eterna Rainha. Suplemento de publicidade à Praia da Figueira da Foz inserido na revista "Terras de Portugal". Edição J. Oliveira Santos. Sem data. Provavelmente de meados dos anos Cinquenta.



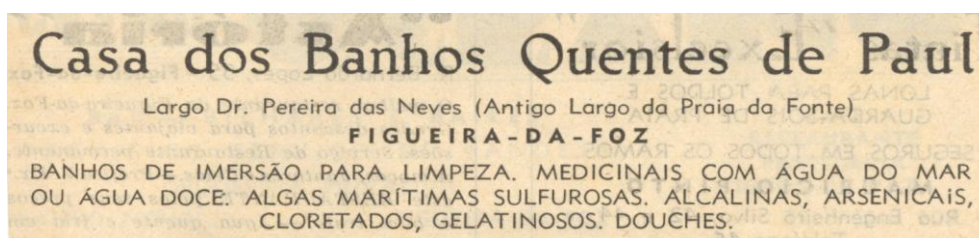
Foto do Arquivo Fotográfico Municipal, não datada. Provavelmente em finais dos anos Quarenta. Observe-se a Torre, um elemento de carácter meramente simbólico, imposição arquitectónica do Estado Novo no plano de construção, datado de 1942, da Avenida que iria receber o nome do então Presidente do Conselho. O Forte de Santa Catarina era na época o miradouro privilegiado sobre a praia e local muito visitado.



Desdobrável, sem data (provavelmente década de 1950). Edição da Comissão Municipal de Turismo, executado na Tipografia Cruz & Cardoso. Informações em inglês, francês e português. Contém fotos de Manuel dos Santos, com vistas da praia, Av. Salazar, Serra da Boa Viagem, Praça de Touros, Casino e regatas no rio Mondego.



Publicidade. *Boletim da Comissão Municipal de Turismo*, nº14.



Publicidade. *Boletim da Comissão Municipal de Turismo*, nº14.



Publicidade. Grande Casino Peninsular. Indica a Inauguração do Grande Hotel da Figueira., no dia 1 de Junho de 1953. Pasta de propaganda e publicidade de Turismo na Sala *Figueirense* da Biblioteca Municipal da Figueira da Foz.

FIGUEIRA DA FOZ

A MAIS LINDA PRAIA DE PORTUGAL



Dota a orla do Rio Mondego

MAR • RIO • SERRA

VISIT THE QUEEN OF THE PORTUGUESE SHORES

Owing to...
the superb elegance of its incomparable beach and harmonious bay; the brightness of its wonderful water; the invincibility level of everyday life; the softness of its wide streets; the beauty of its picturesque scenery; the high standard of its ever-growing activities; the personal comfort it offers to the tourist; the softness of its marvellous climate, sheltered from violent winds and welcome heat.

Figueira da Foz, in the fullest sense of the word, is not only agreeable and healthy resort.

VISITEZ FIGUEIRA DA FOZ, LA REINE DES PLAGES PORTUGAISES

Pour que...
sa plage d'une élégance inégalée, ses eaux si belles et si douces; l'élégance de sa ville; la pureté de sa vie; la douceur de son climat; la beauté de son paysage; la grandeur de ses activités; son confort personnel; la douceur de son climat; la douceur de son climat; la douceur de son climat.

de Foz a le droit de vous conseiller personnellement pour votre plage, les lieux où pour votre villégiature.

VISIT LA REINA DE LAS PLAYAS PORTUGUESES ??

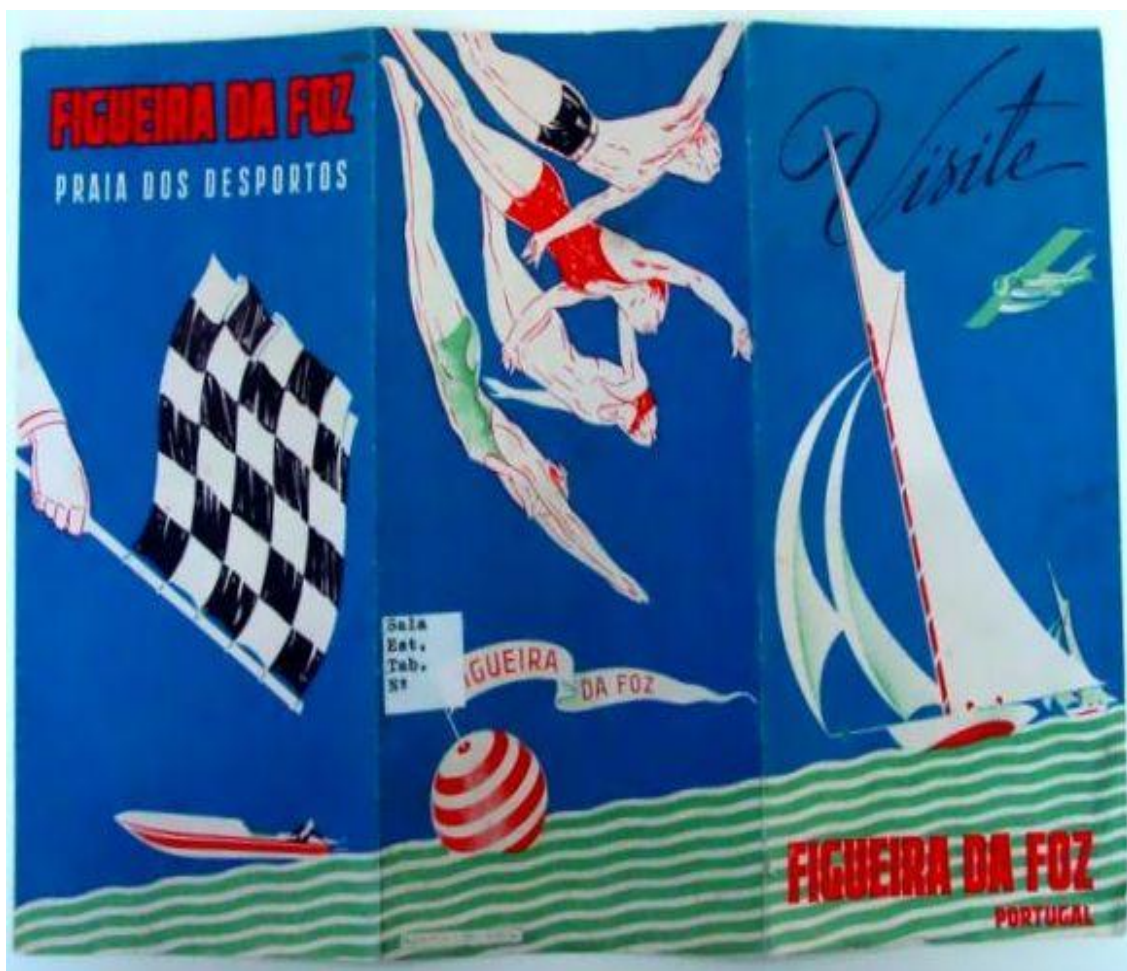
Porque...
la magnífica elegancia de su Playa y Baya incomparables; la suavidad de su mar maravilloso; su ambiente nivel de vida; el encanto, encanto y pureza de sus calles y viviendas; la belleza y grandiosidad de sus alrededores; el alto estándar de su progreso y actividad; las comodidades que ofrece a los turistas; la suavidad de su clima; la belleza de su paisaje; la suavidad de su clima; la suavidad de su clima.

BESUCHEN SIE DIE KÖNIGIN DER STRÄNDEN PORTUGAL

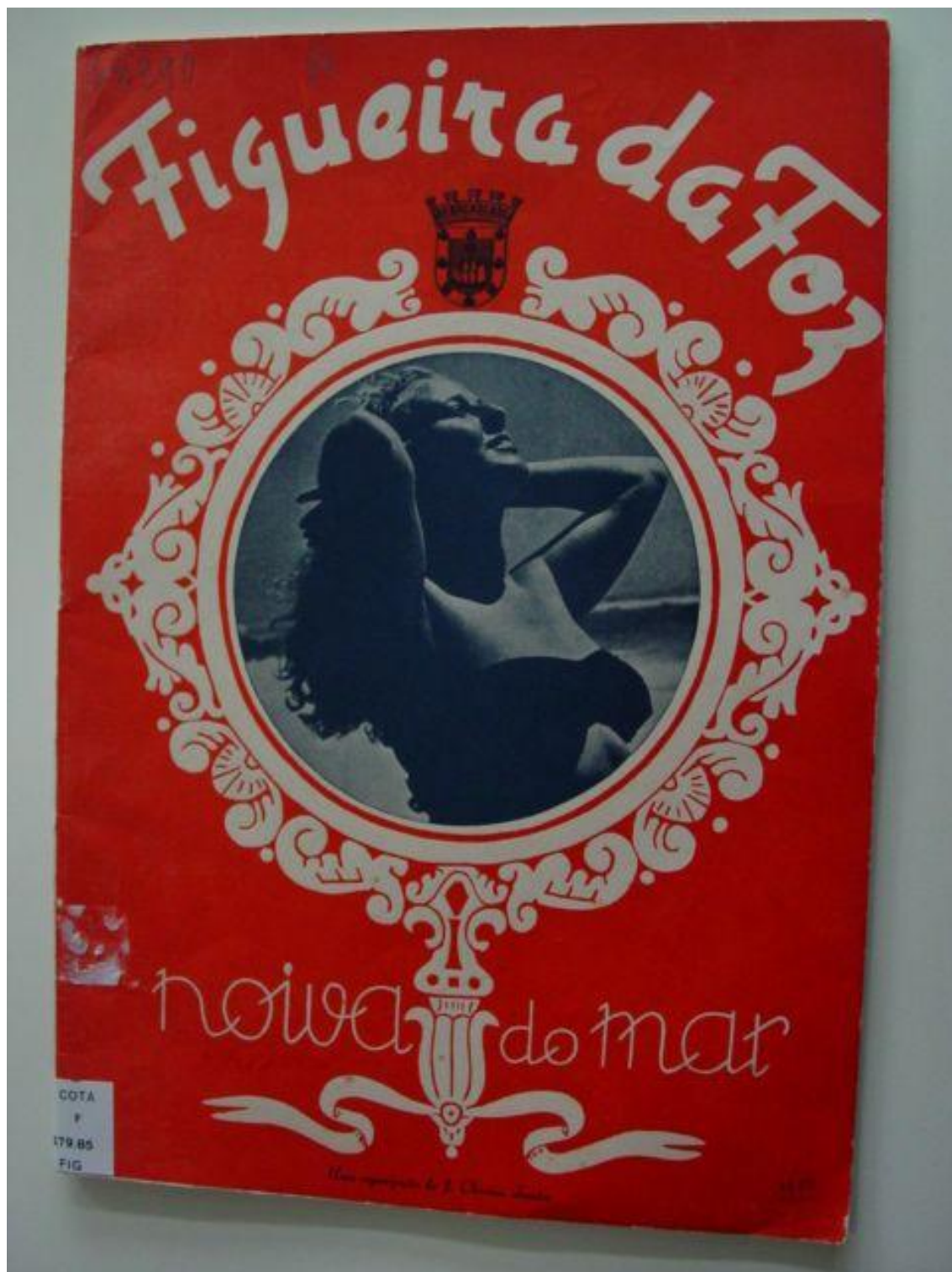
...
Die unvergleichliche Eleganz ihrer Strände und ihrer umschlossenen Bucht; die Weichheit ihres wunderbaren Lichtes; den unübertroffenen Frieden, der sich ausstrahlt und seine Flus-Strömungen; die natürliche Schönheit des Umliegenden; die hohe Niveau ihres Fortschritts und ihrer Tätigkeiten; die Personalschönheit, die sie in jedem Hinsicht dem Fremden bietet; die Wohl ihres Klimas; das weiche Wohl ihres klimatischen, angenehmen Klimas — machen aus Figueira, im ganzen Sinne des Wortes, einen vollkommenen und angenehmen Touristen-Resortort.

Sala
Est.
Tab.
Nº

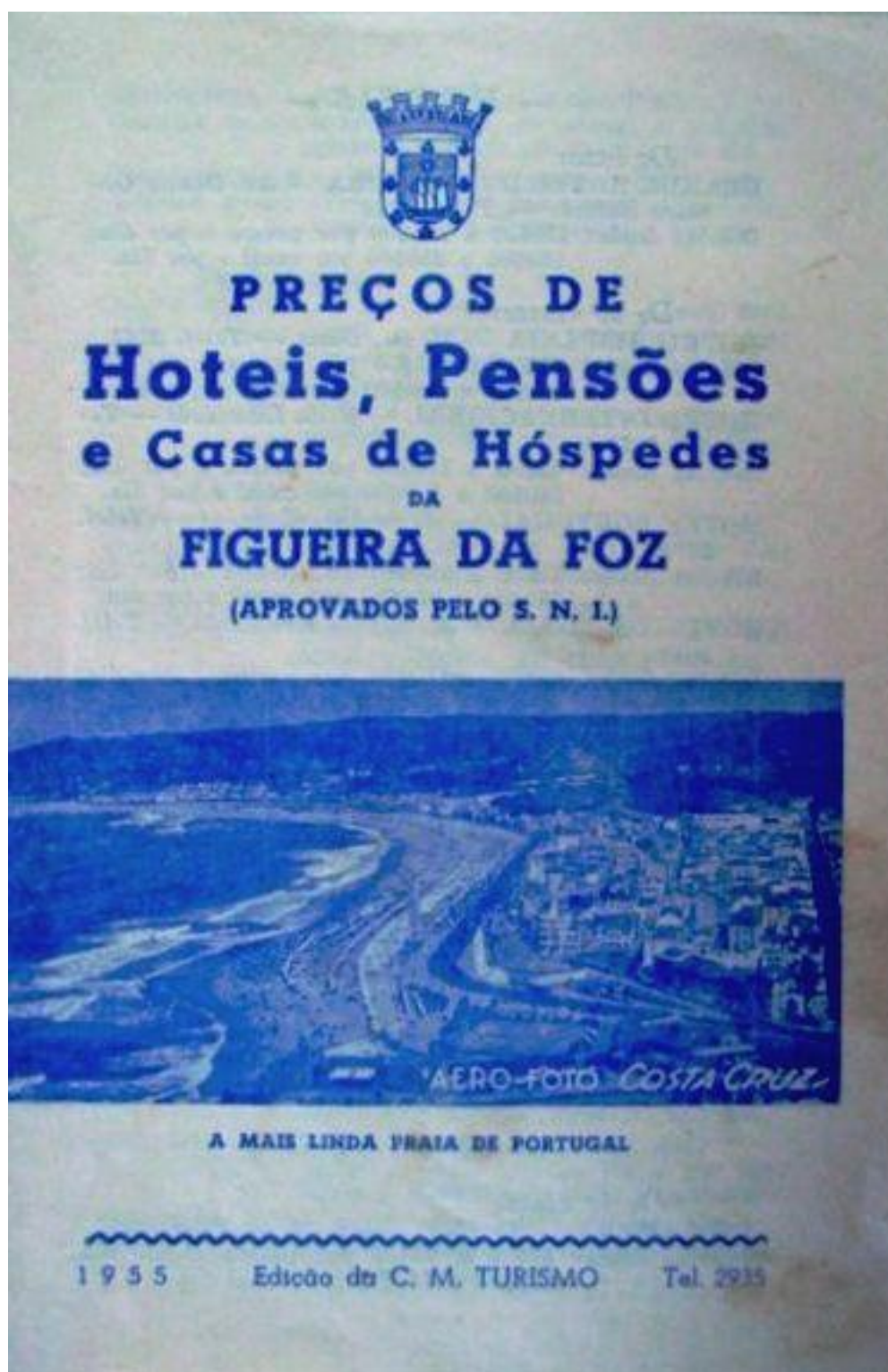
Desdobrável em inglês, francês, espanhol, e alemão, com roteiro turístico do Concelho, edição da Comissão Municipal de Turismo, Junho de 1952. Onde, pela primeira vez, surgem referências à Quinta de Foja, Vale Murta, Leirosa, Quiaios, Tavadere e Alhadas.



Desdobrável. Edição *Comissão Municipal de Turismo*, Tipografia Cruz & Cardoso, Figueira da Foz, 1953. Biblioteca Municipal da Figueira da Foz, *Sala Figueirense*.



Figueira da Foz. Noiva do Mar. Brochura publicitária, edição J. Oliveira Santos, nº único, Figueira da Foz, Tipografia Nogueira, 1954. Atente-se na utilização da imagem feminina, aqui em pose de actriz de cinema, associada à publicidade balnear, incorporando igualmente a ideia de “moda” às práticas do veraneio.



Desdobrável de 1955. Edição *Comissão Municipal de Turismo*. Tabelas de preços dos serviços de hotelaria e afins, aprovados pelo Secretariado Nacional de Informação.

- HOTEIS -

De luxo:

GRANDE HOTEL DA FIGUEIRA — *Av. Doutor Oliveira Salazar* — Telef. 2146

Diárias desde: 110\$00 a 200\$00 por pessoa e por dia;
180\$00 a 280\$00 por casal e por dia.

De 2.^a classe:

HOTEL HISPÂNIA — *R. Dr. Diniz* — Telef. 2164
Diárias desde: 60\$00 a 165\$00 por pessoa e por dia;
110\$00 a 300\$00 por casal e por dia.

HOTEL INTERNACIONAL — *R. da Liberdade* — Telef. 2051

Diárias desde: 75\$00 a 120\$00 por pessoa e por dia;
140\$00 a 220\$00 por casal e por dia.

HOTEL PORTUGAL — *R. da Liberdade, 41* — Telef. 2176

Diárias desde: 75\$00 a 160\$00 por pessoa e por dia;
150\$00 a 280\$00 por casal e por dia.

HOTEL DA PRAIA — *R. Miguel Bombarda* — Telef. 2082

Diárias desde: 90\$00 a 150\$00 por pessoa e por dia;
170\$00 a 220\$00 por casal e por dia.

HOTEL UNIVERSAL — *R. Miguel Bombarda* — Telef. 2962

Diárias desde: 75\$00 a 130\$00 por pessoa e por dia;
150\$00 a 240\$00 por casal e por dia.

De 3.^a classe:

HOTEL ALIANÇA — *R. Miguel Bombarda, 10* — Telef. 2836

Diárias desde: 55\$00 a 80\$00 por pessoa e por dia;
105\$00 a 150\$00 por casal e por dia.

HOTEL MARTINHO — *R. da Liberdade, 75* — Telef. 2221

Diárias desde: 80\$00 a 120\$00 por pessoa e por dia;
110\$00 a 200\$00 por casal e por dia.

- PENSÕES -

De 1.^a classe:

ESPLANADA — *R. Eng. Silva, 86* — Telef. 2115

Diárias desde: 60\$00 a 75\$00 por pessoa e por dia;
113\$00 a 140\$00 por casal e por dia.

MODERNA — *Praça 8 de Maio* — Telef. 2701

Diárias desde: 65\$00 a 70\$00 por pessoa e por dia;
120\$00 a 130\$00 por casal e por dia.

PENINSULAR — *R. Bernardo Lopes* — Telef. 2320

Diárias desde: 65\$00 a 75\$00 por pessoa e por dia;
122\$00 a 140\$00 por casal e por dia.

De 2.^a classe:

CAFÉ EUROPA — *R. Cândido dos Reis* — Telef. 2265

Diárias desde: 55\$00 a 65\$00 por pessoa e por dia;
103\$00 a 120\$00 por casal e por dia.

DEMÉTRIO — *R. Dr. Calado, 16* — Telef. 2385

Diárias desde: 55\$00 a 65\$00 por pessoa e por dia;
105\$00 a 120\$00 por casal e por dia.

De 3.^a classe:

ANITA — *R. das Parreiras, 17*

Diárias desde: 40\$00 a 45\$00 por pessoa e por dia;
75\$00 a 85\$00 por casal e por dia.

BELA VISTA — *R. Joaquim Soto Maior, 6*

Diárias desde: 50\$00 a 54\$00 por pessoa e por dia;
94\$00 a 100\$00 por casal e por dia.

CENTRAL — *R. Bernardo Lopes* — Telef. 2308

Diárias desde: 45\$00 a 54\$00 por pessoa e por dia;
94\$00 a 100\$00 por casal e por dia.

COIMBRA — *R. Detrás da Alfândega, 17* — Telef. 2312

Diárias desde: 45\$00 a 54\$00 por pessoa e por dia;
94\$00 a 100\$00 por casal e por dia.

FIGUEIRENSE — *R. Direita do Monte*

Diárias desde: 40\$00 a 45\$00 por pessoa e por dia;
71\$00 a 80\$00 por casal e por dia.

FOZ — *R. Fernandes Tomás* — Telef. 2843

Diárias desde: 45\$00 a 50\$00 por pessoa e por dia;
85\$00 a 94\$00 por casal e por dia.

GIRASSOL — *R. Fernandes Tomás, 1* — Telef. 2805

Diárias desde: 45\$00 a 50\$00 por pessoa e por dia;
85\$00 a 94\$00 por casal e por dia.

IBÉRICA — *R. Miguel Bombarda* — Telef. 2841

Diárias desde: 45\$00 a 54\$00 por pessoa e por dia;
94\$00 a 100\$00 por casal e por dia.

PARIS — *R. Dr. Lopes Guimarães* — Telef. 2611

Diárias desde: 45\$00 a 54\$00 por pessoa e por dia;
94\$00 a 100\$00 por casal e por dia.

Preços da Hotelaria em 1955. Página interior do desdobrável anterior.



Pescador (com o seu fóquim na mão) e peixeira.



Trabalhos de Levy Martins, Figueira da Foz (1926-2000)

(origem: www.pateoalinhas.blogspot.com)

Levy e os seus bonecos



Levy Pais Martins, que vive na Figueira da Foz, terra da sua naturalidade, é daqueles artistas que merecem ser amparados.

Os seus trabalhos em madeira, sempre alegres, duma alegria que é resultante do estilo de humorista que no torno não abandona o traço que utiliza nos desenhos, têm uma finalidade etnográfica.

São estudos caricaturais da gente do povo ou documentação em miniatura de instrumentos que esse mesmo povo emprega no seu labor.

Os tipos *O salineiro, O pescador, O mineiro, O guarda-nocturno*, etc., devem-se a um artista que é um irónico observador do modo de ser do povo da região em que vive. E, caso curioso, Levy não deixa nunca de apresentar a mulher, já que ela está indissolúvelmente ligada ao homem no amor e no trabalho.

Assim sendo, a *salineira, a varina, a gandaraz* integram-se num conjunto de tipos populares que formam a vasta galeria do artista figueirense.

As miniaturas chamam a atenção para objectos de trabalho que ainda são utilizados ou estão em vias de desaparecer, como é o caso do típico foquim que o pescador da região, indiferente ao interesse da conservação de costumes, faz cair em desuso.

Levy pretende sempre dar funcionalidade às miniaturas que vai construindo: os bonecos são graciosos «bíbelots»; os foquins podem arrecadar doces, rebuçados, amêndoas ou, até, simbolicamente, areia da maravilhosa praia da Figueira da Foz; o moinho, com as suas velas de pano, rigorosamente feito, servirá de caixinha para jóias ou outros objectos, e a arca dos nossos antepassados é também feita em miniatura pelo artista para ser aproveitada de igual modo para arrecadar objectos preciosos.

Para Levy a madeira não tem limites. O tradicional «Galo de Barcelos» ele o fará também, com um requinte espantoso na pintura final!

Levy é um artista ignorado no resto do país. Na Figueira da Foz é bem conhecido, mas pouco compreendido.

Perguntando-lhe porque não fazia uma exposição dos seus bonecos de madeira ou se já tinha

feito alguma exposição, ele foi realista na resposta: «Fiz uma exposição no Porto, há já alguns anos, no «Salão Silva Porto», ao que julgo utilizado, na altura, pela primeira vez com trabalhos do meu género, exposição cujo êxito posso considerar de lisonjeiro. Porém, regressando à Figueira e limitando-me aos trabalhos do meio, não tive oportunidade de fazer nova exposição, até porque os meus recursos materiais não permitem devaneios do género. Tenho pena, mas tenho que pensar na minha família. A não ser que surja quem, através de um subsídio por exemplo, se decida a garantir o inevitável empate de capital com a produção dos trabalhos a expor. É caso para ser pensado».

Outra pergunta que lhe fizemos foi com o intuito de saber se tinha criado algum tipo pelo qual sentisse simpatia especial. Pela resposta, vimos que a pergunta tinha razão de ser. «Sem dúvida. Não esquecerei os tipos cinematográficos e, especialmente, os bonecos «Coca-E-Colas», que dediquei aos filatelistas e que tanta aceitação tiveram, e o «Campista» cujo sucesso no «Acampamento Nacional das Caldas da Rainha» jamais esquecerei. Mas, duma maneira geral, estou ligado a todos os trabalhos que crio, pois vivo com prazer e amor, essas pequenas obras que nascendo de um pedaço de madeira, em bruto, vão adquirindo forma e chegam a ter um acabamento tão alegre e irónico que às vezes chego a pensar se alguns desses tipos não estarão a olhar para mim com ar de troça... se calhar pensando que o tempo que lhes dediquei foi mal empregado... Mas não! Eles são sim, novos e verdadeiros amigos!...».



Estes pequenos separadores eram oferecidos pela Casa Havanesa da Figueira da Foz. Esta foto da praia será provavelmente de José dos Santos Alves, figura de muito prestígio na cidade e dono da conhecida livraria figueirense desde 1907, considerado um dos grandes fotógrafos figueirenses da primeira metade do século XX. Pode ser situada entre o final da década de 20 e princípio da década seguinte.



Postal da praia da Figueira da Foz, nos inícios dos anos 60. Atente-se no aumento do areal provocado pela construção dos molhes da barra e, na zona da Palheiros, o início da construção em altura na futura Avenida do Brasil. Edição Iberex, Lisboa.

Regulamento Interno

DA

COMISSÃO DE INICIATIVA DA FIGUEIRA DA FOZ

Artigo 10.º do Regulamento aprovado por Decreto n.º 10.057
de 30 de Agosto de 1924.

ARTIGO PRIMEIRO

A Comissão de Iniciativa tem a sua jurisdição em toda a área do concelho da Figueira da Foz.

(Decreto n.º 11.050 de 29 de Agosto de 1925).

ARTIGO SEGUNDO

A Comissão de Iniciativa é composta por vogais natos e vogais eleitos.

PARAGRAFO PRIMEIRO

São vogais natos:

- 1) O Sub-Delegado de Saúde;
- 2) O Capitão do Porto;
- 3) O Regente Florestal.

São vogais eleitos:

- 4) Um delegado do Município;
- 5) Um delegado das Juntas de Freguesia;
- 6) Um delegado da Sociedade de Propaganda de Portugal;
- 7) Um delegado da Administração Geral das Estradas e Turismo;
- 8) Um delegado dos hoteleiros;
- 9) Um delegado dos proprietários;
- 10) Um delegado dos comerciantes.

PARAGRAFO SEGUNDO

É por tempo de dois anos a eleição dos delegados representantes dos hoteleiros, proprietários e comerciantes.

Primeira página do Regulamento interno da Comissão de Iniciativa da figueira da Foz. Leis e Regulamentos, Comissão de Iniciativa, Figueira da Foz, Tipografia Marques, Suc.s, 1934. A Comissão de Iniciativa foi a instituição precursora da dinamização do turismo local, sendo posteriormente substituída pela Comissão Municipal de Turismo.

Nomes e moradas dos banheiros

FIGUEIRA

António Chapada — Rua Académico Zagalo.
 António da Costa Luciano — Rua dos Banhos.
 António Galisão — Alto do Viso.
 António Gásio — Rua dos Banhos.
 Armindo Martelo — Alto do Viso.
 António Salão — Rua Miguel Bombarda.
 Guido da Encarnação — Rua Bernardo Lopes, 119.
 Ismênia Pestana — Rua dos Banhos.
 João Ribeiro — Rua Fresca.
 Joaquim Marques (Sanheira) — Travessa dos Banhos.
 Luiza de Jesus — Rua do Viso.
 Maria da Concação Matias — Rua Soto Maior.
 Maria Leitoa — Rua dos Banhos.
 Mariana Pires — Rua dos Banhos.
 Rosalino — Rua dos Banhos, 17.
 Teresa Bastos — Rua dos Banhos.

BUARCOS

Alberto Félix	}	Praia de Buarcos
Fortunato da Cruz		
Inês Romana		
Manuel dos Santos Rêo		

Tabelas

Aluguer de cadeiras, chapéus de sol e barracas na Praia de Banhos e Jardim Municipal desta cidade

Cadeiras (Jardim)	\$60
» (Praia).	\$80
Chapeus de sol	2\$00
» » » (30 dias)	160\$00
Chuveiro da Praia (cada banho)	1\$50

Preços da Capitania do Porto da Figueira da Foz, em vigor na Praia da Figueira

	Mês	3 meses
Barracas para banhos de sol	90\$00	250\$00
Barracas-toldos	150\$00	400\$00
Toldos grandes	100\$00	250\$00
Toldos de vela	50\$00	150\$00
Cadeiras.	\$50	
Banhos	Horas regulamentares	1\$50
	Fora das horas regulamentares.	2\$50
	Com fato e toalha	4\$00
	De sol	1\$50

Por dia

Os toldos barracas e toldos grandes têm direito até 6 cadeiras e os de vela até 4.

Os toldos e barracas dos banheiros devem conservar-se nos alinhamentos indicados pela Capitania.

Guia *Figueira da Foz. A mais linda praia de Portugal*, 1946. Referência aos banheiros existentes na Figueira da Foz e Buarcos em 1946. Como curiosidade a tabela de preços praticados pela utilização de cadeiras e chapéus quer na praia como no Jardim Municipal. Atente-se igualmente no pormenor de os preços das barracas e toldos, como dos banhos na praia da Figueira serem tabelados pela Capitania local.

Col. Arquivo Fotográfico Municipal da Figueira da Foz



A denominada “Casa do Chá” situada junto à “Fonte dos Soldados” na entrada principal da praia da Figueira. Mandada construir e explorada pela Comissão de Iniciativa local. Provavelmente a foto reporta-se à década de 30.